

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS
SOCIAIS – ESO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS – PPGSP
MESTRADO PROFISSIONAL

DIONNE DE LIMA OLIVEIRA

**A VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: SIGNIFICADOS SOBRE
“DENÚNCIA” DAS MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS
INTRAFAMILIARES**

MANAUS
2021

DIONNE DE LIMA OLIVEIRA

**A VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: SIGNIFICADOS SOBRE
“DENÚNCIA” DAS MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS
INTRAFAMILIARES**

Dissertação apresentada ao do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques

MANAUS
2021

DIONNE DE LIMA OLIVEIRA

**A Violência Negligenciada: Significados sobre “denúncia” das Mães
de Vítimas de Abusos Sexuais Intrafamiliares**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas, pela Comissão Julgadora abaixo identificada.

Manaus, 20 de setembro de 2021.

Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques, UEA
Presidente

Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves, UEA
Coorientador

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva, UFAM
Membro Externo

Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis, UEA
Membro

Dedico esse trabalho a Deus, por ter permitido e me guiado até aqui, me dando forças para vencer todas as dificuldades. Dedico à minha mãe Rivanda, ao meu pai Gustavo (in memoriam), a minha tia e primeira professora Vilany (in memoriam), com todo meu amor, gratidão e inspiração na vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre esteve comigo durante toda a trajetória de minha vida me dando vitórias.

À minha família que me apoiou durante todo o curso: meu esposo Wellington, meus filhotes Iago, Dandara e Bárbara, com quem tive que renunciar várias atividades em família durante toda a escrita deste trabalho. Vocês são constantes motivos de orgulho e a razão do meu existir.

Aos profissionais gestores da rede de proteção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes na cidade de Manaus, que compartilharam comigo suas experiências, feitos e desafios.

A minha irmã, Estephânia Oliveira, que me orientou nas análises psicológicas desta pesquisa e participou como Psicóloga para dar suporte emocional às participantes durante as entrevistas, caso necessitassem.

Aos meus irmãos, Douglas e Dênis, pelo carinho dedicado ao longo da minha vida.

Ao Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, da Universidade do Estado do Amazonas, ao corpo docente pelas valiosas contribuições.

Aos Professores Dr. Dorli Marques e Dr. André Machado, pela incansável dedicação, por terem aceitado trilhar comigo esse caminho, me orientando, encorajando e sofrendo juntos, pela temática bastante dolorosa e desafiadora.

Aos colegas de turma, que tanto nos ajudaram nesse percurso de aprendizagem.

Ao secretário do curso, Jonas Melo, pelo carinho, apoio dispensado a todo o corpo discente.

“Vencer a si próprio é a maior das vitórias.”

Platão

RESUMO

A pesquisa investigou a temática do abuso sexual intrafamiliar, questão que preocupa os profissionais do direito, da segurança pública, da saúde e a sociedade em geral. Na cidade de Manaus, os casos de abuso sexual intrafamiliar são acompanhados precipuamente pela Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, cujos dados indicam que a maioria dos abusadores é pai, padrasto ou familiar próximo da vítima. Analisou-se o percurso das mães em relação à tomada de decisão em retardar, omitir ou denunciar o abusador, verificaram-se as especificidades dos significados da “denúncia” das mães que omitiram, comunicaram ou retardaram a denúncia, cuja gênese remonta a fatores sociodemográficos, vivências emocionais marcadas por situações semelhantes de abuso sexual intrafamiliar, acompanhadas de sentimentos de abandono, raiva, culpa, vergonha, medo e no desenvolvimento de estratégias de negação desses sentimentos. Diante desse contexto, emergiu o seguinte problema de pesquisa: por que as mães das vítimas de abuso sexuais se omitem ou retardam a denunciar o agressor, uma vez que representa a figura de maior importância de proteção para seus filhos? A metodologia utilizada foi qualitativa, sob a perspectiva da teoria sócio-histórica proposta por Vygotsky e González Rey. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas de histórias de vida, para o levantamento de dados, que foram coletados através do núcleo de significação para a compreensão dos significados da “denúncia”. Os resultados indicam a inexistência de uma rede de enfrentamento para as mães e familiares de crianças e adolescentes violentados que lhe estimule a denunciar, que há especificidades entre as mães que denunciaram e as mães que omitiram, ficando evidenciada a existência do ciclo de violência sexual multigeracional, que mães reviveram experiências de seus próprios abusos diante a revelação dos abusos de seus filhos, que de alguma forma interferiu negativamente na sua tomada de decisão.

Palavras-chave: Abuso sexual intrafamiliar. Mães de crianças abusadas sexualmente. Políticas públicas. Significados de denúncia. Violência doméstica.

ABSTRACT

The research investigated the issue of intrafamily sexual abuse, an issue that concerns law, public security, health and society in general. In the city of Manaus, cases of intra-family sexual abuse are mainly monitored by the Specialized Police in the Protection of Children and Adolescents - DEPCA, whose data indicate that most abusers are parents, stepparents or close relatives of the victim. The trajectory of mothers in relation to the decision to delay, omit or denounce the abuser was analyzed, and the specificities of the meanings of the "complaint" of the mothers who omitted, communicated or delayed the denunciation, whose genesis dates back to sociodemographic factors, were verified. , emotional experiences marked by similar situations of intrafamily sexual abuse, accompanied by feelings of abandonment, anger, guilt, shame, fear and in the development of strategies to deny these feelings. In this context, the following research problem emerged: why do mothers of victims of sexual abuse omit or delay in denouncing the aggressor, since he represents the most important figure in protecting their children? The methodology used was qualitative, from the perspective of socio-historical theory proposed by Vygotsky and González Rey. Semi-structured interviews of life stories were carried out to collect data, which were collected through the core meaning to understand the meanings of the "complaint". The results indicate the inexistence of a coping network for mothers and relatives of abused children and adolescents that encourages them to report, that there are specificities between mothers who reported and mothers who omitted, with evidence of the existence of a cycle of multigenerational sexual violence, that mothers relived experiences of their own abuse due to the revelation of their children's abuse, which somehow interfered negatively in their decision-making.

Keywords: Intra-family sexual abuse. Mothers of sexually abused children. Public policy. Meanings of hisleblowing. Domestic violence.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética e Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAM	Centro Estadual de Referência e Apoio a Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DEAAI	Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais
DECCM	Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher
DEPCA	Delegacia Especializada em Proteção à criança e ao Adolescente
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
OMS	Organização Mundial de Saúde
SAPEM	Serviço de Apoio Emergencial à Mulher
SARE	Serviço de Educação e Responsabilização do Agressor
SAVVIS	Serviço de Atendimento a Vítima de Violência Sexual
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SSP-AM	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
SAVVIS	Serviço de Atendimento a Vítima de Violência Sexual

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL	23
2.1	Referencial teórico: o conceito de significado na perspectiva histórico-cultural	23
2.2	Marco conceitual	27
2.2.1	A violência enquanto fenômeno social	27
2.2.2	Violência sexual contra crianças e adolescentes	30
2.2.3	Importância da família na vida das crianças e adolescentes abusados sexualmente	33
2.2.4	Violência sexual multigeracional	35
2.2.5	Violência intrafamiliar	39
3	MATERIAIS E MÉTODOS	41
3.1	Desenho da pesquisa	41
3.2	Estratégias metodológicas	42
3.3	Contexto da pesquisa	43
3.4	Participantes da pesquisa	44
3.5	Construção do corpus	47
3.6	Análise do corpus	48
3.7	Procedimentos éticos para coleta de dados e realização da pesquisa ...	50
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
4.1	Perfil sócio-demográfico das mães: conhecendo vidas e histórias	56
4.2	Breves notas sobre as protagonistas	58
4.3	Atribuições de “significados da denúncia” das mães estudadas	66
4.3.1	Significados da denúncia de mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar: denunciantes	66
4.3.2	Significados da denúncia de mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar: não denunciantes	116
4.4	Sobre o campo e seus desafios: o relato de um pai	159
5	MOTIVAÇÕES E INQUIETAÇÕES	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	171
7	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO À REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS/AM	190
	FLUXOGRAMA DA DINÂMICA DE ATENDIMENTO NA DEPCA	193

PROPOSTA 1 DE PANFLETO/FLYER À REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL.....	194
PROPOSTA 2 DE PANFLETO/FLYER À REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL.....	195
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICES.....	208
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Mãe participante	208
APÊNDICE B - Termo de compromisso para desenvolvimento de protocolo de pesquisa no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).....	212
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estuturada da participante	213
APÊNDICE D – Solicitação de informações Sejusc.....	215
ANEXOS	216
ANEXO 1 – Quadro de efetivo da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente	216
ANEXO 2 - Parecer do Comitê de Ética.....	217
ANEXO 3 - Termo de anuência Delegada Depca	226
ANEXO 4 – Termo de anuência Psicóloga	227
ANEXO 5 – Despacho Sejusc Rede e enfrentamento contra à mulher	228

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Investigou-se a temática do abuso sexual intrafamiliar, com vistas a compreender os “significados” das denúncias e/ou não denúncias das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar e, especificamente, desvelar o percurso das mães em relação à tomada de decisão em retardar, omitir ou denunciar a pessoa perpetradora da violência. Por denúncia do abuso sexual intrafamiliar entende-se, neste estudo, como o ato de ir espontaneamente formalizar a denúncia em uma delegacia de polícia ou à Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA. Por não denúncia, entende-se as situações nas quais a informação do abuso sexual vem através de um dispositivo da rede de proteção à violência contra a criança e adolescente, por exemplo, Escola, Hospital, Conselho Tutelar e Disque Denúncia.

Por abuso sexual, entende-se todas as situações em que crianças e adolescentes são utilizados pelos adultos para ter prazer sexual, quer através de violência, sedução ou chantagem (OMS, 2012). O abusador faz ameaças ou exige vantagens da vítima que se torna incapaz de negar consentimento (BLANCHARD, 1996).

Discutiram-se, as especificidades dos “significados” sobre a denúncia, das mães que omitiram, comunicaram ou retardaram a denúncia, cuja gênese remonta a fatores sociodemográficos, vivências emocionais marcadas por situações semelhantes de abuso sexual intrafamiliar, com sentimentos de abandono, raiva, culpa, vergonha e medo. Ademais, buscou-se compreender os processos que essas mães desenvolveram como táticas de sobrevivência a esses sentimentos.

Discutem-se os aspectos relacionados às reações maternas frente à revelação do abuso de seus filhos, que em grande parte vivenciaram esses crimes tanto como vítimas quanto como testemunhas, e vezes também foram vítimas dos mesmos crimes e não conseguiram quebrar o ciclo que alimenta a violência multigeracional.

Vale salientar que este estudo se desenvolveu a partir de premissas da Psicologia Sócio-Histórica, com a finalidade de reconhecer o “significado”, localizado no campo da construção subjetiva. No entendimento de Rosa e Andriani (2008), a Psicologia Sócio-Histórica é uma vertente da Psicologia Social, nas quais as premissas estão conectadas à subjetividade e ao seu conhecimento do sujeito, sendo dirigidas pela concepção do

materialismo-dialético. Desse modo, o homem é reconhecido como um ser histórico-cultural, que se constrói com seus pares e com o meio em que convive, fazendo parte de um movimento dialético no seu dia-a-dia, transformando-se em sua essência através de um processo de complexificação e multideterminação.

A categoria “significado” procura compreender as experiências das mães das vítimas abusadas sexualmente no âmbito familiar, analisando suas falas, vivências, emoções, afetos, experiências e seus desdobramentos que impactaram suas vidas. Dentre os autores da vertente sócio-histórica, destaca-se Vygotsky (2008). Para ele, a transição do pensamento para a palavra se dá pelo significado: “Isso significa que o significado da palavra é, ao mesmo tempo, um fenômeno verbal e intelectual” (VYGOTSKY, 1996, p. 289). O Significado da palavra é o caminho da compreensão dialético entre pensamento e linguagem, tendo como resultado a construção da consciência e da subjetividade. Deste modo, surge a possibilidade relativa para compreender os processos de significação através do olhar histórico-cultural, em que o significado se torna uma das zonas de sentido, e na qual a palavra tem a sua interpretação numa fala.

Nesse contexto, foi utilizada a categoria de sentidos e significados subjetivos de Rey (2007), como pedra angular para o estudo da subjetividade numa perspectiva histórico-cultural para ampliar a compreensão do indivíduo. Para o autor em tela, o “sentido” representaria um novo caminho para a construção mental, orientado pela compreensão das partes numa relação dinâmica, constituindo uma unidade qualitativa tomando um significado com valor heurístico que vai além do processo da construção do problema. Parte da proposição de que o homem é constituído através da sua flexibilidade no processo da sua história de vida, em que seu pensamento se manifesta através de eventos que refletem na sua emoção. Nessa perspectiva, o exercício do pensamento vai além do exercício da linguagem. Entre o pensamento e a linguagem “existe uma relação complementar, e também contraditória, em que um não se reduz ao outro, e nem é explicado pelo outro” (REY, 2003, p. 235).

Até aqui se buscou apresentar os conceitos fundamentais, aspectos epistemológicos, o tema e sua delimitação da pesquisa. A seguir, busca-se descrever a construção do objeto de pesquisa.

A presente pesquisa teve sua semente lançada a partir das experiências nos atendimentos às vítimas de abuso sexual infantojuvenil na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, na cidade de Manaus, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas – SSP-AM, onde a pesquisadora ocupa o cargo de Investigadora de Polícia.

Desses primeiros atendimentos, que tiveram início em junho de 2017, até a construção desta pesquisa, a pesquisadora manteve contato com uma diversidade de atendimentos às vítimas de abuso sexual, sejam os recebidos na DEPCA, ou através de investigação “in loco”, de denúncias anônimas via telefone - Disque 100, Conselhos Tutelares, Escolas, Unidades de Saúde e da comunidade em geral.

Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, denunciados à DEPCA pelo pai, pelos avós, ou por parente próximo à criança/adolescente, em que a vítima é abusada pelo companheiro de sua mãe ou alguém que possua vínculo com elas, é obedecido um protocolo na DEPCA para, inicialmente, ser ouvida a criança/adolescente sem o acompanhamento de seu representante legal, de modo a deixar a vítima acolhida e segura para relatar todos os detalhes do crime sem interferências alheias. As vítimas são informadas de que seus depoimentos serão de imperiosa importância para os seus atendimentos na rede de enfrentamento de proteção, assim como para a punição do agressor. São colhidos detalhes de como ocorreu o abuso: onde, como, duração de tempo, há quanto tempo, se tem parentesco com o agressor, se seus genitores tinham conhecimento dos abusos e quais providências foram tomadas.

Em meio a essa situação, chamou a atenção da pesquisadora os relatos das vítimas abusadas sexualmente, tanto das crianças quanto dos adolescentes, ficando mais surpresa com os relatos de seus representantes legais que na grande maioria dos casos é a mãe. As vítimas informavam que as mães tinham conhecimento dos abusos sexuais sofridos por elas, porém algumas não acreditavam ou pediam para que aquele fato não fosse divulgado.

As mães, quando inquiridas se já tinham conhecimento dos abusos sexuais contra seus filhos, muitas respondiam que não.

Observou-se que há controvérsias entre as informações extraídas das vítimas e as produzidas para seus genitores. Os genitores geralmente se limitam a informações superficiais das agressões sofridas. É frequente mães de vítimas de abuso sexual, revelarem na DEPCA,

de forma espontânea, que também já foram vítimas desses abusos. Que tinham até um “cuidado” em orientar seus filhos acerca de abusos com questionamentos de praxe, que quase sempre eram respondidos negativamente. Essas respostas eram suficientes para ter a certeza de que a vítima estaria segura.

Constatou-se que, quando se trata de crimes de menor potencial ofensivo cometidos contra crianças e adolescentes como: maus-tratos, ameaça, perturbação da tranquilidade, vias de fato, injúria, calúnia, difamação dentre outros; a mãe se mostra protetora de seu filho comparecendo à DEPCA para tomar as medidas cabíveis, exigindo providências. Porém, quando seu filho é abusado sexualmente, principalmente quando cometido no âmbito familiar, observou-se que há omissão e retardamento da mãe em “denunciar”.

Na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA as vítimas de abuso sexual têm todo um protocolo de atendimento, encaminhamento, acolhimento e acompanhamento, que vai desde o agendamento para o Psicossocial, SAVVIS (Serviço de Atendimento a Vítima de Violência Sexual), CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), visando o apoio afetivo, construindo estratégias de proteção e o fortalecimento emocional para as vítimas.

Na contramão, as mães das vítimas não recebem encaminhamento na DEPCA para que possam ser acolhidas por uma rede de enfrentamento e acolhimento, de modo que se potencialize e denuncie o agressor, nem mesmo no pós-denúncia, de modo a construir diferentes formas de cuidar e ser cuidada.

Ao verificar se esses serviços de acolhimento e enfrentamento estariam disponibilizados em outros locais, consultando o SAPEM (Serviço de Apoio Emergencial à Mulher), foi informado que os serviços disponíveis se destinam às mulheres vítima de violência doméstica, encaminhadas pela DECCM (Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher).

Essa constatação exigiu adoção de postura crítica em relação a discutir alternativas de atendimento psicológico e social não apenas para crianças e adolescentes vítimas, mas também para as mães ou cuidadores. Quando as necessidades das mães são ignoradas, pode-se perder uma oportunidade de beneficiar a criança/adolescente vítima de violência (HEFLIN; DEBLINGER; FISHER, 2004).

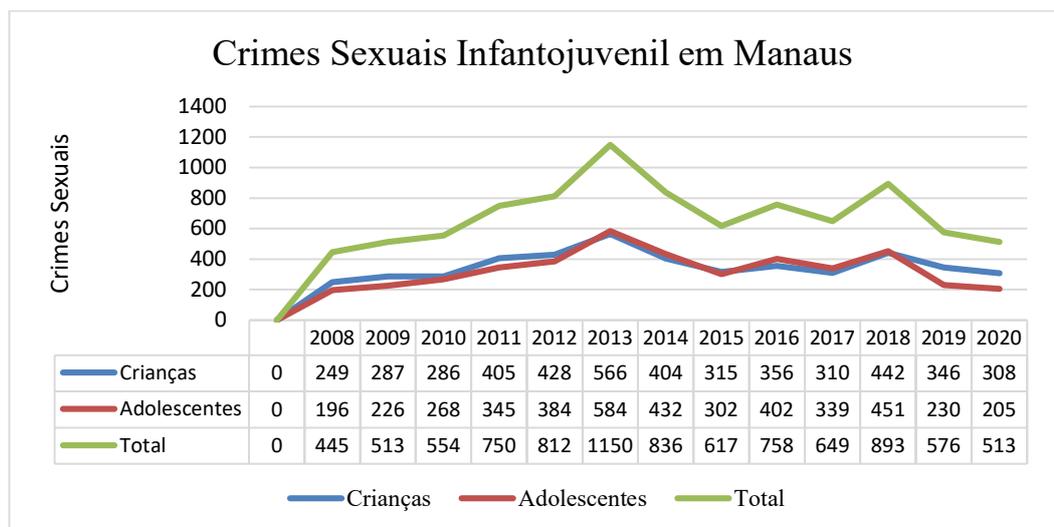
Mediante estas premissas, elegeu-se como objeto de estudo “os significados” da denúncia das mães, privilegiando o foco na tomada de decisão em omitir, retardar ou comunicar o abuso sexual na Delegacia Especializada.

Para desvelar esses significados, iniciou-se um estudo na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, na cidade de Manaus.

Em Manaus, os casos de abuso sexual intrafamiliar são recebidos na DEPCA. Dentre esses casos, evidenciou-se que a maioria dos abusadores são pais, padrastos ou familiar próximo da vítima. Conforme dados coletados na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, no período de 2008 a 2020, observou-se que tivemos um crescimento nos índices dos crimes de violências sexuais, tendo um aumento acelerado nos anos de 2008 a 2013 em aproximadamente 158%; sendo estes reduzidos nos anos de 2014 a 2017 em 44 %; voltando a subir 37,5% no ano de 2018. Reduziu novamente em 35% no ano de 2019, e reduziu 10,9% no ano de 2020. Observa-se que, apesar de haver oscilação nos índices estatísticos desses crimes, o problema persiste.

Os índices dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes na cidade de Manaus no período de 2008 a 2020 com as respectivas oscilações são demonstrados no (Gráfico 1).

Gráfico 1- Evolução dos crimes sexuais infantojuvenil em Manaus de 2008 a 2020.



Fonte: SSP-AM

Considera-se imperioso trazer a lume a dinâmica psicossocial familiar nos casos de

abuso sexual, para que possa gerar subsídios para os trabalhos direcionados ao acolhimento e a criação de uma rede de enfrentamento da violência com o objetivo de empoderar essas mães para quebrar esse ciclo de violência.

O abuso sexual contra a criança/adolescente é uma forma presente de violência doméstica, geralmente mantida em silêncio, mascarado pela revolta, pela conspiração dos sentimentos de impotência, passividade e submissão. Tem uma distribuição "democrática", ocorrendo em todos os níveis socioeconômicos (SANTOS, 1991). Nos últimos anos, houve um aumento da consciência de que a frequência do incesto é mais alta do que se imaginava.

A preocupação com o aumento dos abusos sexuais intrafamiliares é discutido no estudo de Lima e Ferreira (2020), que apresentam resultados parciais sobre o aumento do índice de violências contra crianças e adolescentes que se encontram em isolamento social, durante a pandemia da Covid-19.

No estudo de Cruz e Gomes (2021), é abordado o caráter preocupante desse fenômeno, através das estatísticas mundiais acerca da violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Apresentam as repercussões psicológicas através da depressão, repercussões físicas com somatização de cefaléia e distúrbios metabólicos, repercussões sexuais com o aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis e/ou gravidez indesejada, e repercussões sociais com o uso do álcool, tabaco e outras drogas.

Outra adversidade é a falta de pessoal habilitado para atender as demandas de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Alguns profissionais não estão capacitados para tais atendimentos e escutam os relatos de molestação sexual como fantasias acarretando a revitimização desses sujeitos.

Isso foi verificado nos atendimentos realizado na DEPCA. Os atendimentos são recepcionados por Investigadores de Polícia que têm sua formação com nível superior em qualquer área de atuação, não lhe sendo exigido um curso complementar que o qualifique para esses atendimentos específicos. Não recebem treinamentos adequados para atender esse público infantojuvenil, sem contar nas especificidades que devem ter esses atendimentos por se tratar de crianças violentadas sexualmente. Assim, ao desacreditarem nos relatos das vítimas, julgarem como facilitadoras para a ocorrência do abuso sexual, sem uma escuta

especializada, contribuem para sua revitimização e aumento de traumas.

Essa forma de violência nem sempre deixa marcas visíveis perceptíveis a um profissional não habilitado. Geralmente a criança/adolescente prefere o silêncio, devido se sentir culpados e muitas vezes ameaçados pelo abusador, com reflexos na família, amigos, escola, profissionais da saúde, da segurança pública e etc.

Considerado como um problema de saúde, o abuso sexual na infância é passível de prevenção. A primeira medida é quebrar a barreira do silêncio. As pessoas precisam se conscientizar de que este fenômeno existe. Deve ser visto como uma questão dos direitos da criança e adolescente tanto como um problema de saúde pública e mental sendo necessário o envolvimento de forma articulada dos órgãos da saúde, educação, cidadania e segurança pública. A primeira atitude deve ser a quebra de barreira do silêncio, para tornar mais pessoas conscientes da existência desse ciclo de violência. O trauma do abuso sexual acarreta uma ferida narcísica.

O abuso sexual da criança/adolescente é um campo minado para todas as pessoas envolvidas, as que sofreram o abuso, as que abusaram, os familiares e os profissionais envolvidos no tratamento e cuidados. É um problema genuinamente multidisciplinar. Segundo Furniss (1993), o abuso sexual requer um reexame dos procedimentos legais, coloca problemas de proteção à criança, promove e faz progredir aspectos de profissionalização no cuidado adotivo e desafia terapeutas de qualquer orientação e crença a reconsiderarem suas tarefas e técnicas de abordagem.

A mãe é peça fundamental nesse processo, desde o momento da revelação do crime, a denúncia do abusador à Delegacia de Polícia, a condução dos desdobramentos de todo processo investigativo, ao atendimento médico e psicossocial da vítima. Ela é a chave central na condução das etapas seguintes, principalmente em não desistir dos tratamentos psicológicos e de saúde que a criança ou adolescente precisa; comparecer à Delegacia e ao Judiciário quando notificada.

Por se tratar de um problema que afetará toda a sua dinâmica de vida, com consequências na família, trabalho, sociedade, ela deve ter todo apoio dos órgãos de Segurança Pública, Saúde e Psicossocial para os desdobramentos após a denúncia.

Diante desse contexto, emergiu o seguinte problema de pesquisa: por que as mães das vítimas de abuso sexuais intrafamiliar se omitem ou retardam a denunciar o agressor, uma vez que representa a figura de maior importância de proteção para seus filhos?

Para responder este problema, foi proposto, de início, um conjunto de questões norteadoras, ressaltando que há especificidades dos “significados” das mães que omitiram, comunicaram ou retardaram a denúncia, cuja gênese remonta a fatores sociodemográficos, vivências emocionais marcadas por situações semelhantes de abuso sexual intrafamiliar, com sentimentos de abandono, raiva, culpa, vergonha e medo. Dessa forma, essas mães desenvolveram estratégias de negação desses sentimentos.

São elas:

- A aplicação de medidas preventivas no enfrentamento e empoderamento dessas mães poderia implicar na redução dos índices de abuso sexual infantojuvenil?
- A mãe é vítima mediata dos crimes sexuais praticados contra seus filhos?
- Até que ponto o empoderamento da mãe por parte do Estado influencia na continuidade no ciclo da violência?
- O Estado coercitivo que pune a mãe omissa, lhe dá garantias constitucionais para enfrentar todas as consequências após a denúncia do agressor?

A partir da experiência da pesquisadora enquanto Investigadora de Polícia observou-se que muitos abusos sexuais intrafamiliares são levados ao conhecimento da DEPCA de forma tardia, através dos Conselhos Tutelares, Disque 100, escolas, unidades de saúde e outras formas de denúncias. Essa demora contribui para que esse tipo de violência seja continuada, alimentando o ciclo de violências.

Através do levantamento do estado da arte, identificou-se que os estudos dessa problemática estão concentrados precipuamente nas áreas de estudo da Psicologia e do Serviço Social, não havendo tradição dessas pesquisas no campo da Segurança Pública. Portanto, esta pesquisa oportunizará o aprofundamento das discussões e aumento da

compreensão da temática na área da Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, na qual esta pesquisadora se vincula.

As pesquisas na área de Segurança Pública privilegiaram a violência contra crianças e adolescentes, e a violência doméstica contra a mulher.

De 2011 ao primeiro semestre de 2019, foram registradas mais de 200 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100. Em 2018, foram identificadas mais de 66 mil vítimas de estupro no Brasil, maior índice desde 2007. Ocorreram em 2018, em média, 180 estupros por dia no Brasil: 4 meninas de até 13 anos, foram estupradas a cada hora. De cada dez estupros, oito ocorrem contra meninas e mulheres e dois contra meninos e homens. A grande maioria das vítimas de violência sexual (53,8%) é menina, com até 13 anos de idade. A maioria das mulheres e meninas violadas (50,9%) é negra (BRASIL, 2018 FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Em 2020, foram contabilizadas 95,2 mil denúncias destes tipos de violações, que incluem violência física, psicológica, abuso sexual físico, estupro e exploração sexual. Os dados são da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), responsável pelo serviço no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) (BRASIL, 2021).

Entre 2011 e 2017, o Brasil apresentou um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes, segundo o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da saúde. No período, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, mas acredita-se que muitos casos não tenham sido notificados.

A maioria das ocorrências, tanto com crianças (69,2%), quanto com adolescentes (58,2%), ocorreu dentro de casa e os agressores foram pessoas do convívio das vítimas, geralmente familiares. O estudo também mostra que essas ocorrências de violência podem ocorrer mais de uma vez, se repetindo 33,7% nas crianças e 39,8% nos adolescentes.

A violência sexual é considerada um problema de saúde pública pela grande frequência com que ocorre, principalmente pelos impactos psicossociais e cognitivos, afetando tanto as vítimas quanto seus familiares. A dinâmica deste crime é complexa, por

envolver aspectos sociais, psicológicos, legais e culturais. Portanto, seu enfrentamento também é complexo, exigindo pesquisas multi e interdisciplinares e processos de intervenção para além das ações marcadamente reativas e ostensivas comumente praticadas hodiernamente.

Vários fatores influenciam na decisão das mães das vítimas de abusos sexuais a omitir, retardar ou notificar de pronto às autoridades. A revelação do abuso sexual, principalmente quando o agressor é alguém da família ou do convívio familiar, pode gerar uma crise, ocasionando dinâmicas de culpabilização e vergonha, que podem potencializar a sintomatologia da vítima. (MACHADO, 2008).

As mães podem reagir: (a) de forma positiva, quando acreditam no relato de seus filhos; (b) de forma negativa, quando não acreditam e mantêm-se ao lado do abusador; (c) ou ambivalentemente, quando se encontram divididas entre o relato de seus filhos e do abusador (SANTOS; DELL' AGLIO, 2009). Em casos de abuso sexual intrafamiliar, as mães das vítimas, geralmente são filhas, irmãs, cunhadas ou companheiras dos abusadores, que se veem diante de conflitos familiares e de importantes tomadas de decisões que podem ocasionar alterações na dinâmica familiar (FURNISS, 2002).

Essas mães são importantes em todo o processo, desde o momento da revelação, da notificação e nos atendimentos psicológico das vítimas. Geralmente, elas são as primeiras a tomarem conhecimento da situação de abuso e a forma com que lidam com essa situação irá influenciar no prognóstico de seus filhos (ELLIOT; CARNES, 2001; PINTELLO; ZURAVIN, 2001). O foco deste trabalho será direcionado para a problemática vivenciada na DEPCA de Manaus, local responsável pelas investigações relacionadas aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Objetiva-se compreender os significados sobre a denúncia dessas mães, perante a revelação do abuso sexual perpetrado contra seus filhos, tendo um olhar crítico da Segurança Pública. Nesse aspecto, vai-se buscar desvelar o comportamento e reação da mãe diante de uma situação que vai além do crime, mas que irá modificar toda a sua dinâmica familiar. Mães que não raro dependem economicamente e emocionalmente do abusador. O propósito da pesquisa é fazer uma leitura para além da função de Investigadora de Polícia da Segurança

Pública. É penetrar no íntimo dos “significados” dessas mães, buscando compreender suas perspectivas e quais leituras fazem sobre o papel da Segurança Pública na proteção da sociedade.

Nessa perspectiva, é imperioso um estudo acadêmico para verificar a percepção identificada na delegacia sobre a violência psicológica exercida sobre as mães de vítimas de abusos sexuais e quais os fatores preponderantes que influenciam sua tomada de decisão em omitir, retardar ou notificar tais crimes aos órgãos competentes que podem lhe prestar auxílio, dentro da rede de proteção infantojuvenil.

Portanto, é necessário um estudo para discutir alternativas de enfrentamento psicológico e social não apenas às crianças e adolescentes vítimas, mas também às mães ou cuidadores, considerando a importância do seu papel na dinâmica familiar, onde a mãe apresenta a principal fonte de proteção para os seus filhos.

Essa pesquisa é relevante para o desenvolvimento científico nas áreas das ciências humanas; especialmente nas disciplinas de Cidadania, Direitos Humanos, Psicologia e Sociologia. Sob o olhar das ciências humanas e sociais, visa produzir subsídios para o Estado reconhecer e promover políticas públicas que ampare, proteja e estimule a mãe a denunciar, lhe capacitando para enfrentar situações de conflitos antes, durante e pós-denúncia, potencializando o enfrentamento de crimes de abuso sexual infantojuvenil. Nesse sentido, este projeto se articula com a linha de pesquisa: Sociedade, Estado, Direito e Gestão da Segurança Pública do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

A pesquisa se propôs a desvelar as motivações e inquietações que interferem na tomada de decisão sobre denunciar a pessoa perpetradora do abuso sexual intrafamiliar ou omitir-se; identificando a existência de ciclos de violência sexual multigeracional, descrevendo a estrutura disponibilizada pelo poder público para o enfrentamento desse ciclo de violência que persiste por gerações, propondo diretrizes para uma rede de proteção às mães e familiares de vítimas de abuso sexual intrafamiliar e/ou subsídios para fortalecimento da rede de proteção a mulheres vítimas de violência.

OBJETIVOS

- **Geral:**

- Compreender os significados sobre a denúncia das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

- **Específicos:**

- Desvelar as motivações e inquietações que interferem na tomada de decisão sobre denunciar a pessoa perpetradora do abuso sexual intrafamiliar ou omitir-se;

- Identificar se há ciclos de violência sexual multigeracional;

- Descrever a estrutura disponibilizada pelo poder público para o enfrentamento desse ciclo de violência;

- Propor diretrizes para uma rede de proteção às mães e familiares de vítimas de abuso sexual intrafamiliar e/ou subsídios para fortalecimento da rede de proteção a mulheres vítimas de violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Esta seção está organizada em duas subseções. A primeira refere-se ao marco teórico pautado na perspectiva histórico cultural, onde é discutida a categoria “significados”. A segunda, procura deslindar o solo conceitual da pesquisa, onde serão abordadas as discussões sobre violência, abuso sexual, família além de dois conceitos específicos chaves desta pesquisa: violência multigeracional e violência intrafamiliar.

2.1 Referencial teórico: o conceito de significado na perspectiva histórico-cultural

A linguagem é o instrumento pelo qual o ser humano se constitui enquanto sujeito na construção de um ser histórico e cultural, sendo necessário, nessas relações, atribuir-se significados aos eventos, seres e objetos. Nessa perspectiva, o conceito de "significado" seria a estabilização de ideias por um determinado grupo que será utilizado na constituição do sentido. Os significados têm sentidos que podem se ampliar de acordo com eventos distintos.

Segundo Vygotsky (1996), a transformação do pensamento para a palavra passa por um significado: “Isso significa que o significado da palavra é, ao mesmo tempo, um fenômeno verbal e intelectual” (VYGOTSKY, 1996, p. 289). O Significado da palavra é o caminho da compreensão da dialética entre pensamento e linguagem, tendo como resultado a construção da consciência e da subjetividade. Porém, não há relação rígida entre palavra e significado, sendo essa relação flexível dependendo do contexto sociocultural.

Portanto, o significado é construído conforme as situações vivenciadas, podendo sofrer variações, conforme a intenção, ou manter-se inalterado. Tem níveis de ocorrências distintos: o que se entende [a sua própria vivência]; o inconsciente [não se sabe o que se quer]; a intenção [o que se quer].

Estes níveis podem ser ressignificados conforme os acontecimentos. Os significados são ressignificados, ao se depararem com uma ideia que, ao ser exposta ao interlocutor que questiona, debate e refuta, faz surgir um novo significado que é atribuído a essa ideia.

Vygotsky (1989, p. 104), assim conceitua significado:

O significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de

um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio; o significado, portanto, é um critério da "palavra", seu componente indispensável. [...], Mas... o significado de cada palavra é uma generalização ou um conceito. E como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos considerar o significado como um fenômeno do pensamento. (VYGOTSKY, 1989, p. 104)

O autor em tela entende por significado qualquer generalização ou conceito fruto de um ato de pensamento: Para ele, "A natureza do significado como tal não é clara. No entanto, é no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal" (VYGOTSKY, 1996, p. 4). Desse modo, não é algo estanque; evoluindo histórico e culturalmente, torna-se reflexo do pensamento somente quando transmitido pela fala. Só existe pensamento através da manifestação da palavra:

O significado das palavras é um fenômeno do pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa – união da palavra e do pensamento. (VYGOTSKY, 1996, p. 104)

Deve-se dar maior visibilidade ao conceito de "significado" para se compreender como se retroalimenta o alicerce das teorias, sendo utilizado como recurso analítico nas investigações psicológicas que trabalham os processos de significação do homem, permitindo um diálogo interacional histórico e culturalmente constituído.

Vygotsky rompeu com o pensamento e correntes psicológicas do início do século XX, os quais serviam de recursos para analisar e compreender o conceito de "sentido" nesse período. VYGOTSKY (1927/1996) apresentou o estado em que se encontravam a psicologia e as formas de construção de conhecimentos sobre o psiquismo.

Conforme Barros ET al. (2009), Vygotsky utilizou uma metodologia, fomentando o surgimento das principais correntes do período, como a fisiologia, a reflexologia, a reactologia, o behaviorismo watsoniano, a psicanálise, o personalismo e a Psicologia da Gestalt.

Vygotsky destaca em sua tese histórica e metodológica que a crise da psicologia se conflitava em uma acirrada ruptura entre duas psicologias, "uma psicologia científico-natural e a psicologia idealista." (VYGOTSKY, 1927/1996, p. 338).

Neste sentido, Barros (2009, p. 175), assim conclui:

Nesse cenário polarizado, marcado pela disputa entre diferentes pontos de partida epistemológicos e entre métodos de investigação de base naturalista e mentalista, os processos psicológicos ora eram tratados como processos biológicos ou mesmo físicos, ora como fenômenos transcendentais e metafísicos, respectivamente.

De acordo com o autor, havia uma divergência entre como analisar os processos psicológicos, devido sua complexidade. Num determinado momento se embasava na natureza quando voltados para análises biológicas; noutro, transcendentais quando os fenômenos analisados buscavam explicação para essência das coisas.

Barros (op. cit.) identifica em seu estudo, que o conceito de sentido de Vygotsky, apesar de ser reconhecido como um marco na compreensão dos significados, na concepção de alguns autores Rey (2004); Smolka (2004); Góes e Cruz (2006), esse conceito ainda tem pouca notoriedade no conjunto das produções balizadas em seu legado.

Para Vygotsky a psicologia científico-natural tinha suas limitações, ao se basear nas unidades simples e nos processos psicológicos naturais passíveis de mensuração e observação, enquanto buscava através de um método experimental se estabelecer como ciência. Havia limitação de se conceituar o sentido de forma subjetiva, embargando o aprofundamento do que se queria conhecer, permitindo apenas que fossem associados aos processos psicofisiológicos, na condição de experiência sensorial (NAMURA, 2004).

O método da psicologia explicativa é idêntico ao das ciências naturais, não sendo uma ciência independente. O “significado” é o método de construção, que se dá através do pensamento e da linguagem, para se desvelar o estudo da consciência no processo da significação e da cultura.

Os significados são produções históricas e sociais, que permitem a comunicação e a socialização de nossas experiências. Constituem um ponto de partida, contendo mais do que aparentam. Por meio de um trabalho de análise e de interpretação, pode-se caminhar para as zonas mais instáveis fluídas e profundas, ou seja, as zonas de sentido. Já o sentido, é mais amplo que o significado.

Vygotsky reforça diferenças no âmbito da psicologia científico-natural, aproximando-se da reactologia, a partir de sua entrada no Instituto de Psicologia Experimental de Moscou, em 1924, em suas produções que antecederam a teoria Histórico-Cultural. Segundo o autor, a partir do desenvolvimento dos avanços da reactologia de Kornilov, que defendia a combinação de relatos pessoais com o estudo das reações ocultas ao observador, fundamentou-se devido sua unidade de análise não ser o reflexo, como na teoria reflexologia, mas sim a "reação", pressupondo, dessa forma, uma mutualidade entre sujeito-objeto." (VYGOTSKY, 1998).

Em "Pensamento e Palavra" Vygotsky (1934/2001b) ressalta que para o estudo da consciência humana deve estar intimamente ligado entre pensamento e linguagem, como se a palavra fosse microcosmo da consciência humana.

Nessa análise, concluiu que o vínculo entre esses processos se transforma no desenvolvimento histórico da consciência, baseando-se na premissa de que esta linguagem "não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento" (VYGOTSKY, 1934/2001b, p.412), e de que o pensamento "não se exprime na palavra, mas nela se realiza" (VYGOTSKY, 1934/2001b, p. 409).

O pensamento pode muitas vezes fracassar, não se realizando como palavra. Essa prática contribuiu para ampliar as possibilidades de estudos das interações sociais e dos processos de significação.

VYGOTSKY (1934/2001b, p. 398) avançou em sua investigação, ao identificar que o significado da palavra, por ser extraída da junção entre pensamento e linguagem, forma um "todo" para se realizar a análise:

encontramos no significado da palavra essa unidade que reflete de forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem [...]. Não podemos dizer que ele seja um fenômeno da linguagem ou um fenômeno do pensamento. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. ... Deste modo, parece que temos todo o fundamento para considerá-la como um fenômeno do discurso [...]. Do ponto de vista psicológico o significado da palavra não é senão uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos. ... Conseqüentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento.

Rey (2007), concluiu através das análises que Vygotsky trouxe em *Pensamento e Linguagem*, que sentido e significado são processos diferentes, que podem se articular de formas diferentes no psíquico do sujeito. Os significados caracterizam vias de expressão dos sentidos. Não exprime diretamente o sentido associado ao conteúdo significado. Em seus trabalhos, enfatiza que o significado aparece no pensamento associado a determinados sentidos, se transformando em diferentes formas de linguagens. O pensamento funciona como uma função de sentido do sujeito, não como uma função cognitiva. Destaca que, para estudos dos sentidos subjetivos, são imprescindíveis as reflexões dos sujeitos.

Até aqui, buscou-se apresentar as lentes teóricas que irão iluminar a análise dos principais resultados deste estudo. A seguir, são apresentados os conceitos centrais da discussão da temática que privilegiaremos nesta pesquisa.

2.2 Marco conceitual

Conforme anunciado, esta subseção encontra-se organizada por meio das discussões conceituais sobre violência, abuso sexual, família, violência multigeracional e a violência intrafamiliar.

2.2.1 A violência enquanto fenômeno social

Pela complexidade da sua natureza, a violência se torna um objeto difícil de ser teorizado. Pela diversidade de sua realidade, Minayo e Souza (1997) destacam e concluem que somente podemos falar de “violências”, pois sua definição vai estar ainda conectada na interseção entre o social, o cultural, o histórico, o político, o familiar e o pessoal (GONÇALVES 2003; MARTINS, 2010; MINAYO; SOUZA, 1997).

Segundo Gonçalves (2003, p. 11), a violência está presente na vida das pessoas, em todas as dimensões da sua existência.

[...] não há como ignorá-la nem como fugir dela, a violência se faz presente a qualquer hora e em toda parte, seja nos espaços públicos ou privados, podendo-se mesmo arriscar dizer que já se encontra infiltrada nas mais recônditas frestas da subjetividade do homem contemporâneo.

A violência faz parte da história da humanidade. Para Souza (2004, p. 57), é do homem “transformar radicalmente a natureza, humanizando-a, transformando-a para realizar projetos [...], só o homem pode ser violento”.

A partir desse pensamento, dentre tantas possibilidades do *homo sapiens* - que sabe, tem consciência, razão, inteligência - como o *homo rationale, laborans, ludens, politocus, religiosus, economcus, estheticus, hierarchicus, aequalis*, DADOUN (1998, p. 8) apresenta o *homo violens*, visto acreditar ser o homem definido e estruturado, intrínseca e fundamentalmente pela violência.

Souza (2004) reconhece que a violência sempre fez parte da sociedade, devido se constituir nas diferenças que resultam em interesses opostos, conflitos e tensões, contribuindo para transformações do mundo, das quais a violência também é elemento instituidor. Sendo assim, não pode ser compreendida biologicamente inerente ao ser humano, mas sim, socialmente produzida e sujeita a nuances históricas e culturais, sendo passível de ser reduzida e controlada por normas construídas a partir das lutas políticas originadas nas próprias relações sociais.

Numa definição etimológica, a palavra violência vem do latim *vis* - violência, mas tem outros significados como: potência, força, vigor, emprego da força, vias de fato, forças das armas (DADOUN, 1998; MICHAUD, 2001). Dentro de uma perspectiva histórica, DADOUN (1998) faz uma definição, os extremos da violência, como sendo a violência do Gênesis no princípio do universo, do extermínio e o extremo do terrorismo, superando objetivos religiosos, políticos, por ideologias e combinações práticas, para desnudar a violência, se valendo do terror, como frequente aliado.

Segundo Michaud (1989, p. 11),

Existe violência, na interação de atores, quando um ou vários agem de maneira direta ou indireta, ocasionando prejuízos a uma ou várias pessoas em graus diferentes, em sua integridade física ou moral, em suas propriedades ou posses físicas, ou em seus pertences simbólicos e culturais.

Depreende-se, que a violência ocorre com a ação de um indivíduo ou mais, que tem a intenção de atingir direta ou indiretamente uma ou mais pessoas, de modo que lhe cause

sofrimento físico ou psicológico, refletindo em seus bens físicos, culturais e simbólicos.

De acordo com Guerra e Azevedo (2001), as autoras consideram quatro tipos de violências sendo: Violência Física, que se utiliza o emprego da força física no processo disciplinar de uma criança; Violência Sexual, com o ato ou jogo sexual entre adulto e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade de lhe abusar sexualmente; Violência Psicológica com a agressão de um adulto que interfere negativamente num comportamento destrutivo sobre as crianças e adolescentes; Violência Negligência, considerada como descuido, ausência de auxílio financeiro, colocando a criança e o adolescente em situação precária com risco de morte.

Adorno (apud GUERRA 2001, p. 31), a violência tem uma relação social e histórica, que através das condições sociais do homem, pode lhe servir de ameaça com insinuação ao fim e a morte.

Sob esta óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. [...] Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais [...]. Ela tem referência à vida, porém à vida reduzida, esquadrinhada, alienada; não a vida em toda sua plenitude, em sua manifestação preta de liberdade. A violência é uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação.

No ponto de vista de Chauí (1984), “violência vem a ser um processo em que a pessoa é transformada de sujeito em coisa. [...] que pode dispensar o uso da força física [...], que pode ser exercida em silêncio no campo das relações sociais, minando a cidadania”.

Os conceitos e definições de violência são imensuráveis por sua variabilidade e pelas constantes mudanças nas relações sociais, não podendo definir sua natureza e causas.

Conclui-se que a noção de violência vai muito além da força física, estando presente em outras formas abstratas, sendo necessário para sua identificação de atos violentos, outras contextualizações se fazem necessárias. Conforme afirma Michaud (1991), não pode haver um único discurso universal para conceituar a violência, pois dependerá de uma complexa diversidade de critérios e pontos de vista, pessoais, jurídicos, sociais, históricos, culturais e

institucionais.

2.2.2 Violência sexual contra crianças e adolescentes

A violência contra crianças e adolescentes não é fenômeno novo, principalmente no que tange às violências sexuais praticadas contra esse grupo de vulneráveis serem relatadas, desde a antiguidade, de variadas formas. As crianças não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, que necessitavam de cuidado e atenção, nem mesmo eram reconhecidas como pessoas. A infância sempre esteve vinculada a uma idéia de dependência, obediência e “subordinação, sendo as crianças castigadas, no século XVII, de forma cruel” (GUERRA, 2001, p. 52).

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente (GUERRA, 2001).

O conceito de “infância” é relativamente novo. A criança veio ser reconhecida como alguém que precisa ser cuidada, protegida, disciplinada para um futuro, somente a partir do século XVIII. A partir de uma nova estruturação organizacional da sociedade e mentalidade da época, surge a noção de infância enquanto uma construção social (ARIÉS, 2009).

A descrição e interpretação dos abusos sexuais em pesquisas se torna árdua pela falta de organização teórica e conceitual. O que é o incesto? A resposta para essa pergunta é bastante complexa e não existe uma concepção única a respeito. Segundo Cohen (1993), a palavra incesto deriva do latim *incestus*, que significa impuro, manchado, não casto, ou seja, *in* – não e *cestus* – puro.

Existem diversas interpretações quanto à definição do que seja um comportamento incestuoso, devido à complexidade do tema. Porém, nenhuma delas se mostra totalmente satisfatória, porque todas as interpretações têm em comum a repulsa do incesto.

Forward (1989,) diferencia a visão legal da visão psicológica. A definição legal trata o incesto como a relação sexual entre indivíduos com um grau próximo de parentesco e que está proibida por algum código religioso ou civil. A abordagem psicológica deste fenômeno

classifica o incesto como qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, ou que acreditam tê-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, sogro, sogra, meio-irmão, avós e companheiros que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam a função de pais.

Segundo Freud (1913c), a rejeição pelo tema do incesto é produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, dominados pela repressão. A história revela que, nos mitos, aos deuses é garantida a satisfação de todos os desejos a que as criaturas humanas têm de renunciar, inclusive do incesto.

Segundo o World Health Organization (WHO) (KRUG, DAHLBERG, MERCY, ZWI; LOZANO, 2002), o abuso sexual contra crianças e adolescentes envolve ações de conteúdo sexual praticada pelo agressor que se encontram num estágio de desenvolvimento e maturidade superior ao da criança ou adolescente vítimas. Abusos sexuais que podem ser de natureza heterossexual ou homossexual e são impostas à vítima por meio de indução ou coação da sua vontade. Geralmente, o abusador não utiliza a violência física, mas se utiliza do seu poder de influenciar a vítima, que ainda não está apta a consentir. Esse tipo de violência é considerado um problema de saúde pública, tanto pela frequência com que ocorrem, quanto pelos impactos das repercussões cognitivas e psicossociais que acarretam nas vítimas e seus familiares.

Uma criança abusada sexualmente, que recebe sob o seu corpo impactos do erotismo do agressor, fica profundamente abalada pelas mudanças que ela pode perceber no corpo do agressor como (pênis ereto, ejaculação etc.), em adição ao que ela experimenta no seu próprio corpo.

A falta de controle e a inabilidade da criança para essa compreensão, intensificado pelo comportamento de negação do agressor, leva a uma dificuldade da criança não somente em manter algum nível de realidade, mas, também, em estabelecer uma clara diferenciação entre o seu corpo e o do seu abusador. Na concepção da criança, o corpo poderia tornar-se o local das mudanças aterrorizantes e misteriosas, estas gerando ansiedade. Segundo Arvanitakis (1993), tais representações persecutórias e prejudicadas do corpo podem levar a criança a múltiplas somatizações, ocasionalmente automutilações e tentativas de suicídio.

No que diz respeito ao abusador, vários são os disfarces do lobo mau (VEJA, 1994). A criança vítima deste tipo de abuso precisaria ter pós-graduação em Psiquiatria, e nem assim, para adivinhar o que se passa na mente do lobo mau que a agride sexualmente. Segundo Iencarelli (1996, p. 7), o medo do lobo mau é um mito, das estórias infantis, que é reativado em crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual perpetrado por um adulto. O lobo para crianças simboliza a destruição e a agressividade, por sua aparência predadora. Uma de suas características é o disfarce para ludibriar, na tentativa de capturar suas presas. Deste modo, o abusador se mostra familiar e inofensivo.

Compreende-se por violência a “... ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral...” (Saffioti, 2004, p.17).

A violência é o componente básico que se encontra no imaginário do abusador. A sexualidade deste adulto é infantil, onde ele busca o prazer na fantasia de exercer o poder sobre a criança que não compreende essa violência e por ser vulnerável. Mais do que um distúrbio mental, o incesto configura uma relação de poder, que envolve raiva, ódio e rancor (SAFFIOTI, 1994, p. 11).

Não podemos dizer que medida de atividade sexual na infância poderia ser descrita como normal, como não perniciososa, para o desenvolvimento posterior. A experiência permitiu-nos ainda comprovar que as influências externas da sedução podem provocar rompimentos prematuros da latência e até a supressão dela, comprovamos ainda que a atividade sexual prematura prejudica a educabilidade da criança (FREUD, 1915a). O risco das vítimas de incesto que interfere no desenvolvimento normal não é estático.

As diferenças individuais no ajustamento devem ser compreendidas em termos de processo de desenvolvimento. Cada transição de desenvolvimento proporciona à vítima oportunidade de reprocessar a experiência (COLE; PUTNAM, 1992).

O processo de desenvolvimento faz com que os indivíduos através de suas vivências, passam a compreender as suas próprias experiências.

De acordo com Ferenczi (1931), as crianças pequenas em sua maioria que têm

experiências de abuso sexual com adultos, ficam frequentemente confusas se o fato da violência ocorreu realmente. Desencadeiam uma confusão que é atribuída a uma sobrecarga de sentimentos de desamparo acompanhados pela molestação. Tais confusões podem ser compreendidas em termos de fase do desenvolvimento cognitivo da criança, assim como no desenvolvimento psicosexual e a repressão do que é traumático.

Para Cole e Putnam (1992), a maioria das vítimas de incesto se defronta com múltiplos aspectos dessa experiência:

- a) Trauma físico e psicológico na forma de experiências sexuais atuais, incluindo violação do corpo;
- b) Extensos períodos de apreensão, culpa e medo nos contatos sexuais;
- c) Perda da confiança nas relações com pessoas emocionalmente significantes.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes deixam marcas que são difíceis de serem apagadas. Corroborando com Furniss (2002), as consequências desses abusos sexuais desencadeiam várias disfunções, sendo as mais comuns: ansiedade, agressividade, transtornos de estresse pós-traumático, dificuldades de aprendizado, medo, comportamento regressivo, fobias, distúrbios alimentares, distúrbios de sono, distúrbios neuróticos, rituais compulsivos, hiperatividade.

Desde os primórdios, a criança tem sido vítima de várias explorações, principalmente de natureza sexual. Todavia, a sua denúncia tem tido pouco alcance, e as subnotificações abafadas pelo silêncio com que a sociedade, em geral, e os especialistas, em particular, têm procurado encobrir (AZEVEDO, 1989).

2.2.3 Importância da família na vida das crianças e adolescentes abusados sexualmente

A literatura mostra a importância de incluir familiares não abusivos no tratamento da vítima, principalmente as mães, tendo em vista seu envolvimento na situação.

A denúncia da violência é fator preponderante para que o abuso sexual seja notificado. A criança/adolescente vítima precisa romper o silêncio, alguém precisa escutá-la e tomar as

providências necessárias para sua proteção. A denúncia frequentemente é realizada por alguém próximo a elas e, geralmente, pela mesma pessoa para quem foi revelada a violência. A mãe tem sido apontada como uma figura importante nesse processo, pois na maioria das situações o abuso é revelado a ela (BERLINER; CONTE, 1995; JONZON; LINDBLAND, 2004).

Estudos apontam que a adaptação das crianças/adolescentes após o abuso e a revelação está associada à forma com que as mães conseguem lidar com essa situação e à capacidade de prover suporte emocional aos seus filhos (as) (LEIFER; KILBANE; GROSSMAN, 2001; PINTELLO; ZURAVIN, 2001).

Nesse contexto, quando a mãe se mostra acolhedora de seu filho, carinhosa e compreensiva, por saber que ele é vítima de um crime, desencadeará nele uma autoconfiança, promovendo uma recuperação mais rápida dos traumas sofridos. A criança ou adolescente se sentirá mais segura para enfrentar todo o percurso que terá após a denúncia, pois será ouvida na Delegacia para relatar o abuso sofrido, encaminhada para o Instituto Médico Legal (IML) para fazer exame de Conjunção Carnal e Coito Anal, atendida pela Equipe de Saúde e pelo setor Psicossocial. Deste modo, quando a mãe se mostra protetora, evita uma possível revitimização de seu filho, pois ele tem a certeza que ela estará ao seu lado. Sentindo-se protegido, atende melhor aos protocolos previstos na DEPCA, tem uma recuperação acelerada dos traumas sofridos, contribuindo também para uma melhor investigação policial.

É recorrente nos discursos das mães das vítimas um sentimento de culpa, por estarem associadas a um modelo materno complexo, onde não pode haver falhas e o distanciamento do modelo padrão ocasionará sentimentos de culpa e frustração.

Machado (2008) entende que dentre os principais aspectos a serem abordados na fase da intervenção com a família destacam-se: a) o rompimento da ideia de caso único; b) auxiliar os pais a compreenderem o impacto do abuso, a lidarem com suas fantasias, culpabilizações e com a procura de explicações; c) explicar os procedimentos legais e médicos necessários; d) orientar em relação à pressão que a família faz para que a criança esqueça ou perdoe.

Santos (2011) compreende que a intervenção proporciona espaço para trabalhar

sentimentos ambivalentes relacionados à descoberta do abuso. Também reforça a decisão de notificar o abusador, objetivando dar segurança a mãe, para que perceba consequências positivas. Deve abranger e auxiliar em questões relacionadas às dificuldades da família e principalmente da mãe, como a busca de um trabalho remunerado, quando essa é dependente financeiramente do abusador.

Trata-se de uma violência que pode ter conexões com outras, como a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes, por exemplo. Fazem-se necessárias ações que se pautem por uma efetiva integração intersetorial segurança pública, saúde, educação e justiça (CAMPOS ET al., 2005).

É preciso ampliar a compreensão do fenômeno dos abusos sexuais infanto-juvenil para toda a sociedade, para que perceba que este problema não diz respeito apenas a quem o vivencia, ou aos profissionais e pesquisadores que com ele lidam diariamente. É um problema de todos que lutam por uma sociedade livre de violência.

2.2.4 Violência sexual multigeracional

A Violência Multigeracional é fenômeno pelo qual as gerações atuais passam a representar as gerações anteriores, repetindo histórias, traumas e sintomas físicos.

Cabe informar, que em alguns momentos desta pesquisa usou o termo “intergeracional”, respeitando a forma como alguns autores adotaram.

A multigeracionalidade se dá, quando existe a ocorrência da passagem de uma geração para outra em função da permanência de processos ocorridos no cotidiano das gerações (FALCKE & WAGNER, 2005). Apesar de pesquisas relatarem a relevância da violência sexual intergeracional, a literatura é escassa, mostrando a necessidade de mais pesquisas sobre as relações intergeracionais do abuso sexual infantojuvenil, devido os mecanismos dessa transmissão geracional terem uma difícil compreensão (KIM, NOLL, PUTNAM, & TRICKETT, 2007).

É frequente o ciclo de violência intergeracional em casos de abuso sexual intrafamiliar, onde também houve abuso da mãe na infância (HIEBERT-MURPHY, 1998; NARVAZ &

KOLLER, 2005; SANTOS & DELL' AGLIO, 2007). Porém, provavelmente, estas mães devem ter omitido os abusos sofridos ou não terem recebido nenhuma intervenção de apoio quando da ocorrência.

Mães com história de abuso sexual na infância podem reviver as emoções e lembranças de suas próprias experiências ao tomarem conhecimento ou lidarem com as repercussões do abuso de suas crianças ou adolescentes (GREEN, COUPE, FERNANDEZ, & STEVENS, 1995).

Vários fatores podem influenciar as mães, para que não denunciem os abusos sexuais de seus filhos. Um deles pode ser pela proteção que lhe foi negada, quando vivenciou sua violência sexual na infância.

Segundo Santos e Dell' Aglio (2007), em estudo realizado com mães que também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar na infância, observou-se que existem outras formas de violência que se sobrepõem à experiência de abuso, revelando a repetição de interações entre os membros da família. Torna-se necessário um retorno à sua própria infância para que essas mães rompam com esse ciclo de violência.

Em um estudo teórico realizado através de revisão sistemática sobre a prevalência da transmissão intergeracional do abuso sexual (CONCEIÇÃO, 2014), a análise dos dados teve como resultado, o aumento da transmissão intergeracional de abuso sexual em diferentes gerações de familiares.

Nesse estudo, constatou-se que a média da transmissão multigeracional do abuso sexual ocorrido nas gerações analisadas foi de 42,47% na geração das avós, 41,28% de abuso sexual na geração das mães e 51,0% de ocorrências na geração das crianças.

O histórico de abuso sexual das mães, também está presentes na literatura, demonstrando associações intergeracionais (MAIDA ET al., 2005);

No entendimento de Glaser (2000), a transmissão intergeracional pode estar de alguma forma relacionada às dificuldades maternas que não foram satisfeitas pela mãe, ou quando problemas não foram resolvidos por elas (COLE, WOGLER, POWER, & SMITH, 1992).

Portanto, verifica-se que quando as mães não são acolhidas nas experiências de seus próprios abusos, não conseguem se empoderar para auxiliar seus filhos diante dessas violências e conseqüentemente, não conseguem quebrar o ciclo de violência multigeracional.

Estudos revelam que a ruptura no modelo interno de apego pode ter uma relevante ligação com o abuso sexual intergeracional (KIM, NOLL, PUTNAM, & TRICKETT, 2007; LEIFER ET al., 2004).

Outros estudos baseados na teoria do “apego” demonstram que a criança tem em sua ontogênese a forte disposição de buscar proximidade com uma figura específica (BOWLBY, 1969), demonstrando esse comportamento mais incisivo, no momento em que está assustada ou cansada (BOWLBY, 1984).

A transmissão intergeracional e o tipo de apego, já foram sugeridos em pesquisas, sendo demonstrado que mães com histórico de abuso sexualna infância, por vezes já foram diagnosticadas com o tipo de apego inseguro (LYONS-RUTH & BLOCK, 1996; KIM, NOLL, PUTNAM, & TRICKETT, 2007).

Crianças e adolescentes que passaram por abuso sexual na infância, quando não acompanhados por profissionais da área de saúde, podem desencadear vários diagnósticos que prejudicará sua saúde mental, como por exemplo, o tipo de apego inseguro, caracterizado pela busca incessante da atenção dos outros.

Esses transtornos que podem ser psicológicos, de personalidade e de dependência, capazes de desencadear conseqüências graves como: depressão, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno limítrofe, desequilíbrios emocionais, perfeccionismo negativo e sensação de ineficácia e suicídio.

Conforme Leifer, Kilbane E Kallick (2004), quando se trata de relacionamentos de apego, as mães e filhas que sofreram abuso sexual infantil, demonstram um comportamento prejudicado em relação às mães de outros grupos que não foram abusadas sexualmente.

Corroborar a pesquisa de Kim, Trickett e Putnam (2007), que ao observar as famílias em que o abuso sexual infantil se repetiu, o perfil de apego dessas mães foi identificado como

o prognóstico forte de seus sintomas de ansiedade-traço.

As relações de apego podem desencadear uma tendência das filhas virem a escolher parceiros parecidos com os de suas mães, podendo ter uma relação, pelo modo com que essas mulheres aprenderam a se vincular e com seu tipo de apego (LEIFER, KILBANE, & GROSSMAN, 2001; WIESEL, 2006).

Deste modo, as filhas de uma forma inconsciente, tendem a se interessar por seus parceiros na sua relação de afeto, com o perfil físico e comportamental de parceiros semelhantes aos de suas mães.

Mães que sofreram abuso sexual infantil podem apresentar problemas psiquiátricos, ou interpessoais, ter visões mais negativas de si como mãe e fazer uso de mais estratégias de punição física (BANYARD, 1997), respondendo inadequadamente às necessidades dos filhos, não lhe prestando o auxílio necessário (ALEXANDER, TETI, & ANDERSON, 2000; PAZDERA, MCWEY, MULLIS, & CARBONELL, 2012; SACHS-ERICSSON ET al., 2012; SHUETZE & EIDEN, 2005).

Esses transtornos psiquiátricos das mães, causados pelas violências sexuais sofridas na infância, tendem a lhe incapacitar para dar suporte para seus filhos quando necessário. Quando as suas necessidades não são atendidas, não conseguem atender às necessidades dos filhos.

As mães vítimas de abuso sexual infantil podem apresentar resistência de relacionamento com seus filhos, podendo ser mais permissivas, porém têm uma tendência de utilizar de uma punição física rigorosa, com um estilo autoritário, pouco diálogo, com um comportamento pouco sensível (DILILO & DAMASHEK, 2003). Pela dificuldade de um diálogo aberto, com esclarecimentos que possam lhe prevenir, podem vulnerabilizar seus filhos para as adversidades da vida, dentre o abuso sexual infantil.

As vivências e experiências traumáticas do abuso sexual na infância deixam marcas profundas influenciando no comportamento das mães, lhe impossibilitando de se vincular adequadamente com seus filhos, podendo favorecer a situações de risco lhe expondo ao ciclo de violência sexual multigeracional.

2.2.5 Violência intrafamiliar

O abuso sexual infantil é considerado um problema de saúde pública, tendo em vista os expressivos números registrados de ocorrências e notificações (GONÇALVES; FERREIRA, 2002; PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Porém, o número de subnotificações é muito elevado, devido à ocultação por não serem denunciados, principalmente pelo fato de ocorrerem dentro do contexto familiar. Essa ocultação leva à impunidade, fato que preocupa profissionais e pesquisadores que trabalham diretamente com esse fenômeno.

O abuso sexual intrafamiliar apresenta uma dinâmica de funcionamento específica, na qual o abusador, a criança ou adolescente vítima e a mãe compõem um sistema familiar fragilizado. O segredo do abuso sexual garante a essas famílias a ilusão de que tudo está sob controle. Quando o segredo é desvelado e as histórias de violência vêm à tona, a família e seus membros encontram-se diante do desafio de rever e construir novos papéis e limites (SANTOS, 2007).

Segundo Rosenfeld (1979), a linha de demarcação entre a fantasia e a realidade é geralmente obscura, pois a fantasia pode ser baseada em experiências reais familiares que foram deslocadas ou distorcidas. Embora seja fácil distinguir o que é incesto do que não é, as famílias confrontam-nos com inúmeros dilemas.

Para Cole e Putnam (1992), o abuso sexual por um dos pais viola a crença inocente da criança sobre segurança e verdade nas suas relações, causando distúrbios no julgamento e na habilidade de ter relações satisfatórias nas quais estejam envolvidos sentimentos de amor e proteção. De fato, o suporte social típico, nas famílias incestuosas, é à força do sofrimento em que todos os familiares estão envolvidos.

A recorrência de relatos sobre algum tipo de abuso sexual praticado contra uma criança ratifica para ele a hipótese de sedução – de natureza destrutiva e patológica.

Segundo Ferenczi, familiares mantinham relações sexuais incestuosas com crianças, para suprir suas insatisfações.

Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e puritanas são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e

de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças. (FERENCZI, 1992 [1933 [1932]], p. 101)

Com base nesse argumento, consideramos que a violência sexual intrafamiliar pode estar presente em qualquer meio da sociedade independente da classe social e econômica. As famílias tradicionais não estão imunes de terem suas crianças abusadas sexualmente por membros da família, que se aproveitam das vulnerabilidades dessas vítimas.

A média de idade em que o primeiro contato sexualizado entre pai e filha ocorre está entre os sete e nove anos. Na situação de abuso, a probabilidade de as vítimas aumentarem suas experiências sociais e estabelecerem um sentido de autocompetência no mundo social além da sua casa diminui. Intensa culpa, vergonha e confusão reduzem a probabilidade do sentimento de segurança suficiente para construir novas amizades e suporte social fora de casa. As mudanças físicas da puberdade envolvem ajustamentos psicológicos e sociais.

A norma não determina responsabilidades só à família, mas também prescreve à sociedade e ao Estado o dever de, solidariamente, assegurar à criança e ao adolescente os direitos fundamentais com absoluta prioridade, a partir de políticas públicas fortes e bem estruturadas para os atendimentos necessários.

Deve-se garantir que as promessas previstas na Legislação Brasileira, tornem-se realidade para todas as crianças e adolescentes vítimas, principalmente nos crimes de abuso sexual intrafamiliar que envolvem a família, que modificam a dinâmica que é estudado nessa pesquisa.

A prevenção das violências e violações dos direitos de crianças e adolescentes abusados com a organização de redes de proteção bem estruturadas e projetos voltados tanto para as vítimas quanto para o trabalho com seus familiares, com espaços de proteção e de promoção pessoal, poderá contribuir para a redução desses crimes no âmbito familiar.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

No capítulo anterior, foram apresentados os aspectos da Psicologia Sócio-histórica, assim como também foram destacadas as implicações conceituais acerca da violência enquanto fenômeno social; o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes; a violência sexual multigeracional; a importância da família no acolhimento às vítimas infantojuvenil violentadas sexualmente. A seguir, são apresentados os percursos metodológicos desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, onde desde as primeiras solicitações e dados estatísticos, prontamente foram disponibilizados. Também teve o apoio da DEPCA, local onde foi realizada a pesquisa. É importante ressaltar que as pesquisas realizadas trazem contribuições sociais a partir de uma escuta especializada, dando voz aos sujeitos que manifestam suas dores, dificuldades e limitações, contribuindo para uma psicologia crítica enquanto ciência e profissão. Portanto, este estudo pretende ser uma contribuição para a Psicologia sócio-histórica.

3.1 Desenho da pesquisa

Para delinear a construção de “significados da denúncia” atribuídos pelas mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, buscou-se utilizar uma metodologia que utilizasse as histórias de vida das mães pesquisadas, analisando a subjetividade no discurso, privilegiando sua trajetória de vida na infância e adolescência, para identificar se essas mães também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar; oportunizando uma relação dialógica entre o pesquisador e suas pesquisadas. Utilizando a linguagem através do discurso e sua subjetividade dando voz e vez, Vygotsky (2008, p. 62), enfatiza que o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, que possibilitou revelar a história de vida sócio-cultural das mães. Desse modo, a linguagem é um produto social que se constitui pela interação com o outro social, permitindo a mediação entre o sujeito e o objeto. Vygotsky (2008) destaca que a palavra funciona como uma zona fluida concebida como acontecimento semântico particular, que se constrói através de relações sociais, onde uma gama de signos é posta em jogo, o que permite a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente situada.

3.2 Estratégias metodológicas

Para investigar como se constituem e regulam os “significados da denúncia”, identificou-se como fundamental realizar uma pesquisa de campo de caráter exploratório de abordagem qualitativa. Portanto, a pesquisa vai buscar envolver: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. Será dada ênfase nesta pesquisa às experiências e ações das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, valorizando a subjetividade, expressa mediante relações que constitui um grupo, e estes dando sentido aos fenômenos sociais (MARCONI; LAKATOS, 2010). Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa adquirindo contornos do marco conceitual “significados” desenvolvidos pelos autores Vygotsky (1998) e Rey (2005).

A abordagem qualitativa tem como especificidade, procurar compreender o contexto onde as situações ocorrem, bem como o sentido que as pessoas dão às situações e eventos. Para se desvelar o movimento destes contextos, optou-se por não trabalhar com hipóteses fechadas antes da entrada em campo por se entender que pesquisas com esta abordagem, priorizam o refazer-se constante no próprio processo de investigação, admitindo-se a existência da subjetividade e da reflexividade na construção das experiências (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Conforme entendimento de Rey (2005), na pesquisa qualitativa se faz necessário à existência de uma relação dialógica que propicie um clima de abertura e relativa confiança para se construir o vínculo pesquisado/pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Nesse contexto, a relação dialógica se torna fundamental quando se trabalha com temas complexos, velados e que envolvem a intimidades dos sujeitos pesquisados, como o estudo dessa pesquisa que trata sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Destaca-se que se trabalhou a categoria analítica “significados”, partindo do solo conceitual propostos por Vygotsky (1998) e Rey (2005). Nesse aspecto, buscou-se, em todo o processo da pesquisa, um olhar sobre as dimensões das experiências articulado com os aspectos históricos, sociais e políticos da construção da subjetividade. Assim, durante todo o processo de inserção do pesquisador no lócus de pesquisa buscou-se compreender as experiências a partir de um espaço histórico, social e político.

A metodologia qualitativa de investigação tem uma característica que visa identificar as regularidades presentes num conjunto de elementos, que, poderão adquirir uma significação para a teoria, que ainda não foram integradas na construção teórica ou virão se confirmar questões norteadoras teóricas específicas.

3.3 Contexto da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na DEPCA, na cidade de Manaus/AM. A DEPCA é competente para receber e investigar denúncias de crimes praticados contra crianças (0 a 12 anos de idade incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos de idade incompletos) desde que o autor da prática delituosa, seja praticado por alguém com mais de 18 anos de idade. Caso o delito praticado contra uma criança ou adolescente tenha como autoria uma pessoa de 12 anos a 18 anos incompletos, a apuração desse delito será realizada na Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais - DEAAI.

A DEPCA faz a apuração de crimes cometidos contra menores de 18 anos que estão previstos no Código Penal Brasileiro (CPB), Decreto-Lei 2.848, 1940 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069/1990. As crianças e adolescentes chegam à Delegacia através de seus representantes legais, pais, mães, avós, tios, parentes próximos, quando esses querem “denunciar” o autor. São apresentadas pelos Conselhos Tutelares, escolas, igrejas, Órgãos da Saúde, Disque 100, quando seus familiares omitem em dar conhecimento do fato delituoso à Autoridade Policial.

As ocorrências recebidas por esta Delegacia são de Abandono de Incapaz, Abandono Material, Abandono Intelectual, Maus-Tratos, Lesão Corporal, Injúria, Difamação, Calúnia, Assédio Moral e uma diversidade de Crimes Sexuais. Dentre esses, os mais recorrentes são os Crimes Sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, que além da agressão física sofrida, ao ter seu corpo violentado, com toques nas partes íntimas, penetrações sexuais, resultando no crime de Estupro, outras agressões psicossociais são identificadas, desenvolvendo traumas psicológicos, com sequelas que muitas vezes são irreversíveis.

As vítimas de Abuso Sexual têm um protocolo de atendimento, contando com equipe multidisciplinar para seu atendimento. São encaminhadas para o Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), ao Instituto Médico Legal (IML), para o Setor

Psicossocial que funciona na própria Delegacia.

A DEPCA se situa na Avenida Via Láctea, SN, Morada do Sol, no Bairro Aleixo, na cidade de Manaus, composta por um prédio e um pavimento, contando com 19 setores de apoio: recepção, sala de fuga e denúncia, Brinquedoteca, 02 salas de psicossocial com WC, sala de testemunha com WC, recepção de preso contendo 4 (quatro) celas com WC, cartório do plantão com WC, gabinete da delegada de plantão com WC, gabinete da delegada titular com WC, cartório do expediente com WC, cartório de inquéritos com WC, sala de investigação com WC, sala técnica, sala de boletins de ocorrências com WC, depósito, copa, material apreendido, WC para o público e 3 celas.

Conta com 44 profissionais: 39 de nível superior, 05 servidores entre o nível médio e o nível fundamental (atualizado em 19/08/2021). Funciona 24h, atendendo as demandas de crimes contra crianças e adolescentes na cidade de Manaus. Composta por uma equipe que trabalha durante o expediente das 8h às 18h de segunda a sexta-feira, e 5 (cinco) equipes de plantão formado por: 01 delegada, 02 investigadores e 01 escrivã, que trabalham com escalas pré-definidas, durante o expediente normal e fora dele, de modo a atender o público durante 24h. (ANEXO 1)

3.4 Participantes da pesquisa

Selecionou-se uma amostra não probabilística por conveniência ou acessibilidade (COOPER; SCHINDLER, 2003). A escolha das participantes foi realizada por conveniência visando selecionar as mães participantes com diferentes perspectivas de atuação, sendo 04 (quatro) que denunciaram o abusador e 03 (três) que não denunciaram, chegando essas denúncias ao conhecimento da Delegacia, através de outras fontes de informações como Conselho Tutelar, Disque 100, escolas, equipe de Saúde, igrejas, dentre outros.

Para esta pesquisa, foram selecionadas 04 (quatro) mães de vítima de abuso sexual intrafamiliar que **denunciaram** [grifo nosso] o abusador de seus filhos e 03 (três) mães de vítima de abuso sexual intrafamiliar que **omitiram** [grifo nosso] o abusador de seus filhos, maiores de 18 anos. Com o intuito de tornar igualitárias as participações, tentou-se selecionar 04 (quatro) mães que omitiram o abusador, porém a pesquisadora não conseguiu o aceite dessa última participante para compor a amostra das mães que não denunciaram, pela recusa

de várias convidadas a participar. Observou-se que devido às mães não se dirigirem à DEPCA para denunciar, demonstraram-se resistentes a participar da pesquisa, alegando receio de se expor, se comprometer judicialmente e desacreditar na polícia, uma vez que a pesquisadora é uma policial. Foi possível, ter como participantes, mães de diferentes classes sociais, para garantir uma análise que possibilite a intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação (raça, gênero, classe social, geração, etc...).

Foi possível selecionar (01) uma mãe que omitiu o abuso sexual de seus filhos, a qual tem a orientação sexual homoafetiva, tendo como a perpetradora do abuso, a sua companheira que convivia em união estável.

Considerando que, em uma pesquisa qualitativa se utiliza da abordagem sócio-histórica, o mais importante é a qualidade dos dados alcançados e da compreensão do tema estudado, não sendo relevante a quantidade do número de sujeitos pesquisados. Deste modo, entendemos que essa quantidade de mães pesquisadas foi o ideal para se alcançar os objetivos propostos, sendo também utilizado o critério de saturação, o qual resulta na interrupção de novos entrevistados quando o pesquisador alcança a compreensão lógica interna do grupo estudado.

As mães foram convidadas a participar desta pesquisa durante os atendimentos na DEPCA. Acreditamos ser inoportuno o convite desta pesquisa, no primeiro atendimento em que as mães compareceram à Delegacia. Em grande parte, estão diante da primeira revelação do abuso sexual sofrido por seus filhos, perante a “Polícia”, momento bastante conturbado, ocasionando reações psicológicas que iriam afetar na sua compreensão e decisão, contribuindo para a sua recusa ao convite.

Após o primeiro atendimento na DEPCA é necessário o retorno das mães com as vítimas para outros atendimentos no setor psicossocial e outras oitivas junto aos cartórios das escritas. No segundo retorno à DEPCA, a pesquisadora entendeu ser o momento mais adequado em oferecer o convite às mães.

A pesquisadora se apresentou às mães, informando sobre a Instituição a qual está vinculada a pesquisa, seu conteúdo, objetivos, necessidade da participação das mães para

ouvir suas dificuldades em ter um atendimento de excelência pela Segurança Pública, criando uma Política Pública que empodere mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar a denunciar o abusador. A pesquisa foi exposta às mães e as quais se sentiram interessadas a participar, foram imediatamente selecionadas.

Os sujeitos da pesquisa (mães) foram escolhidas conforme critério de DENZIN; LINCOLN (2000), através da amostra proposital ou *purposive sample*. O objetivo é favorecer para a compreensão do fenômeno, fazendo com que a percepção do pesquisador identifique sujeitos-chave, para se obter componentes significativos lhe permitindo uma compreensão expandida do fenômeno. Portanto, menos importante é estabelecer correlações numéricas obtendo dados de generalização, mas emergir ideias significativas para uma análise reflexivo-crítica do fenômeno estudado.

Os critérios de inclusão das participantes na amostra desta pesquisa:

- Mães (maior de 18 anos) de crianças (menor que 12 anos) e adolescentes (18 anos incompletos) vítimas de abuso sexual intrafamiliar que denunciaram a violência sexual.
- Mães (maior de 18 anos) de crianças (menor que 12 anos) e adolescentes (18 anos incompletos) vítimas de abuso sexual intrafamiliar que omitiram a violência sexual.
- Mães que tenham registrado Boletim de Ocorrências registrado na DEPCA. (somente para as denunciantes).
- Ter revelado para alguém o abuso sexual de seu filho, mas o caso não chegou ao conhecimento da DEPCA (somente para as omitentes).
- Mães de vítimas que tenham disponibilidade e interesse em participar da entrevista, gravada, longa, mediante sigilo de identificação.

Os critérios de exclusão da amostra:

- Mães de vítimas de abuso sexual extrafamiliar.
- Mães que não tenham disponibilidade de horário.

3.5 Construção do corpus

Este estudo adotou a técnica de entrevistas semiestruturada em profundidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se amplia o jogo interativo, por possibilitar novas perguntas baseadas nas respostas do entrevistado, favorece uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, em que uma delas tem como objetivo obter informações detalhadas sobre a outra (BOGDAN; BIKLEN, 1994). As questões no processo desta pesquisa foram orientadas por um roteiro semiestruturado que visou estimular o diálogo espontâneo com a pesquisadora, com vistas a não limitação de respostas, mas o fornecimento de “[...] uma estrutura de referência para as respostas” (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 278).

Segundo Rey (2005), os instrumentos de coleta de dados formam um complexo único de informações quando se relacionam uns com os outros. Esses instrumentos são ferramentas que visam provocar a expressão do sujeito pesquisado, de forma livre e comprometida, priorizando as expressões, fomentando a revelação de significados da investigação em estudo.

Após o consentimento, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A), aprovado previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Compreende-se que a entrevista parte de uma conversa entre dois, onde o entrevistador tem por finalidade obter informações apropriadas sobre o objeto da pesquisa. Funciona como entrada pelas perguntas do entrevistador em temas igualmente pertinentes na obtenção deste resultado (MINAYO, 2010; VICTORA ET al., 2001). Essa escolha, segundo Minayo, possibilita combinar perguntas fechadas (estruturadas) e abertas, onde possibilita os sujeitos entrevistados a discursar sobre o tema pesquisado, sem respostas pré-fixadas pelo entrevistador, fazendo da entrevista um jogo interativo, surpreendendo o entrevistador com revelações ainda não previstas por ele.

As entrevistas foram previamente agendadas e todas individuais. É imprescindível ressaltar que para todas as entrevistadas foi preservado o anonimato. Para homenagear essas mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, foi atribuída a cada uma delas o nome de pedras preciosas, por se assemelharem com estas.

Conforme Waufen (2017, online), “cada uma das pedras preciosas tem sua própria origem específica, propriedades únicas e caráter único”. Passam por um rigoroso processo de

lapidação e polimento, sendo cada uma delas únicas na cor (SWITZER, 2018, online). O mesmo tipo de pedra preciosa pode ter intensidades, sombras, pureza, saturação e tons diferentes. Essa comparação foi feita para demonstrar que essas mães estão em processo de transformação, sendo constantemente lapidadas; uma vez que, elas são valiosas na sua atuação da dinâmica familiar, tendo papel imperioso na proteção de seus filhos, conforme regem as premissas da psicologia sócio-histórica.

A nomeação das participantes foi dada conforme as realizações das entrevistas, que são elas:

Mães que denunciaram o abuso sexual de seus filhos: Ágata, Esmeralda, Ametista, e Jade.

Mães que não denunciaram o abuso sexual de seus filhos: Safira, Rubi, Diamante.

3.6 Análise do corpus

Para buscar a compreensão dos significados da “denúncia” no contexto das experiências vividas pelas mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, optou-se por trabalhar com a história de vida das participantes, através da narrativa, com o objetivo de compreender a realidade vivida. Por ser um método que tem a finalidade de se obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa, sua principal característica é a preocupação com o vínculo entre pesquisador e o sujeito. (BAUER; GASKELL, 2005).

Segundo Silva e Barros (2010) e Oliveira (2011), na entrevista onde envolve a história de vida, deve ser analisado todo o comportamento do entrevistado, para compor a análise de dados, sendo relevante considerar a linguagem não verbal, os silêncios, as reiteraões, os esquecimentos e o cotejamento com fontes escritas e imagéticas.

Neste tipo de pesquisa o informante e o entrevistador estão num jogo interativo, não sendo o informante um ser passivo, visto que é ele quem direciona o estudo a partir de sua visão de mundo, da sua história, como interage com o presente em função de tudo que vivenciou, indo ao encontro do objeto de estudo. Se a finalidade da pesquisa é buscar experiências e perspectivas de um sujeito, a melhor forma de se obter essas informações será por meio de sua própria voz.

Nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas baseadas nas narrativas, através da técnica “núcleos de significação para apreensão de sentidos” (AGUIAR & OZELLA, 2006). Essa técnica possibilitou que as narrativas das mães não tenha se reduzido a cristalização de objeto, mas sim como um processo ativo nas relações sociais e nas experiências. Segundo Vygotsky (2008), a palavra é dinâmica, com uma infinidade de significados que faz parte de um contexto sócio-histórico construído. Por isso, a metodologia de análise é complexa, cabendo ao pesquisador ir além das questões centrais, temas, e conteúdos expostos pelo sujeito, dando mais importância para aquelas que lhe geram emoções e envolvimento do que as que têm um maior número de frequência. (AGUIAR & OZELLA, 2009).

Os autores em tela destacam que, na busca de núcleos de significação é necessário obedecer a um passo-a-passo. Após a transcrição literal de todo o material gravado, foi necessário uma leitura atenta e a organização do material coletado, para identificar pré-indicadores dos núcleos, considerando que a palavra com significado seja a primeira unidade que se destaca no momento ainda empírico da pesquisa. Ao identificar tais pré-indicadores, é confirmada a sua importância para a compreensão do objetivo da investigação.

Em seguida, buscaram-se os indicadores e conteúdos temáticos a partir de um processo de aglutinação dos pré-indicadores, pela sua complementaridade, similaridade ou contraposição, de maneira que tivéssimos menor diversidade. Esse processo mostrou os possíveis núcleos de significação.

A partir de várias leituras do material, passou-se para um processo de articulação, resultando na organização dos núcleos de significação, com a devida nomeação, onde foi possível.

[...] verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (AGUIAR & OZELLA, 2009, p.231).

O processo de análise iniciou através da formação dos núcleos, saindo do empírico para o interpretativo, devido à pesquisa se desenvolver em um processo construtivo e

interpretativo. Segundo Aguiar e Ozella (2009), a análise se inicia por um processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos. Articulam-se as questões/conteúdos contidos nos núcleos com o próprio discurso do sujeito, com sua história, buscando aí as determinações/contradições/relações.

O núcleo de significação deve revelar a expressão do ponto central dos “significados” dos sujeitos, corroborando com questões relacionadas, exteriorizando questões trazidas pelos objetivos da pesquisa, sendo estes os organizadores da palavra dita pelo entrevistado. Esses núcleos de significações não devem ser analisados isoladamente, evitando erros nas interpretações. Devem ser analisados em conjunto para a compreensão do todo. Esta análise foi realizada sempre com uma visão psicossocial, relacionando a psicologia com outros aspectos sociais, de acordo com os preceitos teórico-metodológicos da teoria sócio-histórica, conforme Vygotsky (1988) defende que, a mente é construída das relações sociais.

Assim, a partir da análise minuciosa de tais núcleos de significação, alcançou-se os objetivos propostos na pesquisa, compreendendo o significado de “denúncia” das mães participantes.

3.7 Procedimentos éticos para coleta de dados e realização da pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram respeitadas as normas e diretrizes para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, contidas na Resolução nº 510/18, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi apresentado ao Comitê de Ética da Universidade Estadual do Amazonas – UEA (CEP-UEA), sendo submetido online por meio da Plataforma Brasil para ponderações, conforme os protocolos legais vigentes da Universidade do Estado do Amazonas, devidamente assinados pela pesquisadora, seu orientador e coordenador, explicando os objetivos do trabalho. Foi APROVADO, conforme protocolo sob o nº 4.384.018, com data de relatoria no dia 06/11/2020 (ANEXO 2). Utilizou-se durante a pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelas participantes, além das autorizações institucionais pertinentes a cada campo de pesquisa.

Foi encaminhado um requerimento para a Delegacia Especializada em Proteção a Criança e ao Adolescente – DEPCA na cidade de Manaus, local da pesquisa, solicitando autorização para sua realização, onde foi imediatamente autorizada pela Delegada Titular Dra.

Joyce Coelho Viana, que deu a anuência para que a pesquisadora realizasse sua pesquisa (ANEXO 3), obtendo relatórios, boletins de ocorrências, estatísticas e acesso às participantes da pesquisa.

Por se tratar de temas que retratam sofrimento, lembranças de angústia e dor, houve a necessidade da anuência de uma psicóloga, que assumiu o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada na DEPCA.

A pesquisadora convidou a Psicóloga MSc. Estephânia de Lima Oliveira, para dar suporte psicológico para as participantes diante os eventuais riscos que a pesquisa pudesse desdobrar, minimizando quaisquer desconfortos que o instrumento de coleta de dados pudesse desencadear durante a aplicação das entrevistas, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Como as entrevistas estavam programadas para iniciarem em dezembro de 2020, houve a necessidade de a pesquisadora fazer um Termo de Compromisso para desenvolvimento de protocolos de pesquisa no período da pandemia do coronavírus – Covid 19 (APÊNDICE B), estando ciente da necessidade do cuidado à integridade física e emocional de pesquisadores e participantes da pesquisa, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA) e da própria CONEP, como descrito no Comunicado CONEP de 09/05/2020. Dessa forma, para a execução dos procedimentos de pesquisas presenciais, planejados para serem realizados no período de 01/12/2020 A 30/12/2020, foram adotadas medidas sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência das participantes e da equipe de pesquisa. De maneira específica no presente protocolo, foram tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: entrevistas agendadas em locais ventilados, uso de máscaras/ EPIs, distanciamento físico de 1,5 m entre pesquisador e participante, uso de desinfecção com álcool gel entre cada procedimento, lavar bem as mãos antes e após cada procedimento entre outros).

Mesmo tomando todas as medidas descritas, se fosse necessária a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos

participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, a pesquisadora se comprometeu a submeter imediatamente notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep.

Durante os atendimentos da pesquisadora na DEPCA, buscou-se recrutar as prováveis participantes da pesquisa (04 mães que **denunciaram** o abuso sexual de seus filhos) e (04 mães que **não denunciaram** o abuso sexual de seus filhos), tendo como critério de inclusão específico, serem mães (maiores de 18 anos), de vítimas de violência sexual intrafamiliar (menores de 18 anos), que registraram boletim de ocorrência na DEPCA, para realização da pesquisa. Acreditou-se ser inoportuno o convite para participar desta pesquisa, no primeiro atendimento em que as mães comparecem à Delegacia, devido a grande maioria das mães, estarem diante da primeira revelação do abuso sexual sofrido por seu filho, perante a “polícia”, momento bastante conturbado, ocasionando reações psicológicas que iriam afetar na sua compreensão e decisão, contribuindo para a sua recusa ao convite.

No retorno das mães com seus filhos para outros atendimentos no setor psicossocial e outras oitivas junto aos cartórios das escritãs, a pesquisadora apresentou às mães a pesquisa, a Instituição a qual está vinculada, seu conteúdo, objetivos, necessidade da participação das mães para ouvir suas dificuldades em ter um atendimento de excelência na Segurança Pública, criando uma Política Pública que empodere mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar a denunciar o abusador.

Algumas mães pré-selecionadas que aceitaram o convite para participar da pesquisa, posteriormente não foram encontradas. Tentou-se contato telefônico para agendamento, mas sem sucesso. Não foram encontradas no endereço informado no boletim de ocorrências, devido ter mudado de domicílio, sendo necessário o convite ser realizado para outras participantes que após apresentação dos objetivos da pesquisa, aceitaram o convite.

Vários esforços foram feitos para se buscar a quarta participante que **não denunciou** o abuso sexual intrafamiliar de seu filho, que não procurou a rede de enfrentamento para denunciar o abuso, que auxiliaria na proteção da vítima abusada sexualmente.

A pesquisadora mostrou a importância de sua participação na pesquisa de modo a contribuir no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e no empoderamento das mães em denunciar, mas as tentativas não lograram êxito, tendo a recusa

de mais de 10 (dez) convidadas. Verificou-se que as mães convidadas se recusaram em participar, porque temem em se comprometer em suas narrativas por sua omissão.

Devido à pesquisa coincidir com o período da Pandemia da Covid-19, as entrevistas foram suspensas pela Portaria da Delegacia Geral, que suspendeu quaisquer atendimentos que não fossem de urgência. Esses motivos fizeram com que a pesquisa de campo demorasse mais tempo que o previsto.

Portanto foram entrevistadas 03 (três) mães que não denunciaram o abuso sexual de seu filho (a) e não 04 (quatro) como estavam previsto, porém não comprometeu os resultados da pesquisa.

No aceite para participação, deu-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi lido e devidamente explicado à participante.

As entrevistas foram realizadas em sala privada do Serviço de atendimento Psicossocial da DEPCA, sendo gravada, mediante autorização das participantes, que foram informadas que, caso fosse de seu interesse, poderiam ter acesso aos resultados da pesquisa. Deve-se ressaltar ainda que o ambiente onde foi realizada a entrevista não era estranho às participantes, visto que já existia um vínculo com a instituição nos atendimentos anteriores, além do fato de a pesquisadora possuir ampla experiência nos atendimentos com crianças, adolescentes pais e responsáveis de vítimas de violência sexual intrafamiliar.

Teve o apoio da Psicóloga MSc. Estephânia Oliveira (ANEXO 4), que caso fosse observado que a entrevista em algum momento mobilizasse conteúdos emocionais prejudiciais, de risco, imediatamente esta seria interrompida e disponibilizado atendimento psicológico à mesma, ou pela pesquisadora, ou pelos outros psicólogos que compõem a equipe multidisciplinar do serviço. Porém, não houve a necessidade de nenhum atendimento especializado nem pela psicóloga, nem pela equipe multidisciplinar, sendo devidamente administrado pela pesquisadora que garantiu os meios e recursos competentes, que imediatamente entreviu, para limitar e remediar qualquer dano causado.

Ressaltamos que, visto os cuidados tomados, nenhuma entrevista foi interrompida por tais razões. Foram tomadas ainda as precauções necessárias para que as participantes

envolvidas na pesquisa em questão não fossem identificadas, não sendo utilizado o nome das participantes, de seus filhos vítimas de violência sexual, datas e endereços que pudessem identificar as mães ou vítimas, os quais também foram omitidos, para que não comprometessem o objetivo deste estudo.

Teve apenas uma participante que não foi entrevistada nas dependências da DEPCA, pela dificuldade da entrevistada comparecer na delegacia, devido residir muito distante e que por conta da pandemia, preferiu não utilizar o transporte público, nem aceitar o transporte via aplicativo que seria disponibilizado e custeado pela pesquisadora. Deste modo, a pesquisadora se dirigiu até a residência da vítima que fica aproximadamente a 25 km de distância da DEPCA, realizando a pesquisa em ambiente isolado, ventilado, utilizando todos os protocolos previstos na pandemia do coronavírus (Covid-19).

Segue roteiro de entrevista das participantes da pesquisa (APÊNDICE C), realizada na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA:

1- Mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve riscos à coletividade.

a) **Risco:** Durante a coleta de dados, se alguma participante manifestasse alguma alteração emocional como, medo, culpa, revitimização, stress, vergonha, em decorrência da entrevista, a pesquisadora se comprometeu em tomar medidas para minimizar seu desconforto, interrompendo a entrevista e oferecendo atendimento psicológico disponível na DEPCA. Assegurou o compromisso de proteger as entrevistadas mantendo o sigilo, resguardando as identidades e suas opiniões.

b) **Benefícios:** A pesquisa foi uma oportunidade de dar voz às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, revelar medos, traumas, significados sobre a Segurança Pública; identificar os motivos pelos quais desistem de denunciar o abusador de seus filhos; conhecer suas expectativas em receber um atendimento de excelência pela DEPCA e equipe multidisciplinar da Segurança Pública, Cidadania e Direitos

Humanos, com a finalidade de dar subsídio para essa mãe quebrar o ciclo da violência sexual intrafamiliar e contribuir para novas reflexões e estudos referentes ao tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo serão mostrados os resultados da pesquisa, através das análises das narrativas das participantes dialogados com o referencial teórico.

4.1 Perfil sócio-demográfico das mães: conhecendo vidas e histórias

A presente pesquisa entrevistou 07 mães, sendo 4 (quatro) mães de vítimas de violência sexual intrafamiliar que **denunciou** o abuso sexual de seus filhos (57,1%), e 03 (três) mães de vítimas de violência sexual intrafamiliar que **não denunciou** o abuso sexual de seus filhos (42,9%), totalizando (100%). Todas foram atendidas na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, situada na Zona Centro-sul da cidade de Manaus-Am.

A tabela a seguir apresenta um resumo do perfil sócio-demográfico das mães.

Tabela 1: Perfil sóciodemográfico das participantes

Participantes	Idade (anos)	Idade Filho/Filha (anos)	Nível de escolaridade	Profissão	Estado Civil	Autor da violência	Composição familiar	Renda familiar	Nº. Filhos	
Denunciou	Esmeralda	37	13 e 13 Filhas	Ensino médio Completo	Aux. Serviços Gerais	União Estável	Pai	Companheiro e 2 filhas gêmeas (13 anos)	1.200,00	2
	Ametista	35	13 Filha	8º. Ano do Ensino Fundamental Incompleto	Do lar	União Estável	Tio	Companheiro (38 anos), filha (14 e 2 anos), filho (15 e 7 anos),	Auxílio Emergencial	4
	Ágata	38	8 e 5 Filha e Filho	Superior Completo Pós Graduada	Assistente Social	Divorciada	Avô Paterno	Filha (19 anos), Filho (16 anos), filha (12 anos)	1.600,00	3
	Jade	41	9 Filha	Superior Completo	Assistente Social	Divorciada	Avô Materno	Filha (13 anos), filho (7 anos)	3.500,00	2
Não Denunciou	Safira	42	5 e 3 Filha e Filho	Ensino Médio Completo	Cozinheira	União Estável	Madrasta	Companheira (38 anos, filha (12 anos), filho 10 anos), enteado (8 anos)	1.200,00	2
	Diamante	26	5 Filha	2º. Ano do Ensino Médio	Agricultora	União Estável	Pai	Companheiro (26 anos), filho (7 anos), filhas (5 e 3 anos), grávida de 6 meses	Bolsa Família	4
	Rubi	28	8 Filha	Ensino médio Incompleto	Manicure	União Estável	Pai	Companheiro (30 anos), filha (8 anos)	1.500,00	4

Fonte: a autora

Entre as participantes da pesquisa, 07 (sete) do sexo feminino, sendo 6 (seis) de que se autodefiniram como heterossexuais e tendo uma mãe se autodefiniu como lésbica, onde se tentou buscar a maior diversidade de gêneros das participantes nessa pesquisa. A faixa etária das entrevistadas encontra-se entre 26 aos 42 anos. Constatou-se que 57,1 % das participantes nasceram na área Rural do Estado do Amazonas ou do Pará, vindo para Manaus em busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades e 42,8 % participantes nasceram na cidade de Manaus. Em relação ao estado civil, 05 vivem em união estável, 2 são divorciadas. Percebeu-se que a faixa etária a qual se casaram ou iniciaram a união estável variou entre 16 aos 30 anos.

Em relação aos números de filhos, observou-se que as mães engravidaram do primeiro filho entre 14 aos 29 anos, e a média de números de filhos é de 3 com pouca variação entre 02 e 4 filhos. Quanto ao grau de escolaridade, 01 não concluiu o Nível Fundamental de Ensino, 02 não concluíram o Ensino Médio, 02 concluíram o Ensino Médio, 02 concluíram o Ensino Superior, tendo 1 cursado Pós- Graduação. As rendas mensais das participantes variam em torno de um a três salários mínimos, em alguns casos essas rendas são compostas por bolsas do Governo Federal (Bolsa família e Auxílio Emergencial da Pandemia Covid-19) ¹, sendo

¹ O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício de R\$ 600 para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. Quem tem direito ao benefício são as pessoas que fazem parte do cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI), os contribuintes individuais do INSS, autônomos e trabalhadores informais que não recebem nenhum outro benefício do Governo Federal (com exceção do Bolsa Família) estão aptos a receber o benefício. A pessoa também precisa ter mais de 18 anos, não ter emprego formal, ser de família com renda mensal per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3.135), além de não ter tido rendimentos tributáveis, em 2018, acima de R\$ 28.559,70 (ou seja, que não precisou declarar Imposto de Renda em 2018). Desde que atenda às regras do Auxílio, quem já está cadastrado no Cadastro Único, ou recebe o benefício Bolsa Família, receberá o auxílio emergencial automaticamente, sem precisar se cadastrar. Quem é beneficiário do Bolsa Família pode receber o auxílio emergencial desde que cumpra os critérios para receber o auxílio emergencial e caso seja mais vantajoso que o valor recebido no Bolsa Família. O pagamento do auxílio aos beneficiários do Bolsa Família é feito automaticamente, sem necessidade de cadastro. No máximo duas pessoas por família podem receber o auxílio emergencial de R\$ 600. Já as mães que são responsáveis sozinhas por suas famílias têm direito a receber o benefício em dobro, ou seja, R\$ 1.200. São três meses, a princípio, período mais agudo da pandemia do coronavírus. O valor do auxílio não pode ser usado para amortizar débitos anteriores, ficando blindado na conta. Trata-se de um auxílio emergencial para ajudar no sustento das famílias nesse período de excepcionalidade. Na finalização da pesquisa, em reunião no Palácio do Planalto, a prorrogação do auxílio emergencial veio a ser foco do assunto. O benefício de fato será prorrogado por um total de três meses. Ao que tudo indica, inicialmente o governo deve liberar duas novas parcelas do auxílio emergencial, e caso seja necessário liberar mais uma parcela, a depender do ritmo de vacinação, o governo deve vir a liberar, para completar um total de três parcelas.

três casos a única renda ou a renda principal da família. Das mães que denunciaram o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos, a média das idades das vítimas abusadas é de 10,1 anos (mínimo 5 anos e máximo 13 anos) e dos filhos que suas mães não denunciaram é 5,3 anos (mínimo 3 anos e máximo 8 anos).

4.2 Breves notas sobre as protagonistas

Esta seção faz um esforço para apresentar brevemente aspectos da vida de Ágata, Ametista, Esmeralda e Jade que realizaram a denúncia espontaneamente na DEPCA e, posteriormente, Safira, Diamante e Rubi que a denúncia foi retardada ou omitida, sendo realizada por um dispositivo da rede de proteção à violência contra infância e adolescência.

Ágata – Na época da pesquisa possuía 38 anos de idade, reside com seus 03 filhos (20 anos, 17 anos, e 13 anos), mora de aluguel, porém tem casa própria. É natural da cidade de Itacoatiara-Am, veio para a cidade de Manaus aos 13 anos em busca de melhores condições de estudo e se profissionalizar.

Casou-se aos 19 anos, com João² que trabalhava como motorista. Seu casamento durou 12 anos, se divorciou do seu esposo pelos conflitos que teve com a família dele, devido não acreditarem no abuso sexual cometido pelo avô paterno contra seus 2 filhos (menina de 8 anos e menino de 4 anos de idade).

Divorciada, não tem relacionamento estável desde sua separação. É pós-graduada em Gestão Pública, ocupa o cargo de Auxiliar Administrativo percebendo um salário de R\$ 1.600,00. Sua filha mais velha trabalha e faz faculdade, seus outros filhos são estudantes. Teve uma infância feliz no município de Itacoatiara.

Sua mãe sempre viajou trabalhando por conta do INSS, tinha muitas auditorias, ficava juntamente com seus irmãos sob a responsabilidade de seus avós e tios. Tem muito amor e

O Governo pretende custear a nova prorrogação do auxílio emergencial com R\$ 7 bilhões remanescentes do limite aprovado no início do ano de R\$ 44 bilhões fora do teto de gastos para liberar a medida este ano. O restante do valor virá através de crédito extraordinário fora do teto de gastos através de uma nova Medida Provisória (MP). Conforme declarações do ministro Paulo Guedes, cada parcela do auxílio emergencial 2021 custa R\$ 9 bilhões.

² Nome fictício.

admiração por sua mãe, por ser uma mulher que sempre trabalhou, estudou e lutou para dar o melhor para seus filhos.

Morava no sítio, mas ia para cidade para vender farinha, tucumã e retornava para o sítio. Seu pai era divorciado de sua mãe e tinha seu avô como o único homem como referência. Seu avô sempre lhe tratou muito bem. Tem um padrasto que foi bom para sua mãe e toda a família. Gostava de frequentar os balneários com seus pais, gostava de pescar, fazer farinha, correr atrás das ovelhas e colocar o gado pra correr.

Ficou triste com a separação dos seus pais. Lembra que um dia seu pai chegou bêbado quando já estava separado e lhe disse que ela não era filha dele. Ágata carregou isso muitos anos, sofrendo com isso. Somente após ter o seu segundo filho, teve uma conversa com ele, seu pai lhe pediu perdão, dizendo que falou aquilo para ofender sua mãe.

Relata que o dia dos pais era o dia mais triste, porque não tinha pai, que nas festinhas da escola não gostava de participar e chorava. Nunca foi vítima de abuso sexual.

Ametista- Na época da pesquisa possuía 35 anos de idade, é do lar, estudou até o 8º. ano do ensino fundamental, vive em união estável desde os seus 18 anos de idade com seu companheiro de 38 anos, que trabalha como Auxiliar de Serviços Gerais, com ensino médio incompleto, que com ele teve seus 04 filhos (15 anos, 14 anos, 7 anos e 3 anos), mora a 25 km de Manaus em casa própria doada pelo seu pai. É natural da cidade de Manaus, sua renda familiar é composta pelo trabalho avulso de seu companheiro (bico) e do Auxílio Emergencial do Governo pela Pandemia Covid-19.

Relatou que teve uma infância feliz, apesar de seus pais se separarem quando tinha menos de 1 ano de idade. Foi criada pelo seu pai até quatorze anos, depois foi morar com sua mãe. Gostava de brincar com suas amigas e de estudar. Sentia muita falta de sua mãe. Relata que uma lembrança feliz que marcou sua vida foi à comemoração do seu aniversário surpresa de 18 anos, pois nunca havia festejado um aniversário.

Lembra com tristeza da infância de viver distante de sua mãe, devido seus pais viverem separados. Sempre teve um bom relacionamento com sua madrastra tendo mais afinidade com ela do que com a sua própria mãe, devido morar com seu pai até seus 14 anos

de idade. Nunca foi abusada sexualmente. Sua filha foi vítima de abuso sexual pelo seu cunhado (tio da vítima) aos 13 anos de idade, que resultou numa gravidez de estupro de vulnerável.

Esmeralda - Na época da pesquisa possuía 37 anos de idade, ensino médio completo, trabalha como Auxiliar de Serviços Gerais, está atualmente desempregada, com uma renda familiar de R\$ 1.200,00, reside com suas 02 filhas gêmeas (14 anos) e com seu companheiro, mora em casa própria. É natural da cidade de Carauari-Am, veio para a cidade de Manaus após a separação do seu ex- companheiro quando suas filhas tinham 8 anos de idade.

Não tinha emprego, não sabia onde ia morar, não tinha nada, veio em busca de melhores condições para conseguir um trabalho e posteriormente trazer suas filhas para morar com ela. Iniciou a união estável com o seu ex-companheiro quando tinha 22 anos de idade, relacionamento que duraram 10 anos.

Separou-se por conflitos com muitas brigas, pois ele bebia muito, sendo agredida psicologicamente por ele, porém nunca foi agredida fisicamente. Suportou o relacionamento até as filhas gêmeas completarem 8 anos de idade, quando não aguentou mais e se separou.

Atualmente vive em união estável há 6 anos com seu companheiro que lhe dá todo apoio na educação de suas filhas e tem um bom relacionamento familiar. Teve uma infância feliz, morava com seus pais, mas eles não tinham boas condições financeiras de dar tudo aquilo que ela queria. Sempre gostou muito de sua mãe, nunca foi abusada sexualmente.

Suas filhas foram violentadas sexualmente pelo seu ex-esposo, (pai biológico das filhas) dos 9 aos 13 anos de idade, que teve conjunção carnal com ambas. Acredita que o motivo da violência sexual cometida contra suas filhas gêmeas foi motivada por vingança por ele não aceitar a sua separação.

Jade – Na época da pesquisa possuía 41 anos de idade, curso superior completo em Serviço Social, divorciada, atua como coordenadora de projetos no desenvolvimento de crianças e adolescentes tem uma renda de R\$ 3.500,00; reside com seus 02 filhos (13 anos e 7 anos), possui casa própria, natural de Manaus.

Casou-se aos 26 anos, seu casamento duraram 10 anos, se divorciou do seu esposo porque ele não lhe respeitava, informa que ele era um sem nada, sendo ela o homem da situação, sustentando a casa e vivia uma situação bem difícil, continua divorciada e atualmente não tem relacionamento estável.

Relatou que cresceu numa família desestruturada, seu pai nunca casou com sua mãe, aos dois anos de idade sua mãe lhe deu para sua avó, se considera filha adotiva, sendo uma guerreira. Presenciou seus tios beber, fumar, usar drogas e sua mãe tinha uma vida muito difícil. Ao ser adotada por sua avó, mudou um pouco o contexto porque tinha mais recursos financeiros, mas ao mesmo tempo proteção não tinha.

Passou dos 7 até os 14 anos fugindo do seu tio tarado, que lhe abusava sexualmente, porém ninguém acreditava, nunca ninguém fez nada, devido ele ser sempre aquele tiozão que trazia rancho, trazia presente, dava dinheiro, todo mundo gostava dele. Ele tentava comprá-la com dinheiro, mas ela sempre corria disso.

Desistiu de falar pra família porque não acreditavam nela, nem mesmo sua própria mãe, então procurou se defender. Sua filha foi vítima de abuso sexual pelo pai de Jade (avô materno) quando tinha 9 anos de idade.

Safira - Na época da pesquisa possuía 42 anos de idade, ensino médio completo, auxiliar de administração, natural da cidade de Castanhal-PA, renda familiar R\$ 1.800,00, reside com seus 02 filhos (menina de 12 anos e menino de 11 anos), com sua companheira de 32 anos e seu enteado de 10 anos.

Mora em uma casa cedida, já teve casa própria, mas teve que vender. Morou com sua mãe biológica até os seis meses, sendo deixada na casa de seus avós maternos. Sua mãe posteriormente voltou para lhe pegar provisoriamente aos 4 anos de idade e depois voltou pra lhe buscar aos 7 anos após a morte de sua avó. Foi criada por seus avós e a sua mãe disse a eles que fulano de tal era seu pai, ela não foi registrada no nome dele, então cresceu com aquele nome na cabeça, e aquele nome era Deus no céu e ele na terra, como pai. Chamava sua avó de mãe, porque sua mãe era ausente e lhe mandava roupas de vez em quando. Nunca conheceu seu pai biológico.

Com seis anos de idade, gostou de uma garota, primeiro momento que se recorda de uma atração homoafetiva, que só despertou compreendendo esse sentimento aos 13 anos de idade. Aos 7 anos de idade foi morar como filha pra ganhar uma roupinha de natal e ser criada numa família aonde aconteceu o primeiro aliciamento.

Sua tia lhe trouxe para Manaus aos 11 anos, porém lhe informou que não iria morar com ela, que iria morar na casa de alguém pra lhe criar. Morou com duas famílias e não deu certo porque na primeira família a patroa dava muito valor aos estudos e ela tinha que pegar condução e faltava muito as aulas. Na segunda família a patroa tinha muito ciúme do marido. Aos 13 anos sua tia lhe disse que ela que teria que arranjar uma casa de família para morar, pois havia feito duas tentativas e não logrou êxito.

Sua infância foi cheia de decepções. Teve um relacionamento hetero com o pai de seus 2 filhos que durou 1 ano e 8 meses, mas nunca morou com ele. Acreditava que com esse relacionamento hetero poderia sair do mundo gay. Posteriormente viveu em união estável num relacionamento homoafetivo com sua ex-companheira durante 4 anos, que anteriormente era babá de seus filhos, a qual foi acusada de abusar sexualmente de seus 2 filhos (menina de 4 anos e menino de 3 anos), motivo que resultou na sua separação.

O abuso foi denunciado à DEPCA pelo Conselho Tutelar através da escola das crianças, sendo estas encaminhadas para o abrigo e posteriormente para casa de sua prima. Nessa época, sua família era composta por ela, seus 2 filhos e sua companheira Belmira³ (abusadora). Sua prima não pôde ficar com seus filhos eles foram morar na casa de um casal que lhes “adotou”, mas Safira lhes visitava nos finais de semana.

Sua filha quando tinha 10 anos de idade foi abusada pelo pai adotivo e quando Safira tomou conhecimento, denunciou o abusador.

Relata que o único momento marcante na sua infância foi aos 7 anos, no dia que descobriu que sua mãe ia lhe levar pra conhecer seu suposto pai. Era tudo o que ela mais queria na vida, nunca tinha visto ele. Aos 9 anos foi estuprada pelo homem que sua mãe dizia ser seu pai. Sua mãe foi conivente, tirou sua roupa e lhe ofereceu para esse homem.

³ Nome fictício

Quando criança foi abusada nas casas de família em que viveu, mas na época não compreendia que aquilo era abuso sexual. Somente aos 13 anos que despertou sobre aqueles toques em seu clitóris pelos homens mais velhos, se tratava de violência sexual.

Diamante - Na época da pesquisa possuía 26 anos de idade, é agricultora, estudou até o 2º. Ano do ensino médio, sua renda é composta pelo auxílio emergencial, vive em união estável há 9 meses com seu atual companheiro que trabalha como auxiliar de pedreiro e suas duas filhas de 5 anos e 4 anos de idade. Está grávida de 6 meses, tem um filho de 7 anos que foi criado durante pouco tempo por ela (mora com o pai), tem uma filha de 5 anos fruto de um namoro, em que o pai biológico da criança viajou e não a assumiu.

Foi viver em união estável com o seu ex-companheiro quando deu a luz a essa criança, ele registrou sua filha e com ele teve outra filha de 4 anos de idade. Dissolveu essa união estável após ser vítima de constantes violências domésticas causadas por ele (abusador), que lhe lesionou fisicamente quebrando seu nariz na presença das 2 filhas de 5 e 4 anos.

Seu filho de 7 anos foi morar com o pai, devido os maus-tratos constantes que ele praticava contra a criança. Não suportando a situação, se separou deixando sua botija, geladeira e outros objetos para as filhas, porque não tinha onde morar, não tinha como alugar um quarto nem levar seus móveis e suas duas filhas, prometendo a elas que quando conseguisse um lugar viria buscá-las, mas quando se estabilizou o abusador não permitiu que as filhas fossem morar com Diamante.

Mora em casa alugada no valor de R\$ 400,00. É natural da cidade de Uricurituba-Am, veio para a cidade de Manaus aos 22 anos de idade com seu ex-companheiro. Aos 16 anos teve o seu primeiro companheiro que veio morar com ela na casa de seus pais, foi mãe aos 18 anos de idade. Foi vítima de abuso sexual intrafamiliar pelo seu tio dos 7 aos 12 anos de idade juntamente com seus dois irmãos de 4 e 5 anos. Sua filha foi vítima de violência sexual pelo seu ex-companheiro que lhe registrou como filha.

Teve uma boa infância, foi criada no interior, seus pais são agricultores e pescadores, aprendeu a fazer farinha com sua mãe, aprendeu a pescar, sua maior felicidade na infância era ir para a escola, considera que era uma ótima aluna, adorava ler.

Durante a entrevista, lembrou com tristeza a primeira briga de seus pais que mudou a vida da sua família, se viu como espelho durante as constantes brigas com seu ex-companheiro.

Na sua adolescência teve mais dificuldades porque almejava ter uma melhor qualidade de vida, sempre teve como objetivo ter sua casa com seus pertences, saiu cedo da dependência de seus pais, com 16 anos já tava vivendo com seu primeiro companheiro, e até hoje tem sua independência.

Tem muito amor e admiração por sua mãe, é a única filha mulher, diz que sempre foi igual a sua mãe, sempre foi sua amiga até hoje, tudo que acontece com ela conta tudo para ela. Gostaria de ficar mais perto de sua mãe, mas devido morar longe, fica dividida porque tem sua vida em Manaus. Em contato após a entrevista, a entrevistada retornou para Uricurituba em maio/2021 com seu companheiro e filhas para ter seu filho (a) da quarta gestação. O abuso sexual de sua filha cometido pelo seu ex-companheiro foi denunciado à DEPCA pelo Conselho Tutelar.

Rubi – Na época da pesquisa possuía 28 anos de idade, ensino médio incompleto, manicure, natural da cidade de Manaus-Am, vive em união estável há 1 ano com seu companheiro que é marceneiro, lhe ajuda na marcenaria nas horas vagas, tem planos de se casar, ele tem uma convivência harmoniosa com seus filhos, mora em uma casa própria de alvenaria, tem uma renda familiar de R\$ 1.500,00 reduzida pela pandemia.

Tem 4 filhos de 13, 9, 8 e 4 anos. Foi mãe aos 14 anos de idade, de um relacionamento com seu namorado, seu filho está com 13 anos, morou com ela até os 3 anos, posteriormente morou com sua mãe até os 10 anos e atualmente mora com o pai. Com seu ex-companheiro teve 2 filhas de 8 e 4 anos. Seu filho de 9 anos foi registrado por ele, não sendo seu filho biológico. Os três passaram a residir com o pai, após passarem 2 dias na casa da avó materna, quando foi acusada de abandono de incapaz e embriaguez.

Essa acusação foi realizada junto ao Conselho Tutelar, que posteriormente seu ex-companheiro alegou ter a guarda judicial das crianças, sem nunca ter havido audiência na justiça. Ficou com as crianças até a revelação do abuso sexual cometido pelo seu ex-companheiro contra a sua filha de 5 anos. É filha adotiva, morou com seus pais até os 7 anos

de idade, quando eles se separaram, foi morar com seu pai devido à localização de sua escola.

Seu pai era alcóolatra e vivia embriagado e aos 8 anos foi morar com sua mãe que se dava muito bem e lhe colocou para fazer aulas de teatro e canto quando tinha 13 anos. Não era aquela mãe que ficava agradando filho, carinhosa, mas tudo que ela queria na medida do possível lhe dava.

Conviveu com seu ex-companheiro durante 8 anos que trabalhava como pedreiro, numa relação de muita violência doméstica. Separou-se após várias violências, dentre elas, lesão corporal grave cometida por ele. Após sua separação conviveu durante 3 meses com seus filhos e posteriormente as crianças ficaram com o pai e durante o dia com a avó paterna. Devido as constantes ameaças do seu ex-companheiro ficou distante dos filhos por 1 ano.

Foi vítima de violência sexual dos 7 aos 8 anos pelo marido de sua avó (vodrasto), não contou pra ninguém porque tinha medo. Também sofreu uma tentativa de violência sexual por seu vizinho aos 11 anos de idade. Pela violência sexual sofrida na infância, não confiava em ninguém, tinha cuidado com seus filhos e sempre que possível mantinha vigilância.

Sua filha de 8 anos foi vítima de violência sexual (coito anal) cometida por seu ex-companheiro (pai biológico) de sua filha. Acredita que a violência perpetrada contra a sua filha foi motivada por vingança devida ela ter se separado dele. Rubi não denunciou o abuso sexual de sua filha devido não estar morando com ela vindo a tomar conhecimento após o Conselho Tutelar encaminhar a vítima à DEPCA.

A criança de 8 anos revelou a violência sofrida à prima de 9 anos, sua prima falou pra sua mãe (sobrinha do autor) que a levou até o posto de saúde, sendo encaminhada para o Conselho Tutelar, que posteriormente trouxe a vítima à DEPCA para procedimentos cabíveis. Rubi tomou conhecimento após o registro do Boletim de Ocorrências e acompanhou a filha ao IML para realização de exames periciais e demais procedimentos.

Buscou-se nesta seção apresentar principais características das interlocutoras da pesquisa. A seguir, busca-se descrever um panorama da rede enfrentamento às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar em Manaus.

4.3 Atribuições de “significados da denúncia” das mães estudadas

Nesta seção é feita uma análise articulando os núcleos de significação buscando conhecer o sujeito na sua estrutura e na sua dinâmica tal qual ela é, na sua existência real. Serão analisadas as trajetórias 04 (quatro) mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar que **denunciaram** o abuso sexual de seus filhos. Em seguida, serão analisadas as trajetórias de 03 (três) mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar que **não denunciaram** o abuso sexual de seus filhos. Em seguida, será realizada a discussão dos dados utilizando, articulados com os autores de base selecionados.

Serão apresentados os núcleos de significação a partir da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. Deste modo, o objeto de estudo vem se fazer perceber os significados da “denúncia”, que sustentam o entendimento do abuso sexual infantojuvenil, e para entender a multigeracionalidade do abuso sexual intrafamiliar, através da subjetividade e consciência, como ferramentas para compreender as mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar (sujeitos estudados). Nesse processo, utilizaram-se os Núcleos de Significação através de um procedimento articulado de análise do sujeito, não abrindo mão da relação intrínseca com o materialismo histórico dialético e sócio-histórico. Os Núcleos de Significação, consoante leciona Aguiar (2020) são construtos intelectivos para explicar a realidade de movimentos dos fenômenos sociais.

O mais importante não é descrever, mas sim explicar algo para produzir o conhecimento, tendo formas de análise para conhecer o sujeito na sua estrutura e na sua dinâmica, buscando analisar a realidade. Neste tópico, são apresentados os dados e as análises dos Núcleos de Significações que emergiram através dos discursos dos sujeitos. Para realizar essas análises foram trazidos elementos do discurso das participantes no sentido de contribuir na compreensão do conteúdo desses núcleos.

4.3.1 Significados da denúncia de mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar: denunciantes.

Esta seção encontra-se organizada a partir dos seguintes núcleos de significação: Maternidade, negociação de emoções e táticas; Figuras de proteção e suas monstruosidades: dor, violência e revolta; A Justiça, a Polícia e a Depca: tecendo controvérsias; A família que acolhe, orienta e julga; A culpa, a vergonha e o medo que confundem e incomodam; A dor da

revelação.

Maternidade, negociação de emoções e táticas

As emoções são tratadas inicialmente por Vygotsky como uma atividade instintiva do ser humano, que depois passa a tratá-las como “comportamentos emocionais” de ordem hereditária: “... as emoções são funções psíquicas superiores, funções mentais cujas formas e conexões biológicas, inferiores, são transformadas pela vida social e cultural.” (Toassa, 2009, p. 238).

As emoções são um tipo determinado de reação, representam um dos mais importantes registros da subjetividade humana, pois são transformadas em ações as quais vão caracterizar o sujeito nos espaços de suas relações sociais e no âmbito cultural (Toassa, 2009).

Algumas pesquisas abordam aspectos que abrangem o papel da mãe e seu comportamento diante à situação de violência sexual de crianças e adolescentes. Algumas exploram as características e reações maternas diante da revelação. O estudo de Lima e Alberto (2016) discute o processo em que as mães se lembram de seus próprios abusos a partir dos abusos das filhas, vivenciando suas vitimações do passado, servindo de base para providências efetivas a partir do conhecimento do abuso sexual de suas filhas. Discutem a necessidade de um espaço de escuta para a família das crianças abusadas, em especial, um atendimento especializado para as mães.

Outros focam aspectos do relacionamento mãe-filha, como as pesquisas de (CAMPELO, 2010; JUNG, 2007; VON FRANZ, 1995), que retratam como esse relacionamento influenciará na construção da identidade da filha, na noção de si mesma, e na forma da menina experimentar e perceber o mundo. Neste sentido, as convivências entre mães e filhas são importantes para os relacionamentos futuros da menina.

A relação primitiva entre mãe e filha é fundamental para construir a relação de dependência entre elas. A mãe é a figura da conexão com o mundo real para a filha, pois através da mãe a filha se conectará com o ambiente e a sociedade.

Alguns estudos descrevem essas mães como tendo uma história de vida caótica, com abandonos e violências, sendo marcadas por carências afetivas, instabilidade em relação aos cuidados primários e pouca provisão de apoio mútuo (AMENDOLA, 2004).

Conforme leciona Fleck e Wagner (2003), nas últimas décadas, houve várias mudanças no papel da mulher em relação ao antigo modelo da família tradicional de classe média brasileira. Nesse modelo, o homem era o provedor da família, tinha um trabalho remunerado, enquanto a mulher se dedicava aos trabalhos domésticos, administrando o lar, priorizando a atenção dos filhos. Essa configuração familiar passa a ser incomum em nossa realidade no século XIX e início do século XX.

O papel materno foi citado pelas mães participantes como a principal figura de proteção para os seus filhos, através das suas próprias vivências na sua infância e adolescência. Esse relacionamento mãe-filha de experiências vividas contribuiu para estarem sempre alertas para os perigos de seus filhos. Reconhecem que todas as admoestações, que muitas vezes eram confundidas com excesso de cuidados e repreensões, na verdade era uma tática de suas mães para que elas tivessem uma vida adulta promissora, sendo medidas necessárias, que naquele momento ocultava a expressão de amor, que ainda era incompreensível aos seus olhos pela sua imaturidade.

As participantes utilizam o gênero do discurso narrativo para descrever sua história de vida, com a riqueza de detalhes, para melhor compreensão de suas vivências.

Eu sempre gostei muito da minha mãe! É que nem eu falei pra elas né! Eu digo hoje, eu digo: minha filha quando a gente não é mãe, a gente não valoriza mãe da gente. Mas a partir do momento que a gente é mãe, a gente aprende a valorizar e quando você for mãe você vai entender que tudo isso que eu tô fazendo é pro seu bem não é pro seu mal. [...] Era conturbada assim, até eu me tornar mãe, como eu relatei pra senhora. Porque quando a gente não é mãe, a gente acha que a mãe da gente quer o mal da gente, mas não quer né! A gente não obedece, a gente responde, a gente faz coisa errada, e a mãe tá ali sempre do lado aconselhando e querendo o melhor pra gente, mas a gente não entende. [...] Mas que nem eu falei pra elas. Hoje vocês podem achar que tô sendo... que eu quero me vingar do seu pai, e tudo mais. “Mas não é isso, eu só quero que ele pague pelo que ele fez, e lá na frente você vai entender minha filha, hoje você pode não entender, mas lá na frente você vai entender, que o que ele fez com você, não é pai.” – **Esmeralda**

Agora minha mãe não, a minha mãe sempre foi provedora, minha mãe nunca deixou faltar nada, sempre deu do bom e do melhor, muitas vezes deixou de dá para ela para dar para gente, pros pais dela. Minha mãe é minha vida! Meu tudo! – **Ágata**

A participante ao relatarem sobre a relação entre mãe e filha observa-se as construções discursivas que buscam no passado as relações que tinham com sua mãe. Que, através da

revelação do abuso sexual dos filhos, buscam mediante o discurso de aproximação, acolher seus filhos fazendo com que eles compreendam o quanto a mãe é importante nesse processo, assim como reconheceram a importância de suas mães na construção de suas vidas.

Nessa fala de Esmeralda, nota-se a riqueza do gênero descritivo, que se utiliza do coletivo (“a gente”) para além de explicar o que sente, compreender os cuidados de mães, externando sua dor, através de uma consciência dialógica. Nota-se também materializada nessa fala, as vozes ideológicas de mães, que renunciam suas necessidades, para proteger seus filhos e poupá-los dos sofrimentos vivenciados.

Na fala da participante Ágata, verifica-se a reverência dada à sua mãe ao afirmar que além de ser a cuidadora do lar, dando-lhe amor e carinho, era a provedora econômica, que deixava de consumir em prol de dar o melhor para seus filhos. Que além de sua mãe “ser a sua vida”, por fazer parte de sua existência, sem ela, não seria nada.

No discurso de Esmeralda, depreende-se o valor que é dado à sua mãe após a maternidade. Que se esforça para mostrar às filhas que tudo que está fazendo por elas é para o seu bem, mesmo que seja incompreendida nesse momento.

As narrativas de Ágata e Esmeralda se complementam ao lançar mão das emoções para justificar as filhas o motivo pelo qual elas realizaram a denúncia.

No estudo de Coelho e Victória (2019), as autoras buscaram as principais vertentes teóricas existentes, para em seguida proporem uma nova perspectiva. Apontam a existência de três perspectivas. O “essencialismo”, como as emoções dotadas de “essências” universais. O “historicismo”, onde quebra com a concepção das emoções como atributo universal, considerando-as como construtos históricos. O “relativismo”, como “construção cultural”, entendendo as emoções como produtos de contextos socioculturais particulares. O Historicismo e relativismo têm o pressuposto de que as emoções seriam construções culturais, variando de uma sociedade para outra.

A Teoria Histórico-Cultural de (Vygotsky, 1933-1934/ 2006), assegura que o desenvolvimento é um processo contínuo, aonde novas experiências vão sendo desenvolvidas a partir do aprimoramento das anteriores, sendo diretamente proporcional às relações

vivenciadas pelo sujeito no ambiente que se relaciona.

As participantes Jade e Ametista não trouxeram significativas informações sobre relacionamento mãe-filha das experiências vividas. Ametista foi criada por sua madrasta e tinha um bom relacionamento com ela, não relatou sobre o relacionamento com sua mãe na infância, devido à separação dos seus pais quando tinha menos de 1 ano de idade. Fala com tristeza da sua infância, por não ter convivido com pai e mãe no mesmo lar. Jade passou maior parte de sua infância com seus avós.

Notam-se construções discursivas que desvelam que a figura da mãe deve garantir a proteção de seus filhos, suprimindo as necessidades de afeto e segurança.

Meu pai nunca casou com a minha mãe, aos dois anos minha mãe me deu para minha avó, eu sou filha adotiva, então assim, eu sou uma guerreira, querida! [...] E quando eu vim ser criada com a minha avó, mudou um pouco o contexto porque eu tinha mais, digamos assim, eu tinha mais recurso, mas ao mesmo tempo proteção não tinha. – **Jade**

Evidencia-se na fala da participante Jade, que a materialidade do afeto entre mãe e filhos é uma necessidade para que se sintam acolhidos, amados e seguros, por atender suas necessidades essenciais que vão muito além dos recursos financeiros.

Afinidade tive mais com minha madrasta! Porque sempre eu só morei com ele né, até meus quatorze anos, assim eu me dei mais com ela... ela era legal também. [...] Na minha infância... de tristeza assim... só assim... pra mim né, minha mãe, meus pais se separaram! A separação pra mim... é isso daí. – **Ametista**

Percebe-se no discurso narrativo de Ametista, a materialização de vozes de afinidade como fator de afeto e proteção. Teve afinidade materna com sua madrasta durante a sua infância e adolescência, que lhe supriu em parte a falta de sua mãe.

Observa-se que as mães participantes, após a maternidade, tiveram outra leitura de suas próprias mães. Por muitas vezes suas mães eram incompreendidas por não serem permissivas. Com a maternidade, além de reconhecerem que suas mães agiram corretamente, tentam por em prática seus aprendizados na criação de seus filhos, através das próprias experiências que tiveram com suas mães no passado. Almejam proteger seus filhos tomando todos os cuidados na prevenção.

Com certeza! Hoje eu entendo tudo que eu fiz pra minha mãe, tudo, quando eu não obedeci, entendeu? Hoje entendo porque hoje eu sou mãe! [...] Depois fui pensar e vi que o que eu tinha feito era errado né, e a que minha mãe tinha tomado a atitude certa né, porque ela não quer que eu permaneça no erro né, porque isso foi uma coisa errada! - **Esmeralda**

E eu também nunca fui só tinha minha mãe do meu lado né! [...] E hoje, quando eu tive os meus, eu fiz diferente. Então dia das mães, minha mãe não podia tá lá, aí eu tava, aí eu chorava [...] Hoje ela compreende porque que eu não gostava de ir. Aí depois de um tempo ela disse: mamãe agora eu entendo, o por quê eu não me sentia bem em me sentar na mesma mesa que eles não saber o que eles faziam. – **Ágata**

Outra evidência de um discurso ideológico emergiu através das narrativas das participantes sobre a maternidade. Observa-se a construção de um discurso sobre o fazer materno perfeito, voltado para a proteção, acolhimento e cuidado de seus filhos, exteriorizando as vozes sociais da maternidade ideal.

Como faz notar Miller (1987), a formação da identidade feminina é diferente da masculina, porque a mulher organiza sua identidade em torno da filiação e reciprocidade nos relacionamentos.

Das 04 (quatro) mães participantes entrevistadas, 03 (três) Esmeralda, Ágata e Jade afirmaram estarem sempre atentas quanto a orientar seus filhos contra possíveis abusos sexuais.

Jade que também foi vítima de abuso sexual na infância ficou alerta para vigilância de sua filha, lhe dando orientações para se defender de possíveis violências sexuais. A triste experiência de seu abuso sexual na infância serviu de aprendizado, lhe capacitando no momento da revelação do abuso da filha, onde teve que acolhê-la.

Esmeralda e Ágata pelas suas próprias experiências e cuidados que receberam de suas mães, tomaram os cuidados ao dar informações sobre: a intimidade de seus corpos, a educação sexual e como se proteger de possíveis abusadores. Mantinham-se numa vigilância acirrada garantindo que seus filhos estariam sob sua proteção. Apesar de toda a sua vigilância, seus filhos foram abusados por parentes próximos.

As mães com maior nível de escolaridade, como a participante Jade que atua como assistente social teve a preocupação de orientar seus filhos na busca de protegê-los, através de suas próprias experiências dos abusos sofridos e vivenciados, pois o conhecimento é a pedra

angular⁴ para superar dificuldades, traumas e sofrimentos, mantendo o controle. A metáfora “pedra angular” é uma linguagem que foi utilizada com sentido de construção, ou seja, de edificação de algo.

Todavia, essa proteção contribuiu na defensiva dos filhos abusados no momento da ocorrência do crime, além de terem a perspicácia precoce da evidência do abuso sexual, lhe dando acolhimento e apoio psicológico imediato.

Os discursos de Ágata e Jade desvelam que o acesso à informação é o caminho possível para a proteção da criança e do adolescente. Porque conhecendo seus direitos e deveres, faz com que se mobilizem e imediatamente acionem as autoridades competentes. Vale ressaltar que tanto Ágata quanto Jade tem formação em Serviço Social, tendo Jade atuação direta na Rede de proteção às crianças e adolescentes, outro fator de extrema relevância que mobilizará a denúncia.

Porque eu já tinha orientado ela, eu disse minha filha, a primeira coisa que eles/ vão é tentar te calar te amedrontando, te ameaçando. Quando ele ver que você não vai obedecer esse comando dele, ele vai sair. [...] E ela disse: mãe, eu lembrei de quando a senhora falou e quando ele pede para eu ficar em silêncio a gente pensa nisso, se torna vítima, a presa dele né, eu disse que se ele não parasse, eu iria gritar. Só que ela disse que o órgão genital dele o pênis dele tava muito duro e que ele estava esfregando no bumbum dela, e por isso ela pediu pra ele se afastar. –
Jade

Mas eu sempre perguntava né, mas elas, acho que ficavam com medo do que ele pudesse fazer com elas. – **Esmeralda**

O menino, por exemplo, uma vez eu peguei ele observando a irmã dele tomando banho, curuminzinho mesmo, aquela curiosidade. Aí eu perguntei Alan⁵ tu estás fazendo o quê aí Alan. Não mãe! Venha cá, aí eu peguei a caçula, os três mesmo. Deitei a menor e olha isso aqui é a vagina, por aqui é o pênis, por aqui e que quando casa né, tem relação sexuais, se alguém

⁴ Dentro das construções antigas essa pedra era a pedra que ficava no canto e dava sustentação às paredes. Esse tipo de pedra também era usada na construção de arcos, era a pedra central que mantinha toda a estrutura unida, na forma correta, com a força necessária para suportar pesos e sem a possibilidade de cair (ESBOÇANDO IDEIAS, 2019).

⁵ Nome fictício

mexer aqui, não é para mexer. E a partir daí... a conversa né. E irmão não é pra fazer com irmão. Desde este dia, nunca mais. Porque já sabia o que era peito, porque era tudo... [...] Aí quando eu voltei, eu fui lá pegar os meninos com ele e eu fui conversar, fui dar banho, porque era assim que eu conversava com eles e esse momento que eu perguntava as coisas. E aí foi como que eu perguntei: Como é que foi o sítio meus filhos? porque eles estavam lá no sítio com avô e com avô que eram os pais dele. Como é que foi, brincou? como foi que tu brincou? Quem brincou? Aí nesse quem brincou ela me contou. [...] Com 2 anos ela já falava alguma coisa e aí ela ia. Quando ela voltava era um negócio de infecção urinária aí eu dizia: que não podia ser. [...] E quando os meninos me pediram para namorar, eu falei mesmo não quero que pegue no peito, não quero que você passe a mão na bunda dela, e se vier acontecer alguma coisa, minha filha não está só você está do meu lado e eu falo mesmo, até por conta da situação né que eu tive e eu tenho que ser aberta com eles. – **Ágata**

Jade ao revelar que também foi abusada por um tio quando tinha 9 anos de idade, aciona táticas de cuidados, vigilância e orientações não somente em relação à sua filha que foi abusada, mas se estendesse a toda comunidade infantojuvenil onde desenvolve seu trabalho na proteção da violência sexual de possíveis abusadores.

E assim, essas rodas de conversas podem ser promovidas nos espaços onde a gente sabe que são propícios para isso tipo um CRAS, as casinhas, os postos médicos, centros comunitários, as igrejas. [...] Toda vez que tem aquela questão de Quebrando o Silêncio, né? Que é uma política que nós fazemos a prevenção do abuso, contra crianças e adolescentes, e também é uma política que não faz somente alusão a proteção à criança e adolescente, mas também à mulher, né? A qualquer tipo de abuso, o que for abuso, a gente está fazendo alguma coisa. Eu sempre ando nas escolas, eu peço aos diretores, e aí eu passo uma semana visitando as escolas, e fazendo palestras, e é incrível as crianças ficam... paradinhas. – **Jade**

Verificou-se, que quanto maior o nível de escolaridade das mães, maior seu conhecimento. As mães informadas de seus direitos e deveres na sociedade estarão mais alerta para a sua proteção e de toda sua família (Jade, Ágata e Esmeralda), do que as mães com menor escolaridade (Ametista).

Aí foi um negócio muito louco né, mas graças a Deus eu não perdi a bolsa... um emprego eu pedi para sair, perdi o emprego e aí perdi os meus filhos de certa forma né, porque não tinha como manter, teve que ficar com eles e até o processo para ele pagar pensão, e resolver toda situação né, aí foi isso, aí eu me senti só. [...] Foi questão de 3 a 4 meses, porque como serviço social é da área né, então eu sabia dos meus direitos e os dos meninos – **Ágata**

Eu acredito que o principal fator é a informação, as pessoas tem que estar muito mais bem informadas, a maioria das pessoas não fazem uma denúncia por que elas não sabem o que vai acontecer, porque elas pensam que vindo aqui elas vão ter os direitos, mas elas também têm

deveres. – **Jade**

Nos ensinamentos de Certeau, (1994, p. 105) “o estudo de algumas táticas cotidianas presentes não deve, no entanto, fazer esquecer o horizonte de onde vêm e, no outro extremo, nem o horizonte para onde poderiam ir”. A tática é a arte do fraco, sem lugar próprio, comandada pela ausência de um poder. Considerá-la na pesquisa no/do cotidiano significa inscrever-se na “viagem de uma maneira de ver as coisas para outra à qual começa com esta constatação: há uma crise das representações que mina a autoridade, palavras que em um determinado momento eram eficazes se tornaram desacreditadas, uma vez que não abrem as portas cerradas e não mudam as coisas” (GIARD, 1994, p. 11). Assim, deduz-se que as táticas praticadas pelas mães, nos revela esse movimento para a compreensão das práticas, não pelas extremidades de um aparelho técnico, mas para ser utilizada na sua defesa e de sua família, pela sua própria lógica.

Certeau (1994, p. 142) considera que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente, ou não é forçosamente reconhecida como tal, pois “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”.

Quanto maior o nível de informação construído pelas mães, maior será a atenção e percepção voltada para a mudança de comportamento de seus filhos. Assim, como a construção de intimidade entre mães e filhos, desenvolve afetos com vínculos que permitem identificar comportamentos diferentes.

A mudança no comportamento das crianças e adolescentes abusados é visível. Das 04 (quatro) participantes da pesquisa 03 (três) mães relataram que identificaram a mudança no comportamento de seus filhos após o abuso sexual intrafamiliar.

As mães embora venham perceber alguma mudança comportamental em seus filhos, não dão o sentido da vitimação por abuso sexual por ter como perpetrador alguém tão próximo (De Antoni & Koller, 2000; Furniss, 1993).

Mas eu percebi que tinha algo de errado com a minha filha, com a Ana⁶, no caso com minha filha branca, a mais branquinha porque ninguém podia falar com ela, ela se emburrava, ela se fechava, ela ficava ali naquele canto tá entendendo?”– **Esmeralda**

Eu acho que ela tinha de dois a três anos, porque ela andava se beijando debaixo da mesa com o irmão dela. Era isso. Porque as coisas, não fazia na frente, do pai... novela, essas coisas pra dizer que influencia a criança. Não tinha o hábito de fazer isso, aí era isso. [...] eu já vinha prestando atenção no comportamento da Aline⁷. – **Ágata**

Eu mesma fiz a denúncia, essa é a segunda denúncia que eu faço, entendeu? Então assim, quando ela passou pela primeira vez, como foi que eu descobri: ela baixou o rendimento escolar e antes ela só tirava 9, 10 e hoje ela é capitã na escola América⁸. [...] “Então ela sempre tirou nota boa, sempre foi uma menina comunicativa e quando tava acontecendo isso, ela tava no terceiro ano do ensino fundamental, ela mudou, ela ficou introspectiva, não falava com a professora, e quando a professora ia abordar ela, ela chorava.” – **Jade**

O papel do apego à vida pelos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que é fortificador da relação (CASSIDY, 1999).

Estudos longitudinais diversos (FONAGY, 1999) têm demonstrado a estabilidade do apego, demonstrando que as relações parentais e rupturas de vínculos primários por abandono ou pela perda têm um impacto transcendente ao desenvolvimento individual.

Considerando que processos de rompimento de vínculos de apego, tanto na infância e adolescência quanto na vida adulta, acarretam transformações nas imagens do *self*, entre outros fatores (BAKER, 2001). Deste modo, compreende-se que as relações de apego têm uma função-chave na transmissão de características transgeracionais em relacionamentos entre cuidadores e suas crianças.

A participante Ametista não observou a mudança no comportamento da sua filha de 13 anos abusada sexualmente pelo seu tio. Todavia, foi alertada por sua irmã de que algo de estranho estaria acontecendo, pois sua filha frequentava muito a casa dos tios. Ametista levou três vezes a adolescente ao Hospital da Criança, devido estar com muita dor na barriga. O abuso sexual de sua filha foi revelado no terceiro atendimento, quando a equipe médica

⁶ Nome fictício

⁷ Nome fictício

⁸ Nome fictício

realizou uma ultrassonografia onde se constatou a gravidez da adolescente. Mais uma vez a questão vínculo mãe-filha se revela como fator importante para a proteção.

Assim... eu não observava. Assim... a tia dela que sempre me falava: olha tem alguma coisa estranha nisso daí, tem alguma coisa estranha nisso daí. [...] Quando eu fiquei sabendo, foi assim, através de quando eu levei ela no hospital, ela passando mal, levei no Hospital da Criança no Joaozinho, primeira vez, foi três vezes eu levei ela, primeira vez levei passaram um remedinho pra ela. Ela sentia uma dor nisso aqui dela, no pé da barriga, ela sentia muita dor aqui assim, aí ela provocava, dava muita dor de cabeça nela, na verdade ela nem me contou né. Nem imaginava. [...] Quando chegou lá que falei né a situação, que ela tava sentindo uma dor abdominal, aí a doutora, a pediatra, um exame, uma ultrassonografia, pra ela fazer abdominal, aí fizeram, chamaram ela pra lá, depois me chamaram, aí me contaram a situação né. A Senhora tá sabendo do que tá acontecendo? essa dor que ela tá sentindo, é que ela tá grávida, e aquilo, quando ela me falou aquilo, quase eu caí no chão.”
– **Ametista**

Apesar das dificuldades financeiras que passavam, com condições precárias da estrutura da habitação com poucos compartimentos - na maioria das vezes havia apenas um quarto para todos dormirem juntos - e do histórico de abusadores sexuais na família, ainda assim as mães mostraram-se vigilantes tomando alguns cuidados na prevenção de possíveis abusos sexuais contra seus filhos.

Aí eu passei dois anos morando, até que ela se divorciou do velho mesmo, aí eu fui sabendo das histórias de abuso”. [...] “Eu prefiro que fiquem só, do que gente passando o dedo no periquito da minha filha, eu dizia assim para ele. E se tu achas que eu estou errada, você vai lá e diz, que eu sou uma mãe ruim e diz que eu sou ausente, mas tu diz o porquê de tudo isso, porque que eles ficam só, por que da minha ausência se eu tô na festa ou se eu estou trabalhando, ele nunca foi. [...] Então eles dormem num quarto, e aí tudo isso eu reclamava. Por que não adiantava a velha está lá no mesmo quarto e ela dormia e o velho fazia as coisas. Será que essa velha também não via, nessa confusão! [...] Que tanto que o pai dele, quanto o pai da mãe dele, fazia né. Aí, até então tinha só Aline que é a mais velha, minha bebezinha, eu não trabalhava, aí eu sabia que ele fazia isso com as sobrinhas dele, que é sobrinha da dona Aurora⁹ que é a mãe dele. Aí eu ficava observando, mas a minha pequena tava comigo e foi o tempo que ela cresceu, aí é minha filha começou a andar, e aí a velha, quando eu digo velha é avó, queria tá levando minha filha para lá, mas eu não queria deixar. [...] Aí ele dizia não papai não vai fazer isso com ela não que ela é neta. Aí uma vez eu cheguei conversei com ela: dona Aurora, eu não deixo por causa disso, disso, disso, né, eu sei que ele faz... Aí ela disse: não, mas com ela não vai fazer, aí eu disse tá bom então!! – **Ágata**

Eu queria trazer pra mim cuidar, e foi isso que eu fiz, mas ele não deixou! não deixou por que no caso já tava fazendo essas atrocidades com elas né!”-

⁹ Nome fictício

Esmeralda

Todas as mães estudadas que denunciaram o abuso sexual intrafamiliar na DEPCA, não mediram esforços para proteger seus filhos. Enfrentaram todas as dificuldades, mesmo emocionalmente abaladas, com poucos recursos financeiros até para sua locomoção, julgadas pela família, com sentimento de culpa; ainda assim, por nenhum momento pensaram em omitir a “denúncia” às autoridades competentes. Obsevou-se que mesmo com poucos recursos as mães viraram “leoas” na busca de acolhimento para confortarem o sofrimento de seus filhos atenuando sua dor.

Emerge a partir do discurso dos sujeitos que demonstram a sua consciência responsiva do abuso de seus filhos, que dialogicamente reflete as suas próprias vivências. Nesses discursos aparece a questão de se colocar no lugar do outro para sentir o sofrimento com impossibilidade de fugir agressão sexual intrafamiliar.

Mas não é fácil, mas eu criei coragem e vim. Eu me coloquei no lugar delas, no lugar de mulher também, porque a partir do momento que um homem chega faz isso com você sem a sua vontade... [...] Com certeza! Porque eu sei que eu fiz a minha parte! [...] então eu me coloquei primeiramente no lugar das minhas filhas, no lugar delas, eu disse isso é a coisa certa e é isso que eu vou fazer! Se ele não pensou nelas que são filhas dele, por que que eu vou tá com pena dele, por que que eu vou pensar nele, eu tenho que pensar em mim e nas minhas filhas no trauma que ele causou pra elas, no sofrimento que ele tá causando pra gente. Então foi isso que eu fiz e peguei elas e vim mesmo sem saber, com toda dificuldade, mas eu vim e tô aqui e não vou parar, só vou parar quando tudo tiver concluído! [...] Que nem eu falei pra elas: minha filha quando aconteceu era pra você ter me falado, ou ter falado pra alguém, que pudesse relatar isso pra mim, porque com certeza eu teria tomado providência na mesma hora, na mesma hora. [...] Porque eu confiei que ele é pai delas, da mesma forma que podia ter acontecido que nem eu falei: se fosse seu tio (padrasto) que tivesse feito isso com você, eu denunciava da mesma forma!” – **Esmeralda**

Aí eu disse: filha o que você prefere ver a sua amiga lá na frente curada disso tudo, livre desse abusador ou deixar ela passar o resto da vida dela sendo abusada? Então a mamãe vai fazer uma denúncia anônima, para que alguém assim como você foi ajudada, alguém tome uma providência. “– **Jade**

Eu não trabalho não! Trabalho dentro de casa, só em casa mesmo, não tem como sair, porque tenho minha pequena e não tem como deixar também e eu não tenho confiança mais, agora... pra deixar minhas filhas assim nas mãos de alguém estranho, não tenho.” – **Ametista**

Porque eu ia para escola, deixava e às vezes eu me sentia perseguida, né e aí foi quando eles souberam, que que eu tinha feito, eu contei para

eles né, imediatamente, chamaram falaram lá, eu ainda falei com velho que eu disse que era para chamar, a mãe dele o pai dele lá na frente dele, ele ficou desesperado, porque o pouco que ele me conhece, e ele sabe e quando eu digo que eu vou lá fazer lá alguma coisa, eu vou fazer né. [...] E aí, quando eu decidi fazer, eu não prestei. Eu que era errada, eu que era errada, eu era criticada, fui condenada, e a gente precisava, que eles estavam lá, eles botaram pressão né, mas eu não dei atenção para eles não. Porque eu disse que... porque a gente pensa assim né: não é o certo. Enquanto não acontece com ninguém, tá tudo bem né, só quando acontece com os nossos, e aí o menino que... ele disse que desde os quatro anos que ele já vinha.” – **Ágata**

A revelação do abuso sexual contra seus filhos, crianças e adolescentes no âmbito familiar, desencadeou um universo de emoções nas mães (sujeitos desta pesquisa) que se manifestam de diversas formas. Isso porque estão envolvidas diretamente e se sentem parte do problema. Pois é a sua própria “carne” que está sendo dilacerada.

Estudo de Rosaldo (1984) discute a teoria da antropologia interpretativista de Clifford Geertz para a construção do self e das emoções, buscou-se compreender esse sentimento através da investigação antropológica.

As emoções são pensamentos de alguma forma “sentidos” em rubores, “movimentos” dos nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele. São pensamentos incorporados, pensamentos infiltrados pela percepção de que “estou envolvido”. Pensamento/afeto revelam assim a diferença entre a mera escuta do choro de uma criança e uma escuta sentida – como quando percebemos que existe perigo ou que a criança é a nossa filha. (ROSALDO, 1984, p. 143,).

Observa-se nas narrativas das participantes que as emoções estão relacionadas às vivências e suas consciências. A maneira na qual o sujeito vivenciou as experiências ao longo da vida, refletirá na construção de um sentimento, associada na tomada de consciência, dando um novo tom as emoções vivenciadas.

Assim, ao se fazer uma leitura com um olhar voltado para as vivências das mães que tiveram os filhos abusados por um familiar, é revelada como internalizaram essas vivências e as emoções provocadas, de que forma influenciará no modo de agir para proteger seus filhos e quais suas reações diante o perpetrador da violência.

No momento em que me revelaram eu não pensei duas vezes, a minha vontade foi de ir lá e fazer justiça com as próprias mãos! Porque você saber que o pai delas teve essa coragem de fazer tudo aquilo que elas relataram de como ele fazia, do que ele fazia pra elas. Doeui muito! Meu coração ficou despedaçado, eu chorei bastante e elas choravam bastante

me relatando aquelas situações que aconteciam com elas. Mas não foi fácil. – **Esmeralda**

Foi eu saber que ele tinha feito isso com a minha filha, e eu fiquei com raiva, fiquei revoltada, e... Fui lá. – **Ágata**

Eu tava até fora de mim assim... eu fiquei transtornada mesmo! [...] porque nós passamos um sofrimento e muito. – **Ametista**

Observou-se que no momento da revelação do abuso sexual intrafamiliar de seus filhos, os principais sentimentos e emoções manifestados pelas mães foram: confusão mental, revolta, ódio e dor. Porém mesmo vindo à tona um turbilhão de sensações, abaladas e impotentes diante da situação, tiveram a capacidade de superar sua dor, com resiliência e se organizar para acolher a vítima. As mães por vezes preferem que seja a sua própria carne cortada, para poupar o sofrimento de seus filhos.

Foi tudo assim óh. Era minha faculdade, que eu era bolsista, eu estava finalizando, que era serviço social, estava finalizando a faculdade, veio essa situação, aí veio divórcio tudo junto e o meu emprego e eu correndo risco por quê? Porque eu tinha que pagar as matérias do estágio no período da manhã, aí foi um negócio muito louco né, mas graças a Deus eu não perdi a bolsa, um emprego eu pedi para sair, perdi o emprego e aí perdi os meus filhos de certa forma né, porque não tinha como manter, teve que ficar com eles, até o processo para ele pagar pensão e resolver toda situação né, aí foi isso, aí eu me senti só. [...] Ela nunca chegou a dizer para mim, ela falou da parte do anus, mas ela nunca chegou para dizer para mim que aconteceu, mas eu penso que sim. Porque se ela disse que ele colocou na parte de trás e ela sentiu dor... é porque aconteceu né.” – **Ágata**

Eu fiquei tão nervosa que na hora meu celular caiu no chão, quebrou a tela, não consegui ligar para ninguém, e aí fiquei ouvindo ela, isso era 9 h e pouco da noite e aí quando deu 10h15 ela terminou de me contar tudo isso, eu quis a morte!...” – **Jade**

Conforme Rosaldo (1984), “as emoções são pensamentos incorporados” – unidos por tensões constitutivas entre o corpo e a emoção; e emoção e a razão. Nessa formulação, existe implícito um esforço de conjugação dessas três dimensões da experiência humana, dimensões essas, contudo que, conforme discute Catherine Lutz, estão apartadas na “etnopsicologia euro-americana”.

Para Furniss (1993), a ameaça dificulta a vitimada de revelar a alguém sobre a violência sofrida, assim como temem de não serem cridas por familiares. Esse medo se dá pelo fato de a vítima ser criança ou adolescente, o abusador ser um familiar afetivo, e não ter

ninguém que presenciou a violência para testemunhar em seu favor. Conforme Lima (2008) e Lima e Alberto (2010), as crianças tendem a ser desacreditadas ao revelarem os abusos sexuais intrafamiliares sofridos, devido à proximidade que o abusador tem com a família, gozarem da confiança de todos acima de qualquer suspeita.

As mães devem confiar nas primeiras palavras dos seus filhos. No primeiro momento em que a criança ou adolescente relatar qualquer tipo de abuso sexual, a mãe deve investigar e jamais desacreditar na possibilidade da existência de uma violência. A omissão de quem tem o dever de lhe prestar auxílio lhe protegendo do perigo, pode causar sequelas irreversíveis.

Em contrapartida, a pessoa perpetradora usa das suas habilidades para confundir familiares a desacreditar no abuso, ocasionando a divisão da família num jogo de dúvidas e confusão mental.

Eu disse assim para ele: tu não estás vendo que não é coisa da minha cabeça? Não é João imaginação da minha cabeça, não é criação. Taí, tua filha tá dizendo, não sou eu que tô dizendo, mas ele não acreditava. Ela não ia inventar, não tinha como, é pesado. [...] Ele disse e o pai dele sabia, que o irmão da dona Aurora também, que a mãe sabia e todo mundo sabia, mesmo assim mandava ele direto para o sítio e ele se recusava a ir e era onde as coisas aconteciam. Recusava-se a ir, ele usou essa expressão para mim. [...] Ágata você acredite e o que sua filha está dizendo para você. Porque eu passei por isso. Tinha dias que eu chegava, me desculpe a expressão: que o meu cu chegava como uma flor aqui em casa e eu chorava. E o meu pai nunca acreditava em mim e mandava ficar calado.” - **Ágata**

Sim com certeza! Ia fazer do mesmo jeito, porque primeiro a gente tem que confiar no filho da gente! Né? Porque muitas das vezes a criança não denuncia, por que fala pra mãe e a mãe não acredita, acredita mais no esposo, do que no filho né? E assim a filha vai passando anos e anos sendo abusada por causa disso. [...] Muito tempo atrás, houve um relato de que um pai da minha tia tinha feito isso com minha tia né, uma tia minha mas como já fazia muito tempo, muito tempo mesmo acho mais de vinte anos quando isso veio à tona né, ela foi muito criticada, não acreditaram e não foi pra frente.” - **Esmeralda**

Não acreditaram... “tá ficando doida, minha filha, você tá confundindo as coisas? Tu vais estragar o casamento da sua tia, para com isso! Tu tá criando história. [...] Porque eu sempre falava pra ele: ninguém acredita em mim, mas o senhor nunca vai me tocar, enquanto eu souber gritar, o senhor nunca vai me tocar. E assim, hoje, depois de adulta, a minha tia se separou dele, e somente depois de separada que ela acreditou em mim. A senhora lembra, eu contei pra senhora que quando eu tinha 9 anos eu falava que ele esfregava o órgão genital dele em mim? E a senhora não acreditou? Eu desisti de falar pra vocês porque vocês não acreditam mesmo, então procurei me defender. [...] nunca ninguém

tomou providências em relação a isso, nem mesmo a minha própria mãe acreditou em mim... ninguém tomou providências. Ninguém quer se comprometer, meu amor! [...] Tanto, é que eu fui até os nove anos passando tudo isso e não e nunca ninguém fez nada.” – **Jade**

Através da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, a pesquisadora teve subsídios para a compreender os sujeitos constituído nesse estudo, em que as mães vivenciam o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos, o abuso sexual multigeracional e vivenciam seus próprios abusos. A abordagem Histórico-Cultural desenvolvida por Vygotsky possibilita um estudo para compreender o sujeito, através das experiências vivenciadas, como ele se constituiu a partir das internalizações dos signos sociais que se relacionou. Trata-se, portanto, de analisar os significados dessas vivências para mães e de que forma reagiram se constituindo diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar de seus filhos.

A conduta da mãe pode ser agente determinante para a vitimação de quem precisa de auxílio por estar ferido, assim como de todos os familiares, tal a importância da figura materna em famílias abusivas (Lima, 2008).

O elemento cultural faz parte do processo de construção do homem. As histórias de vidas, as suas experiências, constroem sujeitos distintos, e o que vai determinar a sua consciência é resultado das condições de vida, sendo um elemento primordial para compreender o conceito de subjetividade.

Nesse contexto, a subjetividade explica as constituições dos sujeitos desta pesquisa, através das suas vivências. As mães estudadas fizeram a sua elaboração do mundo, através de suas escolhas, agiram diferentemente diante a revelação do abuso sexual intrafamiliar de seus filhos. E essa consciência determinada a partir do contexto de vida do sujeito, atrelado do arcabouço cultural e oriundo das interações sociais é que irá constituir alguém enquanto sujeito (Vygotsky, 2004, 2009).

Esse núcleo de significação apresentou a maternidade com uma variedade de emoções através das experiências dos sujeitos à luz da Teoria Histórico-Cultural, considerando a subjetividade a partir da constituição do sujeito. Deste modo, esse núcleo de significação, auxiliou a desvelar as emoções vivenciadas das mães estudadas, diante a revelação do abuso sexual intrafamiliar de seus filhos.

As mães reagiram em nível de consciência, regulando como o seu comportamento nas situações subseqüentes onde se deparou com a vitimação dos filhos, a repetição da violência entre diferentes gerações e vivenciou em próprio abuso. Dessa forma, a categoria histórico-cultural contribuiu para compreender de que forma a mãe reagiu e conseguiu adaptar-se com esse turbilhão de emoções.

Figuras de proteção e suas monstruosidades: dor, violência e revolta.

A infância e a adolescência são períodos que ocorrem grandes mudanças no ser humano, tanto no nível biológico, quanto no psicológico e no social. A adolescência é uma fase de amadurecimento e transição para a vida adulta, onde o indivíduo buscará a consolidação da identidade, desafios para fortalecimento da autonomia em relação aos pais, as transformações no desenvolvimento sexual e preparação para o mercado de trabalho.

Conforme Carvalho (2015), a criança e o adolescente são seres que estão por vir a ser. Não completaram a sua formação, não atingiram a maturidade dos seus órgãos e nem das suas funções. Portanto, precisam de tempo para amadurecer, oportunidade e adequada estimulação para efetuar tarefas. Enquanto não se tornam adultos, precisam de proteção, afeição e cuidados especiais.

Os crimes sexuais por si só são repugnantes e, quando cometidos no seio familiar, se tornam mais cruéis ainda. O ambiente familiar é o lugar onde crianças e adolescentes esperam receber afeto e proteção, enquanto seres em desenvolvimento físico e psicológico, devido várias transformações que estão ocorrendo em seu corpo.

As mães em suas narrativas relataram com revolta a conduta do abusador pelo cometimento do crime, que além de ser o lugar onde crianças e adolescentes acreditariam estar em segurança, foi o lugar onde foram violentadas por quem lhes deveria oferecer proteção.

O perpetrador do abuso se aproveita das vantagens de está inserido no seio familiar onde já tem a confiança de todos, conhece as fragilidades e necessidades das vítimas, mostrando-se uma pessoa caridosa oferecendo ajuda de modo a contribuir com a família, todavia com objetivo de praticar atos libidinosos e sexuais contra suas presas que se

encontram em estado de vulnerabilidade.

Eu tô vendo que tu vais precisar de alguém para ficar com teus filhos. Olha, a minha filha vai passar o final de semana lá em casa comigo, vai meu netinho, a minha sobrinha vai tá lá, vai ter muita criança lá, deixa a tua filha dormir na minha casa só essa noite amanhã de manhã quando a irmã chegar eu trago. [...] Não te preocupa com isso, eu amo criança. [...] meu pai biológico abusou dela, só não teve a conjunção carnal, mas ele abusou dela, ele passava a língua no órgão genital dela, no corpo dela, e ela não tinha nem peito. Na época ela tinha 8 anos, e eu descobri só com nove, ele passou nove 9 meses abusando da minha filha. – **Jade**

Ah! ele dizia que ia pra conversar, ler bíblia, porque ele era evangélico, que ele é da igreja. – **Ametista**

Depreende-se nas narrativas das mães que os abusadores se utilizam de uma linguagem articulada para convencer familiares que estão diante de uma pessoa prestativa e acolhedora. Nota-se o sentimento de revolta e indignação das mães por terem sido envolvidas nas artimanhas que lhe induziram a erro quando confiaram no abusador.

Os abusadores têm perfil de bonzinho, são verdadeiros lobos disfarçados na pele de cordeiros, com o objetivode ganhar a confiança não só das suas vítimas como de todos os familiares. Mostram-se preocupados com a criança, lhes dão carinho, presentes, dinheiro, ranchos para a família, suprimindo suas necessidades econômicas, sociais e afetivas.

Neste cenário familiar atravessado por uma experiência de abuso sexual entre membros, onde o abusador faz parte da família afetiva, exercento o encanto e sedução, sobre a vítima e seus familiares, mostra-se uma pessoa generosa, atenciosa com todos, principalmente com a vítima e seus pais, favorecendo economicamente a família (CECRIA, 1998).

Ah! ele dizia que ia pra conversar, ler bíblia, porque ele era evangélico, que ele é da igreja. Aí dizia que ia dar aula de bíblia, questões bíblicas, essas coisas... tudo ele metia o nome de Deus no meio! Ele é Pastor! [...] Pois é... aí tudo ele metia uma situação no meio que era isso e aquilo... ia pra bebida, estudar a bíblia era tudo isso que ele usava! – **Ametista**

Porque eles ofereciam o dinheiro, para pegar no peito, o velho. Oferecia dinheiro pra mexer em alguma coisa, era, era assim que era. Tanto é que quando os meus apareciam com dinheiro eu dizia de onde vinha? Quem foi que te deu, de onde isso, bombom, ou alguma coisa. – **Ágata**

Ele tentava me comprar com dinheiro "se tu for ali pra mim eu te dou o dinheiro, se tu deixares o tio tocar em ti eu te dou esse dinheiro", e eu sempre corri disso. [...] E a maioria dos abusos ocorrem pelo fator econômico é como eles mantém a pessoa no ciclo vicioso. [...] Mas como eu vou contar para minha mãe se ele é um paizão aqui ajuda a

minha mãe a pagar o aluguel, ele arruma costura para minha mãe porque ela é costureira, as fardas ele vem fazer aqui, é ela quem faz. Ele me prometeu o celular ele me prometeu uma cama e até hoje ele nunca me deu. - **Jade**

Porque eu convivi durante 16 anos com ele e eu não conhecia. Eu jamais podia imaginar que ele seria capaz de fazer uma coisa dessa. [...] Não!! Nunca, nunca, nunca, nem ouvi uma situação, assim que desse pra desconfiar de um fato desse, que ele pudesse fazer isso aí. - **Esmeralda**

Nas narrativas de Jade e Ágata ficaram evidenciados que os abusadores de seus filhos também eram perpetradores de violência sexual contra outras crianças e adolescentes da família, evidenciando-se o ciclo de violência sexual multigeracional.

No discurso de Ágata, é revelado que na família de seu esposo, o abuso sexual intrafamiliar era cometido pelo bisavô, posteriormente pelo avô (pai de seu esposo - abusador de seus filhos). E a avó de seus filhos era conivente com isso, pois o bisavô (pai da avó) já tinha vários episódios de abusos sexuais, onde toda a família omitia.

A violência sexual contra vulneráveis nessa família, já acontecia há várias gerações, todavia a única denúncia levada às autoridades competentes foi realizada por Ágata quando teve seus dois filhos (um menino de 5 anos e uma menina de 8 anos) abusados pelo avô.

A revelação do abuso sexual contra crianças ou adolescentes, também propicia para vir à tona outras práticas abusivas que estavam ocultas na família, fazendo com que a vítima se constitua como culpada passando a carregar grandes fardos emocionais familiares (Furniss, 1993).

O Seo Antonio¹⁰ é o pai do João, e o Seo Augusto¹¹ é avô do João que é o pai da dona Aurora. Então já fazia. E hoje ele tá com 80 e continua fazendo. Eh ele dá dinheiro, como eles faziam: eu peguei ele fazendo, o velho mostrando o pênis dele para as minhas duas pequenininhas, e para uma que é deficiente, e a sobrinha dele. Quando eu peguei o velho fazendo isso, eu já tinha falado para o velho: para que ele parasse com isso se ele sabia as consequências disso, e ele há anos fazendo isso. A Senhora sabe como era lá? O avô, como bisavô aconteceu uma situação com os sobrinhos primos algumas coisas, aí reunia a família. Olhe pai

¹⁰ Nome fictício

¹¹ Nome fictício

isso assim... Aí eles falavam: não pode contar para ninguém, nem para igreja nem nada, abafa. [...] eu acho que essa velha gostava dessas coisas, mas eu nunca disse nada. A senhora sabe minha impressão que eu tenho é assim: que o velho estava fazendo e ela estava olhando ela tá gostando, ela eu sei lá, por que é tão esquisito... Mas... né. É porque só pode ser. [...] Mas eu não sei dizer, só sei que ela, com todos, ela fazia isso aí. Ela sabia! ela sabe que ele faz, mas ela omitia. Ela sabia das traições e tudo mais, e eu só não consigo entender, porque ela é psicóloga e pedagoga, e não deixou esse homem eu não consigo entender, mas eu acho que é questão da família né ou então não quer defender os netos, e ela disse que ama, aqui para mim isso não é amor não é né. Aí o negócio vai serenando risos. O negócio lá é feio, porque o negócio lá já vem de muitos anos, muitos anos. [...] Foram três eu saiba três. Três primas dela que passaram por isso. As irmãs do Álvaro¹². Nessa casa que é do Álvaro. Nessa casa são cinco, três meninas e dois meninos, todos eles passaram por isso. Tanto com seu Antonio quanto com bisavô. Todos os cinco. Disso eu tenho certeza, da mesma família. Por isso que eu tenho receio que a minha filha passe por isso. Aí eu fico pensando né preocupada. [...] Quando a bomba explodiu ele disse que ele testemunhava ao meu favor, e isso me deu segurança. Bom porque já tinha minha filha e já tinha ele e as irmãs dele todas passaram por isso. [...] Esse outro velho é índio é com 80 e poucos anos, ele mesmo se masturba. Sabe que ele fez uma vez, ele fez um pênis de isopor para ele mesmo, quebrou o isopor dentro, levaram ele pro pronto-socorro, é péssimo, é péssimo esse velho. Ele tinha 70 e poucos anos na época (risos), o Seo Augusto que é pai da dona Aurora. [...] É eu tenho umas colegas de trabalho; o avô delas, quando fazia condução escolar, elas disseram para mim na época: Ágata eu vou lá te apoiar, porque esse velho passava a mão em mim, na minha perna, eu era uma criança na condução escolar, ele fazia isso. [...] Ele tem traumas ele faz tratamento, ele disse assim para mim: eu agora me sinto bem, mas eu não quero reviver essas coisas. Eu não me sinto bem revivendo isso, ele disse. (Álvaro - sobrinho do seu ex-esposo abusado pelo mesmo autor) -

Ágata

A participante Jade ao narrar à violência sexual de sua filha, revive as suas próprias experiências de abuso sexual quando criança se emociona ao lembrar os abusos contínuos

¹² Nome fictício

cometidos pelo seu tio que lhe abusou dos 7 até aos 14 anos. Acredita ter havido a tentativa de ter sido abusada por seu pai biológico quando tinha 6 anos de idade, vindo à tona sentimentos que não gostaria de relembrar. Posteriormente, seu pai foi o perpetrador do abuso sexual contra a sua filha, confirmando a violência sexual multigeracional em sua família.

Eu passei dos 7 até os 14 anos 9 anos, 9 anos fugindo do meu tio tarado, ele mostrava o órgão genital dele para mim, quando ele tinha oportunidade ele passava por mim e se esfregava, e como ele era sempre aquele tiozão que trazia rancho, trazia presente, dava dinheiro, todo mundo gostava dele. Ele tentava me comprar com dinheiro "se tu for ali pra mim eu te dou o dinheiro, se tu deixares o tio tocar em ti eu te dou esse dinheiro", e eu sempre corri disso. [...] Mas ele esfregou o negócio dele em mim, ele me mostrou. Aí sabe o que ele falou? "Não, eu fui fazer xixi ali, botei o meu pinto para fora para fazer xixi e ela pensa que eu tava mostrando para ela". Eles criam as artimanhas, né? Então assim, eu passei 9 anos fugindo desse homem. [...] eu lembro foi dentro do ônibus, a gente tava indo pro Agroterra comprar adubo e ele pediu para mim sentar no colo dele dentro do ônibus, e na hora que eu sentei no colo dele, o pênis dele tava... ereto. [...] 9 anos, eu lembro como se fosse hoje... e quando eu sentei que eu senti, eu ia levantar e ele me segurou, o ônibus lotado eu fiquei com medo de gritar, entendeu? Fiquei com medo de gritar e fiquei lá naquela situação, e quando eu levantei eu não aceitei ficar mais perto dele. [...] Também, ele mostrava... ele tem até hoje esse problema, eles estão separados, mas a gente sabe do histórico dele, e até hoje ele gosta de mostrar, de exibir o pênis dele. [...] – **Jade**

Olha, quando eu era criança, bem com 6 anos de idade, que a nossa casa era de lamparina, e eu senti aquela mão gelada no meu pé, ele acariciando o dedo do meu pé, tipo assim, com uma massagem delicada, aquela mão maliciosa e eu no escuro na luz de lamparina eu não sabia quem era, daí eu gritei: tem alguém mexendo no meu pé. Aí sabe o que ele falou? "nada não minha filha, só tô matando um carapanã." – **Jade**

Nessa perspectiva, as falas das participantes Jade e Ágata nos levam a compreender como suas narrativas são cruzadas em seus discursos, ao relatarem as relações de abusos sexuais intrafamiliares entre várias gerações de suas famílias. Evidencia-se a importância do papel da mãe nos casos de abuso sexual na infância, no enfrentamento contra o abusador e familiares para quebrar o ciclo de violência multigeracional.

Não permitir que ele faça outra vítima. Quando eu faço uma denúncia, se essa denúncia for ouvida e apurada e se tudo correr bem, ela pode ser a última vítima. – **Jade**

Conforme Ferrigno (2006), as gerações estão em constante construção social e cultural, cabendo aos mais velhos o papel de ensinar as outras gerações memórias culturais, valores éticos através da construção, na maioria das vezes, de narrativas de vida. Quando

falamos na construção de uma narrativa, estamos realizando através de várias vozes, pois “existe em nós um mundo muito maior do que aquele que desejamos acreditar, povoado de muitas histórias latentes, implícitas” (LANI-BAYLE, 2018. p.57).

A mensagem geracional carrega sentimentos de continuidade e confiança ao sujeito, potencializando uma sucessão a ser conhecida. O aprendizado ou sofrimento anterior é pautado muitas vezes pelo silêncio e pode ser acessado pela insciência que é o

[...] não saber que sabemos – um saber interior – o que se sabe mesmo estando proibidas as palavras ou faltando palavras para dizê-lo. [...] Ele constitui o nosso estoque de potencial, nosso alforge, o que não foi (ainda) conscientizado, explicitado com palavras (LANI-BAYLE, 2018. p.56).

Portanto, podemos afirmar que nosso conhecimento é formado não somente pelas nossas próprias histórias e experiências vividas, mas que se misturam com as experiências das vivências intergeracionais deixadas em nossa insciência. Relatos, que geralmente são proibidos por experiências marcadas por segredos principalmente quando se referem às crianças e adolescentes, que deveriam estar na ponta mais protegida na cadeia geracional.

Conforme Siqueira (2020), podemos constatar que o efeito dos segredos na mensagem perpassada intergeracionalmente são nefastos e muitas vezes são causados por dissonâncias em nossa própria história. Deste modo, assumimos que cada um modela sua narrativa ao seu “saber não sabido”, das mensagens geracionais secretas em suas experiências vividas e como essas relações intrafamiliares se organizam, nas histórias de mulheres que foram abusadas na infância, antes de mais nada assumindo que há uma pressão existente para cada membro no seio familiar e que nos parece mais pesado para as mulheres quando colocado na balança de várias culturas e em vários meios sociais existentes nas sociedades, é o que exemplificou Bertaux (2010) [...] levar em consideração a esfera familiar já é suficiente para compreender vários planos da existência das mulheres em muitas sociedades “tradicionais”, onde elas “estão destinadas exclusivamente à esfera dita doméstica aos seus trabalhos antropológicos como mães, mas também fora, como avó, filha mais velha ou criada.” (BERTAUX, 2010. p.54).

Estas famílias repetem quase que automaticamente modelos que atravessam diversas gerações, encontrando dificuldades em estabelecer nítidas fronteiras intergeracionais (Costa

Penso & Almeida, 2005).

De acordo com as narrativas das participantes Ágata e Jade é incompreensível os motivos que levaram os abusadores a violentar seus filhos que além de serem familiares próximos (avôs biológicos), suas crianças ainda se encontravam com seus corpos frágeis e franzinos, sem oferecer a menor atração sexual que pudesse seduzir a prática de desejos libidinosos. Os filhos de Ágata tinham (8 anos e 4 anos); a filha de Jade (8 anos).

Os abusadores eram perpetradores de abuso sexual multigeracional, pois repetiram o abuso em outras gerações. Sendo assim, identificamos outra característica comum entre eles, a qual é de ter atração por crianças que não tem corpos desenvolvidos.

Esmeralda relatou que nunca foi abusada sexualmente, não soube informar se na família de seu ex-esposo (abusador) houve violência sexual. Seu ex-esposo, que é (pai biológico), teve conjunção carnal com as duas filhas gêmeas de 13 anos de idade.

Constata-se, uma inversão de papéis, em que a criança é colocada no lugar de parceiro pseudo-igual no relacionamento sexual, passando a serem vivenciados os papéis familiares de forma confusa, descaracterizando a família como o lugar de crescimento, confiança e de apoio (Furniss, 1993).

Pai não faz! Então você é filha dele, você não é mulher dele! Foi ele que lhe gerou, então não era pra ele fazer isso com você, nunca! Se Deus fez o homem e a mulher, pra ter mulher. [...] Não prum pai fazer isso com a filha!" – **Esmeralda**

É criança mesmo! Porque depois de adulto pra ele não interessa. É pedofilia mesmo, é pedofilia mesmo! Eu acho que até 15 anos pra ele, 16 anos é interessante. Depois ele não tem mais interesse eu acho que quanto mais inocência para ele, ele se atrai né, eu acho que é isso né. Porque eles ofereciam o dinheiro, para pegar no peito, o velho. Oferecia dinheiro pra mexer em alguma coisa, era, era assim que era. Tanto é que quando os meus apareciam com dinheiro eu dizia de onde vinha? Quem foi que te deu, de onde isso, bombom, ou alguma coisa. É assim que eles agem. Porque a Aline me dizia e eu observava. Então começa assim. Quando a gente só ouve falar, mas é verdade, o pedófilo ele é assim: vem cá vamos conversar vamos brincar. – **Ágata**

Na época ela tinha 8 anos, e eu descobri só com nove, ele passou nove meses abusando da minha filha. [...] Quando ela me falou, ela tinha 9 anos, minha filha magrinha não tinha nem peito, entendeu? Toda magrinha que não tinha nem curva para dizer "olha, que menina bonita." – **Jade**

É uma categoria referente a um processo em que a relação ocorre, sendo uma categoria explicativa para a relação de poder dentro de abuso sexual (FALEIROS e CAMPOS, 2000).

No abuso sexual intrafamiliar os sentimentos se tornam mais complexos, devido o agressor encontrar-se dentro de casa, tendo muitas vezes um papel duplo, por ser um membro familiar importante: pai, avô, padrasto, irmão, tio etc, causando confusão (FALEIROS, 2000).

Esmeralda não quer acreditar que um ser humano seja capaz de abusar durante 4 anos das duas filhas biológicas, gêmeas de 13 anos. Ela desumaniza o abusador afirmando que essa atitude é incompatível com o homem.

E isso é um crime, é uma coisa tão, que mexe com a gente, que a gente não pode deixar impune. Mesmo que seja o pai delas, pra elas, na cabeça delas, é o pai delas, mas pra mim é um “monstro”. Ele não é o pai delas, porque o pai não faz uma coisa dessa. O pai é pra cuidar, livrar a filha duma coisa dessa, mas no caso, ele mesmo praticou esse ato de monstruosidade, né? com elas. [...] Não deixou por que no caso já tava fazendo essas atrocidades com elas né! [...] um homem chega faz isso com você sem a sua vontade é “um monstro.” você saber que o pai delas teve essa coragem de fazer tudo aquilo que elas relataram de como ele fazia, do que ele fazia pra elas. – **Esmeralda**

Monstros são considerados não apenas impuros, mas também imundos e repugnantes. A ameaça e o medo que eles despertam normalmente aparecem associados à repugnância, à náusea e a repulsa. Segundo Carroll (1999), frequentemente monstros são “coisas pútridas ou em desintegração, ou vem de lugares lamacentos, ou são feitos de carne morta ou podre, ou de resíduo químico, ou estão associados com animais nocivos, doenças ou coisas rastejantes”.

Para que o abusador continue a ilicitude dos crimes sexuais, sua estratégia é ameaçar as suas presas, de forma que ele assegure o silêncio da vítima para continuar sua ação delitiva.

Deste modo, os sentimentos de medo e de desamparo contribuem para que o abuso sexual seja mantido em segredo pela vítima e por outros membros da família que, em alguns casos conhecem a situação, mas não a denunciam (DE ANTONI e KOLLER, 2000).

No estudo de Siqueira (2020), a partir de relatos publicados na página do facebook Movimento Girassol, com o tema Relações de Poder e Intergeracionalidade nas Narrativas de

Vida de Mulheres Abusadas na Infância, evidenciaram-se as ameaças presentes de um abusador tio da vítima.

E daí em diante começou meu pesadelo ele me aliciava sempre que tinha oportunidades ele dormia na mesma casa com todos como se fosse da família ele uns 35 anos e não era casado então eu uma criança que não sabia nada sobre sexo passei ser a mulher dele um dia ele me penetrou totalmente e doeu muito e saiu muito sangue fiquei desesperada não sabia exatamente o que estava acontecendo e aí começou as ameaças se eu contasse para qualquer pessoa ele me matava [...] Naquele tempo a gente costumava a limpar poço de água e tinha um na minha casa onde tinha 15 metros de profundidade e eu descia 1 vez por ano para limpar o poço numa corda ele falava que se eu falasse pra alguém ele soltaria a corda e me matava”.

O estudo realizado por Siqueira, sobre as relações de poder e intergeracionalidade na vida de mulheres abusadas na infância, revelam narrativas que dialogam com os discursos das participantes Ametista, Jade e Esmeralda, evidenciando-se sentimentos de ameaça e medo que seus filhos vítimas de abuso sexual intrafamiliar vivenciaram.

Aí... eu conversava com ela, eu dizia: Luana tá acontecendo alguma coisa? Não! Luana tá se passando alguma coisa? Ela nunca me falava. Parece que tinha medo de falar, ela ficava com medo de falar. Não sei se ele ameaçava ela. - **Ametista**

E o meu pai ameaçou ela de tudo quanto foi jeito, ele disse que se ela contasse ele ia me matar, o meu próprio pai e ela com medo de ele me matar, não falou nada por 9 meses. [...] Chamei ela para cozinha, foi quando ela me contou tudo. [...] Mãe, vou te contar, mas não faz nada porque senão ele vai te matar. – **Jade**

Mas eu sempre perguntava né, mas elas, acho que ficavam com medo do que ele pudesse fazer com elas. – **Esmeralda**

Essa forma de violência é compreendida por Furniss (1993) e Renshaw (1984) como ameaças, estando presente em todos os casos de abuso sexual intrafamiliar, devido envolver laços afetivos da família. As ameaças geralmente são feitas às mães, segundo Pfeifer e Salvagni (2005), Lima (2008) e Lima e Alberto (2016), com o objetivo de neutralizar a criança.

Outro significado evidenciado em situações de abuso sexual comum nas narrativas das participantes é o discurso do segredo, sendo esse materializado em suas falas.

Parece que tinha medo de falar, ela ficava com medo de falar. Não sei se

ele ameaçava ela. E ele tem uma lábia, que a Andrea¹³ não conta muito.
Ele tem uma lábia bem... – **Ametista**

Ametista enuncia um sentimento, no qual os abusos sofridos por sua filha eram frequentes e os quais ela não podia evitar, sua filha não revelou que foi abusada a ninguém, guardando esse segredo até a revelação de sua gravidez.

Algumas vítimas de violência sexual podem ser acometidas pela síndrome de Estocolmo¹⁴, desenvolvendo emoções afetivas para com seus perpetradores, formando com eles uma solidariedade e cumplicidade.

A participante Ametista em suas narrativas desvela que sua filha a adolescente de 13 anos abusada pelo seu tio, manifestou esse sentimento, protegendo o abusador. No hospital, ao ser constatada a gravidez da adolescente fruto de um estupro de vulnerável, ela alega que estaria grávida de outra pessoa, visando proteger o abusador.

Ela tinha falado que era outra pessoa que tinha lhe abusado, mas eu não acreditei. [...] ela demorou pra me falar..., lá mesmo no hospital, eu conversei com ela, conversei, eu já senti, já desconfiei, já dele né. Porque é assim, conversava com ela... aí eu já comecei a desconfiar. Aí ela já me deu outra palavra dizendo que tinha sido outra pessoa, que tinha feito isso com ela, mas eu não acreditei. [...] foi que ela chegou e me contou né, ela disse que tinha sido o tio dela Antenor¹⁵. – **Ametista**

¹³ Nome fictício

¹⁴ A Síndrome de Estocolmo é um estado psicológico no qual vítimas de sequestro ou pessoas detidas contra sua vontade desenvolvem um relacionamento afetivo com seu(s) raptor(es), não necessariamente envolvendo intercuro sexual. Essa solidariedade, por algumas vezes, pode se tornar uma verdadeira cumplicidade, com cativos chegando a ajudar os captores a alcançar seus objetivos ou fugir da polícia. (FERREIRA-SANTOS, 2006, p.20). De forma geral, esta Síndrome pode ser caracterizada como permeada de situações envoltas em tensão, medo, ou até mesmo situações de tortura, em meio ao qual a vítima, apesar de vivenciar os medos, frustrações e anseios de fugir, institui um afeto por seu agressor. Este “afeto” se dá inconscientemente, através do instinto de sobrevivência da vítima, que acredita que precisa acatar todas as regras impostas pelo agressor para conseguir sair daquela situação da forma menos “dolorosa” possível.

¹⁵ Nome Fictício

Quando o abusador tem relação de afinidade estreita com a vitimada, lhe facilita exercer ameaças e criar segredos. Isso se deve, pela proximidade que existe no espaço familiar, facilitando a manutenção da intimidação, por está presente constantemente, reforçando o segredo que deve manter, sendo a vítima coagida através de ameaças (Faleiros, 2000; Furniss, 1993; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

No momento em que é desvelada a violência sexual, o abusador faz com que outras pessoas não acreditem na vítima, tenta confundir familiares, se utiliza de artifícios para provar sua inocência, alegando que é invenção da criança ou adolescente abusado.

Eu disse assim para ele: tu não estás vendo que não é coisa da minha cabeça? Não é João imaginação da minha cabeça, não é criação. Taí, tua filha tá dizendo, não sou eu que tô dizendo, mas ele não acreditava. Ela ela não ia inventar, não tinha como... é pesado. – **Ágata**

Mas ele esfregou o negócio dele em mim, ele me mostrou. Aí sabe o que ele falou? "Não, eu fui fazer xixi ali, botei o meu pinto para fora para fazer xixi e ela pensa que eu tava mostrando para ela. Eles criam as artimanhas, né? Então assim, eu passei nove anos fugindo desse homem." – **Jade**

O que se pode entender deste discurso narrativo de Ágata e Jade é um sentimento de impotência diante o desamparo de familiares que não dão voz as vítimas e nem as mães. Percebe-se que desencadeam sentimentos de confusão, sobre as conseqüências geradas em suas mentes, por não terem a capacidade de convencimento, evidenciando as inversões de papéis, onde passam de acusadoras a acusadas.

Outro artifício muito utilizado quando não convencem os familiares de sua inocência, é a fuga com o intuito de não ser encontrado pelo órgão de Justiça e Segurança Pública.

Fugiu. Ficou escondido. E a menina do meu trabalho, que era minha colega de trabalho, e aí uma delas disse que a casa da irmã dele é lá no São José 3 né, aí ela disse Ágata tu nem sabe, eu descobri, eu descobri onde o teu sogro está escondido. – **Ágata**

Ele mora pra lá, não apareceu mais. Pelo que eu sei, ele tá na Araras¹⁶. Ele mora pra lá! Não veio mais aqui. – **Ametista**

Nas narrativas da participante Esmeralda, evidencia-se um sentimento de revolta e culpa, onde revela que suas filhas foram penalizadas, por ela ter se separado de seu marido.

¹⁶ Nome Fictício

Esmeralda acredita que a violência sexual cometida contra as suas duas filhas gêmeas, adolescentes de 13 anos, foi desencadeada por vingança. Pois o seu ex-marido não aceitava a separação.

Então enquanto elas eram pequenas eu aguentei até elas inteirarem 8 anos, foi quando eu não aguentei mais! [...] Vim com o intuito de trabalhar, não de voltar! [...] Porque não dava mais certo, era muita briga, ele bebia muito, na época... mas já tinha acabado o amor! [...] Porque no caso eu vim pra cá pra Manaus, e eu não tinha emprego, não sabia onde que ia morar, não tinha nada. Foi aí depois de um ano quando eu já tinha arranjado um trabalho, eu tinha me... eu liguei pra ele e pedi que ele mandasse as meninas pra mim cuidar delas. Mas ele não deixou. Ele disse que não deixava, porque eu tinha abandonado elas, e que essa era uma forma de eu tá pagando por ter separado dele! [...] De trazer pra mim cuidar, e foi isso que eu fiz, mas ele não deixou, não deixou por que no caso já tava fazendo essas atrocidades com elas né! –
Esmerald

Nos relatos das participantes, percebe-se através das polifonias presentes, representadas nas variadas vozes, que o abusador era alguém da confiança da família, que ao mesmo tempo proporcionava acesso às vítimas e credibilidade das mães, fazendo com que essa proximidade, favorecesse a vulnerabilidade das vítimas, dificultando a revelação.

No discurso materializado, evidencia-se que além do abuso sexual intrafamiliar, há a presença da vulnerabilidade de crianças e de adolescentes; a responsabilidade da mãe; e o acesso facilitado do abusador. Essas características são indicadas como conseqüências para as crianças e adolescentes que vivenciam uma situação de vitimação por abuso sexual intrafamiliar por Habigzang e Koller (2006).

Constata-se a presença de intimidação pelo meio de ameaças direcionadas principalmente às mães. Segundo a literatura, as ameaças quando dirigidas as mães das vítimas, tem um potencial de paralisar as vitimadas (Lima, 2008; Lima & Alberto, 2010; Pfeifer & Salvagni, 2005).

Deste modo, compreende-se o quanto se torna comprometida a infância de crianças e adolescentes enquanto período de desenvolvimento, onde vivenciaram experiências com história de violência sexual, que poderão reviver esses sentimentos em outras fases de suas vidas. Segundo Vygotsky (1933-1934/ 2006) é na infância que o sujeito constitui a sua personalidade, que constrói as bases cognitivas e afetivas.

A Justiça, a Polícia e a Depca: tecendo controvérsias

Apresentam-se resultados e análises desse núcleo de significação, que se pautam nos motivos que interferem no retardo das mães de crianças e adolescentes em “denunciar” os casos de violência sexual na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA.

Nos discursos das participantes foram evidenciados obstáculos pelo desconhecimento de como funciona a rede de enfrentamento com atenção voltada às crianças e adolescentes abusados sexualmente. Isso dificultou o percurso em seus primeiros atendimentos, de modo que pudessem receber acolhimento humanitário para atenuar sua dor e de toda a família.

Um dos motivos evidenciados pelos sujeitos da pesquisa é a insciência sobre informações básicas como: endereço da Depca, horário de funcionamento, contato telefônico, Disque-100. Pela ausência dessas informações, familiares se dirigem às delegacias mais próximas de suas residências onde não são atendidos, tendo que se dirigir posteriormente à delegacia especializada. Isso corrobora com que algumas mães desistam de formalizar a “denúncia”, pelas dificuldades financeiras de custear seu próprio transporte, não iniciando os procedimentos necessários para acolhimento das vítimas e conseqüentemente a impunidade do abusador.

Caso os familiares de vítimas, ao se dirigirem às delegacias mais próximas de suas residências, fossem imediatamente conduzidos por profissionais da segurança pública para a DEPCA, receberiam um atendimento adequado por profissionais treinados com uma escuta especializada, conforme preceitos da Lei nº 13.431/2017, garantindo atendimento de maneira qualificada e humanizada para as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual através da rede de proteção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8069/90 prevê a proteção integral à criança e ao adolescente, tendo entre outros, o poder público, o dever de assegurar com absoluta prioridade a proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do **poder público** assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (**grifo nosso**)

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

Outro obstáculo foi o atendimento negligenciado por profissionais da segurança pública e unidades de saúde que agiram com Violência Institucional, prevista no art. 4º, IV, da lei 13.431/2017.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização.

Violência Institucional: é aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos como hospitais, unidades de saúde, escolas, creches, abrigos, delegacias, Judiciário, entre outras. É perpetrada por agentes que deveriam proteger as vítimas de violência, garantindo-lhes atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos. O Ministério da Saúde define Violência Institucional como aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à saúde até a má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações desiguais de poder entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. (MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Nas narrativas das participantes, observam-se as dificuldades encontradas no caminhar para realizar a denúncia, recebendo um atendimento especializado, de forma que se sintam acolhidas. Já que estão diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar dos filhos, momento em que desencadeiam sentimentos de fragilidade, impotência e confusão, necessitando de amparo.

Assim... a dificuldade é por que como a pessoa não conhece, não sabe onde fica, tudo fica mais difícil, né? Quando você não tem conhecimento, quando você não tem ajuda de ninguém, no caso as pessoas da minha família não tão me ajudando, o único que tá do meu lado todo tempo é meu esposo, me ajudando dando força (**choro**)! Pra mim continuar essa luta né? Pra que seja feita justiça! (**choro**). [...] Mas foi isso, porque eu fui lá que nem eu falei pro moço. Moço eu não sei onde fica isso, não dá pra vocês me levarem lá pra fazer isso? Não, não tem como a gente ir. [...] Ao perguntar se tinha uma viatura pra trazê-las até a DEPCA. Não disseram que não podia fazer isso, e isso já me desmotivou. “E eu não tinha o dinheiro do ônibus. [...] Eu acho que no caso desse, a mãe chegando, relatando isso pra polícia, dever dela é de pegar e trazer pro local indicado né, que vai resolver. [...] Porque no caso disso aí a pessoa desiste, que nem eu me desmotivei quando vi aquela

atitude! Que era pra ele me trazer pra resolver isso. [...] No dia que eu vim pra cá o ônibus pregou antes dessa bola aí (Bola do Coroado), eu vim andando no meio do sol quente com elas de lá até chegar aqui, nós ficamos no sol, eu pedi informação onde ficava, e vim. Poxa deu vontade de eu desistir, deu!” - **Esmeralda**

Nós fomos aqui nesse do São José, acho que no 9º Dip, eles que deram o endereço pra nós que fomos pra lá, nós apanhamos um Uber, meu pai pagou o Uber pra nós irmos pra lá porque nós não sabia onde era a Depca né. [...] Não! Não nós fomos de Uber meu pai que me acompanhou com ela e o rapaz que tava, que é ele que tava pagando porque eu mesma... [...] Não! Não levou não! Foi nós mesmo. [...] Assim... por que assim, eu acho que o atendimento melhor. A polícia deveria acompanhar né, fazer assim, porque as vezes que a gente que não tem condições né, condições financeiras pra ir, pra fazer esses exames, essas coisas, melhor acompanhar da delegacia pra lá né, ajudar... a vítima, a pessoa que vai lá, porque eu não tive condição, que se não fosse meu pai, eu não sabia como que eu ia fazer. [...] Às vezes pára o tratamento todinho! Não eles não me deram nada assim não no hospital não! [...] Aí no outro dia, quando eu cheguei aqui, a partir da noite, foi quando eu cheguei aqui, no outro dia o avô dela disse: não nós vamos na delegacia, quando foi no outro dia mesmo, nós fomos fazer a ocorrência né, tudinho, o que que aconteceu com ela, e nós fomos pra lá.” [...] “foi lá pela Depca que eu fui, lá mesmo eles me encaminharam pra maternidade Moura Tapajós.” – **Ametista**

Eu fui diretamente no 9º Dip, e de lá me encaminharam para a delegacia do Puraquequara, onde foi feito todo o processo, na delegacia do Puraquequara. [...] Mas foi registrado boletim de ocorrência. Registrado no 9º Dip, porque onde aconteceu a situação foi no sítio e era lá no 9º que era no Puraquequara, aí ele disse que tinha que ser lá na delegacia mesmo. [...] Eu fui direto no 9º Dip porque já tinha ido lá outra vez para denunciar o bisavô dela que também fazia as mesmas coisas com essas primas dela. [...] Aí ele disse que eu tinha que esperar o escrivão, e que eu teria que voltar no outro dia. Nesse mesmo dia, fui com a assistente social e com a psicóloga, para ver se realmente tinha acontecido, aí tá, aí a psicóloga realmente disse que tinha acontecido, aí encaminharam para o IML. Quem levou foi minha irmã, porque eu não tinha condições de ir. Aí eu retornei no outro dia, e era para o escrivão, e o escrivão não retornou de novo, aí eu voltei no outro dia, o escrivão não foi de novo, aí eu não fiz mais nada, foi isso que aconteceu. [...] Não, só eu mesmo e procurei trabalhar (o psicológico dos filhos), conversar com eles, não deixar mais eles irem para lá, só eu mesmo. E hoje parece que estão bem, né. Que são centrados, equilibrados. Não sei né? [...] Hoje eu me sinto mais segura com mais conhecimento eu me sinto mais apoiada. Então vamos supor, se fosse hoje se acontecesse hoje, eu não teria desistido, eu iria tomar outros caminhos, eu ia procurar e iria resolver. – **Ágata**

O fato de Ágata ter desistido de levar o processo contra o abusador (avô de sua filha) adiante, pode-se entender que sua filha teria que reviver a história de abuso ao ter que contá-la diversas vezes nos atendimentos, assim como também Ágata vivenciaria esse sofrimento, sem a garantia que sua filha fosse acolhida e que o abusador fosse punido. Nota-se que essa

decisão de Ágata foi para poupar sua filha de constrangimentos.

Habigzang ET al. (2005), ao analisarem a rede de atendimento, apontam vários fatores de ordem social, institucional e legal que tendem a banalizar, negligenciar, confundir e postergar as aplicações de medidas de proteção às vítimas.

A participante Jade nas suas narrativas evidencia que tem conhecimento dos procedimentos, devido ser assistente social e atuar diretamente na rede de proteção de crianças e adolescentes, por isso se dirigiu diretamente à DEPCA. Portanto, se confirma, que quando as mães têm conhecimento da existência de uma rede de proteção, viabiliza um acolhimento cérele para as vítimas e a possível punição do abusador.

Na verdade, eu já conhecia como era o processo, né? Minha maior dificuldade foi quebrar algumas barreiras para poder fazer e como formular denúncia. – **Jade**

Fica cristalino, nas narrativas das participantes, que ao se dirigirem à delegacia para “denunciar” o abuso sexual intrafamiliar, seu objetivo principal foi a proteção de seus filhos para buscar acolhimento por uma rede de proteção que lhe oferecesse apoio psicológico e serviço de saúde. O objetivo secundário foi procurar a justiça para efetivar a punição do agressor.

Como forma de compreender a subjetividade e a consciência das mães, em se tratando de desenvolvimento humano, à luz da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, verifica-se a subjetividade das mães que se alimentam do modelo protetor materno, ao se dirigirem a delegacia para denunciar, pois dependem diretamente das condições objetivas da organização social em que este sujeito está exposto.

Conforme publicação da pesquisa realizada por Habigzang ET al. (2005), a mãe é quem mais denuncia a vitimação dos filhos, com 38% dos casos investigados. Portanto, são figuras fundamentais nesse processo para denunciar o abuso de seus filhos as autoridades competentes.

Então, quando eu trouxe ela, ela veio consciente de que além da gente está fazendo a coisa certa, ela iria vencer isso com mais capacidade, porque ela iria receber apoio né, aqui ela ia receber a proteção necessária. Fazer justiça com as próprias mãos não é legal, porque a

gente às vezes faz, e se autoprejudica. [...] E aí a amiga dela disse: olha, você tem que se libertar disso viu. Conta para uma pessoa que tu confias, pode ser para a tua melhor amiga, pra tua professora, pra tua mãe, escolhe alguém pra ti contar pra te ajudar. – **Jade**

Eu quero acreditar que vão proteger minha filha né, vão proteger, até por que eu não quero que ele chegue perto delas né, e é uma proteção. – **Esmeralda**

Nós já fomos pro IML fazer exame dela, no mesmo dia, tudo no mesmo dia. [...] Não, foi eles não. Nós mesmo tomamos nossa decisão em casa. [...] Nós fomos lá, vamos e fomos. Eu e ela (vítima). – **Ametista**

As mães ao “denunciar” o abuso sexual de seus filhos, tiveram como objetivo secundário fazer “justiça”, de modo que o abusador pague pelo crime cometido, se afastando das vítimas e de familiares através de medidas protetivas. Potencializam sentimentos ambíguos de justiça e vingança.

Então... Eu vim fazer justiça, eu vim denunciar porque eu acredito que nenhuma criança merece passar por qualquer tipo de abuso que seja, todo tipo de violência é um abuso, né? Eu vim por uma questão de consciência mesmo, porque eu não comungo com esse tipo de prática, eu estava certa e eu estava fazendo a coisa certa. [...] Então vamos manter a calma a gente vai levar para a justiça, ah, mas a justiça demora, demora, mas é coisa certa, então hoje eu vim já consciente de que eu quero coisa certa a se fazer. [...] O pai dela, a vontade que ele teve foi de contratar um capanga para acabar com a vida do homem, e eu disse calma, calma porque não é assim que se resolve, a gente não resolve um problema criando outro. – **Jade**

Eu quero que e pague pelo que ele fez, eu não desejo que ele morra, que matem ele, de nenhuma forma, eu só quero que ele pague pelo ato de atrocidade que ele fez, com elas. Porque ele roubou a infância delas, hoje elas têm traumas né, que têm que fazer tratamento com o psicólogo pra reverter isso aí, porque só elas sabem o que elas passaram, né! [...] No momento em que me revelaram eu não pensei duas vezes, a minha vontade foi de ir lá e fazer justiça com as próprias mãos! [...] porque às vezes o processo é tão demorado né, a justiça é tão lenta. – **Esmeralda**

Nós fomos diretamente pra lá, foi lá na Depca mesmo, que nós fizemos a denúncia, nós fomos no outro dia mesmo. [...] Eu pra mim, eu achava que ele ia ser punido sim. Pra mim eu quero que ele seja punido eu não quero que isso fique assim não, porque nós passamos um sofrimento e muito – **Ametista**

Rapaz ele ia ficar era muito feliz se eles fizessem o BO. A gente não deve ficar feliz com a desgraça dos outros, mas esse aí... – **Ágata**

Jade e Esmeralda, por meio dos seus discursos, evidenciam o sentimento de fé que lhes conforta, lhe dando forças diante esse momento peculiar de enfrentamento e que em suas

consciências subjetivas estavam sendo cobradas por elas mesmas, para fazer o que era o correto.

A confiança na justiça divina contribui para amenizar suas dores acreditando que através da fé em Deus a justiça será feita contra os perpetradores da violência intrafamiliar, quer seja pela justiça divina ou pela justiça dos homens.

Eu me sinto bem, porque até o momento que eu ainda não tinha feito isso, Deus estava me cobrando que eu fizesse isso porque era a coisa certa a fazer. – **Esmeralda**

Quanto a esse primeiro caso do meu pai, não que eu não queira trazer à tona, mais eu acredito que os dias dele já estão contados, já que ele tá bem doente, acredito que a justiça está sendo feita, ele tá pagando com a própria vida, tá se arrastando, e eu não tenho contato, né? – **Jade**

Nas falas das mães entrevistadas foi constatado um sentimento de desconfiança na segurança pública, o que contribuiu de alguma forma a não procurarem os órgãos competentes para formalizar a denúncia sobre as violências contra seus familiares. Contudo, apesar de tal fato, procuraram a polícia para denunciar os abusos sofridos por seus filhos.

Algumas mães não confiam na polícia que se mantém ostensiva nas ruas. Por outro lado, quando se trata de atendimentos voltados para proteção de seus filhos, verificou-se no discurso delas, que houve a credibilidade no sistema para o acolhimento das vítimas e punição do agressor. Outras, como Ágata, não deram continuidade nos procedimentos do abuso sexual cometido contra seus filhos, porque desacreditam que o abusador pague pelo crime que cometeu.

Sinceramente eu não acredito muito na polícia não, porque tem muito policial corrupto, que é mais safado do que o próprio ladrão! Porque já vi situações, eu vivo num lugar que eu já vi essas situações de policiais e lá, tá vendo a pessoa fazendo coisa errada e receber dinheiro pra passar mão na cabeça do bandido e não fazerem nada. [...] Fui logo lá em cima... [...] Se a polícia não fizer a dela, aí fica difícil, né! [...] Que seja mais rápido, porque às vezes o processo é tão demorado né, a justiça é tão lenta, enquanto que... às vezes pra bandido é tudo é mais fácil, e pra gente que é ser humano, pra gente que honesto, é tudo mais difícil. – **Esmeralda**

Pra mim assim... eu fico pensando assim né... que nem esse caso né, da minha filha, pra mim assim não dá em nada! E... eu fico pensando né, se a polícia não resolver, não chegar a prender ele né! – **Ametista**

Esperava que ele fosse preso. Imediatamente né. E que eu fosse amparada de certa forma. E porque se eu fosse amparada né, e isso não aconteceu comigo né, eu acho que eu teria uma estrutura melhor para dar para ela né. Então eu me senti só, me senti com medo, porque do lado da família dele, são meio pilantra né, pra lá. E aí eu fiquei com medo de morrer mesmo, fiquei. [...] Uma semana depois fez exames e tudo mais, aí de lá, eu não fiz mais nada. [...] Ele nunca foi chamado na delegacia esse velho. Nunca, nunca, nunca, dona pesquisadora. [...] Eu pensei que ele ia ser preso, que eu iria ser amparada de certa forma, psicologicamente né! E pronto. [...] Retornei e o escrivão... e eu não sei o que aconteceu com ele, não sei se pagaram para ele de lá né, porque ela é desse tipo de pessoa que é capaz de fazer, ela é capaz de fazer. E aí os policiais não são todos também né, Dona pesquisadora como a senhora né, então eu não sei o que aconteceu, mas eu fui atrás, não foi uma, nem duas, nem três, para procurar e eu não fui atendida, e desisti. Foi por isso, porque por mim, ele tinha sido preso mesmo, tinha sido preso! E hoje se puder fazer e hoje se puder fazer, por mim ele vai preso. [...] Eu não acredito em... é a verdade né! Eu não acredito em policial e eu não gosto deles não gosto. Mas em relação a isso, eu vejo que muita coisa melhorou, então eu acho assim: eu não sei se sempre foi, ou se foi agora, que a polícia tem tomado atitudes quanto a isso, abuso sexual, contra violência, tanto da mulher como da criança e adolescente. Mas hoje, a gente tem um amparo né, tem as coisas, você tem onde recorrer, você tem um apoio então assim, a criança, a gente tá falando dessa questão né, não é de mim. Então como eu tava falando, tem tudo para ela, tem até polícia para os infratores né, então tem o apoio, por mais que eu não tenho apoio da minha família do meu marido disso e daquilo, se eu tiver consciência de lá, eu vou lá e eu vou ser amparada. Eu acho que é bom sim, agora em relação a isso, mas em relação às outras coisas... [...] Em relação à criança sim está muito melhor e parece que mais rápido né, as coisas parecem que estão acontecendo mais rápido. [...] Eu acho que se hoje se acontecesse hoje, e se eu fosse lá hoje iriam atrás dele para ele ser preso, eu acho. [...] Em relação à criança. Mas em relação às outras coisas, eu continuo desacreditando. [...] Por exemplo, no próprio lugar em que eu trabalho Shopping Avestruz¹⁷. Nós vamos lá denunciar, eles chegam lá, ou eles dão um soco no cara e pronto vai embora. Acho que eles não querem ter trabalho né, (risos). Mas em relação aos abusos, sim funciona, acredito que vai melhorar muito mais ainda. [...] Eu senti a falta de um amparo para mim, e o medo que a gente tem, se ele vai ser preso. E quando ele sair o que que ele vai fazer comigo que ele vai fazer com a minha filha, uma hora ele vai sair, e o que que ele vai ser capaz de fazer então a gente tem esse medo. [...] aí eu fico nisso, até hoje. Se eu for lá agora dona pesquisadora dá continuidade, eu sou mais segura. Mas o que eles vão fazer por mim, eu não sei. Pela minha filha eu posso fazer algo por ela, se a polícia não fizer eu posso fazer, mas eu vou ficar como? é isso aí fica esse questionamento né. Eu não sei, não sei o que eles vão fazer por mim, eu não sei se eles realmente eles vão realmente prender ou não. Eu sei se ela chegar com dinheiro e oferecer, oh tá aqui e se ele vai ser liberto ou não. Eu não sei se quando souberem o que vai acontecer ele vai embora ele vai fugir, eu não sei. Aí mais uma vez eu fico como? [...] Como a senhora me deu esperança, ainda podemos fazer, vai lá. Beleza! Vai ser feito, vai ser feito. Agora ele vai ser preso? Ele vai pagar? Mas claro que não vai pagar. São as consequências né, a vida toda dele né. [...] Aí eu fiquei preocupada com a questão dos meus

¹⁷ Nome Fictício

filhos, e a questão da dor de cabeça mesmo, de ter todo trabalho e chegar lá de novo e não ter né... E aí não adianta para mim não, não adiantava né. Porque eu chegar lá, eu ia vai fazer tudo isso e eu ficar com a cara no chão né. – **Ágata**

A contradição é algo presente na forma de significar a “denúncia” do abuso sexual intrafamiliar de seus filhos. A participante Jade fica dividida em dar continuidade no inquérito instaurado contra seu pai pelo abuso sexual cometido contra sua filha quando a criança tinha 8 anos. De uma forma inconsciente no seu discurso, demonstra a descredibilidade na segurança pública e também não quer mais que venham à tona, sentimentos de dor, medo, raiva, vergonha, culpa e julgamento pela família.

Quanto a esse primeiro caso do meu pai, não que eu não queira vir à tona, mais eu acredito que os dias dele já estão contados, já que ele tá bem doente, acredito que a **justiça** está sendo feita, ele tá pagando com a própria vida, tá se arrastando, e eu não tenho contato, né? – **Jade**

Ágata apesar de relatar em suas narrativas que não acredita na polícia, mas quando se trata da rede de enfrentamento voltada para crianças e adolescentes tem credibilidade, revela na sua subjetividade que pelas experiências vivenciadas na delegacia onde não foi devidamente assistida, desencadeou descredibilidade para outras delegacias. A pesquisadora mostrou um novo olhar para esses atendimentos no enfrentamento de violências sexuais contra crianças e adolescentes, orientando Ágata a dar continuidade, porém posteriormente a participante retornou e informou da sua desistência.

Nas falas das participantes, revelam que os atendimentos recebidos, nem sempre condizem com os esperados. Relataram que após se dirigirem à Depca, almejavam receber um atendimento acolhedor. Observa-se que os profissionais necessitam de um treinamento para um melhor atendimento. O tempo de espera, acrescido com o fator psicológico abalado, angustia toda a família. Evidenciou-se que durante os atendimentos as mães não tiveram uma orientação detalhada sobre o passo-a-passo dos procedimentos seguintes. Que algumas delas desistiram de dar continuidade nos inquéritos por faltas dessas informações.

Demorou bastante também. Porque também tava lotado, que nem a moça foi lá comigo e falou. Olha senhora vai demorar um pouco, se a senhora não estiver apressada a senhora espera, mas se a senhora estiver apressada, vá pra casa e volte outro dia, porque aqui segunda-feira é complicado! Eu disse não moça eu não saio daqui sem resolver isso. Eu já tô aqui, eu vou esperar. É tanto que a gente saímos daqui três horas da tarde. [...] Cheguei nove horas e sai três horas da tarde, sem almoçar

sem nada! [...] E agora a gente vai pra casa? vão investigar aí? [...] Mais quando elas vão [...] Não me falaram nada, até porque disseram pra eu levar a menina lá na Moura Tapajós não me falaram isso, pra levar a menina no IML pra fazer exame! [...] - **Esmeralda**

Eu vou na Depca, ter que resolver e eu espero que a gente resolva, né! Porque eu fui duas vezes lá né! Na primeira vez eu fui, aí depois fui de novo perguntar como é que tava correndo. Aí a moça que tava na frente, me atendeu e disse que tava indo o processo dela né! [...] Acho que assim... poderia também melhorar no atendimento e assim fazer como é que se diz, meu Deus? Nem sei nem te explicar, eu fico nervosa. – **Ametista**

A pesquisadora, ao analisar o inquérito da filha de Ametista, identificou que o inquérito não foi concluído porque o autor ainda não foi notificado para sua oitiva, devido o endereço informado ser diferente de seu domicílio, sendo necessário que ela compareça ao cartório da delegacia para informar endereço correto com ponto de referência.

Constata-se que muitos inquéritos ficam parados por conta de procedimentos simples como obter o endereço atualizado dos autores, assim como as vítimas mudam de endereço e de telefone, dificultando sua localização para dar continuidade nos procedimentos.

A gravidez da adolescente de 13 anos, filha de Ametista, foi descoberta no Hospital Joãozinho, resultado do crime de Estupro de Vulnerável (conjunção carnal com menor de 14 anos), conforme previsto no art. 217-A do Código Penal, lei 2848/40.

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009).

A equipe médica ao constatar a gravidez da adolescente de 13 anos, não encaminhou a vítima para a delegacia ou para o Conselho Tutelar, onde tinha o dever legal de fazer, conforme Art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, para que o crime de Estupro de Vulnerável fosse devidamente apurado.

O Artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera infração administrativa a falta de comunicação à autoridade competente pelo profissional e/ou instituição responsável, que tenha conhecimento dos casos. Esta infração administrativa está sujeita à multa de três a vinte salários de referência. Esta obrigatoriedade da notificação aos

órgãos competentes também está determinada pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Ametista relata que o médico ao constatar a gravidez da adolescente, deu-lhe os parabéns por está grávida. Isso demonstra o desconhecimento por parte de alguns profissionais da saúde, sobre a gravidez de menor de 14 anos ser capitulado como crime de Estupro de Vulnerável, com pena de 6 a 15 anos; crime muito mais cruel e repugnante que o crime de maus-tratos. Pela falta de informação, o médico deu os parabéns para a vítima de uma violência sexual, que posteriormente iria ter complicações para realizar um aborto legal e foi o que aconteceu posteriormente.

O aborto legal está previsto no artigo 128, II, do Código Penal Brasileiro, que é o aborto no caso de gravidez resultante de estupro, também chamado de aborto humanitário, aborto ético, aborto piedoso, ou aborto sentimental.

Art. 128, II, CP - não se pune o aborto praticado por médico se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante, ou quando incapaz, de seu representante legal.

Nas narrativas de Ametista, evidencia-se o despreparo da equipe médica, que também não notificou os órgãos da Segurança Pública para notificar o Estupro de Vulnerável sofrido por sua filha.

Olha só foi até um pediatra que me atendeu. Só... ele falou que o exame dela tinha dado que ela tava grávida, foi só o que ele me falou, aí ele deu parabéns pra ela, mas... foi isso mesmo não falou mais nada, porque ele não soube da situação também né, aí foi só isso. Foi como nós viemos pra casa, daqui todo mundo conversou, no outro dia fomos pra lá. [...] Não eles não me deram nada assim não, no hospital não! [...] Não porque foi assim, foi lá pela Depca que eu fui, lá mesmo eles me encaminharam pra maternidade Moura Tapajós. – **Ametista**

Ametista relata que demorou para realizar o aborto no Hospital Moura Tapajós, que estava muito preocupada devido à barriga da adolescente está crescendo. Evidenciam-se sentimentos de medo e insegurança da participante, uma vez que sua filha além de ser violentada e necessitar de apoio psicológico, teve que realizar uma intervenção cirúrgica para interromper a gravidez.

Demorou um pouco! Passou um mês pra poder ela ser ter atendida, né! [...] Sim. acho que tava com dois meses pra fazer esse aborto eu fiquei até com medo! [...] Ela tava com dez semanas quando ela entrou, dá uns dois meses por aí né, quando ela fez! – **Ametista**

As participantes relataram os obstáculos que encontraram no percurso para realizar a “denúncia” na polícia. Através de suas próprias experiências, sugerem medidas para que o Poder público fiscalize a gestão dos serviços, implementando mudanças para que sejam disponibilizados atendimentos especializados e de excelência.

Minha sugestão é que não nos deixe só né, que nos encaminha que nos oriente, eu acho assim... a minha filha precisava; mas eu também precisava, e eu me senti só! Por mais que eu tivesse a minha irmã, lá do meu lado e depois disso eu contei com meu pai, para minha mãe, que eu nunca contava, depois disso que eu resolvi contar para eles todos né, então eu senti que a polícia poderia me proteger, tanto que eu ficava com medo de morrer a qualquer hora né, e agora, eu fico pensando, eu penso o outro lado. O quê que eles poderiam fazer por mim? Quê que eles vão fazer por mim? - **Ágata**

Olha, eu acredito que até funciona, mas acredito que tá faltando um pouco mais de incentivo, né? Digamos assim... não sei dizer pra ti em termos técnicos, mas incentivo de algum órgão público, algum melhoramento de uma política que possa dar sustentação a essas demandas, que não é somente fazer a denúncia e prender o homem. [...] só existe abusador porque não tem quem denuncie. Se todas as pessoas que passaram por um abuso denunciassessem, eu acredito que o índice de pedofilia seria bem mais baixo do que hoje, as estatísticas mostram. [...] eu acredito que o principal fator é a informação, as pessoas tem que estar muito mais bem informadas, a maioria das pessoas não fazem uma denúncia por que elas não sabem o que vai acontecer, porque elas pensam que vindo aqui elas vão ter os direitos e deveres elas acham que elas vão dever mais. E aí vão sofrer represálias, vão sofrer rechacimento, então assim, a informação quanto mais à população às vítimas forem bem informadas do que vai acontecer no antes, durante e o pós. A importância de se acreditar, por mais que seja difícil, mas de se acreditar que quando você traz a denúncia pra delegacia, não vai só prender ele, mas vai cuidar dos outros fatores. Então acredito que é isso. [...] E como é que fica a vida da pessoa que passou pelo abuso? Porque vai causar trauma, vai causar transtorno, vai causar uma série de sequelas... e até o fator econômico é agravante. – **Jade**

A análise dos discursos das Participantes demonstrou através de suas vivências e experiências diante a vitimação de seus filhos e dos atendimentos recebidos nessa trajetória, sentimentos de insegurança dos órgãos públicos que têm o dever de dar apoio a quem precisa.

Segundo os discursos das mães, a maioria não conhecia onde se situava a DEPCA, tendo que peregrinar em outras delegacias que não lhe deram suporte. Das 4 mães estudadas,

uma não deu continuidade nos procedimentos, pelas inúmeras tentativas de ser ouvida pelo escrivão que faltou ao serviço. Até a finalização desta pesquisa (agosto de 2021), das três mães que deram continuidade nos procedimentos, apenas o inquérito da filha de Jade foi enviado para a Justiça.

O inquérito da filha de Ametista está parado, aguardando endereço do autor; e os inquéritos das filhas de Esmeralda estão parados, aguardando que elas retornem para serem atendidas no setor Psicossocial, pois na data agendada, não compareceram nem registraram telefone de contato.

A família que acolhe, orienta e julga

Existem dois significados distintos construídos pelas pessoas a respeito de família, conforme ensina Szymanski (apud Yunes *ET al.*, 2001). A família pensada (ou idealizada) e a vivida (ou a real). A primeira seria a tradicional, constituída do grupo social, apresentadas pelas instituições ou pela mídia. A outra seria a do modelo cotidiano, dos comportamentos habituais de agir dos membros da família. Por vezes essas concepções são diametralmente divergentes, impactando nessa diferenciação os conflitos entre pessoas por suas críticas e pelas condições impostas pelo estilo de vida de cada membro familiar.

Há diferenças na dinâmica comportamental da família constituída em relação à família de origem, que ocasionam divergências devido à cultura, costumes e regras familiares, gerando grandes conflitos na família constituída.

Observou-se que a entidade família foi descrita pelas participantes da pesquisa de uma forma idealizada e ao mesmo tempo da forma real.

Nas narrativas das participantes, relataram a importância do apoio familiar recebido durante o momento mais crítico de suas vidas, momento da revelação do abuso sexual de seus filhos, o quanto esse amparo foi relevante para atenuar sua dor, onde experimentaram sentimentos de acolhimento, encontrando meios de construir em si mesma, estrutura necessária para enfrentar o percurso da denúncia.

Na contramão, manifestaram a tristeza ao serem negligenciadas e julgadas no

momento que se encontravam fragilizadas e que mais necessitavam de acolhimento.

Nota-se nas narrativas de Ágata, que ao entrar na família de seu esposo, se deparou com o ciclo de violência sexual intrafamiliar, que acontecia por várias gerações. Por suas vivências de não conviver em família com histórico de abuso sexual, sua voz é refletida em seu discurso como a identificação social que é transformada intrapsicologicamente e que faz parte ao longo da história de vida de cada sujeito, que dialeticamente se relaciona com as experiências sociais compondo a sua subjetividade (Vygotsky, 2009).

Sua postura de mãe protetora impediu o ciclo de violências, resultando em inúmeros conflitos com a família de seu esposo, que posteriormente resultou no seu divórcio. Constatou-se outras consequências da violência sexual intrafamiliar que implicaram na estrutura da família, dentre elas - a situação conjugal do casal.

Quando eu casei com o João eu não sabia, que era assim só sabia que a velhinha que a mãe dele falecida, ela falava umas coisas, mas aí eu não acreditava muito né, eu só ficava observando, aí quando eu casei com ele que eu fui morar com eles todos eu morava com eles todos ainda no início, aí eu passei dois anos morando, até que ela se divorciou do velho mesmo, aí eu fui sabendo das histórias. Aí o quê que acontecia, aí começaram os conflitos, comigo e o meu esposo, porque eles achavam que eu não gostava da mãe dele, aí eu dizia porque, mas ele não dizia para mãe nem para o pai, e eu esperava ele tomar providência para dizer para ela. Aí já estava na época dela desmamar e eu tava muito magra aí ele me chamava vamos lá para o sítio aí eu dizia não. [...] E é esse lado aí que eu fui saber casada com filho né, que a gente conhece quando entra aí como eu passei só dois anos morando com eles todos juntos, depois que a Aline já estava grande aí cada qual foi para sua casa. [...] Agora era assim... difícil para mim porque eu queria ter harmonia no lar, aquela coisa né, aí do meu casamento, aí eu conversava com o João, aí dizia, deixa que a mamãe cuida, e eu fui deixando, fui deixando não chegou a esse ponto. [...] Essa família é podre se eu soubesse não teria entrado nela. Mas o João ele foi sempre muito respeitoso sempre foi um pai ele é totalmente diferente. [...] muitas vezes ele brigava comigo, porque eu deixava os meninos só e ele disse que ia me denunciar por cárcere privado, aí eu era assistente social né eu falei assim para ele porque que eles ficam só? [...] Na minha família pode ter ladrão pode ter usuário de drogas pode ter homossexual, mas essas coisas não tem, nem do meu pai e nem da minha mãe. Nunca ouvi dizer alguma coisa assim.
– **Ágata**

10 anos. Deixei ele porque ele não me respeitava, deixei ele porque ele era um sem nada... eu era o homem da situação, né? Eu sustentava a casa e era bem difícil... - **Jade**

A Teoria Crítica utilizada por Bruschini (1993) auxilia no entendimento da repetição

do abuso sexual intrafamiliar infantojuvenil, compreendendo a dinâmica familiar que confere a seus membros a transmissão de heranças como conteúdos ideológicos, valores e hábitos, associado à dinâmica interna de poder.

A família é reconhecida como espaço de socialização, priorizando uma linguagem de afeto, respeito mútuo e união, dificultando a compreensão da sociedade de que a família é uma instituição social, não diferente de outras, sendo confrontada por relações de poder e de dominação (Morgado, 2004).

Alguns membros das famílias das participantes desta pesquisa se mostraram protetores acolhendo as vítimas de violência sexual lhes dando acolhimento e auxiliando as mães no ante, durante e pós-denúncia, com apoio emocional e financeiro. Esse acolhimento familiar desenvolveu nas mães sentimentos de carinho, amparo, lhes potencializando, fazendo com que elas transmitissem essa proteção recebida para os filhos vitimados.

E eu também nunca fui só tinha minha mãe do meu lado né, e o papai, então logo eu peguei fui pagar o aluguel aí eu já arrumei outro emprego, e as coisas foram se arrumando. [...] Ela estava viajando, mas ela estava presente. [...] quando a bomba explodiu ele disse que ele testemunhava ao meu favor, e isso me deu segurança. Bom porque já tinha minha filha e já tinha ele e as irmãs dele todas passaram por isso. - **Ágata**

Tipo assim... meu pai me ajudava, meu irmão, cada um assim ajudava, pra ajudar ela! Pela situação dela, tive que ter ajuda. Porque pra mim mesma, ia ser muito difícil, tive muita ajuda do meu pai meu irmão! [...] Nós mesmo tomamos nossa decisão em casa. Daqui todo mundo conversou, no outro dia fomos pra lá pra delegacia. [...] no outro dia o avô dela disse: não nós vamos na delegacia. Nós fomos lá, vamos e fomos. Eu e ela (vítima). [...] Aliás, a família toda ficou abalada, e tá mexendo até hoje. Porque nós passamos um sofrimento e muito. [...] A tia dela que sempre me falava: olha tem alguma coisa estranha nisso daí, tem alguma coisa estranha nisso daí. - **Ametista**

Ela (minha mãe) queria matar, ela queria matar, ela e meu irmão. Ela queria matar o velho ela disse. Porque quando estourou, estourou mesmo! Porque não podia tá só. Eu tive que falar para toda minha família. O meu irmão ficou revoltadíssimo, e queria chegar lá no ramal, que não sabia nem para onde era. Ele disse que ele iria acertar e matar o velho. - **Ágata**

Alguns familiares decidiram proteger o perpetrador da violência sexual intrafamiliar em detrimento de ajudar a criança ou adolescentes violentados. Apesar de terem conhecimento do abuso sexual, omitiram o crime contribuindo com o ciclo de violências multigeracional.

Aí ele chegou, aí foi briga lá dentro de casa e aí eu disse que eu ia direto lá para a delegacia denunciar ele, aí a velha queria que eu não fizesse, como sempre, todo mundo querendo proteger ele. Meu marido, o posicionamento dele, foi esconder o pai com a mãe. Foi esconder o pai dele. [...] É lá perto de casa na rua, assim, assim, e quem é lá era o João o filho mais velho dele né, que é o meu esposo, e a mãe. Então, eles esconderam ele. [...] Eu quero que você encontre o documento que a Ágata tá querendo processar o João por causa disso. Ela queria que ela fosse lá na minha gaveta e roubasse os BO's e os documentos que era para me prejudicar. [...] Lá o Seo Augusto pai da dona Aurora, que casou com seu Antonio marido da dona Aurora faz, mas eu só tenho conhecimento que só eles que fazem. Eles eram muito contra isso, mas ele teve reunião vamos acabar por aqui pronto. [...] Essas coisas eu não gosto de lembrar né, que ele fez com ela. Aí o pai não quis acreditar e a avó dela disse que também não, mas ela sabe como ele é, aí eu fiquei com raiva. (choro). – **Ágata**

Não acreditaram... tá ficando doida, minha filha, você tá confundindo as coisas? Tu vais estragar o casamento da sua tia, para com isso! Tu tá criando história. [...] não... ninguém quer se comprometer, meu amor. [...] nem mesmo minha própria mãe não acreditou em mim. – **Jade**

Ágata também de certa forma acaba por ser envolvida em emoções de piedade com o abusador de seus filhos. Inconscientemente tem medo de reviver todo sofrimento que lhe foi causado, evitando que esses sentimentos venham à tona.

E ainda pensei no velho, porque o velho sofreu um acidente é aleijado. Você nem imagina! eu pensei em tudo né! Óh! o avô estuprador. Óh! ela foi estuprada pelo avô. - **Ágata**

Outra característica que foi observada durante a pesquisa, facilitando o abuso sexual contra crianças e adolescentes é a situação econômica e financeira das famílias das vítimas abusadas. Algumas mães permitem que seus filhos passem um período de tempo na residência de parentes, por terem uma condição financeira melhor que a sua, reduzindo o custo com despesas com alimentação e outras despesas de consumo. Foi o que ocorreu com a adolescente de 13 anos, filha de Ametista, que tem 4 filhos todos dependentes. Ametista é do lar, seu esposo faz serviços avulsos (bico), não tem renda fixa, tendo o auxílio emergencial da pandemia Covid-19 como parte integrante de sua renda. No tempo da pandemia as aulas de seus filhos foram suspensas, sendo a vítima chamada constantemente para casa da tia (esposa do abusador), local em que ocorreu o crime.

A tia dela chamava ela muito pra lá. [...] é porque ela não estava mais estudando mais né, que no tempo da pandemia quando começou, foi quando parou os estudos. [...] melhorar, pra mim bem né, assim que acho tem que melhorar assim né, na questão financeira em que a gente vive, nessa pandemia agora, a situação financeira é meio... Às vezes,

aparece, não aparece, ele emprega de bico né, e eu com esse auxílio agora né. [...] Eu não trabalho não! Trabalho dentro de casa, só em casa mesmo, não tem como sair, porque tenho minha pequena e não tem como deixar também. – **Ametista**

Mas como eu vou contar para minha mãe se ele é um paizão aqui ajuda a minha mãe a pagar o aluguel, ele arruma costura para minha mãe porque ela é costureira, as fardas dos Aloxarifes¹⁸ ele vem fazer aqui, é ela quem faz. Ele me prometeu o celular ele me prometeu uma cama e até hoje ele nunca me deu. – **Jade**

Observa-se que a carência de recursos econômicos e financeiros, pode refletir diretamente na prática da violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes. As vítimas que já se encontram num estado de vulnerabilidade se tornam reféns de abusadores que detém o poder econômico, que utilizam essa proeminência para suprir as necessidades básicas das famílias, fazendo com que a vítima se torne cada vez mais envolvida e dependente dessa relação, retroalimentando o ciclo de violências.

A culpa, a vergonha e o medo que confunde e incomoda

As mães desenvolveram sentimentos de culpa com efetiva autopunição por não terem impedido o abuso, acreditando que poderiam ter sido mais vigilantes para evitar o cometimento do crime. As culpas imaginárias e transgeracionais (transmitida através de gerações da família) podem prejudicar a autoestima e aos poucos causam os sentimentos de angústia e tristeza profunda, sendo reconhecidas como as mais perigosas por impactar em todos os campos da vida do sujeito. (MARIA CRISTINA, 2019)

Das quatro mães que denunciaram, duas foram julgadas por membros de suas próprias famílias, que lhes atribuíram culpa, por elas não terem capacidade de evitar os abusos sexuais sofridos por seus filhos. Ágata foi ameaçada por ter denunciado o crime para as autoridades competentes visando acolher seus filhos no momento mais crítico de toda história da sua vida.

Aí foi briga lá dentro de casa e aí eu disse que eu ia direto lá para a delegacia denunciar ele, aí a velha queria que eu não fizesse, como sempre, todo mundo querendo proteger ele. [...] E disseram que iriam me processar (risos...) por causa disso, eles falaram, eles me ameaçaram. [...] muitas vezes ele brigava comigo, porque eu deixava os

¹⁸ Nome Fictício

meninos só e ele disse que ia me denunciar por cárcere privado. [...] E se tu achas que eu estou errada, você vai lá e diz, que eu sou uma mãe ruim e diz que eu sou ausente, mas tu diz o porquê de tudo isso, porque que eles ficam só, por que da minha ausência se eu tô na festa ou se eu estou trabalhando.[...]

Aí quer dizer eu vou ter que sair da minha casa, deixar a minha vida para ir para outro lugar, por isso... E aos olhos deles lá, eu que fui errada, eu sou errada porque tentar proteger a minha filha de alguma forma né. [...] queria tá levando minha filha para lá, mas eu não queria deixar. [...] eu não deixo por causa disso, disso, disso, né, eu sei que ele faz... Aí ela disse: não, mas com ela não vai fazer. [...] Eu deixava eles só. E eu era condenada porque eu deixava eles só. O quê que eu fazia. A faculdade era perto de casa e ele como tava na fase de separação, divórcio mesmo, o combinado era assim. [...] E algumas diziam para mim: porque tu fez isso porque que tu foi contar para ele. Eu fui muito cobrada. Eu fui muito apunhalada também por isso. Porque que eu desisti, porque que eu não fiz. Chegaram a dizer que eu não amava minha filha. Isso é muita pressão! Aí eu disse: eu fiz a minha parte, porque para eles a minha parte era não ter desistido, e era para mandar prender o velho. E como eu não fiz isso... – **Ágata**

Porque não é fácil... muitas pessoas elas falam críticas que vai críticas construtivas e outras não, destrutivas né, em vez delas te ajudarem, te dá ânimo, não! Te põe pra baixo. Então tem pessoas assim na minha família. -**Esmeralda**

Evidencia-se o sentido de culpa externado pelas mães, ao narrarem o abuso sexual dos filhos, se colocando como alguém que deveria ter ficado mais vigilante, que poderia ter protegido ainda mais seus filhos, evitando que fossem violentados sexualmente, já que tinham conhecimento do histórico de violência sexual multigeracional na família.

Me senti, me senti, me senti Dona pesquisadora, porque se desde o início, mesmo eu sabendo que eu ia brigar com meu marido, e que eu ia ter conflitos, eu permiti. Eu não deveria ter deixado ir (choro). Mesmo eu não gostando, ela deveria ir. Então, hoje eu não me sinto, mas eu poderia dizer: bom se tu vais me deixar ou não por causa da tua mãe, bom, se não vamos brigar, vai brigar porque minha filha, minha filha e pronto, né! então, por muitos anos eu achei que ela me culpava, mas quando eu levei ela para trabalhar na Amazonart¹⁹ a gente conversou muito, e ela disse e ela nunca me culpou por nada, muito pelo contrário foi à única que ficou do lado dela... Aí foi assim... Mas no início eu senti, eu me sentia inútil. [...] Agora o meu é porque eu viajei e larguei né, mas eu botava em cima, eu botava em cima mesmo. – **Ágata**

Em algum momento eu me senti, mas depois eu... eu não sou culpada!
(choro) – **Esmeralda**

Ai assim... eu me senti um pouco culpada de ter assim... de ter deixado... assim ela ficar assim, indo pra lá assim sem saber, assim...

¹⁹ Nome Fictício

liberando ela assim por exemplo pra ir pra lá, ficar lá... – **Ametista**

A vergonha e a culpa andam de mãos dadas. As pessoas quando desesperadas por escaparem a sentimentos dolorosos de vergonha, ao perceberem que há uma tendência para a vergonha, são capazes de dar a volta, defendendo-se, exteriorizando a responsabilidade e a agressividade numa conveniente escapatória. (TANGNEY, 2002, TANGNEY ET AL., 2007).

O sentimento de vergonha foi manifestado nas narrativas das participantes durante as entrevistas. Elas desencadearam esse sentimento que está diretamente relacionado com a culpa, porque se cobram que de alguma forma deveriam ter protegido seus filhos da violência, ou de outro modo evitar. Sentem vergonha pela exposição e pelo possível constrangimento que possa vir a ser sentido pelos seus filhos.

Esses sentimentos são vivenciados pela participante Jade no decorrer de seu discurso acerca de sua própria vitimação e dos sentimentos de não ser acreditada por familiares. Ágata por se sentir muito culpada, desenvolveu sentimentos de vergonha, que reflete na sua consciência subjetiva que seus filhos também sentiram esse sentimento. Ametista e Esmeralda demonstraram vergonha em revelar para familiares sobre o abuso das filhas.

Aí depois, foi a questão da dor de cabeça mesmo. O que foi que eu pensei: vergonha. Não para mim, mas pelos meus filhos. [...] Porque eu chegar lá, eu ia fazer tudo isso e eu ficar com a cara no chão né. E meus filhos passando vergonha! – **Ágata**

A gente sabe que causam constrangimento, a criança, ela acaba se constrangendo. Por que é um espaço que não é um espaço comum trazer uma criança numa delegacia. – **Jade**

Só entre nós mesmo, até por causa... assim, porque eu tô tentando resolver tá entendendo? [...] e então eu não vou relatar só se souberem por outra pessoa, mas que por mim não. – **Esmeralda**

Eles não ficaram sabendo não do que tinha acontecido não, só fiquei mesmo comigo e com ela. – **Ametista**

No caso poucas pessoas da minha família ficaram sabendo dessa história. Só minha mãe, minhas irmãs... – **Esmeralda** Conforme Tangney ET al. (2007), quando as pessoas sentem vergonha, pode ser por se sentirem mais expostas da desaprovação de outras pessoas, devido essas situações que causam vergonha e/ou culpa serem tipicamente sociais por natureza.

A vergonha é provocada por uma variedade maior de situações, incluindo os fracassos

e transgressões que podem ser morais ou não morais. A culpa está mais especificamente ligada a transgressões no campo da moralidade (FERGUSON, STEGGE E DAMHUIS, 1991; SMITH, WEBSTER, PARROT E EYRE, 2002).

Deste modo, a vergonha é vista como uma emoção com exteriorização pública, através da exposição pública e da possível desaprovação relativas às consequências da má conduta. A culpa, por sua vez, é vista como um sentimento mais privado, que se manifesta através da dor interna gerada pela consciência.

Sem deixar de considerar outros traumas ocasionados pela desestruturação familiar causada pela violência sexual intrafamiliar, o sentimento de medo também foi desencadeado pelas mães sujeitos desta pesquisa. Pela inércia da justiça, temem sofrer represálias por parte do abusador por motivo de vingança pela denúncia realizada na delegacia, outras temem pelo seu julgamento perante a família. É como se fosse o pagamento da própria penitência de um crime o qual não cometeu. Se sentem como se o mundo desabasse sobre sua cabeça.

Ficava, ficava com medo. Ele passou quase dois meses escondido quase dois meses. Aí como ele estava com medo do velho ser preso, eu me agarrava nisso aí né, o velho não tava, tava só o pai e o João sempre respeitou os meninos eu nunca vi nada que puxasse para o pai né. A gente fica temerosa né. A gente fica temerosa. [...] e o medo que a gente tem, se ele vai ser preso. E quando ele sair o quê que ele vai fazer comigo que ele vai fazer com a minha filha, uma hora ele vai sair, e o quê que ele vai ser capaz de fazer então a gente tem esse medo. [...] Mas eu tenho uma preocupação. Mas ela tem 18 anos aí ela me conta. Ela não tem problema de se relacionar. O meu medo mesmo é que ela goste de mulher. Eu não sei por quê. Mas eu tenho esse medo. [...] Aí eu fiquei preocupada com a questão dos meus filhos, e a questão da dor de cabeça mesmo, de ter todo trabalho e chegar lá de novo e não ter né... E aí não adianta para mim não, não adiantava né – **Ágata**

Porque a partir do momento que ele vê elas na rua, ou então ele, eu não sei o que é capaz de fazer, ainda mais que ela denunciou ele! Ninguém se sabe! [...] como eu fiquei com medo que entrasse na escola que alguma coisa acontecesse eu avisei a diretora lá da escola algumas colegas minhas. [...] Por isso que eu tenho receio que a minha filha passe por isso. Aí eu fico pensando né preocupada. – **Ágata**

Constatou-se que os traumas sofridos por Ágata pelo abuso sexual intrafamiliar contra seus dois filhos cometido pelo avô paterno das crianças, além de ser um dos motivos que contribuiu para o seu divórcio, provocou na sua consciência subjetiva uma resistência para se envolver com outros parceiros íntimos. Ágata ficou resistente a lhe dar uma nova chance de

ter um relacionamento afetivo com outra pessoa.

É porque eu quero alguém para sair, eu acho que é isso é isso. Alguém para ter problema, porque a gente vai pega gosta e se envolve e lá pega chifre de novo. É igual às músicas sertanejo coração já tá mais que calejado, kkk o coração calejado é outra coisa kkk aí eu acho que também é minha base né evangélica né toda essa coisa acho que se conta muito também eu não sou de estar em festa, eu não sou de beber.
– **Ágata**

Depreende-se no discurso de Ágata de forma muito intensa o medo de reviver sofrimentos vivenciados no passado. Mesmo tendo oportunidade de viver um relacionamento afetivo saudável, prefere não acreditar nessa possibilidade, pois sua consciência lhe remete a sentimentos de sofrimentos, quando afirma de uma forma cômica “que o coração está mais que calejado”.

A dor da revelação

O momento da revelação do abuso sexual intrafamiliar foi o momento de maior emoção manifestado por todas as participantes durante a entrevista. Em alguns casos, foi necessário interromper a entrevista e após a participante retornar ao controle emocional, deu-se continuidade.

Nesse momento, a pesquisadora também se envolveu emocionalmente com as narrativas das mães, entrando num jogo interativo, como se fizesse parte da história vivenciada, com sentimento de dor, angústia, tristeza e repugnância pelos sofrimentos causados nas mães, nas crianças e adolescentes violentados.

Segundo Vygotsky (2009), podem-se acessar as vivências das participantes através da fala silenciosa. O conteúdo dos discursos é traduzido pelos silêncios, choros, pausas, que as mães participantes manifestaram no durante as entrevistas, consideradas como reações secundárias. Nota-se como a consciência interna, e inacessível, não podendo ser observada, emergindo a partir de um estimulante, que provocou nas participantes as experiências de ter um contato social com elas mesmas ao reviver os abusos sexuais sofridos por seus filhos.

Ele disse que ele só pegava no pinto dele e não fazia mais nada. [...] Aí quando eu voltei de viagem, eu perguntei, e ela disse que ela brincava

com o avô dela, mas aí eu disse com quem tu brincavas, quem tava na casa? E diz que neste dia, a avó e o pai saíram e deixaram só ela com ele. [...] Aí diz que ele levou ela para piscina, aí pediu para ela chupar o pênis debaixo d'água, (silêncio e choro). Aí ela dizia que corria dele... [...] Eu perguntei ele disse só que... só pegava no pintinho dele. Aí eu perguntava: mas qual era o momento que ele fazia isso? Eu imaginei que era só no momento de lavar né, mas ela não ela disse: e depois foram depois tomar banho, e foram para o banheiro e ela e ele mandou baixar de costa, aí eu disse para ela, mas como foi né, aí ele disse que botou no bumbum dela. Aí eu perguntei dela doeu? Ela disse doeu? Então significa que ele fez alguma coisa. Pode não ter concluído né, mas deve ter penetrado né, não sei... [...] e o primo dela que é o Alvaro, hoje ele é médico, ele disse assim: desde os 4 anos de idade até os 15 aos 16 anos, ele foi ele era estuprado pelo avô. Aí me chamou no quarto, porque ele me disse que era homossexual né? Aí nesse dia ele me chamou no quarto, aí ele chorou aí que ele veio me contar. [...] E ela é tida por eles como uma menina revoltada, como uma menina como é... uma menina rebelde. Aí eu pergunto para ela minha filha porque rebelde? Porque eu não aceito o que eles fazem, porque eu questiono as coisas, porque eu pergunto. [...] Ela nunca chegou a dizer para mim, ela falou da parte do anus, mas ela nunca chegou para dizer para mim que aconteceu, mas eu penso que sim. Porque se ela disse que ele colocou na parte de trás e ela sentiu dor... é porque aconteceu né. [...] e aí ela chegou e eu perguntei dela: e aí minha filha como é que foi? E como ela já falava bem, aí ela deitou. Você brincou? E o pai lá. Como é que foi lá? A mamãe o vovô embalava gente, mamãe a senhora nem sabe. O que foi? O vovô embalava gente (e era Alessandra²⁰ uma dessas cinco que eu falei para senhora), o vovô fazer assim na petita dela. Assim mesmo ela fez. Embalava na rede e fazer assim na petita dela. Ela usou essas palavras. E quando ela usou essas palavras, eu disse assim para ele: tu não estás vendo que não é coisa da minha cabeça? – **Ágata**

Um belo dia eu fui trabalhar, não deu certo, e eu voltei mais cedo, e ele se prontificou de ficar com eles à tarde para mim, quando eu voltei, ela tava dentro do quarto com o celular dele na mão tentando tirar ali alguma coisa para que ela não queria que eu visse e eu peguei logo alguma coisa errada, eu falei "minha filha, o que tu tá fazendo essa hora da noite, 9 horas da noite acordada, com o celular do teu avô na cama?" Não mamãe, eu tava jogando joguinho. Deixa ver o joguinho que você tava jogando, a mamãe gosta de joguinho também. E aí, eu fui olhar, não tinha joguinho, não tinha nada. Aí eu fui abrir as telas que estavam em aberto, e a primeira tela foi do Google, um vídeo pornográfico, sexo anal, oral, quando eu olhei aquilo... eu fiquei em choque, olhei para ela... e ela só balançou a cabeça. E ele fingindo que estava dormindo, numa cama num cantinho do quarto, onde ela tava. Aí eu disse "o teu avô tá dormindo?" Aí como ele tava virado dormindo, o não verbal dela já dizia... entendeu? então eu entendi que ele não tava dormindo, então eu entendi tudo, naquela hora estalou. Chamei ela para cozinha, foi quando ela me contou tudo. "Mãe, vou te contar, mas não faz nada porque senão ele vai te matar". Quando ela me falou, ela tinha 9 anos, minha filha magrinha não tinha nem peito, entendeu? Toda magrinha que não tinha nem curva para dizer "olha, que menina bonita" [...] E aí ela: "mãe, por favor, promete. Se tu me prometeres que não vai fazer nada..." eu fiquei tão nervosa que na hora meu celular caiu no chão, quebrou a tela, não consegui ligar para ninguém, e aí fiquei ouvindo ela,

²⁰ Nome Fictício

isso era 9h e pouco da noite e aí quando deu 10h15 ela terminou de me contar tudo isso, eu quis a morte pesquisadora!... – **Jade**

Quando chegou lá que falei né a situação, que ela tava sentindo uma dor abdominal, aí a doutora, a pediatra, um exame, uma ultrassonografia, pra ela fazer abdominal, aí fizeram, chamaram ela pra lá, depois me chamaram, aí me contaram a situação né. A Senhora tá sabendo do que tá acontecendo? essa dor que ela tá sentindo, é que ela tá grávida, e aquilo, quando ela me falou aquilo, quase eu caí no chão. Ela ficou tipo assim, muito nervosa, passando mal, ela demorou pra me falar. Mas com calma, lá mesmo no hospital, eu conversei com ela, conversei, eu já senti, já desconfiei, já dele né. Porque é assim, conversava muito com ela, a tia dela chamava ela muito pra lá, aí eu já comecei a desconfiar. [...] Olha só foi até um pediatra que me atendeu. Só. ele falou que o exame dela tinha dado que ela tava grávida, foi só o que ele me falou. [...] ela sofreu muito nessa gestação. Quando ela saiu, quase ela morre. Ela não comia, ela tava ficando só pele e osso. Pra fazer (aborto) porque ela não tinha como ter a criança. – **Ametista**

[...] porque ninguém podia falar nada com ela, ela se emburrava, ela se fechava, ela ficava ali naquele canto tá entendendo? [...] se ele teve coragem de fazer com as próprias filhas, porque que ele não vai ter coragem de fazer com outras crianças né! E isso é um crime, é uma coisa tão, que mexe com a gente, que a gente não pode deixar impune. Mesmo que seja o pai delas, pra elas, na cabeça delas, é o pai delas, pra pra mim é um “monstro”. Ele não é o pai delas, porque o pai não faz uma coisa dessa. O pai é pra cuidar, livrar a filha duma coisa dessa, mas no caso, ele mesmo praticou esse ato de monstrosidade, né? com elas. [...] No momento em que me revelaram eu não pensei duas vezes, a minha vontade foi de ir lá e fazer justiça com as próprias mãos! Por que você saber que o pai delas teve essa coragem de fazer tudo aquilo que elas relataram de como ele fazia, do que ele fazia pra elas. – **Esmeralda**

Observa-se um sentimento subjetivo de tristeza que se exterioriza pelas falas, pausas e emoções das participantes, diante a dor da revelação da violência sexual intrafamiliar contra seus filhos. No decorrer de suas narrativas, as mães manifestaram choros, silêncios, vergonha e raiva, ao reviverem experiências dolorosas, vindo à tona sentimentos que estavam guardados nas profundezas do seu consciente e inconsciente.

Por que você saber que o pai delas teve essa coragem de fazer tudo aquilo que elas relataram de como ele fazia, do que ele fazia pra elas. Doeu muito, meu coração ficou despedaçado, eu chorei bastante e elas choravam bastante me relatando aquelas situações que aconteciam com elas. Mas não foi fácil. – **Esmeralda**

A maneira em que as participantes pensam diante o abuso sexual sofrido por seus filhos, é expresso através das experiências dessas vivências, compreendidas pela subjetividade. A participante Esmeralda enuncia que diante da vitimação das filhas não consegue verbalizar o que sente. Isso é suficiente para se compreender tal sofrimento.

Nota-se que esse discurso é construído de forma ideológica da categoria mãe construída histórico-culturalmente. Deste modo, ao construir este discurso regulado pelas vozes sociais da mãe cuidadora, as participantes se colocam num grupo de mães que, como elas, tiveram as experiências de filhos abusados sexualmente.

A análise das narrativas das participantes desvelou os significados da “denúncia” através da subjetividade dos sujeitos, trazendo suas especificidades, revelando como se constituíram em suas vulnerabilidades e sofrimentos vivenciados pelo abuso sexual intrafamiliar, que se repetem, atravessando diversas gerações.

4.3.2 Significados da denúncia de mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar: não denunciantes.

Neste segundo capítulo serão analisadas 03 (três) mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar que **não denunciaram** o abuso sexual de seus filhos na DEPCA, sendo o abuso sexual notificado através do Conselho Tutelar, Disque-100, escola ou através de outros parentes das vítimas. Posteriormente essas mães foram notificadas para acompanharem seus filhos para atendimentos dando continuidade aos procedimentos policiais cabíveis.

Esta seção encontra-se organizada a partir dos seguintes núcleos de significação:

Mesmo distantes, a maternidade nos aproxima; Crimes contra a inocência: de protetor a abusador; Justiça: conflitos de incertezas; A família dividida entre apoio e abandono; O sentimento de culpa que autocodena enfraquece; Recordar é viver.

Em seguida, serão comparados os discursos de 04 (quatro) mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar que **denunciaram** o abuso sexual de seus filhos (as), com mães que **não denunciaram**. Dessa forma, será realizada a discussão dos encontros e desencontros dos discursos das participantes sujeitos desta pesquisa.

Mesmo distantes, a maternidade nos aproxima

Os temas que emergiram nas falas dos sujeitos, revelam marcas históricas e culturais que atravessaram os discursos construídos, mostrando a materialização das histórias relatadas

e vivenciadas através de temas ideológicos, onde cada participante aparece em um determinado momento como mãe, e em outro como vítima sexualmente abusada.

As participantes em suas narrativas desvelam emoções com significados de suas consciências subjetivas, trazendo a lume, que um dos motivos pelo qual se tornaram vulneráveis, sendo abusadas sexualmente por familiares, foi o fato de não terem convivido com suas mães biológicas.

Na fala da participante Safira fica evidenciado que os motivos que ocasionaram os seus repetidos abusos sexuais, foi devido o seu desamparo, pela ausência materna durante sua infância e adolescência, agravada pelo desconhecimento de sua paternidade.

Seu discurso é recheado de sentimentos de abandono e revolta, trazendo significados de desamparo, negligência, indiferença e desleixo. Relata que nunca teve um lar familiar para morar. Sua mãe nunca lhe criou, lhe entregou para sua avó lhe criar quando ainda era bebê, mas esta morreu quando Safira tinha 7 anos de idade.

Porque tipo assim... como eu fui a pessoa que a mãe não criou, ficou bolando... [...] Pronto! virei bola de ping-pong, era pra li era pra cá, era pra ali, era pra cá, entendeu? [...] Eu não tenho essa lembrança de relação deles não, únicas lembranças que eu tenho de relação de família, era minha vó me criando, só. [...] Única lembrança boa é que ela mandava roupa pra mim uma vez no ano, era isso de bom. E ela só vinha... tipo, ela me deixou com seis meses, depois parece que voltou com quatro, e depois voltou com sete pra me buscar. – **Safira**

O discurso de Safira se materializa, através das experiências marcadas por características de vulnerabilidade e vitimação, que contribuíram para a ocorrência dos abusos sexuais, facilitada pela ausência de um adulto que lhe desse cuidado, impedindo que o abusador que convive na família se aproveitasse de tal vulnerabilidade.

A participante Diamante conviveu com sua mãe durante sua infância e adolescência, desvela sentimentos de afeto e carinho, reflete seu comportamento materno com suas filhas, conforme as experiências vivenciadas com sua mãe.

Era boa, sou a única filha mulher da minha mãe, sempre fui igual a minha mãe, sempre foi minha amiga até hoje, tudo que acontece comigo eu conto pra ela... tudo! Ela é uma amiga pra mim a minha mãe, mas devido ela morar longe né, eu também não posso escolher entre ficar do lado da minha mãe, porque eu tenho que ter minhas coisas entende! –

Diamante

O comportamento emocional é uma herança familiar que nas experiências histórica, social é duplicada, sendo regulada pela consciência, isso porque em sendo consciência é a “vivência das vivências” (Vygotsky, 2004, p.71) ela se torna a reguladora dos comportamentos.

As mães que não denunciaram a violência sexual de seus filhos, apesar das circunstâncias e outras dificuldades que se depararam para criá-los e educá-los, como ter que morar longe, acionaram sentimentos de cuidados e alerta, ficaram atentas para protegê-los de possíveis abusos.

Em famílias que vivenciaram situações de abuso sexual intrafamiliar, como as mães protagonistas desta pesquisa, as mães tendem a ficar alertas nos comportamentos de seus filhos, acreditam em suas palavras e buscam a proteção que julgam necessárias (Furniss, 1993/2002).

No mesmo viés, Santos, Pelisoli e Del'Aglio (2012) confirmam que o apoio familiar é peça fundamental para o encaminhamento e proteção nos casos de violência sexual intrafamiliar infantojuvenil. O papel materno tem sua relevância, devido ao significado imperioso na manutenção do sentimento de proteção de seus filhos.

Toda vez que eu ia visitar eles, se eu não ia numa terça eu ia no sábado, eu dormia, quando eu chegava lá, porque eu trabalhava à noite eu saía às 5 horas, 6 horas da manhã do trabalho, eu ia lá com eles, eu dormia um pouquinho lá... a mamãe já vai, daqui a pouco a mamãe vai, aí quando eu saía eu sempre beijava eles e dizia no ouvido deles: a hora que vocês quiserem voltar a mamãe vem buscar, não fica com ninguém se vocês não querem, não fica! Dava aquele apoio tô aqui! Tô aqui entendeu? Evitava ficar lá todo dia, ficar ligando, tá tudo bem? O quê que cês tão fazendo, não! Tá. Mas cada vez que eu ia lá eu falava pra eles: se vocês quiserem ir embora, a hora que vocês quiserem... porque eles tavam tendo tudo, tavam tendo luxo, tavam tendo caminha, tavam com... –
Safira

Aí eu sempre dizia pra Bruna²¹, bem assim: minha filha, se tu tá achando que existe lugar melhor que a casa da tua mãe, tu tá muito enganada Bruna, acredita filha no que a mamãe tá te falando. Não existe casa melhor que a casa... a mãe ela bate, mas depois ela te chama pra almoçar, merendar, ela faz o maior carnaval em cima de ti, mas ela não te deixa passar por dificuldade. [...] Um ano depois ela chegou em casa,

²¹ Nome Fictício

eu lembro que um dia a Bruna olhou pra mim e disse bem assim: mãe bem que a senhora falou que não existia lugar melhor que a casa da mãe da gente. Pra mim aquilo ali era como se... ela não quisesse ouvir abuso de ninguém, ninguém brigando com ela. E por isso ficou. - **Safira**

Agora a mamãe vai te falar uma coisa, eu vou ter que ser por você? Aí eu perguntei dela: você tá falando a verdade? Tem certeza filha que tu tá falando a verdade pra mamãe e tu não tá contando historinhas, tu não tá inventando nada pra... chateada? Não mãe! Conta pra mamãe... porque chegar aqui colocar o cara, colocar tudo, a família no jogo todo... - **Safira**

Aí eu conversei com ela, comecei a conquistar ela, minha filha do que tu gosta? Aí ela me dizia, aí eu dava meu jeito comprava, fui conquistando minha filha assim com as coisinhas que ela, pra se sentir à vontade comigo, eu deixei minha filha a vontade, quando ela se sentiu a vontade, ela foi me soltando as coisas, falando a convivência dela lá, do jeito que eles tratavam ela lá, aí tudo isso eu não quis mais deixar minha filha voltar! - **Diamante**

Eu dormindo assim, porque ele dormia aqui, a minha filha Bianca²² dormia aqui, a Bianca, a Bárbara²³ sempre no meio das minhas pernas, eu sempre tive essa desconfiança, nunca confiei nele, devido isso! - **Diamante**

É porque eu sempre... como eu já eu tinha um trauma, eu acredito que eu tenho um trauma porque eu não consigo esquecer, eu sempre olhava... até... eu não saía de casa, ficava com eles 24 horas. - **Rubi**

Aí eu toda vez que eu chegava eu olhava, eu perguntava, tudo normal e a gente sabe o comportamento da criança. Então era tudo normal. Ela era alegre, ela sorria, entendeu?... Nem gosto nem de falar (choro). [...] Porque já aconteceu comigo e eu não confio em ninguém. Nem nele confiava, eu chegava a falar pra ele: se um dia tu tocar na minha filha eu te mato! Ele dizia que eu era doída. - **Rubi**

As mães estudadas estavam enfrentando dificuldades financeiras, não tendo condições de manter seus filhos, tendo que se afastar momentaneamente no intuito de tê-los em breve.

Verifica-se que as mães ativaram a subjetividade, atravessado pelas experiências da sua história de vida, para que de alguma forma compensasse esse distanciamento físico, encurtando seus laços afetivos maternos, maximizando o tempo em que dispunham com seus filhos, lhes orientando de como se defender de possíveis abusos sexuais.

Esse despertar foi acionado pelas suas próprias experiências abusivas que tiveram na infância, na qual se envolveram com medos e culpas não pedindo socorro as suas mães. Desse

²² Nome Fictício

²³ Nome Fictício

modo, seus sentimentos são voltados para defensiva de seus filhos, que viviam distantes da sua proteção materna, se tornando vulneráveis para a repetição do abuso sexual multigeracional.

A Mudança no comportamento das crianças e adolescentes abusados também foi observada pelas mães. Das participantes pesquisadas todas 03 (três) mães relataram que perceberam a mudança no comportamento de seus filhos após o abuso sexual intrafamiliar.

Essa alerta das mães, voltadas para a mudança de comportamento dos filhos, é o resultado de seus cuidados enquanto genitora. O cuidado surge em suas narrativas como uma possibilidade de proteção à violência. Esse dado dialoga com a teoria de Vygotsky (2003), sendo a família o primeiro grupo de referência para as crianças, assumindo-se como fonte de afeto, proteção e cuidados.

Ela tinha umas atitudes inadequadas, que criança de cinco anos não pode fazer, aí eu achei estranho, conversei, tentei amenizar, ela que ela chorava com medo, não deixava tocar nela, aí ela foi me falando, foi soltando, soltando até que um certo momento ela não aguentou mais aquilo guardando nela. Aí ela comentou comigo e falou que ele tocou nas partes íntimas dela! A Bianca? Bianca! Ela só queria tá sozinha, só que uma brincadeirinha dela só era aquilo. [...] Eu comecei a observar a partir no início de fevereiro quando elas vieram passar... acho mais de quinze dias comigo em casa! [...] Aí quando eu comecei a dar banho direto todos os dias, dar o... a ensinar o procedimento de mãe com elas aí já, aí elas começaram a ficar nua perto de mim, comecei a dar banho nelas, aí eu já comecei a ver coisas diferentes de todos os dias ela já vinha me demonstrando coisas diferentes né? [...] Ela começava a pegar nas partes íntimas dela, brincava, assim eu vi isso, tentei conversar com a avó pra perguntar se ela fazia isso lá né? ela dizia que nunca tinha visto, que era a minha menorzinha que fazia. aí eles confundiam minha mente, eles ficavam tentando é... tirar isso de... eles nunca diziam! [...] Em outro momento ela se tocava, não era no banho não. Ela chupa dedo né, chupa um dedinho e olhando a irmã dela brincando às vezes no celular as duas, elas dividiam o mesmo aparelho pra brincar né, aí quando era vez de uma ela ficava olhando, na hora de olhar a irmã ela ficava... isso aí eu comecei a observar também. Foi através disso que eu fiquei mais!... (pausa longa) – **Diamante**

Ela mudou... muito! Os dois não, os dois tão normal, mas ela mudou! [...] No comportamento dela, ela sorria muito, ela gostava muito de brincar, agora ela brinca, mas não é mais como era, mudou muito. [...] Mas pelo que a Brenda²⁴ (amiga de Rubi) me falou, ela notou também, que ela mudou. Até a mãe dela falou que ela tinha mudado. – **Rubi**

²⁴ Nome Fictício

A filha de Safira no segundo abuso sexual intrafamiliar, se automutilou cortando seus braços.

A pesquisadora teve a oportunidade de conversar com crianças e adolescentes abusadas sexualmente em seus atendimentos na DEPCA, que cortavam seus braços e pulsos, ao questionar sobre quais motivos às levam a se automutilar, justificavam que ao se machucar, reduzem seus sofrimentos psicológicos, atenuando suas tristezas.

E a Bruna tentou cortar o braço! [...] Falei filha por que tu tá fazendo isso filha? Eu achava que era aquela situação da gente tá vivendo ali não tão confortável né, tudo misturado minha cama com a aquela deles, aquela confusão toda, nada! – **Safira**

Através das narrativas das participantes ficaram evidenciadas duas realidades: a sua própria vitimação de abuso sexual intrafamiliar na infância; e a vitimação de seus filhos. Essas experiências sociais lhes construíram enquanto sujeitos durante sua vida. Desse modo, acionaram táticas de defesa na proteção de seus filhos, pelas suas próprias vivências de abusos sexuais intrafamiliar na infância.

As mães de crianças e adolescentes abusados sexualmente carregam as maiores cargas emocionais, por si colocar como a principal responsável na proteção de seus filhos, envolvendo um sofrimento subjetivo, atribuído por ela como culpa e vulnerabilidade social.

Crimes contra a inocência: de protetor a abusador

Quando uma criança ou adolescente é vitimado no contexto intrafamiliar a gravidade é ressaltada pela violência sofrida e referente ao significado que aquele abusador adulto tem para ela: como alguém responsável, que cuida e zela pelo seu bem-estar (Forward & Buck, 1989).

O abuso sexual também é compreendido como violência de gênero, partir do conceito de patriarcado, baseado no poder do masculino que domina e explora o feminino. O adultocentrismo, associado ao patriarcado, fortalece essa assimetria entre gêneros, situando o poder nas mãos do masculino adulto (Narvaz & Koller, 2005; Saffioti, 2004).

Apesar das estatísticas revelarem que as mulheres representam um número menor no

cometimento de violência sexual infantojuvenil, apontando que esse tipo de crime é na maioria das vezes cometido por homens, ainda assim; mulheres também podem ser autoras de abuso sexual intrafamiliar.

Os filhos de Safira, um menino de 3 anos e uma menina de 4 anos foram abusados sexualmente pela madrasta (companheira de Safira), que anteriormente já tinha um vínculo afetivo com eles, pois a abusadora era babá das crianças.

Portanto, observa-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser praticadas por pessoas que depositamos nossa total confiança, onde deveria lhes prestar proteção, independente de sexo e classe social.

Aí os meninos, como a Bruna chegou lá com um ano e dois meses por aí assim, e o Breno²⁵ tinha acabado de nascer, o Breno era um dos recém-nascidos. Ela chegou pra ser babá dos meninos e eu acabei me apegando a ela entende? [...] Então eles foram crescendo com ela, ela cuidando deles e tal. Pessoa de confiança, completamente, completamente. Aí foi quando eles criaram esse hábito de chamar ela de pai também e ela deixava. [...] Aí aos poucos, aí todo mundo tenha que dizia: Safira, você não acha que ela fica chamando a Belmira de pai. Calma gente calma, vai chegar a hora, não fica metendo na cabeça dela que ela é menina, que ele não sabe o quê que isso. Por favor, calma! Vocês vão é confundir mais a cabeça da criança, já chega um dia que eles descobrirem que a mãe deles é homossexual, que gosta de mulher entende? [...] São muito pequenininhos ainda. [...] Quando eu cheguei na casa dela, todas as criancinhas e ela, tinha um hábito de dizer assim: pode vir aqui com papai, porque ela era aquela tia, que cuidava dos sobrinhos entende. Quando eu cheguei, ela era aquela tia, masculina, que não trabalhava, mas ajudava a família, cuidando dos sobrinhos, e ela mesmo dizia um bora aqui com papai, tudo era papai. E todos os sobrinhos dela quando criancinhas, que não entendiam nada, chamavam, quando eles descobriram quela era uma menina, eles paravam, porque eles entendiam que não era uma menina não era pai não era ninguém. [...] Se me perguntavam tu achavas certo? Provavelmente não naquela época! E não me incomodava e nem eles e nem a família dela! [...] –
Safira

Safira relata, que pela ausência da sua mãe, ficou vulnerável, facilitando sua vitimação, sendo por várias vezes violentada sexualmente na infância por homens e pelo seu suposto pai. Por suas vivências, despertou cuidados com seus filhos diante do gênero masculino.

Verifica-se, que ao se relacionar com sua companheira, foi estimulada por

²⁵ Nome Fictício

sentimentos de segurança, porque ali estava diante do feminino, mesmo gênero, se identificava porque não havia oposição de gêneros (masculino x feminino), na concepção de Safira, Belmira não oferecia nenhum risco para sua família, já que anteriormente era a babá de seus filhos.

As mães diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar dos filhos, desenvolveram um estado de confusão proveniente da situação abusiva, tendo dificuldades de acreditar no primeiro momento que o abusador seria capaz de violentar seus filhos, por apresentar perfil de pessoa caridosa, de confiança, conviver no ambiente familiar, ter a credibilidade de todos. É a pessoa que menos se espera um comportamento violento criminoso.

Tanto pensei, que eu fiquei quieta, naquele acredita e não acredito e ao mesmo tempo, vem aquele pensamento na cabeça da gente sim, do... não tá acontecendo isso! Essa pessoa não faz isso! [...] Ela ficou sabendo, eu falei pra ela: olha você está sendo acusada por ter aliciado a Bruna, entendeu! nem toquei tanto no Breno, aliciado a Bruna, e eu te digo uma coisa, vão atrás de você, porque eu não tenho como provar e eu ainda tô como conivente por eu ainda te defendi, eu ainda disse que acreditava em você. – **Safira**

A dúvida que resulta do estado de confusão contribui para que as mães não denunciem imediatamente o abusador para os órgãos competentes que podem lhes prestar auxílio, retardando ou omitindo a denúncia.

Desacreditam na possibilidade de ter havido violência sexual contra seus filhos, quando o perpetrador da violência é uma pessoa muito presente na família, tendo um papel importante. Por sua omissão em “denunciar”, as vítimas ficam cada vez mais vulneráveis perante os abusadores, que intensificam a violência sexual e psicológica contra suas presas.

Não, não veio! [...] Me veio o pensamento, mais não com certeza. Surgiu a dúvida. Que surgiu a dúvida do tipo, não te deixo mais sozinha com ela, não fica mais próxima dela! Não vai mais... entendeu! – [...] O quê que eu acho hoje? ainda mesma coisa eu ainda fico no impacto de... eu não tenho certeza nem de que sim e nem que não. Não tenho mesmo! Entendeu não tenho mesmo ainda no mesmo impacto. [...] Por que eu acredito que eu ainda fico nesse impacto devido ao cuidado que tinham comigo e com eles entendeu? Eu acredito que seja isso, eu não sei te explicar direito. [...] Eu tenho dúvidas! Hoje eu tenho ainda como eu tinha antes, e o que eu fiz, eu afastei entendeu eu os isolei eles da situação. – **Safira**

Ela falou: mamãe o papai pega o dedinho dele e brinca na minha pequinha... ela fala assim, aí eu comentei... mas eu não disse pra ele

assim, eu falei que ela comentou uma coisa séria. Eu falei pra nenhum de nós dois ser prejudicados, eu falei até pelo amor de Deus, se tu for inocente Benício²⁶ vai lá comigo, vai lá! – **Diamante**

Se... for verdade isso né, que minha filha comenta, sabe que hoje em dia criança fala uma coisa, depois diz que não aconteceu, aí depois diz que aconteceu, a mente da criança fica confusa né? Mas eu creio que minha filha deve tá com a mente dela bastante bagunçada, porque aconteceu muita coisa com ela lá. – **Diamante**

Acredito! Mas eu acredito, ao mesmo tempo a mente dela fica confusa, que ela fala mesmo assim quando fica do meu lado: mamãe o papai põe coisas na minha mente, ela fala! Falo o quê minha filha, que coisa que ele põe? Não sei, mas ele põe coisas na minha mente. – **Diamante**

Aí ele: tu és doida, vamos na justiça, tuvai ter que provar isso na frente do juiz, que eu fiz. – **Diamante**

Alguns estudos demonstram que pedófilos têm anormalidades biológicas, como trabalhadas por Abdalla Filho e Moreira (2012, p. 390-392), ao revelarem que o quociente de inteligência dos pedófilos seria mais baixo; que teriam uma pontuação inferior em testes de memória e seriam predominantemente canhotos; seus cérebros possuiriam menor volume de massa branca em comparação a criminosos não sexuais; quando apresentados a fotos eróticas, os pedófilos teriam ativação reduzida do hipotálamo em comparação com indivíduos não pedófilos; pedófilos teriam menos testosterona do que pessoas sem aquela parafilía.

Conforme (MOURA ET AL, 2008, p. 87), apresentam comportamento autocentrado, satisfazendo seus desejos, sendo suas necessidades e anseios suas prioridades. São dominados pelos desejos e prazeres imediatos não se importam com a saúde e segurança de suas vítimas ainda que crianças.

Apesar de alguns estudos demonstrarem que o quociente de inteligência dos pedófilos pode ser mais baixo que o do homem médio, observou-se que os abusadores desta pesquisa, se utilizaram de artifícios inteligentes para confundir as vítimas, com o objetivo de acionar no seu consciente subjetivo, sentimentos de culpabilização pelo abuso sofrido. Faziam um jogo que desencadeassem a autopnição psicológica, lhe atribuindo participação na conduta criminosa, como se dela partisse a vontade libidinosa. Com essa estratégia, conseguiam manter a continuidade delitiva e se livrar de uma possível punição. Os abusadores desta

²⁶ Nome Fictício

pesquisa não foram identificados como pedófilos, por não apresentarem anormalidades biológicas.

[...] ao mesmo tempo a mente dela fica confusa, que ela fala mesmo assim quando fica do meu lado: mamãe o papai põe coisas na minha mente, ela fala! Falo o quê minha filha, que coisa que ele põe? Não sei, mas ele põe coisas na minha mente. Eu falei o quê que ele conversa? Ele fala que a senhora vai me bater se vim pra cá. Aí eu falo porque tu não trazes teus brinquedinhos? Aí ela comenta... ah porque ele sempre fica usando a menina, fica botando, ameaçando a menina na mente dela, pra ela não morar comigo, pra ela não ficar comigo, aí a outra não, a mais caçulinha não, de jeito nenhum é sempre vai é aquilo e pronto, quero minha mãe e pronto, mamãe quero morar com você e pronto! Acabou-se. – **Diamante**

Ela fala que ele abusou dela, do jeito dela, ela num. não sei nem como te explicar, que ela deixou fazer isso com ela e doía muito, que não era pra ela falar pra ninguém, senão ele ia preso! só isso! Que ela me contou, não sei se ela contou alguma coisa pra Brenda– **Rubi**

Esse aspecto pode ser compreendido como estratégia utilizada pelo abusador, criando manobras articulando situações para que a vítima permaneça em sua posse, se utilizando da força, poder, medo, dependência psicológica, lhe fazendo refém, com o objetivo de garantir a continuidade delitiva.

O ex-companheiro de Diamante lhe lesionou fisicamente quebrando seu nariz na presença das 2 filhas de 5 e 4 anos. Ainda se utilizando do comportamento agressivo, violentava fisicamente e psicologicamente o seu filho de 7 anos.

Ele já me batia, ele me maltratava na frente delas, quebrou o meu rosto, até hoje em dia elas falam: mamãe o papai quebrou seu nariz, meu nariz é quebrado, do murro que ele deu em mim, aí com tudo isso, a violência que ele fazia comigo eu me sentia culpada, porque ele podia fazer a mesma coisa com elas, entendeu? Só o que me aliviava era pensando que ela tava sendo criada com vó, que era a vó que mandava foto, era a vó que ligava, não era ele. - **Diamante**

Diamante em suas narrativas aciona a noção de cuidado com seu filho. O cuidado surge nessa narrativa como possibilidade de proteção. Para evitar os maus-tratos, Diamante entregou seu filho para morar com seu pai. Não suportando a relação abusiva, se separou do abusador, abandonou o lar para se proteger, porém ele não permitiu que as filhas fossem com ela, porque já tinha intenção de abusar sexualmente da filha de 5 anos.

Ao falar sobre o seu relacionamento abusivo, Rubi revive os sentimentos de medo e

pânico, sendo impedida de sair na rua pelas ameaças constantes recebidas pelo ex-companheiro (abusador).

Depois ele me proibiu me ameaçava e... chegou até me empurrar no meio da rua, eu fiz Bo, mas aí, na época teve a pandemia só podia fazer online, eu fiz uns dois Bo, mas eu não sei se foi! [...] no dia que eu me separei dele, que ele tentou me matar, que eu fiz na delegacia. Depois disso das ameaças – **Rubi**

Mas como eu não podia fazer, não podia chegar perto, a última vez que eu cheguei, ele me empurrou no meio da rua – **Rubi**

Analisou-se, por meio dos discursos dos sujeitos Diamante e Rubi, que após terem sofrido várias violências domésticas pelos ex-companheiros (abusadores), conseguiram criar táticas para se libertar do relacionamento violento, dissolvendo a união estável.

Conforme preceituam Almeida e Coelho (2007), devem-se ser considerados como importantes na gênese da violência, fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e econômicos.

Verifica-se a presença do patriarcado na dinâmica familiar de Diamante, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, em diferentes contextos sociais, onde seu companheiro era contumaz no cometimento de violências domésticas contra ela, contra seu filho e por fim, sua filha, onde articulava a autoculpabilização contra as vítimas, assim como vivenciou violências de seu pai contra a sua mãe.

Porque ele não deixava, não autorizava elas morar comigo de jeito nenhum! – **Diamante**

Não falo nada pra ele, não ligo pra ele brigando com ele. Não importuno ele em nenhum momento, deixo ele lá e eu na minha! – **Diamante**

Quando eu vi a primeira briga do meu pai com minha mãe... que depois disso mudou tudo, depois que meu pai, quando eu comecei a ver né, a briga deles e tudo isso também eu já via meu espelho, quando eu tava com esse rapaz né. – **Diamante**

Esclarecer sobre o patriarcado a partir de suas múltiplas nuances se faz necessário, porque é necessário lembrar que os indivíduos estão inseridos num contexto sócio-histórico, sendo produto, em sua maioria, de famílias abusivas com histórico de violência doméstica contra a mulher.

O abusador pode se mostrar violento com a família para intimidar as vítimas. Com as mesmas estratégias que eram utilizadas por seu companheiro, usando da violência física, o tio abusador da participante Diamante, era violento com sua mãe, se utilizando da violência doméstica para lhe intimidar.

Esse aspecto sócio-histórico, em que a repetição da violência é frequente em gerações, pode ser compreendido no discurso do sujeito Diamante que em suas narrativas traz a violência perpetrada pelo seu tio contra sua mãe, sendo interrompida pela intervenção de seu pai.

Ele entrava lá dentro da casa, batia na minha mãe. Teve um dia que até meu pai se intrometeu, e ele nunca mais fez isso! – **Diamante**

O sentimento atrelado ao significado de Diamante que desencadeia revolta, indignação e raiva, ocasionados pela desproporcionalidade de castigos impetrados pelo abusador contra sua filha vitimada pelos maus-tratos, desperta nela, que os motivos de tais violências não se justificam. A partir daí, desencadeia alertas de que outras violências poderiam estar relacionadas a tantas maldades, que em seguida constatou o abuso sexual sofrido pela filha.

Ela falava pra mim que ele batia nela! Mais por quê? Ele te bate muito forte? Bate forte! Eu falo por quê? Porque a gente não quer comer! Eu falei isso não tem lógica o pai e uma mãe querer bater no filho porque ele não quer comer. Quando morava comigo, ele vivia brigando comigo, dizendo que eu fazia as crianças de tolas, por que eu dava na boca a comida. Mas tem até hoje minhas filhas come comigo na boca, que eu dou pra elas. – **Diamante**

A participante Rubi acredita que a violência sexual cometida pelo seu ex-companheiro contra a sua filha de 8 anos de idade, foi motivada por vingança devida ela ter se separado dele. Ele lhe ameaçou dizendo que ela iria se arrepender muito pela decisão de não querer ficar mais com ele, tentou inclusive tirar a vida de Rubi.

E assim, eu acredito ele fez isso com raiva de mim, entendeu? Porque eu não quis ficar com ele, acredito que foi isso! [...] Pra se vingar de mim! Não pra me afetar que ele sabe que eu amo meus filhos! [...] Ele me ameaçava, ele disse que minha hora ia chegar, ele ficava me ameaçando eu tinha esses áudios eu mandei pra Defensoria Pública. [...] no dia que eu me separei dele, que ele tentou me matar, que eu fiz na delegacia. Depois disso das ameaças. [...] Pra se vingar de mim! – **Rubi**

O discurso supracitado vai desvelando por meio do verbo “vingar” mais uma vez a

presença do patriarcado com o poder dominante, como se a mulher fosse propriedade do homem. Na fala de Rubi fica cristalizado o sentimento de posse que seu ex-companheiro tinha sobre ela. No dia em que decidiu se separar, ele quis lhe matar.

Nas narrativas das mães participantes é revelado que também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar na sua infância e/ou adolescência. Que pela sua inocência nem tinham a noção do que significavam aqueles toques em seus corpos frágeis e franzinos.

Essas experiências de abuso sexual na infância, onde não tiveram acolhimento de suas mães e de familiares que não lhe deram voz, fez com que diante da revelação do abuso de seus filhos, revivessem seus próprios abusos, desencadeando sentimentos subjetivos que impactaram na sua tomada de decisão em denunciar o abusador.

Ele só passava o dedo em mim, no meu clitóris só. O dono da casa. Mas ele já morreu a gente vai se encontrar em algum lugar logo, logo. [...] Eu fiquei sabendo depois o que era isso. Eu só fui descobrir que isso era errado, com dezesseis, e dezessete anos, quando eu fui descobrir. E pra quem eu contei, não acreditou, aí depois eu passei a mentir, eu coloquei outras pessoas com o mesmo acontecimento, que era pra ver se acreditavam em mim. [...] Não! Ele não falava nada! Nada, nada, nada. Ele só me pegava me colocava na rede e era aquele tipo de adultos da época que depois do almoço se deita pra dormir, ele era um pouco idoso né, bem adulto já então ele se deitava na rede pra dormir, a esposa dele era viciada em jogo de bicho, ela ia pro jogo do bicho, era quando ele entrava em ação, era quando ele fazia o que ele fazia. [...] Ele chegou a fazer isso umas três ou quatro vezes, só no decorrer quase de um ano. Morei quase 1 ano lá. [...] E eu fui muito aliciada, eu fui tipo... estuprada só uma vez, mas aliciada eu fui demais, entendeu? Então, tudo acabou com 18 anos, e quando eu descobrir que eu podia ser livre com dezoito anos, que isso eu descobri com quatorze, eu não via a hora de fazer dezoito anos pra ser livre entendeu, não via a hora. [...] Então... aí na minha adolescência teve uma parte boa, no dia eu descobri que eu podia ser adotada por uma outra família, só que novamente aconteceu os aliciamentos e eu tive que, como que eu posso dizer... eu tive que é... me unir aquilo ali, pra mim não sofrer, que eu pensava assim... já que só tem tu, vai tu mesmo. Eu tinha 12 anos nessa época. [...] Não ficou aquela criança ali fazendo besteirinha não, até porque eu nem sabia o que era isso, eu sabia o que era besteirinha, eu não sabia o que era sexo, eu não sabia que eu estava sendo estuprada, eu não sabia que casal casava, eu queria viver o que as novelas faziam, eu arrumava minha mesa, como as novelas faziam, pra mim eu tava sendo filmada, como apareciam nas novelas, entendeu? Então eu era inocente entendeu? [...] Só teve uma, uma que eu não fui, uma entendeu? mas o restante tudo eu fui, ou o homem se esfregava em mim, ou a outra... numa das casas, o homem se esfregava as partes genital dele em mim, a esposa aos sábados me batia por que eu não limpava a casa direito que eu tinha dez anos, só queria saber de brincar, queria nem saber só queria saber de brincar, vou saber das minhas obrigações, e apanhava por causa que eu não limpava a casa e a casa dela, ainda era de madeira e tinha que lavar.

[...] Uma vez eu tentei falar pra minha mãe, que eu tinha sido mexida comigo, alguém mexeu comigo, quando aconteceu já a primeira vez entendeu? do “estrupe”, ela não acreditou e eu não contei o nome da pessoa, eu coloquei um nome de um tio meu. [...] Eu lembro de tudo ainda. Ela foi conivente! A minha mãe é conivente. A minha mãe sabe de tudo (pausa longa...). A minha mãe tirou a minha roupa pra acontecer! Ela presenciou nessa noite... rummm! É nessa noite eles beberam muito, eu acredito até que se drogaram nessa noite, porque que tem coisas que ela nem lembra, mas eu já fiz lembrar de tudinho. Eu fiquei por dez anos sem falar com minha mãe depois do que aconteceu, dez anos. Dez anos, eu dizia pra minha mãe que a gente ia se encontrar no inferno, pelo que ela deixou acontecer comigo entendeu? - **Safira**

Sim! Sim eu tinha um tio, eu tinha um tio, eu era pequenininha, assim tamanho da Bianca, ele tinha essa mania de tocar também ele. Na época já não era muito comum como hoje em dia né! Aí eu tinha uns sete, oito anos, ele me tocava também... meu tio. Comentei com a minha mãe, ele fazia isso não era só comigo, era com minhas outras primas, aí ele tinha um relacionamento com a mulher dele, ele tinha pensão atrasada, aí ele sumiu, voltou de novo, já voltou outra pessoa, hoje em dia eu já não sou muito ligada com ele, porque eu lembro! [...] Eu tinha nove, oito, nove anos, já usava... era criancinha de usar calcinha ainda, por isso que eu sou assim desconfiada com tudo, minha filha já tá com comportamento diferente, eu já sei, porque isso já me aconteceu no passado comigo, eu já fui tocada também, eu tenho lembrança até hoje, de ver o que ele fazia comigo, aí meu irmãozinho deitado na rede se embalando, ele terminava de me tocar e ia pra lá com meu irmãozinho... caçula, aí ele pegava brincava com meu outro irmãozinho eu via, eu via tudinho aquilo pra mim aquilo era normal, e era ao mesmo tempo estranho... -

Diamante

Eu via isso, eu já fui saber que isso era abuso, depois de doze, treze anos, já fui crescendo, que meu pai... não tinha noção! Porque lá é interior e eu estudava num colégio bem simplesinho, já não tinha muita, assim... mas depois quando eu fui com treze, quatorze anos, ficando mais mocinha entendida, eu já fui começando a prestar atenção, que isso era um abuso sexual que naquela época poderia dá crime né? Eu como... minha mãe sabe hoje em dia, não sei as minhas tias! - **Diamante**

Fui contar com... acho com dezoito anos, eu acho que eu cheguei com a minha mãe, eu falei pra ela eu contei pra ela: mãe eu não confio nesse meu tio. Aí ela perguntou por que minha filha, que tu não és assim com teu tio? Aí eu falei: eu não gosto nem de ficar de vestido perto dele porque... eu falei pra ela, eu expliquei pra ela né, desde lá minha mãe também se afastou dele, a esposa dele, eu não se isso acontece lá na casa dele lá no interior, mas eu, como já aconteceu comigo eu tenho uma leve impressão que ele já fez isso mais de uma vez! - **Diamante**

Também a gente era muito pequeno, não tinha muita noção. - **Diamante**

Porque teve a parte do abuso, mas foi um abuso. O meu avô não era avô era marido da minha vó. Todo final de ano eles iam pra casa da minha mãe e eu dormia na rede. Aí... que eu lembro, foi duas vezes, eu não sei se teve mais, ele me tocava à noite, eu não falava pra minha mãe que tinha medo, eu tinha uns sete anos, acho que uns sete ou oito. Eu tinha medo da minha mãe me

bater, é coisa de criança né? [...] Ele nunca... Mas ele só me tocava. – **Rubi**

O discurso de Rubi permite ainda relacionar o despertar de uma sensação de medo com repulsa de outros homens adultos, resultante das experiências do abuso sexual perpetrada pelo seu avô, desenvolvendo sentimentos de medo de ser abusada novamente.

Fiquei com meu pai e sofria muito, porque ele bebia muito e enchia a casa de homem eu ficava com medo de acontecer alguma coisa, que eu já tinha aquilo na cabeça, foi uma parte meia ruim da minha vida assim. [...] Eu já tinha muito medo. Então quando o papai enchia a casa de homem bebo ficava com medo, eu não dormia! – **Rubi**

É porque eu sempre... como eu já eu tinha um trauma, eu acredito que eu tenho um trauma porque eu não consigo esquecer, eu sempre olhava... até... eu não saía de casa, ficava com eles 24 horas. – **Rubi**

Não eu não falo com ele já faz anos! – **Rubi**

A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1933-1934/2006) reconhece o desenvolvimento infantil a partir do outro. O sujeito que vivencia a infância precisa da relação dialética com o ambiente em que vive e com o meio social para desenvolver-se socialmente. Nesta dinâmica, o sujeito também é ativo, transforma e é transformado, fazendo parte do meio por ser seu próprio entorno social.

A violência multigeracional é confirmada nos discursos das mães que não denunciaram o abuso sexual de seus filhos, onde elas mesmas relatam ser protagonistas da infeliz experiência de serem violentadas sexualmente quando crianças e/ou adolescentes.

Ao se depararem com a revelação do abuso sexual de seus filhos, desencadeiam a negação²⁷, vindo à tona todo sentimento de vergonha, culpa e medo. Sentem pressão psicológica ao imaginar a hipótese de reviver as consternações dos sofrimentos que lhes foram causados e nas cicatrizes marcadas para sempre em suas vidas. Na tentativa de não reviver os traumas sofridos, não denunciam o abuso sexual de seus filhos às autoridades competentes, acreditando que a vítima com o tempo irá esquecer e terá uma autorrecuperação.

Portanto, o processo para superar essas adversidades que incapacitam as mães de

²⁷ Negação - Em psicologia é um mecanismo de defesa que refere-se a um processo pelo qual a pessoa, de alguma forma, inconscientemente, não quer tomar conhecimento de algum desejo, fantasia, pensamento ou sentimento.

denunciar o abusador, será através de uma rede de enfrentamento específica para atendimento às mães, de modo que lhe empodere a denunciar o agressor, lhe assistindo no ante, durante e pós-denúncia, atenuando o ciclo de violência multigeracional.

Passou pela minha mente que... ela vai se recuperar com tempo, né! Que ela vai começar a esquecer, mas vai mudar tudo, porque ele pode preso, pode acabar com a vida dele... e eu não... eu sinto nem por ele, é pela mãe dele que ela também me ajudou. – **Diamante**

Parece que eu tava vivendo tudinho a minha infância, que ela minha cara, minha filha, eu via tudinho eu, que acontecia. Aí eu falei assim, conversei com ela, pedia assim pra ela se acalmar, depois eu também me acalmei, aí eu faz... eu pensei, aconteceu isso comigo no passado, mas não vai acontecer com a minha filha! – **Diamante**

Eu vivia porque não foi a primeira vez que meu tio fazia aquilo comigo, toda vez que ele ia lá em casa, ele chegava, ele já abraçava nós e ficava com a mão dele aqui no peitinho, meu peito era pequeno, minhas blusas ele ficava eu lembro! [...] Tinha sete anos acho, eu era bem pequenininha! Até uns doze, treze anos! **Diamante**

Meu avô, não era avô era marido da minha vó. Todo final de ano eles iam pra casa da minha mãe e eu dormia na rede. Aí... que eu lembro, foi duas vezes, eu não sei se teve mais, ele me tocava à noite, eu não falava pra minha mãe que tinha medo, eu tinha uns sete anos, acho que uns sete ou oito. [...] Eu só lembro de duas vezes, mas eu não lembro mais se foi mais. [...] Eu tinha medo da minha mãe me bater, é coisa de criança né? – **Rubi**

Minha mãe se separou do papai, ela dividiu o terreno, aí ela vendou prum rapaz que tinha um irmão e eu fiquei com o papai por causa da minha escola. Aí ele tentou, mas não coisou nada porque eu corri pra dentro da minha casa. [...] Acho que eu tinha uns onze já. – **Rubi**

Além da violência multigeracional vivenciada nas famílias das mães, sujeitos desta pesquisa, Diamante traz em seus discursos, relatos de que na família do seu ex-companheiro (abusador de sua filha), havia histórico de abuso sexual intrafamiliar.

Eu soube uma história quando ele era novo, soube um boato que o padrasto dele conta, que quando ele cuidava do... quando ele era novinho, onze anos ele tinha um irmão o Bráulio²⁸, parece que dum banho ele viu algo estranho, mas isso eu não sei muito bem que é a história. – **Diamante**

Pesquisas confirmam, que alguns abusadores sexuais foram vítimas de abuso sexual quando crianças, sendo que, a cada oito crianças abusadas, uma repetirá o comportamento na idade adulta. Segundo Sanderson (2005), para compreender porque algumas vítimas abusadas

²⁸ Nome Fictício

sexualmente venham a praticar crimes sexuais, é necessário prestar atenção ao perfil do abusador, na sua relação formada com a criança e nas experiências da criança com o abuso.

Conforme Furniss (2002), alguns fatores podem contribuir para que uma pessoa com predisposição venha a cometer abuso sexual. Defende em suas análises, que abusadores em sua maioria sofreram abusos físicos e alguns desenvolveram perturbações de personalidade em decorrência de um intenso abuso e privação emocional.

No mesmo viés, Miller (1997), revela que muitas pessoas repetem, as barbaridades que sofreram, não conseguem de forma consciente reviver os males que lhes foram causados na infância. Continuam determinadas a reproduzir a violência sofrida, já que vivem situações não resolvidas e reprimidas na infância, o que produz um círculo vicioso.

Nas narrativas de Diamante, é revelado que o seu ex-companheiro (abusador), também foi vítima de violência sexual quando adolescente. Observa-se que as vivências do abusador, ao ter sofrido violência sexual na sua adolescência, se replicam ao abusar seu irmão e abusar sua filha quando adulto.

É na adolescência que o sujeito constrói suas opiniões sobre o mundo, sobre as relações e sobre o futuro (Vygotsk, 1996).

Ele comentou comigo que ele foi abusado pela prima dele, ele tinha treze anos o Benício! O pai das meninas foi abusado pela prima dele. Ela tirou a virgindade dele. Isso aí eu sei porque ele relatou pra mim e falou! – **Diamante**

A perspectiva histórico-cultural traz a importância de se compreender os comportamentos da adolescência, evidenciando a transição de sua posição de passivo para se tornar ativo, desafiador diante à vida, sendo este o aspecto central que proporciona transformações no indivíduo (Vygotsky, 1996).

Conforme a perspectiva histórico-cultural, a adolescência defende ser um período que compreende processos vivenciados no contexto coletivo, ocorrendo no intercurso social. Conforme a teoria de Vygotsky (1932-1934/1996), essa peculiaridade da adolescência, pode ser entendida, como a vivência singular de cada sujeito através de suas experiências sociais.

As experiências subjetivas da adolescência permeiam o sujeito por toda a vida, não estão presentes somente na história social. As experiências dialeticamente vivenciadas contribuem para as transformações no sujeito, por introduzir cada vez mais elementos na sua personalidade durante toda sua existência.

A crise econômico-financeira das famílias de vítimas abusadas sexualmente é uma característica que foi observada durante a pesquisa, tanto das mães que denunciaram o abuso, quanto das mães que não denunciaram. É evidenciado que pelas dificuldades financeiras, algumas mães optam em deixar seus filhos com parentes próximos ou com famílias que cuidem de seus filhos, visando uma melhor qualidade de vida e um futuro promissor.

Nesse momento, as mães estão passando por profundas dificuldades em suas vidas, sendo os recursos financeiros um dos fatores mais relevantes. Por vezes, entregam seus filhos, seus bens mais valiosos, na confiança de outrem, no intuito de protegê-los, lhes proporcionando melhores condições de vida.

Ao analisar esse comportamento, verifica-se novamente o cuidado, como a possibilidade de proteção, ao deixar seus filhos com outras pessoas enquanto se estabilizam, para posteriormente tê-los em sua companhia.

Safira teve experiências de abuso sexual desde os 7 anos de idade sendo violentada na casa das famílias em que foi residir, no intuito de ser cuidada. Observa-se a repetição de episódios de abuso sexual intrafamiliar contra a sua filha ao ser “adotada” por um casal que não tinha filhos.

O sentimento de cuidado e vigilância sempre esteve presente na consciência de Safira, pelas suas próprias experiências, que de certa forma lhe aguçou para os cuidados de orientar seus filhos de possíveis ataques de abusadores, pois já lhe despertava a sensação de cuidado e proteção.

Conforme Lima (2008) as mães de meninas abusadas sexualmente em âmbito intrafamiliar, que também vivenciaram a infeliz experiência de abusos na infância procuram ficar mais próximas dos filhos, ficando mais atentas e na medida do possível ficar na companhia dos filhos, para proteger-los de novos abusos.

Olha na época, a Bruna tava vivendo um sonho pra ela, a gente tava numa dificuldade financeira Deus nos acuda, entendeu? Deus nos acuda e eles pegaram os meninos, numa... tipo assim... eu tava precisando trabalhar a noite. Eu tava trabalhando à noite, eles tavam ficando só. Entendeu? Eles tavam ficando só, eu tinha que deixar eles só porque eu não confiava quase em ninguém, já tava sendo descoberto que eles tavam ficando só, já iam me denunciar com certeza porque não pode né. [...] Eles ficaram quase seis meses. Aí foi quando ela revelou isso aí? [...] Eles fizeram um mimo neles. Tudo que eles queriam eles compravam, tudo o que eles queriam esse Bosco²⁹ dava, comprava pra eles né, a Beth³⁰ também, porque eles não tinham filhos né, eles davam. [...] Aí eu visitava eles, eles tavam morando, porque... tá. Quando de repente, toda vez que eu ia visitar eles se eu não ia numa terça eu ia no sábado, eu dormia, quando eu chegava lá, porque eu trabalhava à noite eu saía às 5 horas, 6 horas da manhã do trabalho, eu ia lá com eles, eu dormia um pouquinho lá... a mamãe já vai, daqui a pouco a mamãe vai, aí quando eu saía eu sempre beijava eles e dizia no ouvido deles: a hora que vocês quiserem voltar a mamãe vem buscar, não fica com ninguém se vocês não querem, não fica! [...] porque eles tavam tendo tudo, tavam tendo luxo, tavam tendo caminha, tavam com... - **Safira**

Ele dava uma moedinha, na época 10 centavos era muito pra nós, aí dava 10 centavos na mão da gente ficava brincando comigo, até hoje eu lembro aquele brinca na orelha da gente, mas eu não... sou muito coisa com ele não. [...] Ele dava moeda a gente ia na taberna comprar pirulito, aí voltava ele ficava lá aí teve um tempo que ele morou na casa da minha mãe. [...] Não ele só dava moedinha pra nós! Pra mim e pro os dois irmãos, o que hoje em dia tem vinte e três, e o que tem vinte e quatro. O outro tinha seis, sete e oito que é dois em dois mais velho. O outro era mais bebezinho, que nem a Bárbara minha filha. [...] Se eu tinha sete, ele tinha uns quatro, nós somos de dois e dois mais velhos. [...] Mas ele pegava no pintinho dos meninos. Pegava eu via, eu via pegar no pintinho. [...] ele só pegava eu lembro! E pegava nas nossas orelhas, tinha uma mania de pegar, brincar nas nossas orelhas assim ficava pegando, pegando. [...] É ele ficava pegando no pintinho do “meu filho” (como era chamado meu irmão), ele chamava o outro, aí eu ficava olhando sentada na cadeira assistindo televisão, quando minha mãe chegava ele saía de perto da gente. Em mim na baratinha. – **Diamante**

O desenvolvimento humano, à luz da Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky na infância, adolescência e juventude são períodos que se sucedem enquanto fenômenos históricos. Cada período se relaciona com o período subsequente de forma dialética, revelando uma interação entre infância, adolescência e juventude de forma processual, dependendo das condições objetivas da organização social que o sujeito está exposto. Esses períodos não são determinados por leis naturais universais (Vygotsky, 1996).

Evidenciou-se que as vítimas de abuso sexual, onde as mães não denunciaram espontaneamente, eram crianças que não tem corpos desenvolvidos, sem oferecer qualquer

²⁹ Nome Fictício

³⁰ Nome Fictício

desejo sexual. Os abusadores desse grupo tinham uma característica comum entre eles na escolha de suas vítimas, atraindo crianças com o intuito de violentá-las sexualmente.

Negócio era na menina. Aí eu fico me perguntando, se minha filha tivesse ficado calada, hoje a minha filha seria mulher desse cara! – **Safira**

Eu tinha nove, oito, nove anos, já usava... era criancinha de usar calcinha ainda, por isso que eu sou assim desconfiada com tudo – **Diamante**

Diamante sente as mesmas emoções de Esmeralda ao desumanizar o seu ex-companheiro (abusador), pelo seu comportamento violento, onde executou inúmeras violências domésticas perpetradas na presença das filhas.

Se ele fazia isso comigo, ele poderia fazer alguma coisa com elas também, porque ele não era um ser humano normal, pra espancar uma mulher né, na frente das crianças como ele fazia comigo! – **Diamante**

Os abusadores para satisfazer seus desejos sexuais, estimulam sensações nas vítimas através de fotos, vídeos pornográficos, exibicionismo, voyeurismo e outros artifícios para estimular a libido.

Ela falava isso, ela chega a comentar que o pai dela já manteve relação sexual com outra mulher na frente delas é? Tudo isso ela falava pra mim! - **Diamante**

Eu creio que ele deve ter uma mente meio... Porque uma vez eu deitada com minhas filhas, dormindo, eu peguei ele se masturbando assistindo vídeo de sexo no celular. Eu vi isso, eu dormindo assim, porque ele dormia aqui, a minha filha Bárbara dormia aqui, a Bárbara, a Bianca sempre no meio das minhas pernas, eu sempre tive essa desconfiança, nunca confiei nele, devido isso! [...] Só ele vendo celular e do meu lado dormindo. Aí desde aí eu acho ele tem uma mente assim já... mesmo! Se ele faz isso é porque ele gosta! – **Diamante**

As participantes enunciaram as dificuldades diante a revelação do abuso sexual de seus filhos, trazendo as emoções em meio ao impacto da notícia, expondo os seus sofrimentos ao se surpreender com a vitimação dos filhos por alguém tão próximo, que esperava proteção. O abusador estava acima de quaisquer suspeitas, onde a ele era depositado confiança, invertendo os papéis, passando de protetor a abusador.

Justiça: conflitos de incertezas

As mães que não se dirigiram à polícia para “denunciar” o abuso sexual intrafamiliar

de seus filhos, embora tenham identificado atribuições de significados positivos, demonstram em suas narrativas a descredibilidade na segurança pública. Optaram em resolver essas demandas no âmbito familiar, acreditando ser a forma mais fácil, confiável e menos dolorosa sem envolver a justiça. Desconhecem a rede de enfretamento que lhe pode lhe prestar auxílio, dando o suporte necessário para superação da condição de vulnerabilidade de seus filhos.

Não eu não pensei eu ir na delegacia eu só pensei em me afastar, afastar os meninos, tanto que ela não teve mais contato com os meninos, eu me mudei, de onde nós estávamos já, e... a gente vivia em brigas constantes né, foi mais um empurrão entendeu, mas uma chave pra... - **Safira**

Pela fé! Como eu nunca procurei, pra sentir tudo isso e hoje diante do que tá acontecendo com os meninos, eu vejo muito falho entendeu? Muito falho mesmo. Mas vejo que o sistema também não ajuda muito, entendeu? Eu acredito que o profissional que faz isso tudo, não tem ajuda, porque eu acho que tá faltando mais pessoas, deve ser isso entendeu, tem muita maldade acontecendo pra pouco trabalhador! - **Safira**

Olha eu penso assim... tá meio devagar né, deveria ser mais rígida! [...] É confiável eu acho. Só é um pouco devagar! [...] Eu queria que fosse mais rápido, não é a dificuldade de ser atendida porque me atenderam super bem aqui. Assim... eu queria que fosse mais rápido né! Essa situação, eu não sei como vai ficar, se vão prender ele ou não... [...] Acho que acredito que sim! - **Rubi**

Diamante desconhecia a Rede de enfretamento para proteção de crianças e adolescentes na cidade de Manaus, chegando à denúncia do abuso sexual intrafamiliar contra sua filha através do Conselho Tutelar, pedindo ajuda posteriormente para uma amiga que lhe prestou informações sobre os procedimentos.

O contexto social da educação é uma das vias de acesso ao conhecimento de seus direitos. Deste modo, constatou-se que as mães com maior nível de escolaridade, tem mais conhecimento sobre seus direitos e sobre a importância dos órgãos competentes que podem lhe dar apoio nos casos de violência sexual intrafamiliar.

Pedi ajuda da minha amiga, da Belina³¹. E ela é madrasta do meu filho, ela é professora, ela já é bem mais velha do que eu, ela conversa muito comigo, eu conversei com ela, pedi ajuda dela, ela é a única pessoa que podia me ajudar em Manaus, que tinha orientações de amigos do Conselho, foi através dela que eu consegui vir aqui. - **Diamante**

A questão financeira das participantes é um dos fatores que dificulta a continuidade

³¹ Nome Fictício

dos procedimentos na Depca. Algumas mães interromperam os atendimentos necessários para o prosseguimento do inquérito policial, saúde e psicossocial tais como: IML, SAVVIS e CREAS, devido não terem condições financeiras para custear despesas com transporte e alimentação.

E com eles eu tô indo de Uber, porque de ônibus com essa doença tá perigoso, e a gente mora no Tarumã e pra vim pra cá é bem distante, e eu não tô deixando eles com ninguém! [...] Quase trinta reais! - **Rubi**

Dei meu jeito vim de ônibus, deu voltei de ônibus com minhas filhas. Meu marido me ajudou, conseguiu um dinheiro pra nós ir, pra se alimentar na rua, pra nós ir pra lá! – **Diamante**

Safira pelas experiências vivenciadas no primeiro abuso sexual perpetrado por sua companheira contra seus filhos, já tinha conhecimento dos atendimentos oferecidos pela Delegacia Especializada em Proteção à criança e ao Adolescente - DEPCA.

No segundo abuso em que sua filha foi violentada aos 10 anos de idade por seu pai adotivo, Safira narra que denunciou com o objetivo de mostrar para sua filha que estava ali para lhe proteger, dando acolhimento e não porque acredita que os órgãos da segurança pública façam justiça.

Depreende-se na fala de Safira, que nesse instante aciona a noção de cuidado como possibilidade de proteger sua filha, para despertar um sentimento de segurança materna, estando de mãos dadas com ela. Utiliza um discurso e conduta contraditória ao se dirigir a delegacia, mesmo sem acreditar na possibilidade de receber acolhimento e de se fazer justiça. Pelas experiências vivenciadas no primeiro atendimento é refletido um sentimento com emoções negativas pela humilhação e acusação pela conselheira tutelar.

Relata em suas narrativas que os procedimentos são lentos e que os servidores se atrapalham com muita burocracia, que alguns não têm interesse em dar continuidade nos processos para que efetivamente sejam atingidos os objetivos de prestar auxílio às vítimas e de se fazer justiça para a punição do agressor.

Não eu não podia deixar em pune, realmente, porque... eu precisava mostrar pra minha filha que eu era por ela. Eu acho que aí... não foi vendo muito pela justiça, foi vendo pela minha justiça com a minha filha, entendeu? Por você eu luto, pra você eu brigo! Entendeu – **Safira**

Tanto que agora é... se não fosse por você, nada estaria acontecendo... tipo esse de 2013, sabe Deus o que acontecesse, pegasse fogo o prédio, ninguém nem ia perceber, porque nem a moça ali encontrou! Verdade! Entende? Então esse não é o único. Eu tenho uma amiga que tá passando pela mesma coisa. A filha foi “estrapada” pelo pai, tá aqui, o procedimento tá por aqui, não sei aonde! Mas eu vejo, que isso parece que virou rotina na vida das pessoas que... eu acho que se aquelas escrivãa colocar a quantidade daqui a pouco elas somem no meio do papel, parece desenho animado, aquele monte de coisa. Eu acredito que existam pessoas sim, que são capazes de lutar, pelas aquelas que precisam, entendeu? Que... eu acho se não precisasse do tal do concurso, pra outras ajudarem, teria mais pessoas pra ajudar, tipo eu seria uma. Entendeu... tipo se você fosse uma profissional que dissesse assim: eu preciso selecionar pessoas pra me ajudar, sem precisar de concursos, eu inseria meu nome na lista, eu diria tá aqui pra ajudar, quais são os casos que tem que ler, tem que olhar por você, entendeu? – **Safira**

O meu tá lento. Não só o meu. Com certeza deve ter outros, infelizmente até mais grave que o meu da minha filha, entendeu? A minha filha foi aliciada ela foi tocada pegaram nela e tal, outros foram penetrados, outros foram... tão sendo humilhadas. – **Safira**

Também tem que ter interesse meu, sim! Tem que ter interesse meu. A partir do momento que eu vim abrir, eu tenho que vir também fechar, dá continuidade. Também tem que ser interesse meu. Aí vem a aquela desculpa é no dia-dia, no corre-corre no sei que mais lá, ok! Eu acho que isso aqui oh, já tem que existir, tem que existir aqui pra todo mundo tipo a senhora se comunicou comigo por telefone, a senhora me ligou, não lhe atendi por algum motivo, sei lá o qual. A senhora mandou uma mensagem, aí pronto eu entrei em contato novamente. Às vezes não dá pra atender entende, e eu recebo muitas ligações... – **Safira**

Analisou-se, por meio do discurso dos sujeitos que a rede de enfrentamento para as vítimas de violência sexual deve ser mais célere e menos burocrática, visando um atendimento acolhedor, humanizado para atenuar os sofrimentos das vítimas e familiares.

Até a finalização desta pesquisa (agosto de 2021), das mães que não denunciaram o abuso sexual contra seus filhos, os inquéritos das filhas de Rubi e Diamante foram enviados para a Justiça, dos filhos de Safira não foi dado continuidade devido Safira não retornar à delegacia para realizar procedimentos obrigatórios.

Rubi em suas narrativas justifica que não se dirigiu à Depca para denunciar o abusador, por temer pela sua própria vida e de sua filha. Deu continuidade nos procedimentos, após o Conselheiro Tutelar levar o caso à delegacia e registrar o Boletim de Ocorrências da violência perpetrada contra a criança de 8 anos pelo próprio pai. Com isso, espera da segurança pública a sua proteção pessoal e de sua filha contra possíveis vinganças do

abusador, uma vez que ele tem históricos de violências domésticas contra ela.

Nota-se, que Rubi manifesta sentimentos de medo pelas constantes ameaças perpetradas pelo abusador contra sua vida e de sua filha, pois em suas narrativas já havia revelado que era vítima de intensas violências domésticas com lesões corporais e psicológicas.

Constataram-se sentimentos de medo desencadeados pelas mães, através de experiências negativas vivenciadas pelo temperamento agressivo do abusador. Deste modo, se sujeitam às condições impostas pelo perpetrador, não conseguindo quebrar o ciclo de violências.

Nos relatos das participantes, verifica-se incredibilidade na segurança pública, não gozam da proteção institucional que necessitam, permanecendo em estado de vulnerabilidade, principalmente quando o abusador tem histórico de violências domésticas.

Por isso, emudecem mães e filhos, resultados de uma dinâmica familiar violenta, agravada pelo sistema social hierárquico que engessa as vítimas, principalmente quando a mãe não recebe uma escuta especializada durante a denúncia. Recai a culpabilidade a genitora e às vítimas pelos abusos sofridos, quando não recebem suporte para mudar sua condição de subordinação e vulnerabilidade.

Conforme Narvaz (2005), as instituições que deveriam ser instrumentos de garantia de direitos, de promoção de saúde e de proteção integral, constitui-se em dispositivos disciplinares e de revitimização.

Nos proteger né! É o que mais quer né, porque ele tá solto, como se ele não tivesse feito nada, e... a gente não tem dinheiro pra pagar segurança. Então a gente sai na rua pra fazer compra e ele sabe o bairro que eu moro só não sabe a casa, mas o bairro ele sabe entendeu? Aí a gente quer proteção. [...] comigo e com minhas filhas! [...] eu tenho muito medo de sair na rua por medo dele tá lá. [...] Eu não saio de casa. Só para ir ao médico com as crianças. [...] E eu quero que vá preso, mais é por contra da minha filha também. [...] Quero justiça que ele vá preso! –
Rubi

Quando eu fui pegar dois dias depois, já tava com papel do Conselho Tutelar, dizendo que eu tinha abandonado as crianças, um monte de coisas falando de mim. Aí eu fui pra delegacia, cheguei lá chamaram ele, o delegado falou que ele tinha que entregar as crianças porque

quando há uma separação, tem que ficar com a mãe, aí ele disse que só ia entregar se chegasse o advogado dele. Aí o delegado marcou 2h, porque já era meio-dia, na hora do almoço dele. Quando nós chegamos lá duas horas, ele não apareceu, aí o delegado falou pra mim: “agora só pela justiça!” Aí foi assim, eu não conseguia ver eles, aí eu fui lá pegar eles, o padrasto dele... - **Rubi**

Devido tudo isso, era pra tarem mais... é... entrarem mais em contato comigo, perguntar das minhas filhas, vim procurar saber o que que aconteceu na polícia, eles tentaram me ajudar, eles não tavam me ajudando, eles tavam me pressionando a... achar que tudo aquilo era mentira... tentaram botar na cabeça de outras pessoas que eu tô tentando prejudicar ele. Eu falei pra ele, pra esse senhor: senhor se eu quisesse prejudicar realmente o Benício, ele me bateu cinco anos, ele tem denúncia na polícia! – **Diamante**

É dessa maneira que as mães se percebem diante a Segurança Pública quando não vivenciam experiências positivas assegurando sua proteção e de sua família.

Safira, Diamante e Rubi compareceram à Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, após denúncia realizada pelo Conselho Tutelar. Revelaram que além de serem julgadas pela família, foram julgadas pelos órgãos de Segurança Pública, que deveriam lhes prestar proteção. Sentiram-se impotentes pelas acusações imputadas, como se fossem coniventes com o crime.

Sentiram a necessidade de um atendimento especializado principalmente pelo Conselho Tutelar, de modo que fossem acolhidas. Estão psicologicamente afetadas com a revelação do abuso sexual intrafamiliar, por se tratar da sua prole, seu sangue, sendo crianças e adolescentes que estão em estado de vulnerabilidade, agravado pelas vivências de seus próprios abusos na infância.

Verificou-se pela unanimidade das falas das participantes, um total despreparo pelo Conselho Tutelar no que tange ao enfrentamento desse tipo de violência, quando as mães por qualquer motivo não estão capacitadas a denunciar.

Quando eu cheguei na delegacia, eu fui tratada como, como que eu posso dizer... como culpada, como se eu tivesse sendo um monstro pros meus filhos! Entende... ai moça, eu sou muito sensível com isso! [...] Porque eu fui acusada entende, porque aqui atrás, se você ler tem coisa aqui que diz que eu praticamente permitia, é porque tem uma parte que eu tava lendo que eu não tava ciente, que eu incentivava meus filhos a chamar a Belmira de pai. [...] A Belmira é uma homossexual né, tanto como eu, e só que eu sou feminina, ela é masculina entende. Quando eu cheguei na casa dela, todas as criancinhas e ela, tinha um hábito de dizer

assim: pode vir aqui com papai, porque ela era aquela tia, que cuidava dos sobrinhos entende. [...] Eu fui acusada de não acreditar o que a conselheira tutelar estava lutando ali, foi por eles né? [...] A conselheira tutelar foi preconceituosa. [...] Quando eu cheguei na Depca, falaram pra mim que eu não tinha eu não podia ter acesso aos meninos, que eu não podia... essa conselheira aqui essa tal de conselheira, eu falo assim por que ela foi grossa comigo, conselheira, ela... [...] Se a Belmira fez ou não fez, não cabe a mim. [...] O homossexualismo em geral! [...] Ela é preconceituosa!... e tava defendendo umas crianças que tavam dizendo que tavam sendo aliciadas, entendeu! Ela nem me conhecia. Sabe nem quem eu era! [...] Senti dela um preconceito entendeu. Não foi referente a mim. [...] Aí ela disse: não, você não vai ver as crianças! Mas por quê? Você é conivente, você é conivente que seus filhos estavam passando por “estrupe”. Falei meus filhos não estavam passando por “estrupe” gente. Aí foi quando eu peguei... eu disse cadê a Bruna, foi quando ela veio, ela... a Bruna sai de uma da salinha lá dá Depca né, da salinha de brinquedo e agarra nas minhas pernas, e diz pra mim, que... queria ir comigo, que queria ir, ficar comigo, foi quando essa conselheira veio e tirou ela da minha perna e disse que eles precisariam ir e levaram eles pro abrigo naquela noite né! Aí eu pedi pra ela calma, deixa colocar eles dentro do carro, não leva eles assim não, por favor. Ela disse: Não! Você não tem direito a nada. Nem de falar, nem de reclamar de nada! Ela pegou, arrancou mesmo, arrancou a Bruna das minhas pernas, que a Bruna tava atracada, e eles ficaram uma semana. –

Safira

É eu tô sabendo que a senhora tem uma denúncia contra abuso, a senhora tem que procurar saber. Olha que isso dá polícia, começou a me... ele começou a me intimidar. Disse que ia ter polícia, IML! Sim eu já tô sabendo que vai ter tudo isso o senhor tem que ter calma, eu até pedi pra ele ter calma, ele começou a vir exaltado, falando que era conselheiro tutelar. Eu falei, eu sim, eu sei que o senhor é conselheiro, mas o senhor tem que me aconselhar, onde eu posso ir então? Aí ele falou bem assim: a senhora tem que vim comigo, vem aqui quarta-feira, nesse dia, ele falou que nesse dia pra me ir quarta-feira com ele, que não era pra me comentar isso com ninguém. Aí eu falei: mas o senhor não é conselheiro tutelar? O senhor tem que me orientar onde que eu vou, qual a delegacia que eu tenho que ir, com quem, eu nem sabia que existia essa delegacia que é perto da minha casa. – **Diamante**

Eu fui... um conselheiro tutelar me ligou pra mim, já... recebendo outros tipos de denúncia, aí eu pensei que ele ia me ajudar, ele não me ajudou, ele tava me botando contra a parede pra mim não vir denunciar o pai, eu não entendi o porquê. Ele disse pra mim que a denúncia dele ele faz as coisas devido à ligação pra ele, fazem as ligações ele vai atrás da denúncia, aí tentei pedir a ajuda dele, mas não deu certo, ele não soube conversar comigo, aí quando eu resolvi, não!... eu vou procurar saber onde eu vou. [...] Eu consegui vir através de uma amiga, que ela já é mais... tem escolaridade melhor do que a minha, e sabe mais sobre coisas que acontecem do Conselho Tutelar. – **Diamante**

Aí ele pegou e começou a falar: Ah que tu tens que vir falar comigo, que isso dá caso de polícia, e se tu tiver mentindo, tu podes ir presa, querendo dizer que eu que tava mentindo! Aí ele pegou e falou bem assim: tu tá acobertando ele, ele sempre botava isso na frente, eu falei aonde que eu tô acobertando ele, só porque eu não fui na delegacia no dia que ela me falou, eu fui na delegacia foi no dia dezesseis, dezessete,

dezoito, quando foi numa sexta-feira eu vim aqui eu lembro. [...] Aí eu falei: não eu já estou indo procurando saber doutor, onde eu tenho que ir, já tô tentando achar o local pra me ir. Não tu tens que vir aqui comigo, tu tens que vir aqui na... ele falava na Major Gabriel, ele só falava isso que era pra me ir direto lá, com ele! Aí eu vim aqui na delegacia, procurei saber por que o problema da minha filha era mais sério, já era abuso sexual né? Aí eu já vim aqui. [...] Ele fala que dá cadeia o que eu tô fazendo, tudinho isso. Eu falei: doutor eu já fui à delegacia resolvi tudinho e já tá tudo certo, não se preocupe vai ser resolvido isso! – **Diamante**

Eu acho que tem que ter um pouco de apoio né. Porque eu tive apoio só da delegacia, não tive apoio de nenhum conselho tutelar... nenhum... mais desse da zona sul né, porque eles são da zona Sul né? Devido tudo isso, era pra tarem mais... é... entrarem mais em contato comigo, perguntar das minhas filhas, vim procurar saber o que que aconteceu na polícia, eles tentaram me ajudar, eles não tavam me ajudando, eles tavam me pressionando a... achar que tudo aquilo era mentira... tentaram botar na cabeça de outras pessoas que eu tô tentando prejudicar ele. Eu falei pra ele, pra esse senhor: senhor se eu quisesse prejudicar realmente o Benício, ele me bateu cinco anos, ele tem denúncia na polícia! – **Diamante**

A delegada me orientou super bem, já foi totalmente diferente do conselheiro tutelar, aí ela disse, ela me deu uma medida protetiva, quando ele ligasse de novo não era pra me dá muito ibope pra eles porque já tava tudo certo aqui. – **Diamante**

Quando eu fui pegar dois dias depois, já tava com papel do Conselho Tutelar, dizendo que eu tinha abandonado as crianças, um monte de coisas falando de mim. – **Rubi**

Torna-se urgente que os conselheiros tutelares sejam capacitados, através de curso de especialização, de modo a enfrentar atendimentos com essa peculiaridade. Os conselheiros são os profissionais que em regra fazem os primeiros atendimentos às vítimas quando a denúncia não chega de forma espontânea na DEPCA.

A filha de Rubi não fez o exame de corpo de delito na primeira vez que foi ao IML porque sua Representante não tinha sua certidão de nascimento, fazendo com que o exame fosse adiado até que Rubi fosse comunicada do fato e providenciasse a certidão. Isso fez com que o sofrimento da criança fosse prolongado.

A perícia do Instituto Médico Legal – IML está a 13 km de distância da delegacia, podendo está fixa nas dependências da DEPCA para dar atendimento imediato. O SAVVIS - Serviço de Atendimento a Vítima de Violência Sexual, fica a 8 km de distância da DEPCA.

Pela distância e burocracia, algumas vítimas deixam de realizar o exame, por falta de

recursos financeiros para custear seu próprio transporte, que conseqüentemente causará a descontinuidade dos procedimentos, que ficarão suspensos, acarretando na liberdade do agressor, que poderá dar continuidade nas suas condutas delitivas.

Aí depois de dois dias que ela levou no posto, aí chamaram o Conselho Tutelar e já encaminharam ela pra fazer exame, ela foi no IML eles não conseguiram fazer porque não tinha nenhum documento, aí quando foi na quarta-feira ela conseguiu me contactar, e eu fui imediatamente no IML e levei os documentos que eu tenho, e a gente fez e foi quando a gente veio pra cá! - **Rubi**

Eu acho que tem que ser mais rápido né, prender assim o acusado, pra criança ter mais segurança, acho que é isso, é muito demorado entendeu? - **Rubi**

Dei meu jeito vim de ônibus, deu voltei de ônibus com minhas filhas. Meu marido me ajudou, conseguiu um dinheiro pra nós ir, pra se alimentar na rua, pra nós ir pra lá! - **Diamante**

Diante dessas questões, considera-se importante que todos os atendimentos em caso de abusos sexuais infantojuvenil sejam realizados no mesmo dia, concluindo os procedimentos obrigatórios do inquérito policial através de uma gestão integrada.

As participantes enuciaram elogios sobre os atendimentos na DEPCA. Diamante narra que recebeu um atendimento de excelência, se sentindo acolhida e satisfeita. Isso demonstra avanços nos atendimentos com uma escuta especializada.

Cheguei aqui fui totalmente bem atendida, foi tudo certo, foi rápido, passaram os documentos, medida protetiva tudinho pra minha filha, eu fui bem atendida, eu fui pro IML, foi tudo certinho, foi rápido, graças à Deus! [...] me orientaram falei com a delegada, a delegada me orientou super bem, já foi totalmente diferente do conselheiro tutelar, aí ela disse, ela me deu uma medida protetiva, quando ele ligasse de novo não era pra me dá muito ibope pra eles porque já tava tudo certo aqui. - **Diamante**

Não! Foi tudo rápido, só demorei um pouco lá no IML devido ao documento que ele também ainda chegou a perder, documento das minhas filhas, tão irresponsável que perdeu a certidão de nascimento! - **Diamante**

Hoje em dia a segurança pública pra mim já tá melhor... depois das coisas que eu tô vendo no jornal, no facebook, nos vídeos, já tá melhor sim a segurança pública, mas eles deveriam entrar mais nas favelas, que é devido isso aí que acontecessem muita coisa aqui né! [...] Tráfico de drogas né, que o tráfico de drogas que influencia muita coisa aqui em Manaus, influencia o roubo, influencia até matar também né? - **Diamante**

Através das análises dos discursos das participantes, verificou-se que os significados de “justiça” ficaram materializados com descredibilidades e incertezas. Em seus relatos, revelam que não compensa todo o desgaste do percurso para que efetivamente seus filhos sejam acolhidos e que o abusador seja punido.

Não foi vendo muito pela justiça, foi vendo pela minha justiça com a minha filha, entendeu? Por você eu luto, pra você eu brigo! Entendeu!?
– **Safira**

Gente o dia que fizerem isso com meu filho eu vou presa, mais essa pessoa feliz não fica não! - **Safira**

Porque hoje em dia tem muita justiça tem até com as próprias mãos né! Tudo isso passou pela minha cabeça, de ir lá e querer fazer um escândalo, de lá e querer fazer alguma coisa. -**Diamante**

Eu espero que ele... ele ponha a cabeça no lugar e ele procure também. [...] Porque não vai ter como eu fazer tudo isso e depois ele ficar lá normal na casa dele, ele tá lá agora né, tá acontecendo as coisas comigo e com minhas filhas e ele tá lá normal, tá acontecendo nada, ele nem liga, ele não manda nem... a senhora sabia que ele não mandou nem um par de roupas das minhas filhas? – **Diamante**

Quero justiça que ele vá preso! [...] Acho que acredito que sim! – **Rubi**

Os resultados por meio dos discursos revelam que as mães têm dificuldades para denunciar o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos aos órgãos competentes por não desenvolverem sentimentos de confiança na Segurança Pública e acreditarem que na esfera familiar estão capacitadas para administrar esses conflitos e lograr soluções.

Deste modo, identifica-se que as três participantes que não denunciaram seus companheiros, abusadores de seus filhos, além de vivenciarem emoções de seus próprios abusos, sua omissão foi intensificada por sentimentos de medo pelas violências domésticas vivenciadas durante o relacionamento afetivo abusivo, que já é resultante de um sistema de segurança que para elas não foi eficaz, refletindo em outros órgãos da Segurança Pública quando se trata de abuso sexual intrafamiliar.

A mãe é protagonista no processo de apoio aos seus filhos por ser a responsável pela construção de estabelecer vínculos de proteção e afetividade.

A rede de significado dessas mães sinaliza a urgência da implantação de políticas para

a criação de uma rede de enfrentamento com servidores habilitados por abordar o abuso sexual intrafamiliar intrínsecos ao ser humano.

De acordo com González-Rey (2003a, p. 235) “o sujeito em seu processo de construção reflexiva intervém na sua própria construção e dos espaços sociais em que atua, podendo afetar outros espaços sociais”. Partindo deste pressuposto, significa dizer que através dos novos significados produzidos por políticas públicas com uma rede de enfrentamento para mães, novos sentidos e significados serão sustentados pela sociedade acerca da segurança pública.

A família dividida entre apoio e abandono

Os relacionamentos familiares e sociais no tempo modificam os parâmetros individuais do sujeito adulto. Vale ressaltar que é imperioso o contexto histórico-social para análise psicológica do comportamento humano.

A família é o grupo social de base primária, que faz parte da sociedade, uma das mais antigas formadas por pais, filhos, avós, tios, e outros; exercendo cada elemento uma função. Porém, há casos em que essas funções são substituídas, suprimidas ou acumuladas.

No campo da psicologia social, a função psicológica funciona como ponto de referência comportamental perante a vida, enquanto a função social refere-se ao processo de socialização do indivíduo.

A luz da teoria sócio-histórica de Vygotsky, as participantes ao narrarem os desafios no processo da revelação do abuso sexual até a decisão em denunciar o abusador ou omitir, nesse percurso vários conflitos de incertezas se manifestaram através de emoções já vivenciadas, onde o apoio familiar ou o abandono tiveram significativas influências na sua tomada de decisão.

Foi assim... quando os meninos saíram do abrigo, eles foram morar com minha prima. Porque o abrigo disse que só quem podia tirar eles de lá, era o pai ou alguém da parte materna. Eu já era culpada, não podia, ok! Fui atrás do pai, é... o pai é um zero à esquerda, desculpa falar dessa forma. Mas, e hoje ele ainda é mais zero à esquerda ainda – **Safira**

Aí minha mãe se separou, fiquei com meu pai e sofria muito, porque ele

bebia muito [...] Minha família é adotiva. Eu fiquei com meu pai, ele nunca me tratou mal, que não é meu pai, são meus pais adotivos. – **Rubi**

Aí ela chamou a vó da minha filha. Aí ela disse que não era pra levar ela pra nenhum canto. – **Rubi**

A lacuna provocada pela falta de apoio de quem poderia estar ao seu lado no enfrentamento do abuso de seus filhos é percebida nos discursos das mães quando enunciam um caminhar sofrido e solitário.

Segundo Durkheim, (1977), a família é um corpo social ligado pela solidariedade, seus componentes se dividem por idades e tarefas, podendo estar ou não ligadas ao sexo do indivíduo. Durkheim usa a expressão família “sadia”, para designar uma atmosfera harmoniosa.

Todavia, essa definição de família “sadia”, foi questionada por Good (1969), ao constatar que não há crise na família. Defende que a família influencia diretamente na sociedade, por terem essas duas interligações. Através de vários estudos realizados em diversas sociedades, concluiu que a família ideal nunca existiu, e que o grupo familiar tem variáveis independentes, susceptível que explica um conjunto variado de práticas e atitudes. Segundo Good, quando o indivíduo não cumpre suas obrigações dentro da sua família, a sociedade se corrompe.

No que se refere ao apoio recebido por familiares, as participantes enunciaram que de certa forma foram apoiadas. Diamante se socorreu e contou a violência da filha de 5 anos para sua mãe que sempre esteve ao seu lado, mesmo estando morando em outro município, contou com o apoio do seu atual companheiro que lhe deu suporte financeiro e psicológico lhe acompanhando durante todos os procedimentos na DEPCA. As mães não encontram em si mesmas forças necessárias para enfrentar a violência, necessitando de apoio dos membros da família.

Só pra minha mãe. Que só eu liguei pra minha mãe que ela mora no interior! Aí ela disse: minha filha, tem calma vai lá, ela que tava me ligando direto pra perguntar da assistência. [...] Com esse rapaz é muuuuuuito melhor, e foi ele que me ajudou, ele que me acolheu, ele que me deu um lugar pra mim morar, devido como eu me separei do pai da minha filha, o Benício. [...] ele é jovem e eu também sou, a gente tava se conhecendo, mas ele foi um anjo tão grande na minha vida, que até hoje eu agradeço muito ele, porque através dele que eu consegui pegar minhas filhas de volta, pra ficar comigo! [...] aí esse meu marido sempre

conversou comigo: “não Diamante deixa vamos na delegacia, não adianta tu ir lá e querer bater de frente com ele, fica tranquila”, ele que me tranquilizou mais. – **Diamante**

Socorri pra minha prima. Ela é casada né, tem casa própria que eram umas recomendações da Depca, do abrigo na época. Ela tirou, eu disse Betina³² e agora? Eles podem morar comigo. Aí tá, eu fui desmontei o quarto deles, comprei beliche, comprei tudo em menos de dois dias, montei o quarto deles na casa dela, ok! – **Safira**

Algumas crianças abusadas não receberam apoio familiar. Rubi em seu discurso relata que após a violência sexual cometida pelo pai biológico contra a própria filha, estando sangrando e com muita dor no ânus decorrente do coito anal, sua avó quis acobertar o crime para proteger o abusador.

Contou porque foi uma segunda-feira! Que ela chegou com dores e sangrando um pouco na parte de trás. Aí ela falou pra Beonce³³, aí a Beonce falou pra mãe: a Bella³⁴ tá sentindo dor. Enfim, contou né. Aí ela foi pro quarto, conversou com ela, de início ela não queria dizer nada, aí eu foi conversando, deitou ela na cama e viu que tava! – **Rubi**

Aí nós demos encaminhamento. Fiquei muito nervosa na hora, tive que chamar minha sobrinha pra me acompanhar, e nós ficamos vindo, aí ela fez exames tudinho, aí eu já consegui ir marcar o psicólogo! – **Rubi**

Aí ela chamou a vó da minha filha. Aí ela disse que não era pra levar ela pra nenhum canto. Ela teve que dá uma saída, quando ela voltou, o pai da minha filha já tinha ido, aí ela tirou a força a nenê de lá, é tanto que a vó mão quis dar nem o segundo registro pra ela. Foi na quarta porque ela não tinha contato comigo e a vó que tinha, não quis dá meu número pra ela! [...] Foi como ela conseguiu meu número pela rede social, porque ela não tinha e ninguém dava pra ela. – **Rubi**

Neste discurso, embora se note que Rubi enuncia a sua vivência negativa com a experiência narrada e a vivência da repetição do abuso sexual contra sua filha, pode-se compreender nesse discurso, que avalia de forma comparativa a sua vitimação com a da filha, valorando que o que aconteceu com a criança, foi ainda pior do que lhe sucedeu quando foi abusada.

Através desse discurso, pode-se apreender o sentido de que ela está falando sobre a questão do coito anal e/ou conjunção carnal que não foi consumada com ela, enquanto o coito anal se deu na violência perpetrada contra sua filha. Assim, verifica-se neste discurso a

³² Nome Fictício

³³ Nome Fictício

³⁴ Nome Fictício

análise ideológica de sua construção, percebendo a presença das vozes sociais do coletivo.

Safira tece dúvidas sobre as narrativas da filha que foi vítima de abuso sexual intrafamiliar. Percebe-se que através da consciência, que a experiência do abuso da filha é expressa de forma reflexa, quando Safira se vê refletida na sua própria história, onde não recebeu apoio familiar, agravado pela ausência de sua mãe. Safira apesar de reconhecer que a filha necessita de um acompanhamento pelos traumas sofridos se divide na incerteza que seja algo de sua imaginação.

Não estuda bem ela não estuda não entendeu? Mas aí eu preciso é alguém um profissional vamos dizer assim, descobrir se é sobre isso né? se não é fantasia, se não teve mentiras no meio, entendeu? - **Safira**

Olha! a gente como mãe, a gente conhece o filho da gente né! então a Bruna ela tem uma fantasia incrível, entendeu, ela tem uma imaginação incrível, eu acredito que seja como eu. Fugir de uma situação, criar uma situação, pra não sofrer, só que nessa história do Bosco eu acredito nela, porque... porque ela tipo entrou em pânico essa Bruna. - **Safira**

Agora a mamãe vai te falar uma coisa, eu vou ter que ser por você? Aí eu perguntei dela: você tá falando a verdade? Tem certeza filha que tu tá falando a verdade pra mamãe e tu não tá contando historinhas, tu não tá inventando nada pra... chateada? – **Safira**

Fica cristalino, o sentimento de negação de Safira ao se deparar com os relatos de abusos sexuais sofridos por sua filha. O acesso às lembranças internas que constroem a autoconsciência, foi acionado através das vivências subjetivas do seu próprio abuso. Como Safira não recebeu apoio de sua mãe perante os seus abusos sexuais, de uma forma subjetiva tenta negar o abuso da filha.

A mãe deve ter posicionamento protetor, investigar e jamais desacreditar na possibilidade da existência de uma violência. A omissão por quem deve lhe prestar auxílio pode causar sequelas irreversíveis às vítimas.

Freud explica a importância do sentido da negação na origem psicológica da função intelectual, demonstrando que o sujeito ao negar algo, na verdade está afirmando que se trata de uma relação de sentido que preferiria reprimir.

Além das incontáveis e consideráveis consequências clínicas, no âmago dessa argumentação está a função do juízo, que é explicitada por Freud, por sua tamanha

complexidade:

A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar: ela deve conferir ou recusar a uma coisa uma determinada qualidade e deve admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade (FREUD, 2014, p. 23).

A família fica dividida em acreditar na violência perpetrada contra a criança e/ou adolescente. Alguns familiares acionam sentimentos de negação da mesma forma que as mães, não dando credibilidade aos seus relatos. Outras ficam confusas, por confiarem no abusador que sempre se mostrou um sujeito confiável, que jamais se demonstrou violento.

Safira, mas eu conversei com a Bruna, a Bruna tá mentindo! [...] Olha se a Bruna tava mentindo, porque na mesma hora tu não me ligou. Safira a Bruna tá inventando história sobre isso, porque tu não chegaste no dia e falou que a Bruna tava mentindo. Porque tu fizeste a Bruna esquecer? Porque tu querias que a Bruna esquecesse? [...] eu não sei se as outras pessoas da família, porque tem gente que disse assim pra mim: Safira se a Belmira fez isso com teus filhos, porque que elas fizeram com as outras com os sobrinhos dela? – **Safira**

Ela começava a pegar nas partes íntimas dela, brincava, assim eu vi isso, tentei conversar com a avó pra perguntar se ela fazia isso lá né? ela dizia que nunca tinha visto, que era a minha menorzinha que fazia. Aí eles confundiam minha mente, eles ficavam tentando é... tirar isso de... eles nunca diziam! - **Diamante**

Aí eu ligava pra mãe dele que eu achando que ela poderia me ajudar, ela dizia: não eu vou falar com ele pra ele deixar ver as crianças, mas eles estão bem. – **Rubi**

Verifica-se nas narrativas das participantes da pesquisa, a luz da teoria sócio-histórica de Vygotsky, os desafios que enfrentaram no processo de decisão em denunciar o abusador e se dirigir a uma rede de enfrentamento, ocasionado pela desestruturação familiar na qual se encontravam, vindo à tona sentimentos subjetivos pelas experiências vivenciadas de abandono, desamparo, vergonha, fragilidade, debilidade, dificuldades financeiras, impotência dentre outros. Nesse contexto, verifica-se a importância da família para que as mães sejam acolhidas, se capacitem, podendo proteger seus filhos.

O sentimento de culpa que autocodena e enfraquece

A pesquisa apontou que as mães participantes, pelas vivências sócio-históricas e cultural, desencadearam sentimentos de culpa, que lhes deixaram impotentes diante a

revelação da violência sexual contra seus filhos, fazendo com que elas revivessem a sua própria violência intrafamiliar sofrida na infância.

Julgam-se culpadas, com sentimento de autopunição, como se de alguma forma pudessem ter evitado. Todavia, esse sentimento recai sobre as mães estudadas de forma injusta, porque não tiveram participação na violência nem sequer de maneira omissiva.

Conforme ensinamentos de Marx, o pesquisador tem que ir além da aparência e compreender a face oculta da lua. Se o pesquisador só descrever, está fazendo um trabalho supérfluo. Para isso, a pesquisadora teve que sair da aparência e buscar a essência, não se deter na literalidade do que o sujeito falou, mas interpretar para explicar se apropriando do processo, para se obter a dimensão do significado.

Desse modo, desvelou-se que além do sentimento de culpa desencadeados pelas mães que não denunciaram, de alguma forma, foram entrelaçadas por outros significados, desenvolvendo vergonha, medo e resistência, através da articulação dos eventos psicológicos que o fato suscita para o sujeito.

Me sinto! Muito culpada. [...] De eu ter acreditado tanto na mãe dele, que ela dizia pra mim que ela que cuidava das minhas filhas... [...] aí fui começar a notar que a mais velha falou pra mim que, quem... aí eu comecei a perguntar: minha filha onde tu dormes mesmo? Eu durmo na casa da minha tia Belisa³⁵! Tu não dormes na tua vó? Não! – **Diamante**

Eu já era culpada, não podia, ok! [...] Sobre o que aconteceu comigo, eu acho que sou bem grande pra tudo mudar entendeu!? Não vai mais mudar! – **Safira**

Me sinto culpada! Não era pra mim ter deixado levarem elas! Não teria acontecido. [...] Porque eu nunca deixo eles com ninguém, sempre eles andam comigo! Não teria deixado ninguém levar, que foi ela que levou, teria ficado lá comigo! – **Rubi**

Conforme pesquisas realizadas com mães que tiveram filhos abusados sexualmente no contexto familiar, Morgado (2001) e Lima (2008) apresentaram motivos de insegurança em se aperceberem da situação, resistindo a revelar a violência, possuem intensa vulnerabilidade, baixa autoestima, demonstrando desinteresse por si mesma ou pelos

³⁵ Nome Fictício

próprios filhos.

Noutro sentido, segundo Lima (2008) as mães que também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar, ao tomarem conhecimento do abuso sexual intrafamiliar de seus filhos, passam a ficarem mais próximas deles, se tornam mães mais atentas para protegê-los de quaisquer situações de perigo.

Aí foi, eu fui começando a chegar na casa, fui agradando eles, fui chegando lá levando presentes pra minhas filhas, que eles só me queriam quando eu dava as coisas. Aí comecei a dar, levei sapato, levei roupa – **Diamante**

Aí eu conversei com ela, comecei a conquistar ela, minha filha do que tu gosta? Aí ela me dizia, aí eu dava meu jeito comprava, fui conquistando minha filha assim com as coisinhas que ela, pra se sentir à vontade comigo, eu deixei minha filha a vontade, quando ela se sentiu a vontade, ela foi me soltando às coisas, falando a convivência dela lá, do jeito que eles tratavam ela lá, aí tudo isso eu não quis mais deixar minha filha voltar! – **Diamante**

A mamãe já vai, daqui a pouco a mamãe vai, aí quando eu saía eu sempre beijava eles e dizia no ouvido deles: “a hora que vocês quiserem voltar a mamãe vem buscar, não fica com ninguém se vocês não querem, não fica!” Dava aquele apoio tô aqui! Tô aqui entendeu? – **Safira**

As vivências das mães, diante a revelação do abuso sexual perpetrado contra seus filhos no âmbito familiar, reflete um sofrimento subjetivo, trazendo sentimento de culpa, vergonha e vulnerabilidade social. Ao tomarem conhecimento, acionam lembranças de seus próprios abusos, fazendo uma conexão dos abusos dos filhos, com as vivências dos seus.

Constatou-se através dos discursos das participantes, que reagiram diante a revelação do abuso dos filhos, baseada na mesma maneira que suas mães conduziram a situação de seus abusos, implicando na repetição de comportamentos de forma reflexiva de sua própria vitimação.

Através da Teoria Histórico-Cultural, baseado no mecanismo de reflexos reversíveis da consciência, relembram a maneira como suas mães reagiram diante do conhecimento de seus abusos sexuais e quais desdobramentos se sucederam, onde se identifica a repetição de ações pelas mães estudadas, em relação à omissão da denúncia.

Portanto, basearam-se em seu contexto histórico e cultural para definir ações, tomando

decisões a partir do modo de agir de sua mãe, diante da revelação da sua própria vitimação no passado, reproduzindo o mesmo comportamento (Lima, 2008).

Por sua vez, Diamante se sente culpada por não ter tomado a decisão de romper seu relacionamento com seu ex-companheiro (abusador), nas primeiras condutas de violência doméstica tanto física quanto psicológica, perpetrada por ele. Via-se impotente diante daquela situação e não tendo forças para sair do relacionamento abusivo, como tantas outras mulheres que estão vulneráveis e desconhecem seus direitos enquanto mulher. Diante do sentimento de medo, as mães se calam, ficando incapacitadas de enfrentar o abusador.

No discurso de Diamante ao revelar suas emoções diante a revelação em que sua filha foi abusada pelo seu companheiro, além de reviver seu próprio abuso, materializa vozes de vulnerabilidade e sofrimento.

Nota-se, que ao mesmo tempo em que Diamante se julga culpada com sentimento de falibilidade, por não desempenhar seu papel materno com excelência evitando a violência contra a criança, além disso, se sente ofendida, humilhada e arrependida, por não ter denunciado imediatamente o abusador que por tantas vezes lhe lesionou, configurando assim, um discurso que se evidencia marcas de violências.

O sujeito desvelado através dessa narrativa mostra uma vivência negativa diante do abuso sexual intrafamiliar, se culpabilizando pela violência sexual da filha. Ao mesmo tempo, mostra-se um sujeito padecido pelas inúmeras agressões físicas e psicológicas consumadas pelo abusador.

Me sinto! Muito culpada por não ter denunciado a primeira vez que ele me bateu. De eu não ter pegado elas e ter ido pra algum lugar com elas vivido a minha vida, eu tinha medo, porque toda vez que ele me batia ele falava: quem que vai te querer com duas filhas? Aonde que tu vais criar duas meninas ainda mais, que eu... eu tinha um menino de sete anos, tive que deixar ele com cinco anos e ir viver com o pai, porque ele me batia muito ele via tudinho! [...] É... me sinto, porque era pra elas tarem comigo, não com ele né? Ele já me batia, ele me maltratava na frente delas, quebrou o meu rosto, até hoje em dia elas falam: mamãe o papai quebrou seu nariz, meu nariz é quebrado, do murro que ele deu em mim, aí com tudo isso, a violência que ele fazia comigo eu me senti culpada, porque ele podia fazer a mesma coisa com elas, entendeu? Só o que me aliviava era pensando que ela tava sendo criada com vó, que era a vó que mandava foto, era a vó que ligava, não era ele. [...] Mas eu me sinto levemente culpada por isso, se ele fazia isso comigo, ele poderia

fazer alguma coisa com elas também, porque ele não era um ser humano normal, pra espancar uma mulher né, na frente das crianças como ele fazia comigo! – **Diamante**

Evidencia-se um discurso de gênero materializado, revelando-se as vozes sociais de um gênero feminino, que remete a sentimentos da maternidade com a responsabilidade pelos cuidados dos filhos, atribuindo-lhe a culpa pelos abusos sexuais sofridos. Esse feminino que se mostra dominado num discurso de conformismo de vitimação por um masculino. Segundo Scott (1996), a relação entre o masculino e o feminino se constroem os papéis sociais, onde ao feminino estão reservados os cuidados e a responsabilidades com os filhos.

Os discursos refletem o sujeito em suas interações sociais, surgem atravessado por vozes coletivas que representam esta história (Bakhtin, 1981). E o que caracteriza o sujeito como social é esse atravessamento de vozes no discurso, que aparecem constantemente no diálogo do sujeito social que ora legitima seu discurso, ora contradiz.

Notou-se um sentimento de vergonha e medo por preconceito da participante Safira que é homossexual, através de um discurso contraditório.

[...] Belmira é uma homossexual né, tanto como eu, e só que eu sou feminina, ela é masculina entende. – **Safira**

[...] A creche me chamou pra isso. Eu confesso que pra freira eu não falei naquele momento que sou homossexual, sou casada com a Belmira eu não falei. Porque Safira tu não falaste? Tu tens vergonha? Não! Uma senhora uma freira de 70 e poucos anos foi difícil falar aquilo pra ela. Então eu não chego falando sou homossexual ou não, eu não chego. [...] Aí foi quando ela disse assim: - Boa mãe! o quê que acontece. A gente perguntou da Bruna porque que tava doendo e quem que pegava nela. Aí ela pegou e falou: papai Belmira. Quem é papai Belmira no jogo do bicho? Aí ela pega e fala né! - que vive com a mamãe! Alguma coisa assim, ela fala do jeitinho dela, lá. Fui chamada nesse dia. Eu não falei quem era Belmira... pra mim, tal. Eu falei que era a moça que me ajudava a cuidar dos meninos e tal. Eu tenho o nome da Belmira na minha costa. Um belo dia, eu vou pegar eles na creche e uma das freiras ver o nome da Belmira na minha costa e pergunta por que o nome da moça tá na sua costa? Eu falei: - Ah mais é uma tatuagem... e aquilo ali se passou. Aí a freira me perguntou: ela ainda mora na sua casa? falei mora! Bom, mas eu achava melhor ela se afastar. Você não acha? Sua filha disse que é ela que pega na gente. Já não expliquei pra vocês uma situação assim tal que... [...] foi o no dia 16, eu tenho essa surpresa, que eu fui denunciada que chamaram o Conselho Tutelar. – **Safira**

O sujeito está vinculado a emoções, e as emoções constroem novos significados. A mãe enquanto sujeito, aciona emoções que foi enunciada diante de determinadas experiências,

construindo novo significado em si, e ao mesmo tempo, produzindo novos significados.

A vivência de seus próprios abusos sexuais, dado ao sofrimento vivido, diante as emoções dos abusos sexuais dos filhos, faz com que as mães lhe atribuam uma responsabilidade por uma conduta omissiva, por compreenderem que de alguma forma falharam no seu papel materno. É importante analisar que os significados negativos como o sentimento de culpa, quando o sujeito produz emoções a partir de sua própria experiência, influenciam fortemente sobre o seu novo significado, abrangendo a família e a sociedade.

Recordar é viver

A partir das experiências reveladas nos discursos das participantes veio à tona as vivências de seus próprios abusos, o qual Vygostky (2004) aborda como experiência histórica, social e duplicada. Esses conteúdos também foram acessados através da entrevista realizada que as fez recuperar essa experiência através das vivências subjetivas.

Durante as entrevistas com as participantes da pesquisa, no momento em que foi narrada a revelação da violência sexual perpetrada contra seus filhos no âmbito familiar, foram vivenciadas emoções jamais sentidas pela pesquisadora e mães, onde se envolveram numa atmosfera de emoções.

Pelo tema ser bastante angustiante e doloroso veio à tona os sentimentos guardados nos inconscientes mais profundos das participantes. Emoções que elas próprias desconheciam. Em todas as entrevistas com as mães que não denunciaram o abuso sexual, foi necessário à interrupção pela dor, choro, pausas, lembranças, raiva, culpa, vergonha, trauma e medo.

As emoções configuram um dos mais relevantes registros da subjetividade humana, sendo responsáveis por caracterizar o sujeito nas suas relações sociais, que se transformam em ações. Trata-se de algo constituído historicamente e culturalmente pelo sujeito, resultado do constante contato de suas relações sociais (Toassa, 2009).

Baseados na Teoria Histórico-Cultural, as emoções das participantes emergiram através de seus discursos que vão além de choros e silêncios, sendo identificadas a partir dos comportamentos emocionais que são apreendidos através dos tempos, gerações e

hereditariedade.

As mães que não denunciaram, tem peculiaridades diferentes do grupo de mães que denunciaram. O sujeito é produto do meio em que vive, por se constituir de fora para dentro.

Portanto, produto do contexto histórico-cultural, postulado pela perspectiva proferida por Vygotsky (1996), configura-se subsídios para compreender o sujeito estudado nesta pesquisa, as mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar que não denunciaram, por também terem vivenciado a violência sexual no âmbito familiar, repetindo o ciclo de violência multigeracional.

As emoções das mães omitentes, foram mais intensas que no primeiro grupo de mães que denunciaram o abuso sexual, tendo a pesquisadora se envolvido emocionalmente com as narrativas vivenciadas pelas mães, que também revelaram ser vítimas de abuso sexual intrafamiliar na infância e adolescência.

Notou-se, que as narrativas das participantes foram muito mais profundas durante as entrevistas, vindas à tona verdades ocultas que estavam veladas há tempos; do que as oitivas sobre detalhes de como se deu o abuso sexual, durante os atendimentos na delegacia.

Somente através dos “significados” da denúncia, foi possível revelar emoções que não estavam visíveis na aparência. Muitas vezes o próprio sujeito a desconhece, não se apropria da totalidade de suas vivências, não as articula.

[...] Eu cheguei na Depca porque eu fui pegar as crianças na creche eles não estavam, só tinha um bilhete apenas que meus filhos estavam nesse endereço, aí foi quando eu fui descobrir que era uma delegacia. Quando eu cheguei na delegacia, eu fui tratada como, como que eu posso dizer... como culpada, como se eu tivesse sendo um monstro pros meus filhos! Entende... aí moça eu sou muito sensível com isso! Porque eu fui acusada entende, porque aqui atrás, se você ler tem coisa aqui que diz que eu praticamente permitia, é porque tem uma parte que eu tava lendo que eu não tava ciente, que eu incentivava meus filhos a chamar a Belmira de pai. [...] Quando eu cheguei na Depca eu tenho a surpresa de que eu sou conivente, de tudo que aconteceu com o Breno e Bruna, que passaram por “estrupe” de vulnerável, eu não sabia nem o que era isso ainda [...] Aí foi assim... eu fui chamada na creche. Quando eu fui chamada na creche, a freira uma freira quase de 70 poucos anos, me chamou dizendo que a Bruna tinha chego na escola com as partes íntimas... aí ela foi me chamou atenção por que a Bruna tinha falado tinha chego na escola com as partes avermelhadas e doloridas. A Bruna tem um ácido úrico muito forte no xixi dela, então toda vez que ela fazia

xixi tem que ser lavada tinha que ser higienizada. Ela tinha 4 a 5 anos. [...] aí foi quando ela disse assim: - Boa mãe! o quê que acontece. A gente perguntou da Bruna porque que tava doendo e quem que pegava nela. Aí ela pegou e falou: papai Belmira. Quem é papai Belmira no jogo do bicho? Aí ela pega e fala né! : - que vive com a mamãe! Alguma coisa assim, ela fala do jeitinho dela, lá. [...] Falei: mas gente! é Belmira realmente que pega neles. Resumindo, eu não via eles quando eu saía e não via eles acordados quando eu retornava. A Bruna ficava é... assada, a gente passava talquinho, sumia tudinho. [...] Quando eu disse que eu não acreditava nisso, me chamaram de conivente. [...] Eu tenho essa surpresa, que eu fui denunciada que chamaram o conselho tutelar. Porque que chamaram o conselho tutelar? Pelo o que me falaram na época, porque o Breno apareceu com uma marca, por aqui assim e identificaram como marca de chupada e eles dois tanto eles como os outros que ficavam na creche, tinham esses hábitos de ficar se chupando, ficar fazendo isso aqui entendeu? Como até hoje eles têm e quando eles fazem, eu não deixo nem irem pra escola, porque eu confesso que eu me apavoro. Ai tá! [...] Quando eu cheguei na Depca, falaram pra mim que eu não tinha eu não podia ter acesso aos meninos, que eu não podia... essa conselheira aqui essa tal de conselheira, eu falo assim por que ela foi grossa comigo, conselheira, ela... os meninos não sabiam o que tavam acontecendo né, eles estavam numa salinha assim cheia de brinquedos, foi quando eu preciso ver os meninos, eu quero ver as crianças entendeu? Aí ela disse: não, você não vai ver as crianças! Mas por quê? Você é conivente, você é conivente que seus filhos estavam passando por “estrupe”. Falei meus filhos não estavam passando por “estrupe” gente. Aí foi quando eu peguei... eu disse cadê a Bruna, foi quando ela veio, ela... a Bruna sai de uma da salinha lá dá Depca né, da salinha de brinquedo e agarra nas minhas pernas, e diz pra mim, que... queria ir comigo, que queria ir, ficar comigo, foi quando essa conselheira veio e tirou ela da minha perna e disse que eles precisariam ir e levaram eles pro abrigo naquela noite né! Aí eu pedir pra ela calma, deixa colocar eles dentro do carro, não leva eles assim não, por favor. Ela disse: Não! Você não tem direito a nada. Nem de falar, nem de reclamar de nada! Ela pegou, arrancou mesmo, arrancou a Bruna das minhas pernas, que a Bruna tava atracada, e eles ficaram uma semana. - **Safira**

Quando foi ano passado, já ela chegou com a Benvinda³⁶ (minha companheira), ela falou pra Benvinda não foi pra mim! [...] Porque que ela não falou Safira? Por causa do meu jeito de falar de sobre pessoas que agem desse jeito entendeu! Gente o dia que fizerem isso com meu filho eu vou presa, mais essa pessoa feliz não fica não! - **Safira**

Que ela chegou com dores e sangrando um pouco na parte de trás. Aí ela falou pra (prima de 9 anos), aí a (prima de 9 anos) falou pra mãe dela: a Bella tá sentindo dor. Enfim, contou né. Aí ela fui pro quarto, conversou com ela, de início ela não queria dizer nada, aí eu foi conversando, deitou ela na cama e viu que tava! [...] Fiquei muito nervosa na hora [...] Mudou muito a vida dela, porque ela... tá traumatizada né, então acredito que com a visita do psicólogo ela possa melhorar! [...] Ela falou que desde os sete. Então eu acho que desde quando eu não consegui mais ver eles, desde a separação, ele... até uns três meses eu consegui. - **Rubi**

³⁶ Nome Fictício

Ah não prestou! Ele mexeu com a Bruna e eu não vou esconder de ti não preciso te falar. [...] Aí quando foi ela pegou e disse: mãe aconteceu assim, assim, assim. Meu Deus porque não falaram nada pra mim, porque a Bernadete³⁷... Mãe falaram que eu tive um sonho, e que quando eu descobrisse a verdade, que eu contasse pra senhora. Aí a Bernadete... eu liguei ainda pra Bernadete que é uma das tias que moram lá, a irmã né, porque que você não contou o que aconteceu com minha filha? – **Safira**

Eu fiquei em choque na hora em que minha filha conversou comigo, devido à gravidez, eu tentei ser mais forte, eu vou ser forte, porque isso, é uma coisa muito séria, eu não vou me abalar tanto assim porque minha filha precisa de mim. Aí eu conversei com ela, eu chorei junto com ela, o que aconteceu comigo devido isso. [...] Mas foi decepcionante saber de uma coisa disso que aconteceu com minha filha, mas graças a Deus não foi... eu fui no IML, eu vi que, não aconteceu nada por dentro né! Graças a Deus, porque se ela tivesse continuado lá, poderia ter sido até pior! – **Diamante**

Eu fiquei assim: porque a mente dela tava muito bagunçada, tava muito... ela chorava ao mesmo tempo falava, e dizia... e ficava com medo e às vezes ficava com medo de mim mesma. Mãe eu tenho medo de você que papai disse... – **Diamante**

As vozes referidas no processo dialógico que Bakhtin denominou polifonia ficaram evidentes nas narrativas dos sujeitos desta pesquisa. A polifonia foi reguladora quando as participantes se utilizaram de outras consciências bakhtinianas, para construir seus discursos, reproduzindo diálogos que existiam entre outras pessoas, que não elas, que foram mencionadas no contexto que estavam relatando.

Aí eu deitei ela, fui olhar nas partes íntimas dela não vi nada... igual... tá normal, aí eu falei: mas dói minha filha, ela fala: não mãe! mas como que é? Aí ela: só é a mão mesmo, a mãozinha ela fala. Ela ainda fazia, só a mãozinha, aí que me aliviou quando eu fui olhar, pra ver se tinha algo diferente nas partes íntimas dela, tavam tudo normal graças à Deus! - **Diamante**

Ela fala que ele abusou dela, do jeito dela, ela num. não sei nem como te explicar, que ela deixou fazer isso com ela e doía muito, que não era pra ela falar pra ninguém, senão ele ia preso! só isso! Que ela me contou, não sei se ela contou alguma coisa pra... – **Rubi**

Que ele tinha mesmo abusado dela. Aí quando ela me disse eu desmoronei né, tive até que chamar minha sobrinha pra me acompanhar. – **Rubi**

Aí tá. Foi quando a Benvinda chegou comigo: Safira tenho uma coisa pra te falar a Bruna parece que contou de tarde e à noite ela não conseguiu ela desenganchou comigo disse: Safira tenho negócio pra te contar. Falei o que foi? Sabe aquele cara marido daquela tal de Beth,

³⁷ Nome Fictício

Beth aquela que vocês chamam tia da Bruna, sim é o Bosco! Ele mexeu com a Bruna! Pelo amor de Deus! – **Safira**

Nos discursos das participantes ficou evidenciado que o seu sofrimento diante a revelação do abuso dos filhos refletiu vivência subjetiva, desencadeando sofrimento subjetivo, traduzidos em culpa por não terem evitado a violência sexual de seus filhos, lhes mobilizando de tal maneira, a rememorar as lembranças de seus próprios abusos no passado quando crianças ou adolescentes dados o sofrimento delas (Lima & Alberto, 2010).

Estudos de Morgado (2001a, 2001b) e Lima (2008), baseados nas reações maternas diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar praticado contra seus filhos, indicam que as mães resgatam memórias de sua própria história de violência do passado, onde também foi abusada sexualmente na sua infância ou adolescência.

O que chamou a atenção da pesquisadora foi algumas revelarem que muitas vezes preferiram não acreditar no que estava delineado na sua frente, na tentativa de não falhar na qualidade de mãe ideal, mas também numa tentativa de fugir das sensações e sentimentos vivenciados quando de sua própria vitimação. Deste modo, ao analisar as mães diante da experiência de repetição, percebeu-se que de alguma forma tentaram fugir dos sentimentos de negação advindos da sua vitimação.

Assim, ao analisar os resultados dos núcleos de significação analisados, consideraram-se emergentes ao revelar a materialidade discursiva, por revelar as vozes coletivas que atravessam o discurso, trazendo as experiências em que cada participante vivenciou em sua trajetória de vida ao relacionar-se com o coletivo.

Deste modo, foi possível através da Teoria Histórico-Cultural postulada por Vygostky (1991) compreender que estes processos estão relacionados aos processos anteriores de origem socioculturais, fazendo com que seja refletida no sujeito a materialização da sua consciência. Para Vygotsky, é através da materialização da consciência que poderá se compreender o comportamento humano.

Portanto, quando se conhece as experiências das mães participantes desta pesquisa, se acessa a consciência, conforme a teoria de Vygotsky (2004), não existe consciência sem uma experiência porque é a experiência quem determina a consciência.

4.4 Sobre o campo e seus desafios: o relato de um pai

Essa pesquisa direcionou estudar as mães de crianças e adolescentes abusados sexualmente no âmbito familiar, investigando os motivos pelos quais as mães não denunciaram o abuso sexual de seus filhos às autoridades competentes.

Participaram desta pesquisa 04 (quatro) mães que denunciaram o abuso sexual de seus filhos na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - Depca, que pela intensidade do tema em questão, muitas se recusaram a participar, por comparar o abuso sexual intrafamiliar como um acontecimento trágico, pela exposição da sua intimidade, passível de revitimização e sentimentos de culpa e vergonha.

Maior dificuldade teve a pesquisadora, para receber o aceite do convite das outras 04 (quatro) participantes que **não** denunciaram o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos.

Verificou-se certa resistência das que aceitaram participar da pesquisa e a negativa de muitas outras que não concordaram em participar, visto que, não demonstravam credibilidade na “polícia”, uma vez que não procuraram a delegacia para “denunciar” a ocorrência. Se sentem desconfortáveis, desacreditadas, culpadas e ameaçadas de responder criminalmente pelo abuso, devido sua omissão; temem ser indiciadas por conivência com o crime. Isso demonstra a falta de uma Rede de enfrentamento para estimular mães e familiares a “denunciar” o abusador, recebendo proteção e acolhimento no ante, durante e pós-denúncia.

Durante o desenvolvimento das entrevistas em campo, a pesquisadora se deparou com muita dificuldade para encontrar a quarta e última participante que não denunciou o abuso, para compor a quantidade de participantes previstas no projeto de pesquisa. Dessa forma, totalizou 03 (três) participantes do grupo que não denunciaram, tendo em vista não conseguir o aceite da quarta participante e por entender que estavam saturados e se repetiam os motivos pelos quais as mães participantes decidiram não denunciar o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos.

Ainda que, as histórias de vidas dessas mães terem as suas peculiaridades, verificou-se em suas narrativas, que todas vivenciaram o abuso sexual intrafamiliar na sua infância e que muitas vezes não compreendiam que aquilo se tratava de abuso sexual.

Apesar de a pesquisa estudar **mães**, pelas dificuldades da pesquisadora encontrar a quarta participante, entendeu ser interessante ouvir as narrativas de um pai que teve da mesma forma sua filha violentada sexualmente no âmbito familiar e que não denunciou o abuso da filha de form espontânea na DEPCA. Pois, nem sempre a mãe está presente para educar seus filhos desempenhando o imperioso atributo materno.

Dessa forma, na ausência da mãe, o pai assume esse papel, passando essa responsabilidade para um parente próximo quando impossibilitado de exercer.

Nesse contexto encontrou-se Topázio³⁸. Topázio é um pai de família que teve a sua filha de 8 anos de idade abusada sexualmente pelo seu pai (avô biológico da criança). Sua esposa faleceu quando a criança tinha 6 anos de idade, fazendo com que Topázio assumisse o papel de pai e mãe ao mesmo tempo.

Topázio – Tem 45 anos de idade, estudou até o 5º. Ano do ensino fundamental, trabalha como fretista, natural da cidade de Manacapuru -Am, viúvo há 2 anos. Tem quatro filhos com idades de 18 anos, 16 anos, 15 anos e 8 anos. Foi casado durante 10 anos com sua esposa, que faleceu aos 35 anos de idade, com ela teve uma filha de 8 anos de idade.

Sua esposa trabalhava fazendo faxina como diarista, ela estudou até o 1º ano do ensino médio. Tem uma renda familiar aproximada de R\$ 1.200,00 reduzida pela pandemia, recebeu o auxílio emergencial. Veio aos 25 anos de idade para Manaus ainda solteiro a procura de melhores condições de vida. Seus pais se separaram quando Topázio tinha 12 anos de idade e todo os 7 (sete) filhos ficaram com sua mãe.

A separação de seus pais foi motivada pela vontade de seu pai vir para Manaus em busca de melhorar sua qualidade de vida. Porém sua mãe não concordou e ficou resistente, devido ser natural do interior do município de Juruá, lugar pouco desenvolvido.

Lembra com tristeza sua infância muito difícil no interior do Estado. Ficava muito triste quando pedia alguma coisa pro seu pai e ele olhava e dizia que não tinha. Sua infância foi marcada por um acontecimento triste, quando estava arrancando mandioca, que era para

³⁸ Nome Fictício

fazer farinha, quando seu pai disse que quem conseguisse mais de um paneiro de mandioca iria ganhar um presente, quando ele viesse à Manaus e retornasse para Manacapuru. Conseguiu encher junto com sua irmã, sendo essa premiada com um vestido muito bonito.

Topázio recebeu uma enxada e um terçado como prêmio, que imediatamente recusou, jogou, e disse que não queria porque aquilo não era presente e sim trabalho. Isso marcou significativamente sua infância. Lembra que ficou feliz quando conheceu Manaus logo após a separação de seus pais. Veio passar 5 dias com ele, seu pai já tinha outra mulher e lhe presenteou com duas blusas e lhe deu a quantia de 45 Cruzeiros. Ao voltar para Manacapuru, lembra estar muito alegre com um sorriso de orelha a orelha.

Sua filha de 8 anos foi vítima de abuso sexual pelo seu pai (avô paterno da vítima) de 76 anos de idade, que é aposentado, mora só, não tem mulher, já foi violentado fisicamente por populares que quebraram sua cabeça, ficando internado vários dias no hospital, por ter sido acusado de abusar sexualmente uma adolescente de 15 anos. Topázio nunca foi abusado sexualmente.

Topázio não denunciou o abuso de sua filha de 8 anos, compareceu à Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA, após denúncia realizada pelo Conselho Tutelar.

Verificou-se que o pai está diante de um impasse, tendo que decidir sobre proteger sua filha, ou denunciar o abusador as autoridades competentes, por estar em conflito sua família de origem³⁹ e sua família constituída⁴⁰.

Constata-se que não somente as mães são envolvidas com fatores sócio-históricos que influenciam na sua tomada de decisão em omitir ou denunciar o abusador. Mas pais ou responsáveis, da mesma forma, são tomados por emoções diante de conflitos, onde sua decisão irá acarretar mudanças drásticas na dinâmica familiar com a divisão de opiniões entre os familiares.

³⁹ Família de origem - instituição social primária, sendo o agrupamento humano mais antigo, porque todo ser humano nasce em razão da família, associando-se com seus demais membros, fazendo parte dessa família como descendente. Nesse grupo estão (pai, mãe, irmão, tios, avós, etc...).

⁴⁰ Família constituída - constituída através de casamento, união estável ou outra forma, tendo descendentes ou não. Os ascendentes não fazem parte dessa família.

Constatou-se que através das narrativas de Topázio, que suas emoções são envolvidas de significados que de alguma forma não lhe capacitou a denunciar seu pai, pelo abuso sexual perpetrado contra sua filha.

Durante a entrevista, observaram-se reações com sentimentos semelhantes aos das mães estudadas. Topázio omitiu o abuso sexual, não procurou a rede de enfiamento, quando tinha o dever de proteger a filha e denunciar o abusador (seu pai). Está envolvido com emoções de culpa, vergonha, raiva, fracasso e medo. Desacredita no apoio efetivo da segurança pública e teme pelos impactos que a denúncia causará no âmbito familiar, por estar em jogo sua família de origem (sociedade primeira do indivíduo), implicando em toda sua história de vida.

Nas narrativas de Topázio é revelado um significado de desconfiança muito forte na segurança pública, equivalente aos relatos das mães omitentes, que não se dirigiram aos órgãos competentes para formalizar a denúncia sobre as violências perpetradas contra seus filhos.

A segurança que eu acho, rapaz para falar a verdade, Segurança Pública é... eu não tenho muito que falar não, ela tem muitas coisas boas né, mas tem muita também, muita... [...] Eu acho que pode melhorar tendo mais polícia na rua né, mas é... porque hoje não tem assim tipo... vamos supor, acontece uma briga no bairro desse, pode ver, tu não vê uma viatura descer ó, era para ter uma viatura pelo menos em meia em meia hora passar uma. E a gente não vê e quando passa só na principal, porque o certo, era para mandar assim entrar de vez em quando entrar nessas ruas assim que não tem quase nada assim ó, que é onde as coisas mais... [...] O que deve melhorar às vezes quando eu estou falando para senhora, assim... da pessoa ser tratado que nem um... uma pessoa com dignidade. Agora se a pessoa for culpada e tem alguma coisa que, que, que seja culpada, que pague pelos seus atos, tá entendendo. – **Topázio**

A partir do discurso de Topázio, depreende-se seu sofrimento mediante o atendimento recebido pelo Conselho Tutelar, se envolvendo em emoções ao reviver as experiências do seu atendimento. Narra que o tratamento dispensado, foi pior que de um criminoso, se sentiu julgado, condenado, humilhado e ofendido pelo órgão que esperava receber um atendimento condizente lhe prestando proteção.

Essas emoções motivadas a partir de um atendimento não especializado pelo Conselho Tutelar afetou psicologicamente o sujeito, que recebeu acusações de conivência com o crime, humilhação e violência.

[...] Foi o conselheiro, conselheiro, só que é como eu tô falando para senhora. O conselheiro é amigo do filho dela, lá da igreja lá. Foi por outro conselheiro não foi para o conselheiro do bairro, porque o tio dela são amigos. [...] Aí tá né, me disse tá bom né tudo bem, fui lá, aí ele (conselheiro) disse: não fica aí sentado, eu fiquei falando que eu vi tudinho e tal, aí tá, aí terminou, pronto, vamos resolver lá fora. Aí quando ela abriu a porta eu saí né, aí minha filha tava, foram coisando: sai fora, sai fora daqui, já foi agarrando a minha filha, assim, como se eu fosse um... o conselheiro que fez isso aí. Ele me tratou mal. Porque senão ele teria chegado comigo e dizia: Topázio o senhor me perdoe... eu fui tratado assim que nem um... assim que nem fosse um criminoso, tá entendendo, eu olhava para minha filha assim... Eu não gosto nem de me lembrar assim, porque eu começo a chorar, assim que eu... é... o tratamento assim que eu... quando eu cheguei em casa eu passei mal, eu não conseguia dormir, fui parar no hospital, assim lembrando sabe, assim lembrando, meu Deus, como é Senhor, eu não sou nenhum criminoso, como é que fizeram isso comigo? Aí eu comecei a orar, assim pedindo de Deus, Senhor eu não quero esse homem, eu queria que fosse outra pessoa, porque eu não vou suportar. Do jeito que ele me tratou, dele conversar comigo, eu não... eu não consigo me desabafar mais com ele. Porque do jeito que ele me tratou, Ele me tratou muito mal, assim que nem eu fosse assim tipo um animal, sei lá, um criminoso, um negócio... Isso foi que eu não gostei de jeito nenhum. Por isso que eu tava falando para senhora assim, eu disse assim: eu queria que fosse não da área assim, eu queria que acompanhasse todo caso. A senhora tá me entendendo? [...] Foi só ele mesmo, foi só o conselho, a outra equipe foi excelente. [...] Só que agora aqui fora eu fui tratado que nem... tipo um lixo entendeu, que ela ficou olhando, a própria minha filha ficou olhando para mim, chega que a lágrima dela escorreu e ela não podia chegar perto de mim. Eu não sabia nem o que estava acontecendo. A senhora tá entendendo, aquilo ali que eu não... Eu fiquei... Aí ele disse: olha... Sabe o que ele falou para mim, disse: pega as coisas tá sua filha, arrume as roupas, arrume tudo e amanhã eu quero tudinho lá. Eu quero que o senhor leve lá para casa dela, leve todos os documentos, “resistro”, para casa da irmã dela. Disse, olha eu quero que você pegue as coisas dela. [...] Pois é, aí quando terminou de lá, como eu tô falando para senhora, ele me tratou mal de uma parte aqui, da outra parte, ele disse assim, não terminou tudinho, ele disse: olha eu quero que você pegue as roupas da Brithney⁴¹, eu quero que você pegue tudo, tudo quanto é dela, documento tudo original entregue para irmã dela, ou você quer entregar por bem ou você quer que eu leve a polícia e vai junto comigo e você pega. Aí eu fiquei... a atitude que eu não gostei foi dessa daí, porque ele tava coisando assim como se ele fosse o juiz, como se ele fosse sei lá, um... [...] para melhorar só se eu tô lhe falando a pessoa tem que ser tratado como, como uma pessoa normal né, assim que que todo mundo é cristão né, a gente é, vamos supor, teve esse fato, errou, mas também tem que chegar... às vezes até bandido, quando pegam ele, ele não é tratado do jeito que eu fui tratado lá, eu me senti muito, muito humilhado. Bandido pegam ele, algema ele aqui, bota ele lá no camburão e pronto e lá fica quieto, só vai coisar quando... a minha coisa que foi na frente da minha filha. Ele deveria chegar comigo dizer: Seo Topázio... é só isso mesmo. –

Topázio

Verifica-se que os sentimentos revelados pelo sujeito se mostram com marcas de

⁴¹ Nome Fictício

violências perpetradas pelo conselheiro tutelar, acionando emoções de sofrimento, cumulado com humilhação, percebendo-se que sua dor, foi tão forte, quanto à própria revelação do abuso da filha.

Em contrapartida, Topázio relata ter recebido um tratamento acolhedor pela equipe da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente – Depca.

Eu gostei, no tratamento da delegacia também, lá tudinho, no depoimento, entendeu, me trataram bem, até pela psicóloga lá que eu conversei também né, me tratou bem – **Topázio**

Verifica-se que essa experiência gerou níveis de consciência, sinalizando para a importância de um atendimento especializado e humanizado de modo a atenuar o sofrimento causado pela violência.

Desvela-se a importância do apoio familiar para amenizar a dor de pais e filhos que vivenciam a violência sexual intrafamiliar. Topázio em suas narrativas relata com tristeza, que durante a revelação do abuso sexual de sua filha, foi negligenciado pela sua família que expôs sua imagem e de sua filha nas redes sociais, quando esperava apoio de seus familiares.

Na verdade, ainda não sei, não sei direito. Só que a minha sobrinha falou que foi isso aí. Aí tá né, quando chegou à noite, chama a sobrinha dela aqui Da... do marido dela, aí ficou ouvindo toda a conversa, aí já foi botando no Face, foi feito aquela desgraça só. Aí não deixou nem eu falar com a irmã dela. Aí a família foi vendo no Face e começou mandando mensagem O que tava acontecendo, aí eu... Meu Deus do céu. [...] Aí quando eu cheguei na delegacia, aí... ela veio ela, conselheiro, eu tava lá dentro lá aí eu escutei a confusão lá. Eu não sei o que e tal. Irmão dela, o irmão da Brithney. Ah eu não sei o que tal, cadê a menina e tal e aquele negócio tudinho né, eu só sei que o policial foi lá dentro, abriu a porta e disse: olha tá uma confusão doida aí fora. O que é? Não, é a família da menina aí. [...] quando eu saí daqui, eu sair daqui sabendo da história, quando eu cheguei lá na delegacia já foi outra. Aqui quando eu cheguei aqui né, aí ela entrou dentro de casa né, aí a outra minha sobrinha não demorou e entrou né, aí ela viu papai abraçando ela. Só que quando ela viu que ela estava sozinha, ela correu: Brithney o que que tu tá fazendo? Aí ela saiu né. – **Topázio**

A família fica dividida na hipótese de acreditar que o abusador seja capaz de violentar crianças da família. Apresenta-se como pessoa de confiança, passando credibilidade. No momento da revelação, se mostra vítima da situação, se humilhando, pondo sua cabeça na forca, com o objetivo de confundir opiniões entre familiares. Essa dúvida, fez com que Topázio não denunciasse o abusador para os órgãos competentes, da mesma forma que mães omitentes não denunciaram, pelas artemanhas do abusador e por ser membro da família.

[...] Ninguém acreditou. Ninguém, mas todo mundo imprensou ele. Chegou meu irmão, “peguemos” ele assim, fizemos a roda nós irmãos tudinho. Pois é, mas ele ficou, ele chorava que nem uma criança ele, e dizia que ele não tinha feito isso, ele não tinha...ele tinha abraçado ela, justamente ele disse que tinha abraçado ela, mas que ele não fez mais nada. Foi na minha casa aqui atrás. Aqui do lado, aqui do lado. Ele disse que não fez nada, ele chorou ele disse: olha se quiserem fazer comigo, pode fazerem. Que ele achou assim que nós ia fazer assim alguma coisa com ele. Ele disse: pode fazerem. Ele ficou chorando. Mas eu não fiz nada, com a tua filha e eu não fiz. – **Topázio**

A dúvida contribui para que Topázio não denuncie por desacreditar na possibilidade de ter havido de fato o abuso sexual de seu pai contra sua filha. Quando os pais “não denunciam”, as vítimas ficam mais vulneráveis perante os abusadores que intensificam sua violência sexual.

Aí foi quando a Barbie⁴² (irmã da vítima) ligou para mim falou: Topázio o que que tá acontecendo com a minha irmã? É verdade isso que tá acontecendo? Eu disse: Barbie, Eu não sei ainda, tá entendendo? Não, mas se for, eu não sei o quê, tu não vai toma vai tomar nenhuma Providência? Barbie, eu sou o pai dela, eu vou tomar providência. Só que ela correu na minha frente. Quando amanheceu o dia, ela chegou primeiro na delegacia ela que fez o B.O. – **Topázio**

Não, não veio. Não passou nenhum, nada, nada pela minha cabeça, que sempre quando ele chegava aqui, ela... porque a Brithney ela é muito carinhosa, a Brithney às vezes eu tô aqui, às vezes ela chega, ela vem assim, Ela vem e abraça a pessoa. Ela disse: pai tu sabe que eu te amo, ela me abraça assim, beija... qualquer uma pessoa que deu um carinho para ela assim, ela é carente, vamos supor, a senhora tá aqui, ela vai chegar e vai ficar ouvindo, ela vai dizer assim, olhar para senhora e dizer: posso te dar um abraço? – **Topázio**

Verificam-se nas narrativas de Topázio, as emoções de carinho e afeto pela filha, através da sua consciência subjetiva, atuando o vínculo materno pela ausência da mãe da criança.

Topázio se contradiz em seu discurso quando afirma que não acredita que o seu próprio pai de 76 anos, tenha abusado sexualmente sua filha de 8 anos de idade, dentro de sua própria casa. Inicialmente diz não acreditar que ele fosse capaz de fazer isso com sua filha. Noutro momento afirma ter receio de deixar a criança sozinha perto dele. Deste modo, identifica-se um discurso contraditório.

Eu não acredito não. Eu não acredito. Eu não acreditei. Não caiu assim a ficha em mim né. [...] não! De, de assim, do que falam, de que

⁴² Nome Fictício

abraçaram ela, eu acredito. Isso que eu falo para senhora de ter abraçado, de... porque olha... às vezes eu fico pensando, de ter muito velho enxerido, assim, velho que eu digo assim de 70, 80 anos, eu acho que a senhora vem muito esses casos acontecer né, e a senhora sabe que deve, eu não sei o que que dá na cabeça dele, às vezes eu fico pensando até como eu chego. [...] Eu consegui relatar só com ela aqui (aponta para irmã), porque eu assim, eu não consigo tá entendendo, para não mexer com o... ela revive. [...] O que ela chegou a relatar. Não porque ela falou foi isso aí, que o papai tinha ido dar um abraço nela, ela disse não pai, vovô me deu um abraço, eu pedi um abraço dele, eu fui dei um abraço nele, aí que ele chegou, aí na hora que ela chegou até me assustei. [...] Olha, para te falar a verdade eu... é uma coisa que eu... eu fico pensando assim... ela pode até tá falando a verdade, mas é uma coisa que eu não sei, eu não consigo acreditar, a senhora tá entendendo, assim fica entre os dois, a senhora tá entendendo, eu tô assim, eu não sei, eu assim, com a cabeça porque... se ele já fosse acostumado a fazer isso aí, aí eu acreditava tá entendendo, porque eu nunca tinha visto. - **Topázio**

Eu ficava, mas eu não falava para ele assim. Eu dizia pai eu não quero, eu conversava com ele eu não quero, porque a Brithney é muito carinhosa, eu não quero o senhor ficar sozinho com ela. Ele dizia: rapaz, mas... tu tá pensando, tu tá ficando doído. Não papai pra evitar, evitar muitas coisas. Tem a família, tem um bocado de gente, o que pode ser uma coisa é tão... a coisa, a pessoa chegam e já... [...] É porque como eu estou dizendo assim para senhora, que toda, assim, quando chegar nessa idade, eu já vi muitos casos de velhinho de já ser enxerido. É por isso que eu... a senhora tá entendendo, que a maioria, a maioria, quase todas as pessoas da idade dele é assim, a senhora já viu esses casos. Às vezes eu fico observando no trabalho, olha tem velhinho aí gente dia 60, 70 anos que só gosta de menina, eu tô cansado de ver. É doença. A Brithney não tem nada. E essa aqui, ela fica direto, ele nunca foi com enxerimento com ela e a de 15, é isso é que eu fico... Eu digo, poxa se fosse alguma coisa de... [...] Olha de mexer com menina assim nova na rua, ele me mexia. Menina de 15 anos, de 17 anos, ele mexia. Até teve até um caso ali em cima lá né, que teve uma confusão danada, aí um galeroso lá, porque lá em cima tem uma boca, aí ele tava mexendo, sei que ele estava mexendo com a menina lá, eu sei que eles pegaram e vieram com ele, cassetaram, largaram o pau na cabeça dele aqui ó. Mano quase ele morre, passou um bocado de tempo no hospital. [...] tinha uns 15, 16 mais ou menos. Ele sempre olha para as meninas que não passam na rua, aí às vezes as pessoas assim oferecem dinheiro, eu digo porque eu tô cansado de ver muitos fazerem isso aí, entendeu. -

Topázio

Da mesma forma que todas as mães participantes desta pesquisa (mães denunciantes e omitentes), Topázio enuncia sentimentos de culpa pela violência sexual intrafamiliar perpetrada contra sua filha, trazendo na sua subjetividade, que de alguma forma podia evitar.

Às vezes eu sinto, eu me sinto, às vezes eu me sinto culpado assim por causa do meu trabalho tá entendendo. Assim no meu trabalho, porque eu vou embora para o meu trabalho e eu sei que o nosso filho nessa idade aí ela não é quieta, ela não fica quieta. Às vezes ela quer

tá brincando, que minha casa é bem aqui do lado né, aí ela tá aqui, aí quando a minha irmã mal se descuida ela, ela, aí quando ela olha ela disse Brithney, aí é que ela vem, a senhora tá entendendo. Aí aquilo ali é que eu às vezes, nesse dia, como a senhora tá falando assim, eu até me sinto assim um pouco culpado, eu deveria ter trancado o portão, o portão lá de casa também, assim viu na minha cabeça né. Eu disse meu Deus eu deveria ter trancado assim, podia ter evitado. [...] eu não queria que acontecesse isso aí. Com Ninguém né, com ninguém dá família. Aí eu fiquei né... – **Topázio**

Analizou-se através das narrativas de Topázio que a decisão de denunciar o abuso sexual intrafamiliar de seu filho (a), vai muito além da comunicação para os órgãos competentes. A mãe ou pai está diante de uma decisão complexa que impactará em outras áreas de suas vidas.

Quando o abusador faz parte da sua família de origem, os pais estão intimamente arraigados às experiências e vivências sócio-histórica por fazer parte de sua vida, se sentem de certa forma subordinados através do patriarcado, hierarquia, respeito, religião e outros valores intrínsecos a sua história de vida, se sentindo incapacitados para enfrentar.

Deste modo, optam em resolver no âmbito familiar, para não se indisporerem com a família, nem serem acusados pela punição do abusador.

A incredibilidade na Segurança Pública, cumulada pelo atendimento despreparado de profissionais é fator inibidor para estimular a denúncia, contribuindo para que pai acione sentimentos de negação, diante a necessidade de novos atendimentos, não se dirigindo a polícia, gerando ciclos de violências.

5 MOTIVAÇÕES E INQUIETAÇÕES

A (in) existência da rede de enfrentamento às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar em Manaus.

Para compreender o panorama da rede de enfrentamento às mães de vítimas de violência sexual intrafamiliar, realizou-se uma visita no Centro de Referência e Apoio à Mulher – CREAM, para verificar quais tipos de atendimentos são estendidos às mães de vítimas de abuso sexual. Foi informado que não há atendimento específico para as mães de vítimas, que os atendimentos são voltados às mulheres vítimas de violência doméstica.

No CREAM encaminharam a pesquisadora para fazer um pedido formal à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, solicitando informações referentes aos procedimentos nos atendimentos às mulheres vítimas de violência, para verificar a existência de serviços específicos para atendimento e enfrentamento às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar (APÊNDICE D).

O Despacho da Coordenação de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – Rede Mulher, em resposta ao protocolo 3125.3324.2019 (ANEXO 5), descreveu a estrutura da Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres em situação de violência, e os serviços de atendimento, sendo eles:

- a) Serviço de Apoio Emergencial À Mulher (Sapem)
- b) Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante
- c) Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CREAM)
- d) Serviço de Atendimento Itinerante À Mulher do Campo e da Floresta
- e) Alerta Mulher

A prestação dos serviços se dá em forma de rede de atendimento que “faz referência em conjunto de ações e serviços de diferentes setores em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde, que visam à ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e a integralidade e “humanização do atendimento” (SEV/SPM/PR, 2011).

Dessa forma, o SAPEM, como atendimento emergencial, funciona como porta de entrada para a mulher em situação de violência, em um trabalho conjunto com as Delegacias Especializadas em Crime Contra a Mulher. O serviço oferece atendimento social, psicológico e jurídico. Quando identificada situação de ameaça iminente de morte à mulher é encaminhada para Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante ou para o CREAM.

A Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante atua como Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de filhos/as). (Resolução CNAS n°. 109/209) com o objetivo de garantir a integridade física e emocional das mulheres; auxiliar o processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima, podendo permanecer no período de 90 a 180 dias em caráter sigiloso. Oferece atendimento social, psicológico e pedagógico, que realiza seu desligamento, preferencialmente após deferimento das Medidas Protetivas de Urgência e Notificação do Agressor, e encaminhamento para o Cream para acompanhamento.

O CREAM é estrutura essencial do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meios de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Exerce o papel de articulador dos serviços de organismos governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. Dentre as atividades desenvolvidas tem-se: Aconselhamento em momentos de crises, Atendimento psicossocial, Aconselhamento e acompanhamento jurídico, Atividades de prevenção e articulação da rede de atendimento local. O Centro integra no mesmo prédio com serviços do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública, que fornece atendimento jurídico com ingresso de ações na área cível e criminal e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, com cursos técnicos de qualificação profissional para as mulheres. O desligamento do serviço de atendimento especializado somente se dá quando verificada a superação da situação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação da mulher.

Quando há decisão da mulher pela reconciliação, manutenção de relação afetiva

realiza-se encaminhamento para o Serviço de Educação e Responsabilização do Agressor (SARE) para atendimento ao agressor (ou suposto) e/ou o atendimento do casal.

Através deste levantamento, identificou-se que não há Rede de enfrentamento voltada para acolher mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Há a Rede de enfrentamento com equipe multidisciplinar para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, não sendo aquelas contempladas, por não serem vítimas diretas. Portanto, inexistente protocolo de atendimento para acolhimento psicológico que ampare as mães lhe capacitando a denunciar, nem acolhimento durante e pós-denúncia.

Frente a esse panorama, apresentamos a análise da experiência da denúncia entre as mulheres interlocutoras da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Através deste estudo qualitativo a pesquisadora reafirma seus objetivos e faz uma síntese de suas pretensões e do que foi atingido durante sua investigação.

A violência sexual intrafamiliar é um crime cruel e complexo, por ser cometido no âmbito familiar contra crianças e adolescentes, ocasionando traumas, culpa, vergonha, medo, julgamentos, preconceitos sociais, pondo a família em divisões de opiniões, acarretando mudanças drásticas na dinâmica familiar. Tem maior incidência que a violência sexual extrafamiliar, pelo fato do abusador está inserido na família facilitando o cometimento do crime, sendo a vítima muitas vezes desacreditada por todos.

A pesquisa estudou a violência negligenciada às mães de vítimas de abusos sexuais intrafamiliares na cidade de Manaus pelos órgãos da Segurança Pública, que não disponibilizam atendimento as mães no ante, durante e pós-denúncia, de modo que lhe empodere para o enfrentamento, no acolhimento e condução de seus filhos durante todo o processo.

Identificou-se que essas produções de pesquisa estão concentradas no campo da Psicologia e Serviço Social, sendo pouco estudadas no campo da Segurança Pública, onde se concluiu que a mãe é peça fundamental nesse processo, onde reviveram suas próprias experiências de abuso sexual diante a revelação do abuso de seus filhos.

Essa pesquisa é original na cidade de Manaus, onde se constatou que as mães reagiram diante a revelação do abuso sexual de seus filhos, revivendo experiências de seus próprios abusos sexuais na infância e adolescência, vindo à tona sentimentos de negação que lhe incapacitam de denunciar, agravada pela inexistência de uma rede de enfrentamento com pessoal habilitado.

Dessa forma, pretende-se empoderar esse grupo através de uma Rede de enfrentamento específica, com profissionais capacitados, de modo que estimule a mãe a denunciar, lhe dando suporte no ante, durante e pós-denúncia. Quanto mais as mães estiverem protegidas, menos violências seus filhos irão sofrer.

Para responder o problema desta pesquisa, foi proposto, um conjunto de questões

norteadoras, ressaltando que há especificidades dos “significados” das mães que omitiram, comunicaram ou retardaram a denúncia cuja gênese remonta a fatores sociodemográficos, vivências emocionais marcadas por situações semelhantes de abuso sexual intrafamiliar, com sentimentos de abandono, raiva, culpa, vergonha e medo.

As respostas às questões norteadoras suscitadas por este estudo, ao problema elencado, serão respondidas a seguir, com os objetivos propostos alcançados.

Os estudos apontaram que através da aplicação de medidas preventivas no enfrentamento e empoderamento dessas mães, poderá implicar na redução dos índices de abuso sexual infantojuvenil, mediante a criação e implementação de uma Rede de enfrentamento para mães e familiares, articulada com os órgãos da Segurança Pública, Assistência Social, Educação, Saúde, Judiciário e Ministério Público, cabendo ao poder público, desenvolver formas de cooperação entre as instituições, dando subsídio no enfrentamento e empoderamento para a mãe e familiares denunciar o abuso sexual de seus filhos.

Identificou-se que em regra a família fica envolvida diante o abuso sexual intrafamiliar perpetrado contra crianças ou adolescentes. A mãe está intimamente envolvida, reagindo reflexivamente emoções positivas e/ou negativas através dos sentimentos dos filhos, por ser a pessoa mais próxima dos vitimados, sendo alguém que vivencia a situação com altas doses de sofrimento.

As mães estudadas enunciaram emoções diante o abuso sexual de seus filhos, como um acontecimento trágico, desenvolvendo sentimentos de culpa, medo, vergonha, sofrimento.

Portanto, concluem-se que a mãe é vítima mediata, por carregar uma carga emocional muito forte, sendo diretamente afetado com a violência sexual dos filhos, que impactará em toda sua história, causando prejuízos em todas as áreas da sua vida, comprometendo seu relacionamento conjugal, família, saúde, trabalho, relações sociais dentre outros.

A mãe é peça fundamental nesse processo. O seu empoderamento por parte do Estado com a criação de uma Rede de enfrentamento que lhe capacite a denunciar a violência sexual perpetrada contra seus filhos influenciará na redução do ciclo da violência, a partir do conhecimento de seus direitos e das vítimas.

Deste modo, a mãe empoderada terá capacidade de orientá-los de possíveis abusos sexuais, identificando mudanças no comportamento, de modo a construir diferentes formas de cuidar e ser cuidada.

Percebeu-se de forma inequívoca, através das vozes das participantes, que ao tomar conhecimento da violência sexual intrafamiliar contra seus filhos, reviveram na sua consciência subjetiva as experiências vivenciadas de seus próprios abusos sexuais na infância. A mãe fica incapacitada de denunciar o abusador, por está diante de um problema complexo, onde a sua decisão em denunciar ou omitir, acarretará mudanças drásticas na sua dinâmica familiar. Por vezes omite a violência, acreditando ser capaz de proteger seus filhos sem a ajuda dos órgãos que podem lhe prestar auxílio.

Cabe destacar, no entanto, que o Estado coercitivo por vezes, pune a mãe ao imputar participação no crime por sua omissão, respondendo nos casos em que tinha conhecimento e não comunicou o abuso sexual espontaneamente aos órgãos competentes. Porém, em contrapartida, o Estado não lhe dá subsídios para enfrentar as consequências após a denúncia, sendo que, na maioria das vezes, as mães dependem economicamente e emocionalmente do agressor.

Através das análises das narrativas das participantes, foi possível responder ao problema da pesquisa inicialmente suscitado, onde se questionava o por quê das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, se omitirem ou retardarem a denunciar o agressor. Foi evidenciado que há especificidades dos significados sobre a “denúncia” das mães que denunciaram e das mães que omitiram o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos.

A pesquisa teve como objetivo compreender os significados sobre a “denúncia” das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Para desvelar esses significados, foi construído um corpus de análise de dados enunciados através de entrevistas semiestruturadas com as participantes.

Acreditamos importante ressaltar neste estudo, o lugar, a análise sócio-histórico dos sujeitos do fenômeno investigado, com um referencial teórico baseado na perspectiva histórico cultural, onde se apresenta a categoria de “significados” e os conceitos sobre violência, abuso sexual, família, violência multigeracional e a violência intrafamiliar,

perfazendo um percurso histórico para uma compreensão, comunicação, a socialização das experiências das construções sócio-culturais das mães estudadas compartilhadas numa comunidade.

Abaixo segue quadro comparativo das Mães Denunciadoras e Mães que não denunciaram, evidenciando as especificidades entre as mães que denunciaram e as mães que omitiram o abuso sexual intrafamiliar.

	Mães que denunciaram	Mães que não denunciaram
Mães sofreram abusos sexuais na infância	Sim - Jade Não - Ametista, Esmeralda, Ágata	Sim - Todas
Mães foram desacreditadas pelos familiares em seus abusos sofridos na infância (das que foram violentadas)	Sim - Todas	Sim - Todas
Mães reviveram sentimentos de seus abusos com a revelação dos abusos de seus filhos (das que foram violentadas)	Sim - Jade	Sim - Todas
Mães abusadas reconheceram que aqueles toques em seu corpo era abuso	Não - Todas	Não - Todas
Existência de ciclo de violência sexual multigeracional	Sim - Ágata e Jade Não - Ametista e Esmeralda	Sim - Todas
Conseguiram quebrar o ciclo de violência multigeracional	Sim - Ágata e Jade	Não - Todas
Estavam atentas em orientar seus filhos sobre violências sexuais	Sim - Esmeralda, Ágata e Jade Não - Ametista	Sim - Todas
Obsevaram mudanças no comportamento de seus filhos	Sim - Esmeralda, Ágata e Jade Não - Ametista	Sim - Todas
Grau de escolaridade interfere para a tomada de decisão em denunciar	Ens. Médio Completo - Esmeralda Ens. Fundamental - Ametista Nível Superior - Ágata e Jade	Ens. Médio Completo - Safira Ens. Fundamental - Diamante e Rubi
Conheciam a DEPCA	Sim - Jade Não - Ágata, Ametista e Esmeralda	Não - Todas
Sentiram culpa pelos abusos dos filhos	Sim - Todas	Sim - Todas
Acreditaram nos filhos sobre a violência sexual intrafamiliar	Sim - Todas	Sim - Diamante e Rubi Teve dúvidas - Safira
Abuso sexual dos filhos como vingança para as mães	Sim - Esmeralda	Sim - Diamante e Rubi
Objetivo da denúncia	Proteger filhos - Ágata e Jade Proteger filhos e punir abusador - Ametista e Esmeralda	Não denunciaram
Familiares protegeram o abusador	Sim - Ágata e Jade Não - Ametista e Esmeralda	Sim - Rubi, Diamante e Safira

Situação econômica contribuiu para o abuso dos filhos	Sim - Ametista e Esmeralda Não - Ágata e Jade	Sim - Rubi, Diamante e Safira
Fizeram a denúncia espontaneamente	Sim - Todas	Não - Todas
Credibilidade na Segurança Pública	Sim - Esmeralda, Ametista e Jade Não - Ágata	Sim - Rubi e Diamante Não - Safira
Credibilidade na polícia ostensiva	Sim - Ametista e Jade Não - Ágata, Esmeralda	Sim - Diamante Não - Safira e Rubi
Credibilidade na Depca	Sim - Todas	Sim - Rubi e Diamante Não - Safira
Tiveram novo relacionamento conjugal após o abuso dos filhos	Não - Ágata e Jade	Sim - Todas
Filhos residiam com a mãe quando violentados sexualmente	Sim - Ametista e Jade Não - Esmeralda e Ágata	Não - Todas
Mães sofreram violência doméstica pelo abusador	Não - Ágata, Ametista e Jade Sim - Esmeralda	Sim - Rubi e Diamante Não - Safira
Abusador quer ficar com a posse da vítima	Sim - Esmeralda Não - Ágata, Ametista e Jade	Sim - Todas
Média de idades dos filhos abusados	10,1 anos ($5 \leq 13$)	5,3 anos ($3 \leq 8$)
Abusador também sofreu abuso sexual na infância ou adolescência	Sim - Ágata Não soberam informar – Jade, Ametista e Esmeralda	Sim – Diamante Não soberam informar – Safira e Rubi
Avaliação do Conselho Tutelar	Nenhuma foi atendida pelo Conselho Tutelar (Prejudicado)	Ruim - Todas
Satisfação no atendimento recebido na DEPCA	Ágata não foi atendida Sim - Ametista e Jade Não - Esmeralda	Sim - Diamante e Rubi Não - Safira

Esse estudo em profundidade se sustenta nos dados qualitativos através das entrevistas semiestruturadas com as participantes, que apontam as questões importantes na produção da violência como fenômeno social, para se pensar ações, avaliar políticas públicas no campo de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil, possibilidades de aprimoramento dessa rede, criação da rede de proteção às mães e familiares.

Mesmo sendo possível analisar os dados quantitativos, essa pesquisa se aprofundou nas narrativas das participantes apontando dados qualitativos.

Durante as análises dos dados, buscou-se identificar as atribuições de significados do objeto estudado. Foi possível identificar as redes de significados sobre a “denúncia” das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, através dos métodos utilizados na pesquisa que se mostraram eficientes.

Sobre desvelar as motivações e inquietações que interferem na tomada de decisão

sobre denunciar a pessoa perpetradora do abuso sexual intrafamiliar ou omitir-se, considera-se que há especificidades dos significados sobre a “denúncia” das mães que denunciaram e das mães que omitiram o abuso sexual intrafamiliar de seus filhos.

As participantes reviveram sentimentos de seus próprios abusos diante a revelação dos abusos de seus filhos, vindo à tona sentimentos guardados nos seus inconscientes mais profundos. Desencadearam sentimentos de culpa, medo, vergonha e traumas que de alguma forma interferiu negativamente na sua tomada de decisão.

Confirma-se que o comportamento das crianças abusadas sexualmente e a revelação está associada à forma com que as mães conseguem lidar com essa situação e à capacidade de prover suporte emocional às suas crianças, se sentindo mais seguras para enfrentar todo o percurso pós-denúncia.

No estudo fica cristalino que as mães violentadas sexualmente no seio familiar, foram desacreditadas pela família, tendo em um caso a convivência de sua própria mãe que tirou sua roupa e lhe ofereceu para o seu companheiro praticar crimes sexuais durante o uso de entorpecentes pelo casal.

Revelou-se que a falta de conhecimento das mães contribuiu influenciando na sua tomada de decisão em realizar a denúncia. As mães com maior nível de escolaridade foram as mães que realizaram a denúncia de forma espontânea na delegacia – DEPCA, enquanto as que têm menor nível de escolaridade não denunciaram. A vulnerabilidade familiar e social é fator facilitador dessa situação que expõe crianças e adolescentes a riscos incontáveis de abuso sexual intrafamiliar.

A pesquisa confirma que a informação, conhecimento, grau de escolaridade são imprescindíveis para romper o ciclo de violência sexual intrafamiliar.

Uma participante narrou: quando eu faço a denúncia, minha filha pode ser a última vítima. A participante Jade acredita que o fato de também ter sido vítima de abuso sexual na infância contribuiu para proteger sua filha e encorajar para denunciar.

As mães em sua maioria, dos dois grupos (denunciantes e omitentes), acreditaram em seus filhos ao relatarem sobre a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, tendo apenas uma participante do grupo das mães omitentes que teceu dúvidas.

Das 04 (quatro) participantes que realizaram a denúncia, todas foram motivadas com o objetivo principal de proteger seus filhos. Duas realizaram a denúncia com o objetivo secundário de punir o abusador, enquanto outras duas, não deram continuidade nos procedimentos por não terem interesse na punição do agressor, evitando mais conflitos familiares.

Nos dois grupos de mães (denunciantes e omitentes) a maioria estava atenta em observar as violências sexuais contra seus filhos, identificando mudanças nos comportamentos das crianças e adolescentes. Somente uma participante denunciante não ficou vigilante e não reconheceu a mudança de comportamento da filha que estava grávida aos 13 anos de idade, provocada pelo estupro de vulnerável consumado pelo tio.

Deve-se ter cuidado com os dados estatísticos. Segundo o boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da saúde foi divulgado que no Brasil no período de 2011 a 2018 foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, mas acredita-se que muitos casos não tenham sido notificados.

A pesquisa revelou que as mães que não denunciaram os abusos sofridos, seus filhos tinham em média 5,3 anos de idade ($3 \leq 8$) anos de idade. As mães que denunciaram, seus filhos tinham em média 10,1 anos de idade ($5 \leq 13$) anos de idade.

Deste modo, conclui-se que mães de crianças abusadas sexualmente no âmbito familiar denunciam menos que as mães de adolescentes. Esse fato pode ser efeito da subnotificação, pelo fato de crianças não compreenderem que toques íntimos em seu corpo se tratam de violência sexual, ficando o crime oculto e pela descredibilidade das mães nos seus relatos. A subnotificação contribui para o ciclo de violências

Crime de difícil identificação se agrava porque as vítimas quando crianças não se identificam, não se consideram vítimas pela falta de compreensão, gerando dificuldades para

reprimir esses crimes em nosso país. As mães que também foram vítimas de abuso sexual quando crianças, revelaram que não compreendiam que aqueles toques em seus corpos, tratava-se de violência sexual.

O fator econômico foi demonstrado como facilitador do ciclo de violência sexual intrafamiliar. Ficou cristalino que quanto maior as dificuldades financeiras das famílias, mais vulneráveis as vítimas se tornam.

A dependência financeira submete familiares hipossuficientes a receber ajuda de abusadores que se aproveitam dessas oportunidades para ganhar confiança e posteriormente violentar crianças e adolescentes.

É recorrente, pelas dificuldades financeiras que se encontram, pais permitirem que seus filhos passem um determinado período de tempo hospedado na residência de familiares, sendo uma forma de reduzir os custos com a manutenção dos filhos. Porém, são nesses momentos em que os perpetradores se aproveitam dos momentos de vulnerabilidade das vítimas para o cometimento dos crimes sexuais.

Das mães pesquisadas, a maioria não pôde ficar com seus filhos após a sua separação conjugal, devido às precárias situações financeiras nas quais se encontravam. Não tendo outra alternativa, tiveram que deixar seus filhos com outros familiares ou com o próprio abusador, onde foi perpetrada a violência sexual contra seus filhos.

A pandemia da Covid-19 foi identificada como fator que impactou no aumento da violência sexual intrafamiliar, devido ao público infantojuvenil não frequentar a escola durante essa época, local onde lhe era oferecido pelo menos uma refeição diária.

Nesse período, algumas crianças e adolescentes tiveram que se deslocar para residências de parentes próximos, para equilibrar as despesas financeiras da família. Fato que ocorreu com a filha de Ametista que engravidou do marido da tia quando foi passar o período do recesso escolar no tempo da pandemia na residência do abusador.

Outros episódios foram identificados, onde o poder econômico foi evidenciado como facilitador das práticas de violências sexuais contra crianças e adolescentes. Casos em que abusadores são parentes que costumam ajudar a família com dinheiro, ranchos, presentes,

sempre se mostrando uma pessoa caridosa, mas seu foco é ganhar confiança para em seguida satisfazer seus desejos sexuais contra as vítimas.

A família ficou dividida em acreditar nas vítimas abusadas ou em acreditar na inocência do abusador. As famílias de duas mães denunciantes acreditaram nas vítimas; as famílias das duas outras mães não acreditaram. As famílias de todas as mães omitentes descreditaram nas vítimas, tendo alguns familiares protegido o abusador.

As mães estudadas revelaram que sofreram violências domésticas por seus companheiros (abusadores). Uma mãe denunciante sofreu intensas violências psicológicas por seu esposo durante 8 anos, não suportando mais, se separou. Duas mães omitentes foram vítimas de várias violências domésticas corporais e psicológicas, tendo num caso uma lesão corporal grave.

Nos relatos de duas mães, uma denunciante e outra omitente são desveladas que a causa das violências sexuais perpetradas contra seus filhos, foi motivada por vingança dos abusadores. Em ambos os casos, as mães ao romperem seus relacionamentos afetivos com os abusadores, receberam ameaças, onde eles afirmavam, que elas iriam se arrepender amargamente pela decisão da separação.

No que se refere ao ciclo de violência sexual multigeracional, conclui-se a evidência da existência do ciclo de violências, onde as mães também foram vítimas de abusos sexuais intrafamiliares na infância.

Uma mãe do grupo das denunciantes sofreu abusos sexuais pelo seu tio dos 7 aos 14 anos de idade. No grupo das omitentes, todas as mães foram violentadas sexualmente na sua infância. A primeira pelo seu vodrado aos 7 anos de idade, a segunda pelo seu tio aos 7 anos de idade e a terceira pelo seu padrasto, que sua mãe dizia ser seu pai biológico, também aos 7 anos de idade. Esta terceira mãe, também teve experiências de abusos sexuais durante sua infância, ao morar em casas de famílias após a morte de sua avó.

Alguns abusadores já eram protagonistas de outros episódios de abuso sexual como autores ou vítimas. Constatou-se em dois casos que os abusadores também sofreram violências sexuais intrafamiliares durante a infância e/ou adolescência. Um do grupo das

mães denunciante, foi abusado pelo pai e outro das mães omitentes, foi abusado pela prima e tem relatos que abusava seu irmão quando adolescente.

Identificou-se a composição familiar das mães estudadas se apresentarem bem diversificadas, havendo mudança nos arranjos familiares após a violência sexual intrafamiliar.

Em dois casos as mães denunciante conseguiram quebrar o ciclo de violência multigeracional, enfrentando toda a família que omitia as violências sexuais de gerações. Em um caso, resultou na separação do casal por este ato de enfrentamento e coragem que a mãe teve em denunciar a violência sexual perpetrada pelo avô paterno contra seus dois filhos de 8 e 5 anos de idade.

Outro caso de uma mãe omitente, houve a separação do casal homoafetivo, ocasionada pela violência perpetrada pela sua companheira (madrasta das crianças) contra seus filhos de 4 e 3 anos, após a denúncia realizada através do Conselho Tutelar.

Duas mães denunciante após a revelação do abuso sexual contra seus filhos, não tiveram relacionamento afetivo duradouro, não se casaram nem viveram em união estável. Até a data desta pesquisa, uma violência havia ocorrido há 12 anos e em outro caso, há 10 anos.

Para facilitar o cometimento dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes, os abusadores tinham como estratégia ficar com a posse das vítimas em seu poder. Evidenciou-se essa estratégia na totalidade das mães omitentes e em um caso das mães denunciante.

A maioria dos abusadores desta pesquisa perpetrou a violência sexual contra crianças sem corpos desenvolvidos. As mães não compreendem os porquês desses desejos sexuais por crianças. Das mães denunciante as crianças tinham de 9, 8 e 5 anos. Das mães omitentes, as crianças tinham 8, 5, 5 e 3 anos.

A mãe de vítimas ao procurar a polícia para denunciar, aciona vários campos que podem prestar auxílio à vítima, mas ao mesmo tempo, reflete em outras áreas de sua vida, como por exemplo, no seu relacionamento conjugal, principalmente quando o agressor é parente próximo ou seu cônjuge; no desempenho da sua relação de emprego; na divisão de

sua família de origem e de sua família constituída. Por estar psicologicamente abalada, ao colocar tudo numa balança, por vezes se omite acreditando que a criança ou adolescente irá esquecer e com seus cuidados redobrados não haverá outros abusos.

A credibilidade na Segurança Pública foi um dos fatores que se mostrou relevante para a tomada de decisão das mães denunciarem ou omitirem os abusos sexuais dos filhos violentados. As mães denunciantes demonstraram mais confiança nos órgãos da Segurança Pública que as mães omitentes, mas se mostraram insatisfeitas com os atendimentos dos servidores.

As mães denunciantes tiveram a opinião dividida sobre a credibilidade na polícia ostensiva. Duas informaram que confiam e duas que não confiam. Já as mães omitentes, uma informou que confia, enquanto duas não confiam.

Das mães que fizeram a denúncia da violência contra seus filhos, somente uma conhecia a existência da DEPCA. As outras mães denunciantes se dirigiram para outras delegacias para realizar a denúncia, que além de acarretar atrasos nos procedimentos, tiveram custos com transporte. Uma mãe desistiu de dar continuidade nos procedimentos, devido à delegacia ser negligente, tendo o escrivão faltado por duas vezes consecutivas ao serviço.

Conclui-se, que a existência da delegacia especializada em proteção à criança e ao adolescente – DEPCA deve ser divulgada nos meios de comunicação, para que o público infantojuvenil se dirija diretamente para esta delegacia quando necessitar.

Todas as mães que denunciaram o abuso de seus filhos na DEPCA confirmaram que acreditam nos trabalhos desta delegacia especializada. A maioria das mães omitentes informou que confia, mas uma mãe não acredita na atuação dessa delegacia.

Sobre os atendimentos dispensados pela DEPCA, as mães avaliaram ter recebido um bom atendimento. Tendo duas mães denunciantes reclamado da demora, pois chegaram pela manhã bem cedo e foram atendidas pela parte da tarde. Uma mãe omitente, que já tinha externado não confiar na DEPCA, informou que tem muita burocracia e pouca ação, que os processos são muito lentos e pouco efetivos.

Ficou evidenciado que quando as mães não confiam nos atendimentos recebidos, não voltam para dar continuidade nos procedimentos.

O Conselho Tutelar participou dos atendimentos das vítimas violentadas em que as mães não denunciaram os abusos sexuais de seus filhos. Verificou-se nesse estudo um despreparo pelos conselheiros tutelares no que tange ao enfrentamento desse tipo de violência, quando as mães por qualquer motivo não estão capacitadas a denunciar.

As participantes que não denunciaram receberam um tratamento desqualificado pelos conselheiros que na maioria das vezes lhe julgaram como culpadas sendo coniventes com a violência. Todos os familiares não abusivos necessitam de um atendimento humanizado nesse momento de dor, principalmente as mães.

Evidenciou-se a violência Institucional de alguns servidores nos atendimentos dispensados às mães durante seus atendimentos. As participantes narraram que se sentiram violentadas por servidores das delegacias de polícia, de conselheiros tutelares e de médico.

Nos últimos cinco anos de 2016 a 2020, os levantamentos estatísticos demonstraram que a quantidade de Boletins de Ocorrências registrados na DEPCA, envolvendo violências sexuais contra crianças e adolescentes são em média de 678 por ano. No mesmo período, foram apurados em média, 376 inquéritos policiais e efetivadas 87 prisões de abusadores por ano.

Evidenciou-se que os inquéritos policiais na maioria das vezes não são concluídos, devido às vítimas acompanhadas de mães ou responsáveis não retornarem à delegacia para dar continuidades nos procedimentos obrigatórios (Psicossocial, IML, oitiva no cartório).

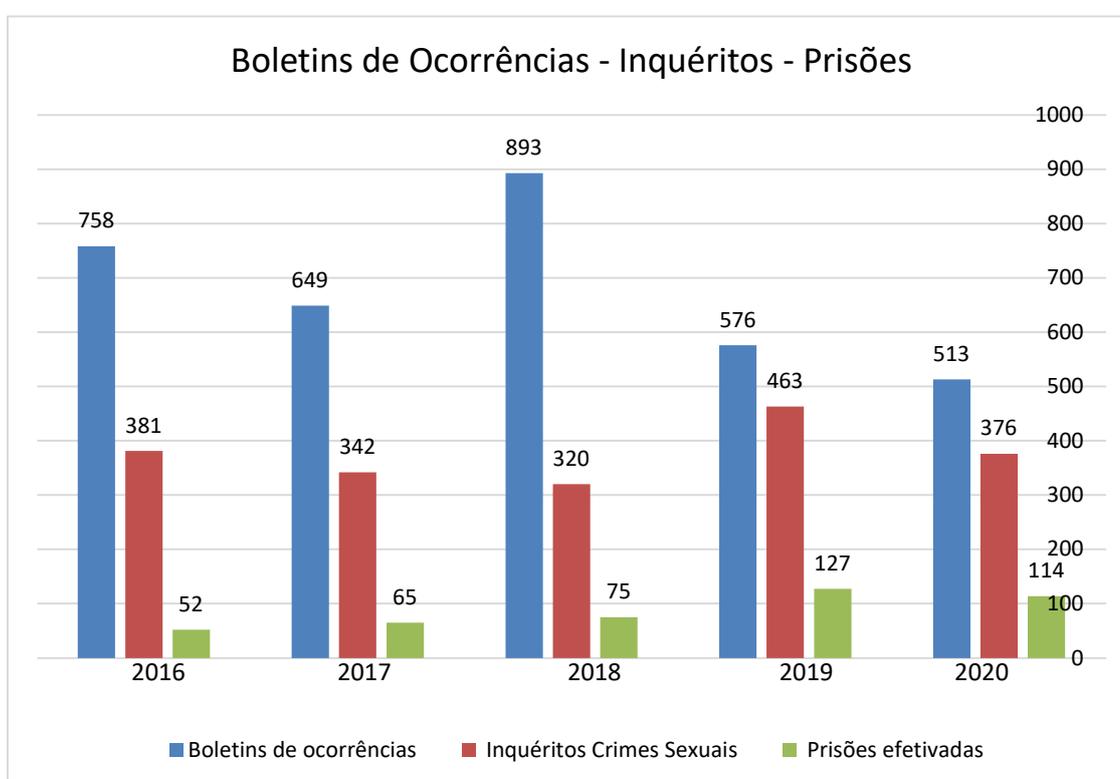
Desse modo, os inquéritos policiais ficam suspensos e conseqüentemente os abusadores não são punidos, estando livre para o cometimento de novas violências. Portanto, evidencia-se o desperdício de toda a estrutura policial envolvida na apuração desses crimes e ineficácia na recuperação das vítimas.

Apesar de existir uma política pública voltada para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a gestão é falha. O entrave na conclusão dos inquéritos policiais se dá, devido aos procedimentos não serem integrados num só lugar, sendo

necessário vítimas e mães se deslocarem para a realização em momentos posteriores, onde não conseguem comparecer. A desistência, na maioria das vezes é justificada pela falta de recursos financeiros para a passagem de ônibus para a locomoção.

A desproporção de registros de Boletins de Ocorrências, Inquéritos policiais e efetivação de prisão dos perpetradores de violências sexuais infantojuvenil, podem ser observados no (Gráfico2).

Gráfico 2 - Boletins de Ocorrências - Inquéritos Policiais - Prisões efetivadas Crimes sexuais Depca - Período 2016 a 2020



Fonte: SSP-AM

Verifica-se, que 45% dos crimes sexuais não se concluíram o inquérito policial, que 55% foram encaminhados para o judiciário e 12,7% dos abusadores foram presos.

Conclui-se, que pela desproporção da quantidade de denúncias, apuração de inquérito policial e a efetiva prisão do abusador, justificam-se os motivos pelos quais as mães preferem omitir a violência sexual contra seus filhos.

Diante dessas questões, considera-se importante que todos os atendimentos em caso de

abusos sexuais infantojuvenil sejam realizados no mesmo dia, concluindo os procedimentos obrigatórios do inquérito policial através de uma gestão integrada (IML, SAVVIS, Psicossocial e oitiva no cartório), de modo que o vitimado não seja revitimidado, recebendo atendimento especializado pela sua própria vulnerabilidade.

Ocorre o processo de revitimização, quando apontamos que as vítimas necessitam se deslocar 13 km para se dirigir ao IML, se deslocar mais 8 km para se dirigir ao SAVVIS, retornar noutra data a DEPCA para oitiva no cartório e atendimento psicossocial, tendo que arcar com despesas de transporte, desgastes, ausência na escola, ausência do seu representante em comparecer ao trabalho a cada acompanhamento.

A revitimização que é regulada pela lei 13.431/2017, que expressa a importância de evitar a revitimização apontando o fato de a vítima ser interrogada/inquirida mais de uma vez.

Porém, a revitimização vai muito além do que está expresso em lei, tendo outros elementos que refletem a revitimização, trazendo impactos profundos para o futuro, não se podendo pensar somente no atendimento naquele momento.

O fato da vítima e familiares receberem um mau atendimento por profissionais da segurança pública, pelo Conselho Tutelar, a mãe não poder ficar com seus filhos pela vulnerabilidade econômica, não poder acessar políticas públicas que poderiam oferecer assistência e o acolhimento naquele momento para enfrentar uma situação que produz dor e sofrimento, envolvimento de pessoas da família como protagonista da violência; tudo isso reflete em revitimização, onde a legislação não adota e não se preocupa.

A única coisa que a legislação se importou, foi pelo número de vezes em que a vítima irá relatar, ainda assim, esse serviço em Manaus não foi implantado. Por isso, há a necessidade de um Centro Integrado, para que o atendimento seja realizado em um só lugar.

O Conselho Estadual da Criança do Amazonas têm verbas para a construção deste Centro Integrado, porém por questões do Governo Estadual, ainda não foi possível operacionalizar esses recursos para essa finalidade.

Deste modo, não basta somente ter delegacia, IML, SAVVIS, psicossocial. Deve-se

pensar nesses desafios, para a vítima e familiares receberem atendimento de excelência por profissionais especializados.

Ao descrever a estrutura disponibilizada pelo poder público para o enfrentamento desse ciclo de violência, chamou a atenção da pesquisadora, a inexistência de uma rede de enfrentamento para as mães e familiares de crianças e adolescentes violentados, que lhe empodere, de modo que lhe estimule a denunciar, lhe dando subsídios no ante, durante e pós-denúncia.

Na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA as vítimas de abuso sexual têm todo um protocolo de atendimento, encaminhamento, acolhimento e acompanhamento, que vai desde o agendamento para o Psicossocial, Serviço de Atendimento Psicológico, Assistência Social e Saúde, visando o apoio afetivo, construindo estratégias de proteção e o fortalecimento emocional para as vítimas.

Na contramão, as mães e familiares das vítimas não recebem encaminhamento na DEPCA para que possam ser acolhidos por uma rede de enfrentamento e acolhimento, de modo que se potencialize e denuncie o agressor, nem mesmo no pós-denúncia, de modo a construir diferentes formas de cuidar e ser cuidado.

Ao verificar se esses serviços de acolhimento e enfrentamento estariam disponibilizados em outros locais, consultando o SAPEM (Serviço de Apoio Emergencial à Mulher), foi informado que os serviços disponíveis se destinam às mulheres vítima de violência doméstica, encaminhadas pela DECCM (Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher).

Para compreender o panorama da rede de enfrentamento às mães e familiares de vítimas de violência sexual intrafamiliar, realizou-se uma visita no Centro de Referência e Apoio à Mulher – CREAM, para verificar quais tipos de atendimentos são estendidos às mães e aos familiares de vítimas de abuso sexual. Foi informado que não há atendimento específico para mães dessas vítimas, que os atendimentos são voltados às mulheres vítimas de violência doméstica.

Foi solicitado à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania –

SEJUSC, informações referentes aos procedimentos nos atendimentos às mulheres vítimas de violência, para verificar a existência de serviços específicos para atendimento e enfrentamento às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Através deste levantamento, identificou-se que não há Rede de enfrentamento voltada para acolher mães e familiares de vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Existe a Rede de enfrentamento com equipe multidisciplinar para atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, não sendo as mães contempladas, por não serem vítimas diretas.

Essa constatação exigiu adoção de postura crítica em relação a discutir alternativas de atendimento psicológico e social não apenas para crianças e adolescentes vítimas, mas a importância da atenção às mães, cuidadores e familiares que são imensamente afetados.

Portanto, inexistente protocolo de atendimento para acolhimento psicológico que ampare as mães e outros familiares no ante, durante e pós-denúncia, de modo que estimule a família a denunciar a violência sexual aos órgãos competentes.

Nessa direção, aponta-se articular medidas de enfrentamento com ação conjunta e articulada de toda a rede de proteção com a orientação e capacitação dos servidores que devem ter treinamento especializado, para atendimento de vítimas, mães e familiares. É um enorme desafio e requer políticas públicas visando fortalecer a rede de enfrentamento de abusos sexuais infantojuvenil, com a cooperação entre os atores e a integração da sociedade para a efetiva proteção dessas vítimas.

Devem-se realizar campanhas educativas com o apoio do poder público sobre violências sexuais, divulgadas na mídia, realizar palestras nas escolas, comunidades, igrejas, centros sociais com temáticas adequadas para cada público, de modo que mães e filhos tenham conhecimento de seus direitos e como se proteger.

As próprias participantes narraram a importância da informação através dos meios de comunicação no combate à violência sexual infantil.

Aí tá! Aí o governo lançou um vídeo: se o papai quiser pegar aqui não deixa. Um videozinho, esse videozinho saiu na escola, cada vez que eu via sobre

“estrupe”, sobre aliciamento, começou o Siqueira⁴³, o Siqueira falava as coisas de uma forma: não deixe não faça, eu chamava eles; tanto eles como meu enteado: bora vem cá ver uma coisa olha só! Tá vendo o tio, o tio, não confie. Aconteceu alguma coisa com vocês? – **Safira**

A violência sexual intrafamiliar é maior que a violência sexual extrafamiliar ponto tem uma peculiaridade devido estar inserido na família sendo a vítima desacreditada e pelos conflitos que irá se desenvolver em toda a dinâmica familiar.

Os significados da denúncia para as mães são considerados a partir da sua percepção na credibilidade da segurança pública, experiências traumáticas quando vivenciaram abusos na infância, revitimização, conflitos entre sua família de origem e família constituída, mudanças drásticas na dinâmica familiar, falta de uma rede de enfrentamento para lhe empoderar a denunciar.

A mãe ao colocar tudo numa balança, se questiona:

Se o abusador for preso, quais as consequências? Se ele não for, quais as consequências que trará para sua vida e de toda sua família? Quais julgamentos de familiares? Que exposição e revitimização que terá que enfrentará para a apuração do crime?

Diante de questionamentos as mães tendem a omitir os abusos, alimentando o ciclo de violência sexual intrafamiliar multigeracional.

A pesquisadora chama a atenção, que a partir dos dados demonstrados, tendo o Estado efetivado a gestão e implementação de políticas públicas, cabe à sociedade vigiar e zelar pela segurança pública, onde também tem sua participação de responsabilidade, onde tem sido negligente com a permissão para que tantas violências aconteçam. Violência sexual intrafamiliar não se resolve somente com o envolvimento da família, nem majorando a responsabilização penal. É necessário outras intervenções para se poder compreender.

Deste modo, teremos reflexos nas áreas da saúde, educação, segurança pública, religião, lazer, relação de emprego dos pais, dentre outros. Quando as mães denunciam os abusos sexuais às autoridades competentes, as crianças são protegidas e conforme as crianças

⁴³ Siqueira – Apresentador de televisão, radialista, ator, humorista, youtuber. Atualmente, é apresentador do Alerta Amazonas, na TV A Crítica, em Manaus, e do Alerta Nacional, na RedeTV.

crecem, a violência diminui.

Para combater com efetividade os crimes sexuais contra crianças e adolescentes se faz necessário uma abordagem especializada pela polícia, com uma escuta especializada para filhos e mães, de modo que acolha a família e vítima, com medidas de ações conjuntas para o combate do crime, punindo o abusador, com políticas públicas para fortalecer a rede de enfrentamento de abusos sexuais infantojuvenil.

Com essas duas redes de enfrentamento, criando-se uma rede específica para as mães e familiares, juntamente com a rede existente para crianças e adolescentes com as adaptações necessárias, iremos combater ciclos de violência e seus respectivos impactos. As duas redes devem estar de mãos dadas, assim como a mãe cuida do seu filho, desde o pré-natal.

Fica demonstrado que quando as mães omitem as violências das crianças, elas ficam mais vulneráveis, dando oportunidade para o abusador cometer violências mais intensas, retroalimentando o ciclo de violências, que podem resultar em: doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, baixo rendimento escolar, depressão, automutilação, suicídio, agressividade, violência doméstica, dentre outros.

É um problema que pertence a todos nós, porque todos os seres humanos têm valor principalmente os mais vulneráveis. Todos os indivíduos da nossa família global merecem dignidade.

Através desta pesquisa, se objetiva usar a ciência para a atenuar esse problema, criando uma rede de enfrentamento para as mães e familiares de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, para lhes capacitar a denunciar o abusador, lhes dando suporte no ante, durante e pós-denúncia.

A informática que é uma invenção da era moderna reconheceu a “mãe” como tendo uma função fundamental nos processos. Homenageou a mãe, atribuindo seu nome para a “placa mãe”⁴⁴ com função vital no processamento de dados. Por conta disso, é claro que ela

⁴⁴ Placa mãe - Ela é o sistema que une todos os componentes de um computador, permitindo que eles funcionem de forma organizada. Sua peça dispõe de todos os caminhos e redes que permitem a troca de informação entre todas as outras: processadores, memórias, sistemas de armazenamento, placa de rede e tudo o mais. Também é a

desempenha um papel decisivo na competência de um sistema. Portanto, com a mesma inteligência que a informática reconheceu a sua função vital, a Segurança Pública deve dar a extrema importância às mães, por desenvolverem papel fundamental na proteção de seus filhos.

Foi desafiador o caminhar para se chegar até aqui. A pesquisa de campo mostrou seus desafios, sobre o tema de violência sexual intrafamiliar durante a pandemia de Covid-19, sendo considerado um obstáculo para a realização das entrevistas.

Algumas participantes pré-selecionadas, posteriormente não foram encontradas. Tentou-se contato telefônico, mas não se logrou êxito. Não foram encontradas no endereço informado no boletim de ocorrências, sendo o convite realizado para outras participantes que após apresentação dos objetivos da pesquisa, aceitaram o convite.

Alguns aspectos do tema que não puderam ser aprofundados neste estudo, que a pesquisadora sugere para futuras pesquisas, com possíveis temas complementares para futuros projetos.

Deste modo, a pesquisadora sugere estudar os abusadores de crianças e adolescentes, com o objetivo de verificar se foram vítimas de violências sexuais multigeracional e quais atendimentos recebidos. Compreender o que leva o abusador a violentar crianças e adolescentes no âmbito familiar e quais emoções desencadeadas.

placa mãe que alimenta todos esses componentes internos e mais os periféricos (como mouse, webcam e teclado) com a energia que sai da tomada e entra na CPU por meio da fonte. (KAZUK HARDWARE).

7 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO À REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS/AM

Objetivo 1: Divulgar onde fica localizada a DEPCA e quais suas atribuições

O que precisa ser feito: Realizar parcerias com a mídia (escrita, falada e televisionada) para abordar sobre os crimes sexuais, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as questões do abuso sexual e exploração sexual e o impacto desse processo nas famílias, bem como para divulgação das políticas, planos de ação, seminários e outras iniciativas voltadas à garantia dos direitos das crianças e dos Adolescentes

Quem pode fazer: Gestores das Políticas Estadual e Municipal

Resultados esperados: Que a população tenha pleno conhecimento onde fica localizada a DEPCA e quais serviços disponibilizados

Objetivo 2: Rede de Enfrentamento voltada para mães e familiares de vítimas de abusos sexuais

O que precisa ser feito: Intersetorialidade, estabelecendo parcerias com os órgãos da Segurança Pública, Assistência Social (CRAS e CREAS), Saúde, Educação, Ministério Público, Ongs, Judiciário, com a intenção de articular os órgãos integrados para empoderar mães e familiares no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil

Quem pode fazer: Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, CREAS, CRAS, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, Ongs

Resultados esperados: Redução no ciclo de violências de abuso sexual intrafamiliar com a implementação do empoderamento das mães e/ou responsáveis

Objetivo 3: Fluxograma da Dinâmica de Atendimento na DEPCA

O que precisa ser feito: Elaborar Fluxograma com o passo-a-passo dos atendimentos

Quem pode fazer: DEPCA

Resultados esperados: Que a população visualize a dinâmica de atendimento, compreendendo o percurso dos procedimentos e a importância do seu retorno quando necessário (agendamentos)

Objetivo 4: Atendimento por um Centro Integrado às vítimas, conforme previsto na Lei 13.431/2017

O que precisa ser feito: Disponibilidade de espaço físico e junção dos órgãos

Quem pode fazer: Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde e Serviço Social

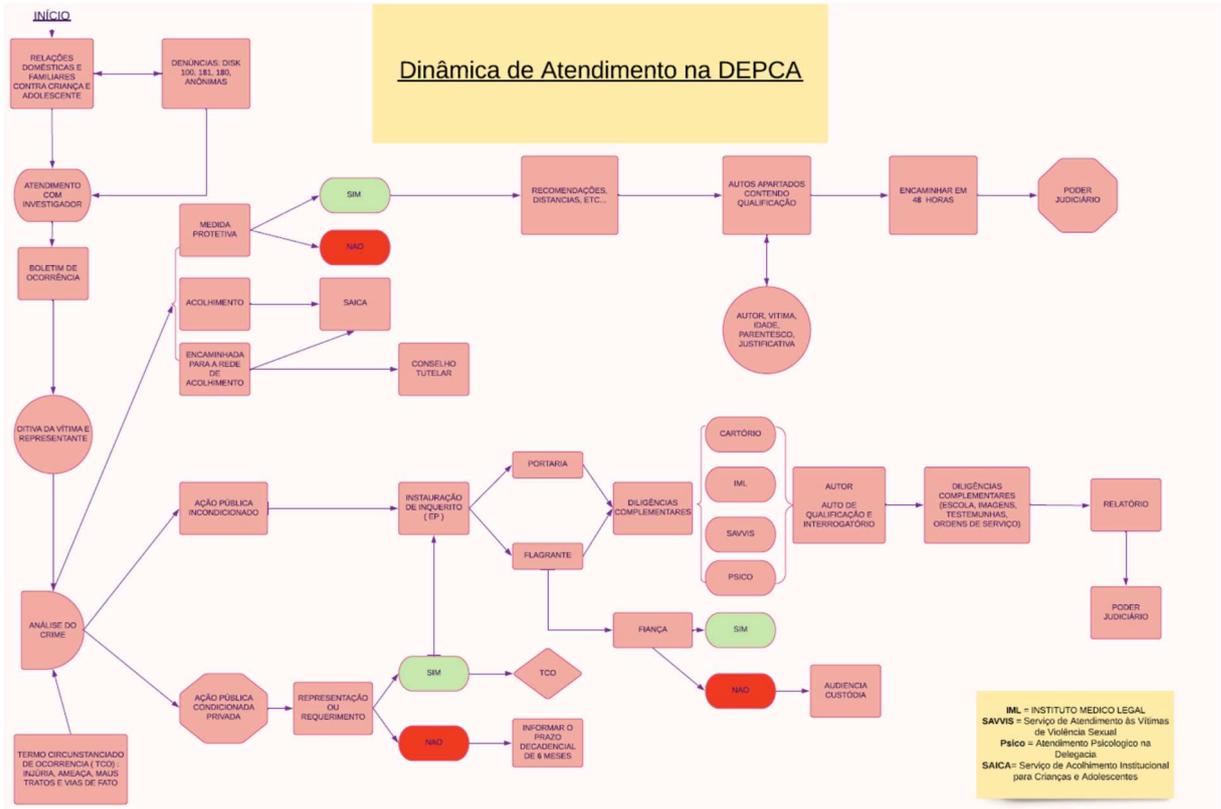
Resultados esperados: Que os atendimentos às vítimas sejam realizados no mesmo dia, com ação integrada nas dependências da DEPCA (IML, SAVVIS, Psicossocial e Cartório de escrituras), para se obter eficiência nos atendimentos, conclusão de inquéritos, punição do abusador, redução de violência sexual

<p>Objetivo 5: Atendimento por profissionais especializados</p> <p>O que precisa ser feito: Curso de Pós Graduação em Especialização para atendimento de grupo de vulneráveis (Criança e Adolescentes, Mulher, Idoso, Pessoa com Deficiência), como pré- requisito para atendimento em Delegacias especializadas e outros atores atuantes. Se essas delegacias são especializadas, deve ter pessoal capacitado com especialização.</p> <p>Quem pode fazer: Mestrado da Universidade Estadual do Amazonas</p> <p>Resultados esperados: Atendimento de excelência para população vulnerável</p>
<p>Objetivo 6: Garantia de transporte público para mães, crianças e adolescentes</p> <p>O que precisa ser feito: Fazer uma parceria com as empresas de transporte privado, divulgando suas empresas na mídia e redes sociais empresa 99 e Uber Transporte público ser subsidiado pelo Município</p> <p>Quem pode fazer: Prefeitura Municipal de Manaus – EMTU Secretaria de Segurança Pública - Ofício para empresa 99 e Uber</p> <p>Resultados esperados: Que mães, crianças e adolescentes se desloquem gratuitamente à DEPCA para denunciar crimes contra crianças e adolescentes.</p>
<p>Objetivo 7: Projeto de Lei para inserir na grade curricular das crianças, disciplinas para se proteger de Abuso Sexual.</p> <p>O que precisa ser feito: Projeto de lei pelo Senado Federal - Incluir no currículo de crianças disciplinas educativas sobre violências sexuais.</p> <p>Quem pode fazer: Senado Federal</p> <p>Resultados esperados: Que crianças tenham conhecimento de seus corpos, sejam orientadas e capacitadas a se defender de possíveis abusadores</p>
<p>Objetivo 8: Atendimento à pessoa que comete violência sexual</p> <p>O que precisa ser feito: Implementar atendimento previsto no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes</p> <p>Quem pode fazer: Município, Assistência Social - CREAS</p> <p>Resultados esperados: Ofertar atendimento contínuo para pessoas que cometem o abuso sexual, visando quebrar o ciclo da violência dos crimes sexuais infantojuvenis</p>

<p>Objetivo 9: Ações de prevenção à violência sexual infantojuvenil com ação contínua, com a promoção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes</p> <p>O que precisa ser feito: Ações conjuntas articuladas governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios</p> <p>Quem pode fazer: União, Estados, Distrito Federal e Municípios</p> <p>Resultados esperados: Garantia do atendimento integral, orientação e educação sobre abuso sexual para crianças e adolescentes se protegerem, reduzindo os índices de violência</p>
<p>Objetivo 10: Aplicativo (App) para a mãe acompanhar o passo a passo dos procedimentos policiais na DEPCA.</p> <p>O que precisa ser feito: Criar aplicativo</p> <p>Quem pode fazer: Secretaria de Segurança Pública</p> <p>Resultados esperados: Acompanhamento sobre os procedimentos das vítimas na DEPCA, para dar efetividade nos inquéritos policiais</p>
<p>Objetivo 11: Criar um Canal voltado para criança e adolescentes</p> <p>O que precisa ser feito: Criar um canal nas redes sociais</p> <p>Quem pode fazer: Departamento de Imprensa da Polícia Civil do Estado do Amazonas</p> <p>Resultados esperados: Orientação, educação com a intenção de dar conhecimento ao público infantojuvenil, tirar dúvidas, receber sugestões, receber denúncias.</p>
<p>Objetivo 12: Criar eixos para formação de Conselheiros Tutelares</p> <p>O que precisa ser feito: Curso de Formação para Conselheiros Tutelares no atendimento das famílias, crianças e adolescentes, como pré-requisito da função.</p> <p>Quem pode fazer: Prefeitura Municipal de Manaus e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p>Resultados esperados: Atendimento de excelência para o público infantojuvenil</p>

Elaborado pela autora

FLUXOGRAMA DA DINÂMICA DE ATENDIMENTO NA DEPCA



Elaborado pela autora

PROPOSTA 1 DE PANFLETO/FLYER À REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL



Elaborado pela autora

PROPOSTA 2 DE PANFLETO/FLYER À REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL



Elaborado pela autora

Finaliza-se a pesquisa, consciente de que o abuso sexual infantojuvenil é um tema complexo que vai além dos efeitos mais visíveis e imediatos dessa violência, tais como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, transtornos alimentares, distúrbios sexuais e do humor, uso abusivo de álcool e drogas. É necessário que a sociedade como um todo saiba da sua responsabilidade diante dessa realidade e que o Estado, através das autoridades competentes, gestores públicos e privados, universidades, sociedade civil organizada, famílias, igrejas e demais instituições encontrem os meios que promovam a proteção de nossas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ABDALA FILHO, Elias; MOREIRA, Luciana Lopes. **Parafilias e crimes sexuais**. In Psiquiatria Forense. Coord. TABORDA, José G. V. ET al. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

AGUIAR, Wanda Junqueira & OZELLA; Sergio. **Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos**. Revista Psicologia Ciência e Profissão, volume 26 n 222-245, 2006.

AGUIAR, Wanda Junqueira. **Sentidos e Significados na Psicologia Sócio-histórica**. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/rfsRZzPPS4Y> Acesso em: 21 de mar 2021

ALEXANDER, P. C., Teti, L., & Anderson, C. L. (2000). **Childhood sexual abuse history and role reversal in parenting**. Child Abuse Negl, 24(6), 829-838.

ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A Violência Estrutural**. Revistas Unifacs. v. 11, n.1, 2007. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2014.

AMENDOLA, M. F. **Mães que Choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual**. In: PRADO, M.C.C.A. (org.) O Mosaico da Violência – a perversão na vida cotidiana. São Paulo: Vetor, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ARIÉS, P. - **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

ARVANITAKIS, K. et al. **Early sexual abuse and nightmares in the analysis of adults**. *Psychoanal Quaterly* 62(4):572-587, 1993.

AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: IGLU. (1989).

AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Editora iglu, 2001.

BANYARD, V. L. (1997). **The impact of childhood sexual abuse and family functioning on four dimensions of women's later parenting**. Child Abuse Negl, 21(11), 1095-1107. doi: 10.1016/S0145-2134(97)00068-9

BAKER, J. (2001) **Mourning and the transformation of object relationships: Evidence for the persistence of internal attachment**. *Psychoanalytic Psychology*, vol. 18, nº 1, pp. 55-73.

BARROS, J. P. P., PAULA, L. R. C. de, PASCUAL, J. G., COLAÇO, V. de F. R. e XIMENES, V. M. (2009) **O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica.** *Psicologia & Sociedade*, Volumen: 21, Numero: 2, Publicado: 2009, 174-181

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BAKHTIN, M. (1981). **Marxismo e filosofia da linguagem** (2ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

BERLINER, L., & CONTE, J. R. (1995). **The effects of disclosure and intervention on sexually abused children.** *Child Abuse & Neglect*, 19(3), 371-384.

BERTAUX, Daniel. **Narrativa de Vida: a pesquisa e seus métodos.** São Paulo: Edufrn, 2010, p. 54.

BLANCHARD, J. (1996, Abril). **Sexual exploitation.** Trabalho apresentado no Congresso Against the Sexual Exploitation of Children, Brasília, Brasil. [[Links](#)]

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BOWLBY, J. (1969). **Attachment and loss** v. 3 (Vol. 1). Random House.

_____. (1973/1984) **Apego e perda: Separação.** São Paulo: Martins Fontes, vol. 2.

_____. (1989) **Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego.** Porto Alegre: Artes Médicas.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Decreto-Lei 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2018.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Senado Federal, 2017a.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Cartilha atualiza dados de abuso sexual contra crianças e adolescentes para fortalecer rede de proteção. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/cartilha-atualiza-dados-de-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-para-fortalecer-rede-de-protecao>

- BRUSCHINI, C. (1993). **Teoria crítica da família**. In M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Eds.). *Infância e Violência doméstica: Fronteiras do conhecimento*. São Paulo, SP: Cortez.
- BROWNE, A., & Finkelhor, D. (1986). **Impact of child sexual abuse: A review of the research**. *Psychological bulletin*, 99(1), 66.
- CAMPELO, L. (2010) **Relacionamento entre mãe e filha**. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Psicologia Analítica do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 52, 2010.
- CAMPOS, M..A.. M. R., SCHOR, N., ANJOS, R. M. P., LAURENTIZ, J. C., SANTOS, D. V., & PERES, F. (2005). **Violência sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima**. *Saúde e Sociedade*, 14(1), 101-109.
- CARROLL, Noël. **A filosofia do horror ou paradoxo do coração**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1999.
- CARVALHO, Q. C. M., GALVÃO, M. T. G., & CARDOSO, M. V. L. M. L. (2009). **Abuso sexual infantil: percepção de mães em face do abuso sexual de suas filhas**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(4), 501-506
- CARVALHO, N. M. C. **Psicologia da Infância e Adolescência**. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/psicologia-da-infancia-e-adolescencia/>
- CASSIDY, J. (1999) **The nature of child's ties**. In: CASSIDY, J. & SHAVER, P. (Orgs.). *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. New York: The Guilford Press. pp. 3-20.
- CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, (1998). **Indicadores de violência intra-familiar e exploração comercial de Crianças e Adolescentes: Relatório Final**. Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CÓDIGO PENAL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
- COELHO, M.C; VICTORIA, C. **A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão**. *Horizontes antropológicos*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200001>
Acesso em 20 jul 2021
- COHEN, C. **O incesto. Um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora Ltda.,1993.
- CONCEIÇÃO, I.K. **Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos parentais**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/5862>

COLE P. et al. F. **Effect of incest on self and social functioning: a developmental psychopathology perspective.** *J. of Cons. and Clin. Psychol.* 60 (2): 174-84, 1992.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração.** 7a ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2005). **O Grupo Multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil.** *Psicologia USP*, 16 (4), 121-146. Recuperado DE <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v16n4/v16n4a07.pdf>

CRUZ, M.; GOMES, N.; CAMPOS, L.; ESTRELA, F.; WHITAKER, M.; LÍRIO, J. (2021). **Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 1369-1380. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019> Acesso em 14 ago. 2021.

DADOUN, Roger. **A violência. Ensaio acerca do “homo violens”.** Coleção enfoques filosofia. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DE ANTONI, C., & KOLLER, S. H. (2000). **A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar.** *Estudos em Psicologia*, Porto Alegre, 5(2), 347- 381. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v5n2/a04v05n2.pdf>

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; MOURA, Andreína; SANTOS, Samara Silva dos. **Atendimento a mães de vítimas de abuso sexual e abusadores: considerações teóricas e práticas.** *Psicol. clín.*, Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, p. 53-73, 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 ago. 2021.

DENZIN, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2000a). **Handbook of qualitative research** (2nd ed.). Thousand Oaks, UK: Sage.

DILILLO, D., & DAMASHEK, A. (2003). **Parenting characteristics of women reporting a history of childhood sexual abuse.** *Child Maltreatment*, 8(4), 319-333.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Editora Nacional, 1977.

ELLIOT, A. N., & CARNES, C. N. (2001). **Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature.** *Child Maltreatment*, 6(4), 314- 331.

EILIACHEFF, C., & HEINCH, N. 2004) **Mães-filhas: uma relação à três.** São Paulo: Martins Fontes.

EINCHENBAUM, L. & ORBACH, S. (1983). **Understanding women.** NY: Basic Books.

ESBOÇANDO IDEIAS. (2019) Disponível em: <<https://www.esbocandoideias.com/2019/06/pedra-angular-pedra-de-esquina.html>> Acesso em: 15 de mai de 2021

FALCKE, D., & Wagner, A. (2005). **A dinâmica familiar eo fenômeno da transgeracionalidade**: definição de conceitos. In A. Wagner (Ed.), Como se perpetua a família (pp. 25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS.

FALEIROS, E. T. S., & Campos, J. O. (2000). **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília, DF: CECRIA/MJ–SEDH-DCA/FBB/UNICEF.

FALEIROS, V. P., & Pranke, C. R. (2000). **Dez Anos de Estatuto da Criança e do Adolescente: Avaliando Resultados e Projetando o Futuro**. CECRIA/AMENCAR. ECA_10 ANOS. Brasília, DF: Pesquisa.

FERGUSON T.J., STEGGE H., DAMHUIS I. (1991). **Children's understanding of guilt and shame**. Child Development. 62:827–39

FERREIRA. S.E. (2006). **Transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de sequestro**. Tese de psiquiatria. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5144/tde.../EduardoFerreiraSantosDoutorado>.

FERRIGNO, J. C. (2006). **A co-educação entre gerações**. São Paulo, SP: Rev. Bras. Educ. Fís. Esp., 20(5), 67-69. Recuperado em 12 de julho, 2016, de: http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/19_Anais_p67.pdf.

FERENCZI, S. (1992). **Análise de crianças com adultos**. In S. Ferenczi, Psicanálise IV (A. Cabral, trad., pp. 69-83). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1931)

FERENCZI, S. (1992). **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. In S. Ferenczi, Psicanálise IV. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)

FLECK, A.C & WAGNER, A (2003). **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar**. Psicologia em Estudo. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300005>>. Acesso em 20/08/2019

FONAGY, P. (1999) **Transgenerational consistencies of attachment: A new theory**. Revista de Psicoanálisis, vol. 3.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2019. **Anuário da violência 2019**. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/Anuario-2019>. Acesso 14 maio 2021

FORWARD S., BUCK C. **A traição da inocência. O incesto e sua devastação**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FREUD, S. (1925). **A negação**. São Paulo: Cosac Naif, 2014

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975a.

_____ (1906 [1905]). **Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses.** In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975b.

_____ (1913 [1912-13]). *Totem e Tabu*. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1975c.

FURNISS, T. (1993). **Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas

FURNISS, T. (2002). **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar: manejo, terapia e intervenção legal integrados.** (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

GIARD, Luci. **História de uma pesquisa.** In: CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar.** Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

GLASER D. **Child abuse and neglect and the brain.** *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 2000;41(1):97-116.

GÓES, M. C. R. & CRUZ, M. N. (2006). **Sentido, significado e conceito:** notas sobre as contribuições de Lev Vygotsky. *Pro-Posições*, 17, 31-45.

GOOD, W. (1969), **Revolução Mundial e Padrões de Família**, São Paulo. Companhia Editora Nacional.

GONÇALVES, H. S., & FERREIRA, H. L. (2002). **A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde.** *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 315-319.

GONÇALVES, H.S. **Infância e violência no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade.** Os processos de construção da informação. Thompson Pioneira: São Paulo, 2005.

GONZALEZ REY, Fernando. **As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural.** *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 24, p. 155-179, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2020.

GUERRA, V. N.de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 4. ed. São Paulo: Cortez,. 2001.

GREEN, A. H., COUPE, P., FERNANDEZ, R., & STEVENS, B. (1995). **Incest revisited: delayed Post-Traumatic Stress Disorder in mothers following the sexual abuse of their children.** *Child Abuse & Neglect*, 19(10), 1275-1282.

HABIGZANG, L. F., Koller. S. H., Azevedo, G. A., & Machado P. X. (2005). **Abuso Sexual**

infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em Processos Jurídicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. São Paulo, 21(3), 341-348. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>

HEFLIN, A. H., DEBLINGER, E., & FISHER, C. D. (2004). **Abuso sexual da criança**. In: F. M. Dattilio, & A. Freeman (Orgs.). *Estratégias cognitivo-comportamentais de intervenção em situações de crise* (pp. 144-166). Porto Alegre: Artmed.

HIEBERT-MURPHY, D. (1998). **Emotional distress among mothers whose children have been sexually abused: the role of a history of child sexual abuse, social support, and coping**. *Child Abuse & Neglect*, 22(5), 423-435.

IENCARELLI, A M - **As marcas invisíveis do abuso sexual na criança**. O Globo. Jornal da Família. 3 de novembro de 1996. P. 7.

JUNG, Carl Gustav. **Símbolos da Transformação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: Volume V, 2007b.

KAZUK HARDWARE. Disponível em: <https://kazuk.com.br/blog/o-que-e-a-placa-mae/>
Acesso em 20/06/2021 às 15:05

KIM, K., Noll, J. G., Putnam, F. W., & Trickett, P. K. (2007). **Psychosocial characteristics of nonoffending mothers of sexually abused girls: findings from a prospective, multigenerational study**. *Child Maltreat*, 12(4), 338-351. doi: 10.1177/1077559507305997

KRUG, E. G., DAHLBERG, L. L., MERCY, J. A., ZWI, A. B., & LOZANO, R. (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde Genebra**: Retrieved from <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>

LANI-BAYLE, Martine. **A Criança e Sua História: por uma clínica narrativa**. Natal: Edufrn, 2018.

LEIFER, M., KILBANE, T., & KALICK, S. (2004). **Vulnerability or resilience to intergeneration sexual abuse: The role of maternal factors**. *Child Maltreatment*, 9(1), 78-91.

LIMA, Eduardo; FERREIRA, Ewerton; QUADRADO, Jaqueline. **O aumento da violência contra crianças e adolescente durante o isolamento social**. In: I Seminário On-line de Estudos Interdisciplinares - On-line, 2020. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/iseminarioonlinedeestudosinterdisciplinares/trabalho/142524>. Acesso em: 15/08/2021 às 14:50

LIMA J.; ALBERTO M. **Urgências psicológicas no cuidado às mães em casos de abuso sexual intrafamiliar**. *Estudos de Psicologia*, 21(3), julho a setembro de 2016, 337-347. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/JMT9MRRhDtZHtkZHTgGbyYj/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em 20/02/2021 às 10:05

LIMA, J. A. (2008). **As vivências subjetivas das mães diante do abuso sexual infantil juvenil intrafamiliar**. (Dissertação de Mestrado não publicada), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

- LIMA, J. A., & Alberto, M. de F. P. (2010) **As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar**. Estudos de Psicologia. 15(2), 129-136. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/01.pdf>
- LYONS-RUTH, K. , & BLOCK, D. (1996). **The disturbed caregiving system: Relations among childhood trauma, maternal caregiving, and infant affect and attachment**. Infant Mental Health Journal, 17, 257-275.
- MACHADO, C. (2008). **Abuso sexual de crianças**. In: C. Machado, & R. A. Gonçalves (Orgs.). Violência e vítimas de crimes – volume 2: crianças (pp. 41-93). Coimbra: Quarteto.
- MAIDA, A. M. S., Molina, M. E. P., Basualto, C. R., Bahamondes, C. P., Leonvendagar, X. B., & Abarca, C. C. (2005). **La experiencia de abuso en las madres: ¿Es un predictor de abuso sexual de sus hijos?** . Revista Chilena de Pediatría, 76(1), 41-47.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARIA CRISTINA . **Autoconhecimento, Reflexões e Psicologia**. Disponível em: <http://www.mariacristina.com.br/2019/02/>
- MARTINS, M. R. **Jovens mulheres vitimizadas: Abuso sexual, sofrimento e resiliência**. Curitiba: Juruá, 2010.
- MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.
- MILLER, JB. **Towards a New Psychology of Women**. Boston: Beacon Press; 1987.
- MILLER, A. **O Drama da Criança bem Dotada**. São Paulo: Summus, 1997.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, Nov. 1997.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MINAYO, M. C. S. et al. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**. – Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos>>
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual para atendimento às vítimas de violência na rede de saúde pública do DF**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_vitimas_violencia_saude_publica_DF.pdf
- MORGADO, R. (2001b). **Abuso sexual incestuoso: o que sentem as mulheres/mães?** XVII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, Perú. Recuperado de

<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-020.pdf>

MORGADO, R. (2004). **Família (s): Permanências e mudanças.** *Os lugares sociais de mulheres e homens*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal.

MOURA, Andreína da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. **A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas.** *Psico-USF*, v. 13, n. 1, 2008.

NAMURA, M. R. (2004). **Por que Vygotsky se centra no sentido: uma breve incursão pela história do sentido na psicologia.** *Psicologia Educacional*, 19, 91-117.

NARVAZ, M. G., & KOLLER, S. H. (2005). **Reflexões sobre o atendimento de meninas e mulheres vítimas de violência.** *Novas Abordagens em Direitos Humanos: enfrentamento à Violência*, 1(1), 34-42.

NARVAZ, M. (2005) **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina.** Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

OLIVEIRA, V. M.; MARTINS, M. F.; VASCONCELOS, A. C. F. **Entrevistas “Em Profundidade” na pesquisa qualitativa em administração:** Pistas teóricas e metodológicas. *Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais–SIMPOI*, v. 15, p. 1-12. São Paulo: FGV/EAESP, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Disponível em :
<https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>

OZELLA; Sergio. **Pesquisar ou Construir Conhecimento.O Ensino da Pesquisa na Abordagem Sociohistórica.** In Ana M.B. Bock (org). *A Perspectiva Sociohistórica na Formação em Psicologia*. 4 ed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2009, pp. 113-131.

PAINEL DA OUVIDORIA NACIONAL: Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/ptbr/ondh/paineldedadosdaondh> Acesso em: 15 de ago 2021.

PFEIFFER, L., & Salvagni, E. P. (2005). **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.** *J. Pediatria*: Rio de Janeiro, 81(5), 197-204.

RENSHAW, D. C. (1984). **Incesto: Compreensão e tratamento.** São Paulo, SP: Roca.

REY, F. L. G. (2003). **Sujeito e subjetividade.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

REY, F. L. G. (2004). **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito.** Petrópolis, RJ: Vozes.

REY, F. L. G. (2005). **Pesquisa qualitativa e subjetividade.** Os processos de construção da informação. Thompson Pioneira: São Paulo.

ROSA, Eliane; ANDRIANI, Ana. **Psicologia Sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica.** In: KAHHALE, E. M. P. A diversidade da psicologia: uma construção teórica. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 259-288.

ROSALDO, M. **Toward an anthropology of self and feeling.** In: SHWEDER, R.; LEVINE, R. (ed.). Culture theory: essays on mind, self, and emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 137-157.

ROSENFELD A. A. et al. **Fantasy and reality in patients reports of incest.** *J. Clin. Psychiatry* 40: 159-164, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth B. **Posfácio: conceituando gênero.** In: SAFFIOTI, H. & MUNHOZ-VARGAS, M. (Org.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994, p. 271-283.

SAFFIOTI, H. I. B. (2004). **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças.** São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS H. O. **Crianças violadas. Ministério da Ação Social: Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência/CRAMI, 1991.**

SANTOS, S. S. (2007). **Mães De Meninas que Sofreram Abuso Sexual Intrafamiliar: Reações Maternas E Multigeracionalidade** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SANTOS, S. S., & DELL'AGLIO, D. D. (2007). **Multigeracionalidade da violência: um estudo sobre mães de meninas vítimas de abuso sexual.** In: M. L. P. Leal, M. F. P. Leal, & R.M. C. Libório (Orgs.). Tráfico de pessoas e violência sexual (pp. 191-211). Brasília: Violes/Ser/Universidade de Brasília.

SANTOS, S. S., & DELL'AGLIO, D. D. (2009) **Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*,25(1), 85-92

SANTOS, S.S.; DELL'AGLIO, D. D. **Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência.** *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas , v. 25, n. 4, p. 595- 606, Dec. 2008 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400014>>. Acesso em: 05 Nov. 2018.

SANTOS, S. S. (2011). **Uma análise do contexto de revelação e notificação do abuso sexual: a percepção de mães e de adolescentes vítimas** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SANTOS, S. S., PELISOLI, C., & DEL'AGLIO, D. D. (2012). **Desvendando segredos: padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil.** In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Orgs.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática.* (pp. 55-68). Porto

Alegre: Artmed.

SCOTT, J. W. (1996). **El género: Una categoría útil para el análisis histórico.** In: Lamas Marta Compiladora. *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual.*(pp.265-302) México: PUEG. Recuperado de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/scott.pdf>

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. **Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SIQUEIRA, Priscila Alves e Silva. **Relações de poder e intergeracionalidade nas narrativas de vida de mulheres abusadas na infância: um estudo a partir de relatos publicados na página do Facebook Movimento Girassol. 2020.** 101f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020. relatos publicados na página do Facebook Movimento Girassol. 2020. 101f - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2020.

SMOLKA, A. L. B. (2004). **Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações.** In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano (Vol. 1, pp. 35-49). Porto Alegre: Artes Médicas.

SOUZA, L. **Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência.** In:

TRINDADE, Z.; SOUZA, L. (orgs.) **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SWITZER. Disponível em: < <https://www.switzer.pt/pt/tipodes-de-pedras/tipos-de-pedras-caracteristicas>> Acesso em: 27 de maio de 2021

SZYMANSKI, H. **Teorias e “Teorias” de Famílias.** In: CARVALHO, M. C. B.. (org.) *A Família Contemporânea em Debate.* São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

TANGNEY, J. P., DEARING, R. L. (2002). Shame and guilt. New York: The Guilford Press.

TANGNEY, J. P., STUEWING, J., & MASHEK, D. J. (2007). **Moral emotions and moral behavior.** Annual Review of Psychology, 58, 345-372.

TOASSA, G.; SOUZA, M. P. R. **As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vygotsky.** Psicol. USP, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 00, 2010

TOASSA, G. (2009). **Emoções e vivências em Vygotsky: investigação para uma perspectiva historicocultural.** Tese de Doutorado não publicada, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Recuperado de http://www.vygotsky.net/ditebras/toassa_2.pdf

VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; AGRA-HASSEN, M. N. **Técnicas de Pesquisa**. In: autores (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

VON FRANZ, Marie-Louise. **A tipologia de Jung**. São Paulo: Cultrix, 1995.

VYGOTSKY, L. S. (1996). **O significado histórico da crise da psicologia**. In L. S. Vygotsky. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927).

VYGOTSKY, L. S. (1996). **Paidología Del adolescente**. In *Obras escogidas*. Tomo IV (pp. 9-225). Madrid: Visor Distribuciones.

VYGOTSKY, L. S. (1996). **El problema de la edad**. In *Obras Escogidas IV: Psicología infantil* (pp. 251-276). Madrid: Visor. (Original publicado em 1932–1934).

VYGOTSKY, L. S. (1998). **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1925).

VYGOTSKY, L. S. (2001b). **Pensamento e palavra**. In L. S. Vygotsky. *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934).

VYGOTSKY, L. S. (2004). **Teoria e método em psicologia**. (3ª ed.). (C. Berliner, Trad.) São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1982).

VYGOTSKY, L. S. (2006). **A crise dos sete anos**. (A, Delari Jr, Trad.). Traduzido de: Vygotsky, L. S. (2006). La crisis de los siete años. *Obras Escogidas*. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros (Original publicado em 1933-1934).

VYGOTSKY, L. (2006). **Obras Escogidas IV: Psicología Infantil**. (2ª ed.). Madrid: Machado Libros S. A.

VYGOTSKY; L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
<https://www.esbocandoideias.com/2019/06/pedra-angular-pedra-de-esquina.html>

VYGOTSKY, L. S. (2009). **A construção do pensamento e da linguagem**. (p. Bezerra, Trad.). (2ª ed). São Paulo, SP: Martins Fontes.

WAUFEN. Disponível em: < <https://blog.waufen.com.br/pedras-preciosas/> > Acesso em: 27 de maio de 2021

WORLD REPORT ON VIOLENCE AND HEALTH. **Genebra: World Health Organization – WHO**. Retirado de: the World Wide Web:
<http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf>

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Mãe participante

A Sra. está sendo convidada a participar de um estudo científico denominado A VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: SIGNIFICADOS SOBRE “DENÚNCIA” DAS MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIARES.

Tal estudo é de responsabilidade da pesquisadora DIONNE DE LIMA OLIVEIRA mestranda do curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas, sob a orientação do Prof. Dr. Dorli João Carlos Marques, e-mail dorlimarques@yahoo.com.br e fone (92) 99219-3588. Conta com a colaboração da psicóloga Profa. MSc. Estephânia de Lima Oliveira, CRP – 20/02053, e-mail: estephaniapsy@gmail.com.

O objetivo do estudo é compreender os significados sobre a denúncia das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Para isso nos propomos a: 1) Descrever o perfil sociodemográfico das participantes da pesquisa que realizaram a denúncia espontaneamente, e das que não realizaram; 2). Desvelar as motivações e inquietações que interferem na tomada de decisão sobre denunciar a pessoa perpetradora do abuso sexual intrafamiliar ou omitir-se; 3). Identificar se há ciclos de violência sexual multigeracional; 4). Descrever a estrutura disponibilizada pelo poder público para o enfrentamento desse ciclo de violência, e 5). Propor diretrizes para uma rede de proteção à mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar ou subsídios para fortalecimento da rede de proteção a mulheres vítimas de violência.

A senhora está sendo convidada a participar deste estudo porque o caso de violência contra seu (ua) filho (a) foi objeto de Notificação entre a Rede de Proteção e recebeu o tratamento na Delegacia Especializada de Crimes contra Crianças e Adolescentes.

Esse estudo pode trazer vários benefícios como por exemplo, identificar os fatores que dificultam e facilitam na tomada de decisão de uma mãe em denunciar ou omitir o abusador de seus filhos, nos caminhos percorridos por mães, como a senhora, que tiveram filhos que sofreram violência sexual intrafamiliar. A pesquisa

será uma oportunidade de dar voz às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, revelar medos, traumas, significados sobre a Segurança Pública; identificar os motivos pelos quais desistem de denunciar o abusador de seus filhos; conhecer suas expectativas em receber um atendimento de excelência pela DEPCA e equipe multidisciplinar da Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, com a finalidade de dar subsídio para essa mãe quebrar o ciclo da violência sexual intrafamiliar e contribuir para novas reflexões e estudos referentes ao tema.

Quanto melhor compreendermos as dificuldades que as mães têm em denunciar o abusador, em procurar uma rede de proteção para seus filhos em situação de violência em Manaus, mais ações voltadas para empoderar e proteger essas mães serão propostas, tanto pelas instituições, quanto pelas mães, como a criação de uma rede de enfrentamento multidisciplinar no ante, durante e pós-denúncia.

Caso a Sra. participe do estudo, estará contribuindo para melhor conhecimento de suas demandas e sugestões para uma Rede de Proteção e Enfrentamento com possíveis melhorias dos serviços de atendimento ofertados tanto para familiares, quanto para as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em nossa cidade. Além disto, saberá que, com a sua participação poderá estar ajudando muitas pessoas no futuro que se beneficiarão direta ou indiretamente com os resultados desta pesquisa. A sua participação no estudo acontecerá de forma voluntária, por meio da coleta de informações feita pela pesquisadora responsável.

A pesquisa coletará dois tipos de informações que contemplam: (1) informações sobre os seus dados e das pessoas que fazem parte de sua família (idade, escolaridade, renda, tipo de moradia, número de filhos ocupação, endereço; e (2) relatos das situações de violência vivenciadas pela senhora e pelo (a) seu (ua) filho (a), bem como o atendimento prestado pela Rede de Proteção e Enfrentamento.

Por meio deste, também pedimos a sua autorização para gravar sua fala no gravador de voz, assegurando que todas as informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação (confidencialidade). Todas

as informações coletadas serão sigilosas e privativas. Para não haver vínculo com o seu nome, a Sra. ganhará um número ou apelido. Informamos que não haverá a necessidade de acesso a nenhum prontuário médico. Informamos também, que para participar da pesquisa, a Sra. não terá nenhuma despesa financeira.

É importante comentar que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Neste caso, como abordaremos questões sobre violência é possível que aconteçam desconfortos, constrangimento ou até mesmo a possibilidade da Sra. se emocionar durante sua participação. Caso isso ocorra, a Sra. poderá interromper a participação na pesquisa imediatamente, retomando-a em outro momento ou não, conforme desejar. A qualquer momento da pesquisa, e sem necessidade de qualquer justificativa, a Sra. poderá desistir de ser participante da pesquisa. Como medida para minimizar os riscos, nossa pesquisa contará com o acolhimento psicológico prestado pela profissional Estephânia de Lima Oliveira, CRP 20 - 02053, que estará à disposição em caso de necessidade. Caso a Sra. opte por outro profissional não participante desta investigação, poderá fazê-lo sem qualquer ônus.

Ressaltamos que a qualquer momento a Sra. poderá se recusar a participar da pesquisa ou retirar o seu consentimento de uso das informações coletadas sem que ocorra nenhum tipo de prejuízo. Ressaltamos também que lhe é assegurado o direito de pedir indenizações e cobertura para reparação a eventuais danos, causados pela pesquisa. Esclarecemos, contudo que a Sra. possui o direito de assistência integral gratuita em caso de danos diretos ou indiretos, imediatos ou tardios, decorrentes de sua participação neste estudo, pelo tempo que for necessário.

Durante todo o período do estudo, a Sra. será acompanhada pela pesquisadora responsável da pesquisa, DIONNE DE LIMA OLIVEIRA, e-mail dionneoliveira@gmail.com, celular (92) 98285-9438, RG 714.590-0, domiciliada na Rua Professor Castelo Branco, N. 96, apto 1103 A, Ed. Equilibrium, Parque Dez de Novembro, CEP: 69055-080, Manaus – Am, que ficará à disposição para informação adicional a qualquer tempo.

Fica disponibilizado o e-mail ppgsp@uea.edu.br e fone (92) 98213-4403 da Secretaria do Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos – UEA.

Convém ainda esclarecer que esta pesquisa possui a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade do Estado do Amazonas-(CEP/UEA), por meio do Parecer sob o nº 4.384.018, com data de relatoria no dia 06/11/2020. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações. O CEP está localizado na Avenida Carvalho Leal, 1777, bairro Chapada, e-mail: cep.uea@gmail.com e fone: (92) 3878-4368.

Asseguramos ainda que esse documento será elaborado em duas vias; as páginas serão rubricadas e assinadas ao seu término pela Sra. e pela pesquisadora responsável.

Eu, _____,
documento de identidade (RG) _____, declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura da mãe voluntária



Assinatura Datiloscópica

Assinatura do Pesquisador Responsável
Orientanda Dionne de Lima Oliveira – ESO/UEA

APÊNDICE B - Termo de compromisso para desenvolvimento de protocolo de pesquisa no período da pandemia do Coronavírus (Covid-19)



TERMO DE COMPROMISSO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Eu DIONNE DE LIMA OLIVEIRA, CPF 290.788.572-34 e RG 714590-0, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado A VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: SIGNIFICADOS SOBRE A “DENÚNCIA” DAS MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAIS INTRAFAMILIARES, submetido/aprovado ao CEP/CONEP.

Estou ciente enquanto à necessidade do cuidado à integridade física e emocional de pesquisadores e participantes da pesquisa, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da própria CONEP, como descrito no Comunicado CONEP de 09/05/2020. Dessa forma, para a execução dos procedimentos de pesquisa presenciais, planejados para serem realizados no período de 01/10/2020 A 30/11/2020, serão adotadas medidas sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa. De maneira específica no presente protocolo, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: entrevistas agendadas em locais ventilados, uso de máscaras/ EPIs, distanciamento físico de 1,5 m entre pesquisador e participante, uso de desinfecção com álcool gel entre cada procedimento, lavar bem as mãos antes e após cada procedimento entre outros).

Se mesmo sendo tomadas todas as medidas descritas, resultar necessária a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, submeterei imediatamente notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep.

Manaus, 28 de agosto de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads 'Dionne de Lima Oliveira'.

DIONNE DE LIMA OLIVEIRA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP).
Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada da participante

Dados Sócio-Demográficos

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____ Ocupação _____

Situação Conjugal: _____ Renda: _____

Tipo de Moradia: _____ Data: _____

Endereço: _____

Sra. poderia contar como e porque procurou a DEPCA e como foi Encaminhada?

Nome do(a) filho(a) (vítima da violência sexual)

Idade: _____

1. Você poderia me informar quais pessoas fazem parte da sua família e que residem contigo no mesmo endereço?

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão

2a. Quais motivos fizeram você vir até a DEPCA?

2b. Ou caso ela não tenha ido, perguntar quais motivos que fizeram ela a não ir a DEPCA e não compartilhar com a polícia o caso de abuso sexual do(a) filho(a)?

3a. Você denunciando à DEPCA a violência sofrida por seu(ua) filho(a), o que você acredita que vai acontecer na vida de vocês a partir de então? (mãe que denunciou na DEPCA)

3b. Não denunciando a violência de seu(ua) filho(a) à DEPCA, o que você acredita que vai acontecer na vida de vocês a partir de então? (mãe que não denunciou na DEPCA)

4a. O que veio em sua mente quando pensou em denunciar o caso? (mãe que

denunciou)

4.b O que veio em sua mente quando pensou em não denunciar o caso? (mãe que não denunciou)

5. Você pode me contar um pouco da sua história?

a) como foi sua infância, adolescência?

b) Tem algum fato que aconteceu que te deixou muito feliz ou muito triste?

c) O que esses fatos significaram para você?

Questões específicas sobre o abuso sexual

1. Como você ficou sabendo do abuso sexual do(a) seu(ua) filho(a)?
2. Qual contato anterior do abusador com a criança?
3. Quais providências foram tomadas. (processo, exame, denúncia e etc...)
4. Como descreve a Segurança Pública em relação a esse tipo de violência como o caso seu(ua) filho(a)?

Questões sobre relacionamento com a família de origem e constituída (multigeracionalidade).

1. Como você descreveria sua família de origem (característica marcante, como descreveria/percebia o relacionamento que tinha com sua mãe na infância)?
2. Como você descreve sua família hoje, como percebe/descreve o relacionamento que tem com seu(ua) filho(a)? Se for casada ou tiver companheiro, como avalia o relacionamento?
3. Você (nome) já passou por experiência de abuso sexual na infância?

Em caso positivo, como foi recebida a notícia pela família? Alguém acreditou? Recebeu apoio familiar?

4. Você soube de alguém de sua família que também teve experiência de abuso sexual intrafamiliar?

Em caso positivo, como foi (revelou a família ou não, como foi recebida a notícia pela família, alguém acreditou, recebeu apoio familiar?

APÊNDICE D – Solicitação de informações Sejusc



Universidade do Estado do Amazonas
Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania
e Direitos Humanos



Ofício Nº 01/2019 PPGSP/UEA

Manaus, 29 de maio de 2019

Sra. Secretária da SEJUSC

A par de cumprimentá-la cordialmente, venho pelo presente solicitar informações referentes aos procedimentos no atendimento do CREAM às mulheres vítimas de violência, especialmente às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, para que esses dados possam compor material científico.

Atenciosamente,

Leonardo N. dos Reis

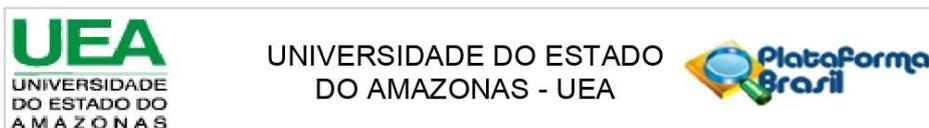
Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis
 Coordenador do Curso Mestrado Profissional em Segurança Pública,
 Cidadania e Direitos Humanos

À Sra. Caroline Braz G. Ribeiro Penha
 Secretária da SEJUSC
 Manaus/Am

981712933

Dionne Oliveira

ANEXO 2 - Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: SIGNIFICADOS SOBRE A DENÚNCIA DAS MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIARES

Pesquisador: DIONNE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 37269120.0.0000.5016

Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.384.018

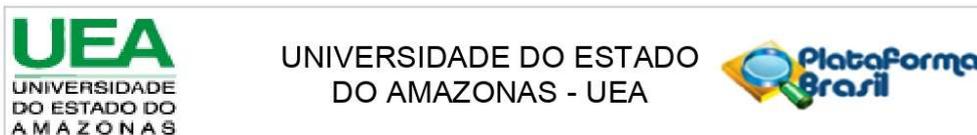
Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas do documento contendo as Informações Básicas da Pesquisa PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1620436.pdf

I. Resumo:

Esta pesquisa investiga a temática do abuso sexual intrafamiliar, uma questão que preocupa os operadores do direito, a segurança pública, a saúde e a sociedade. Na cidade de Manaus os casos de abuso sexual intrafamiliar são vivenciados na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente, que, a maioria dos abusadores são pais, padrastos ou familiar próximo da vítima. Analisa-se o percurso das mães em relação à tomada de decisão em retardar, omitir ou denunciar o abusador, verificar se há especificidades nos significados da "denúncia" das mães que omitiram, comunicaram ou retardaram a denúncia, cuja gênese remonta a fatores sociodemográficos, vivências emocionais marcadas por situações semelhantes de abuso sexual intrafamiliar, com sentimentos de abandono, raiva, culpa, vergonha e medo, na qual desenvolveram estratégias de negação desses sentimentos. Diante desse contexto, emergiu o seguinte problema de pesquisa: por que as mães das vítimas de abuso sexuais se omitem ou retardam a denunciar o agressor, uma vez que representa a figura de maior importância de proteção para seus filhos? A

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

metodologia utilizada será a qualitativa, sob a perspectiva da teoria sócio-histórica proposta por Vygotsky e González Rey. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas de histórias de vida, para o levantamento de dados, que serão coletados através do núcleo de significação para a compreensão dos significados da “denúncia”.

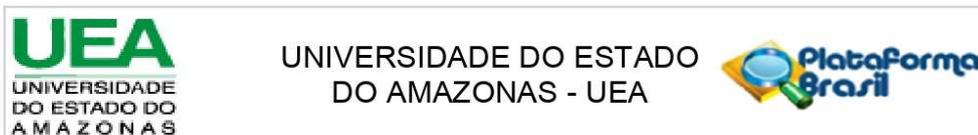
II. Hipótese:

Não se aplica

III. Metodologia Proposta:

Esta pesquisa será realizada na DEPCA, na da cidade de Manaus/AM, a qual é competente para receber e investigar denúncias de crimes praticados contra crianças (0 a 12 anos de idade incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos de idade incompletos) desde que o autor da prática delituosa, seja praticado por alguém com mais de 18 anos de idade. As crianças e adolescentes chegam à Delegacia através de seus representantes legais, parentes próximos, quando esses querem “denunciar” o autor. São apresentadas pelos Conselhos Tutelares, escolas, igrejas, Órgãos da Saúde, Disk 100, quando seus familiares omitem em dar conhecimento à Autoridade Policial. As vítimas tem um protocolo de atendimento, contando com equipe multidisciplinar para seu atendimento. Participantes da pesquisa: Buscar-se-á, portanto, selecionar uma amostra não probabilística com por conveniência ou acessibilidade (COOPER; SCHINDLER, 2003). A escolha das participantes será realizada por conveniência visando selecionar as mães participantes com diferentes perspectivas de atuação, sendo 02 (duas) que denunciaram o abusador e 02 (duas) que não denunciaram, chegando essas denúncias ao conhecimento da Delegacia, através de outras fontes de informações como Conselho Tutelar, Disk 100, escolas, equipe de Saúde, igrejas, dentre outros. Para esta pesquisa, serão selecionadas 02 (duas) mães de vítima de abuso sexual intrafamiliar que denunciaram o abusador de seu filho(a) e 02 (duas) mães de vítima de abuso sexual intrafamiliar que omitiram o abusador de seu filho(a), maiores de 18 anos, com o intuito de tornar igualitárias as participações. Se possível, ter como participantes, mães de diferente classes sociais, para garantir uma análise que possibilite a intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação (raça, gênero, classe social, geração, etc.). Considerando que, em uma pesquisa qualitativa se utiliza da abordagem

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

sociohistórica, o mais importante é a qualidade dos dados alcançados e da compreensão do tema estudado, não sendo relevante a quantidade do número de sujeitos pesquisados. Deste modo, entendemos que essa quantidade de mães pesquisadas sejam o ideal para se conseguir os objetivos propostos.

Abordagem das Participantes da Pesquisa” com o seguinte conteúdo: As mães serão convidadas a participar dessa pesquisa durante os atendimentos na DEPCA. Acreditamos ser inoportuno o convite dessa pesquisa, no primeiro atendimento em que as mães comparecem à

Delegacia. Em grande parte, estão diante da primeira revelação do abuso sexual sofrido por seu(ua) filho(a), perante à “Polícia”, momento bastante conturbado, podendo ocasionar reações psicológicas que irão afetar na sua compreensão e decisão, contribuindo para a sua recusa ao convite. Após o primeiro atendimento na DEPCA é necessário o retorno das mães com as vítimas para outros atendimentos no setor psicossocial e outras oitivas junto aos cartórios dos escrivães. É nesse esse segundo retorno à DEPCA que será realizado o convite às mães. A pesquisadora irá se apresentar às mães, informando sobre a Instituição a qual está vinculada a pesquisa, seu conteúdo, objetivos, necessidade da participação das mães para ouvir suas dificuldades em ter um atendimento de excelência na Segurança Pública, criando uma Política Pública que empodere mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar a denunciar o abusador.

A pesquisa será exposta às mães e as quais se sentirem interessadas a participar, serão imediatamente selecionadas.

IV. Critério de Inclusão:

- Mães (maior de 18 anos) de crianças (menor que 12 anos) e adolescentes (18 anos incompletos) vítimas de abuso sexual intrafamiliar que denunciaram o abusador.
- Mães (maior de 18 anos) de crianças (menor que 12 anos) e adolescentes (18 anos incompletos) vítimas de abuso sexual intrafamiliar que omitiram o abusador.
- Mães que tenham registrado Boletim de Ocorrências registrado na DEPCA. (somente para as denunciantes)
- Ter revelado para alguém o abuso sexual de seu (ua) filho(a), mas o caso não chegou ao conhecimento da DEPCA (somente para as omitentes)- Mães de vítimas que tenham disponibilidade e interesse em participar da entrevista, gravada, longa, mediante sigilo de identificação.

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 4.384.018

V. Critério de Exclusão:

- Mães de vítimas de abuso sexual extrafamiliar
- Mães que não tenham disponibilidade de horário

VI. Metodologia de Análise de Dados:

Para buscar a compreensão dos significados da “denúncia” no contexto das experiências vividas pelas mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, optou-se por trabalhar com a história de vida das participantes, através da narrativa, com o objetivo de compreender a realidade vivida. Por ser um método que tem a finalidade de se obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa, sua principal característica é a preocupação com o vínculo entre pesquisador e o sujeito. (BAUER; GASKELL, 2005).

Nesta pesquisa, serão realizadas entrevistas baseadas nas narrativas, através da técnica “núcleos de significação para apreensão de sentidos” (AGUIAR; OZELLA, 2006). Essa técnica possibilita que as narrativas das mães não se reduza a cristalização de objeto, mas sim como um processo ativo nas relações sociais e nas experiências. Segundo Vygotsky (2008), a palavra é dinâmica, com uma infinidade de significados que faz parte de um contexto sócio-histórico construído. Por isso, a metodologia de análise é complexa, cabendo ao pesquisador ir além das questões centrais, temas, e conteúdos expostos pelo sujeito, dando mais importância para aquelas que lhe geram emoções e envolvimento do que as que tem um maior número de frequência. (AGUIAR e OZELLA, 2009).

Os autores em tela destacam que, na busca de núcleos de significação é necessário obedecer um passo a passo. Após a transcrição literal de todo o material gravado, é necessário uma leitura atenta e a organização do material coletado, para identificar pré-indicadores dos núcleos, considerando que a palavra com significado seja a primeira unidade que se destaca no momento ainda empírico da pesquisa. Ao identificar tais pré-indicadores, é confirmada a sua importância para a compreensão do objetivo da investigação.

Em seguida, buscar-se-á os indicadores e conteúdos temáticos a partir de um processo de aglutinação dos pré-indicadores, pela sua complementaridade, similaridade ou contraposição, de maneira que tenhamos menor diversidade. Esse processo mostrará possíveis núcleos de significação.

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

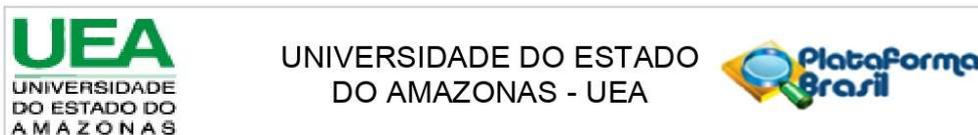
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

A partir de várias leituras do material, passará para um processo de articulação, resultando na organização dos núcleos de significação, com a devida nomeação, onde será possível [...] verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (AGUIAR E OZELLA, 2009, p.231).

O processo de análise iniciará através da formação dos núcleos, onde sairemos do empírico para o interpretativo, devido a pesquisa se desenvolver em um processo construtivo e interpretativo. Segundo Aguiar e Ozella (2009), a análise se inicia por um processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos. Articulam-se as questões/conteúdos contidos nos núcleos com o próprio discurso do sujeito, com sua história, buscando aí as determinações/contradições/relações.

O núcleo de significação, deve revelar a expressão do ponto central dos "significados" dos sujeitos, corroborando com questões relacionadas, exteriorizando questões trazidas pelos objetivos da pesquisa, sendo estes os organizadores da palavra dita pelo entrevistado. Esses núcleos de significações não devem ser analisados isoladamente, evitando erros nas interpretações. Devem ser analisados em conjunto para a compreensão

do todo. Esta análise, deverá ser feita sempre com uma visão psicossocial, relacionando a psicologia com outros aspectos sociais, de acordo com os preceitos teórico-metodológicos da teoria sócio-histórica, conforme Vigotski (1988) defende que a mente é construída da relações sociais.

Assim, a partir da análise minuciosa de tais núcleos de significação, entende-se que se alcançará os objetivos propostos na pesquisa, compreendendo o significado de "denúncia" das mães participantes.

Objetivo da Pesquisa:

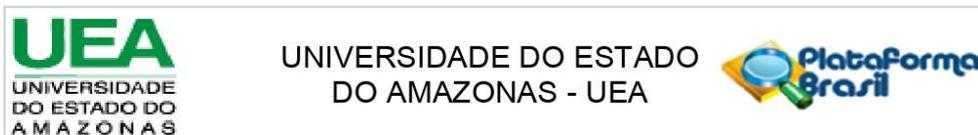
Objetivo Primário:

Compreender os significados sobre a denúncia das mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Objetivo Secundário:

- Desvelar as motivações e inquietações que interferem na tomada de decisão sobre denunciar a pessoa perpetradora do abuso sexual intrafamiliar ou omitir-se;

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777	CEP: 69.050-030
Bairro: chapada	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3878-4368	Fax: (92)3878-4368
	E-mail: cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

- Identificar se há ciclos de violência sexual multigeracional;
- Descrever a estrutura disponibilizada pelo poder público para o enfretamento desse ciclo de violência;
- Propor diretrizes para uma rede de proteção às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar e/ou subsídios para fortalecimento da rede de proteção a mulheres vítimas de violência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a coleta de dados se alguma participante manifestar alguma alteração emocional como, medo, culpa, revitimização, stress, vergonha, em decorrência da entrevista, a pesquisadora se compromete em tomar medidas para minimizar seu desconforto, interrompendo a entrevista e oferecendo atendimento psicológico disponível na DEPCA. Assegura o compromisso de proteger as entrevistadas mantendo o sigilo, resguardando as identidades e suas opiniões.

Benefícios:

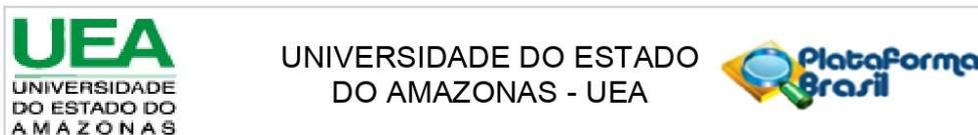
A pesquisa será uma oportunidade de dar voz às mães de vítimas de abuso sexual intrafamiliar, revelar medos, traumas, significados sobre a Segurança Pública; identificar os motivos pelos quais desistem de denunciar o abusador de seus filhos; conhecer suas expectativas em receber um atendimento de excelência pela DEPCA e equipe multidisciplinar da Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, com a finalidade de dar subsídio para essa mãe quebrar o ciclo da violência sexual intrafamiliar e contribuir para novas reflexões e estudos referentes ao tema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo de pesquisa submetido em terceira versão, em 03/11/2020, pela Pesquisadora Responsável DIONNE OLIVEIRA. Trata -se de trabalho acadêmico, vinculado ao Mestrado Profissional em Segurança Pública da UEA e com a orientação do Prof. Dr. DORLI JOAO CARLOS MARQUES.

EQUIPE DE PESQUISA: DORLI JOAO CARLOS MARQUES

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

TIPO DE PESQUISA: Qualitativa

FINANCIAMENTO: Financiamento Próprio

LOCAL DE EXECUÇÃO: Delegacia Especializada em Crimes Contra a Criança e ao Adolescente - DEPCA, na da cidade de Manaus/AM.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 4

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO: Realização das entrevistas com início em 01/12/2020 e término em 31/12/2020.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: Roteiro de Entrevista

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP Nº 4.374.342 (PENDENTE), emitido em 01/11/2020, que apontou as seguintes Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

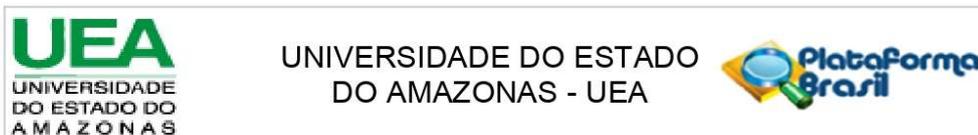
"Conclui-se que o Protocolo tem com única pendência a adequação da FOLHA DE ROSTO."

ANÁLISE E CONCLUSÃO

Verifica-se que foi anexado o documento FOLHADEROSTO.pdf e que este está preenchido e assinado pela Pesquisadora Responsável, bem como preenchido, assinado e carimbado pelo Prof. Dr. Leonardo Naves dos Reis, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

Portanto, não há mais pendências ou inadequações.

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme Norma Operacional CNS Nº 001/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1620436.pdf	03/11/2020 14:24:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CARTARESPOSTA.docx	03/11/2020 14:21:41	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	03/11/2020 14:07:30	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Carta_resposta_pendencia.docx	27/10/2020 20:12:28	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_CEP.docx	27/10/2020 20:08:11	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_PAGINADO.docx	27/10/2020 20:07:24	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	termo_compromisso_covid.pdf	28/08/2020 15:06:50	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Anuencia_psicologa_cep.pdf	28/08/2020 15:05:28	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Curriculo_lattes_Dorli.pdf	27/08/2020 16:28:48	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Curriculo_lattes_Dionne.pdf	27/08/2020 16:27:08	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	carta_de_anuencia_DEPCA.pdf	27/08/2020 16:03:14	DIONNE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista_da_Participante_CEP.docx	27/08/2020 15:59:01	DIONNE OLIVEIRA	Aceito

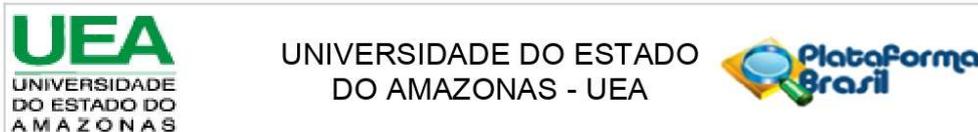
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.384.018

MANAUS, 06 de Novembro de 2020

Assinado por:
Lucia Marina Puga Ferreira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777
Bairro: chapada **CEP:** 69.050-030
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

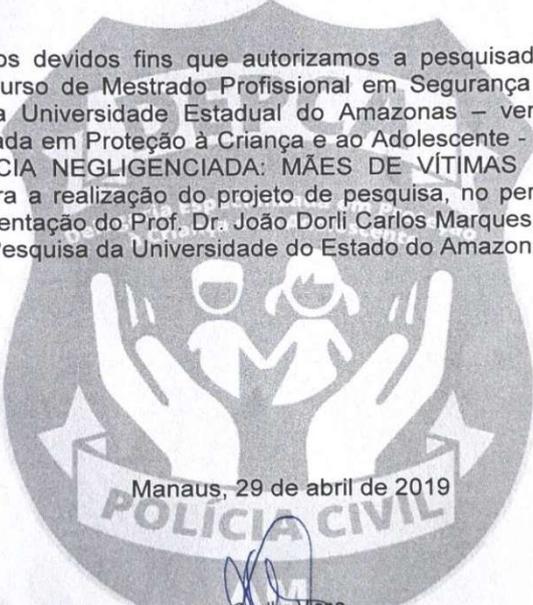
ANEXO 3 - Termo de anuência Delegada Depca



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que autorizamos a pesquisadora **Dionne de Lima Oliveira**, aluna do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Amazonas – venha coletar dados na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA-AM, referente à pesquisa **VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR**, para a realização do projeto de pesquisa, no período de 29/04/2019 a 30/12/2020, sob a orientação do Prof. Dr. João Dorli Carlos Marques, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas-UEA/ESA.



Manaus, 29 de abril de 2019

POLÍCIA CIVIL

Joyce Coelho Viana
Delegada Titular da DEPCA
Mat: 228.355.7A

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - DEPCA
Rua Adelaide Carraro, s/n, Cj. Vista Bela - Planalto
Fone: (92) 3656-8575
Manaus - AM CEP 69044-781
depca@policiacivil.am.gov.br

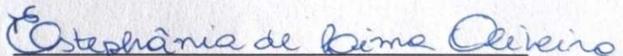


ANEXO 4 – Termo de anuência Psicóloga

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, ESTEPHÂNIA DE LIMA OLIVEIRA, psicóloga (CRP - 20/02053), com endereço profissional na avenida Rodrigo Otávio, 1407, 1º andar – Bairro Crespo, CEP: 69075-000, declaro para os devidos fins que estou de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "A VIOLÊNCIA NEGLIGENCIADA: SIGNIFICADOS SOBRE "DENÚNCIA" DAS MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIARES", sob a coordenação e a responsabilidade da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) DIONNE DE LIMA OLIVEIRA, orientada pelo Prof. Dr. DORLI JOÃO CARLOS MARQUES, e assumo o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, dando suporte psicológico para as participantes diante dos eventuais riscos que a pesquisa possa desdobrar, minimizando quaisquer desconfortos que o instrumento de coleta de dados possa desencadear durante a aplicação das entrevistas, que serão realizadas no período de 01/10/2020 a 30/11/2020, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 28 de agosto de 2020.


Estephânia de Lima Oliveira – Psicóloga
CRP – 20/02053

ANEXO 5 – Despacho Sejusc Rede e enfrentamento contra à mulher



DESPACHO COORDENAÇÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER – REDE MULHER, em 11 de junho de 2019.

Documento: Memo nº 186/2019 – SEPM/GSEJUSC

Assunto: Solicitação de informações referente aos procedimentos no atendimento do Cream às mulheres vítimas de violência.

Protocolo: 3125.3324.2019

Diante da solicitação, informamos que:

- A Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres tem em sua estrutura os serviços de atendimento à mulher em situação de violência, sendo eles: Serviço de Apoio Emergencial À Mulher (SAPEM), a Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante, o Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CREAM), Serviço de Atendimento Itinerante à Mulher do Campo e da Floresta e o Alerta Mulher;
- A atuação dos serviços se dá em forma de rede de atendimento que “faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento” (SEV/SPM/PR, 2011).
- Dessa forma, o **SAPEM**, como atendimento emergencial, funciona como a porta de entrada para a mulher em situação de violência, em um trabalho conjunto com as Delegacias Especializadas em Crimes contra a Mulher, sendo um localizado no bairro do Parque Dez e outro no bairro da Cidade de Deus. O serviço oferece atendimento social, psicológico e jurídico, sendo identificada situação de ameaça iminente de morte a mulher é encaminhada para a Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante ou para o Cream para o acompanhamento;
- A **Casa Abrigo Antonia Nascimento Priante** atua como Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as). (Resolução CNAS nº 109/2009) com o objetivo de garantir a integridade física e emocional das

ua Bento Maciel, 2 - Conjunto
 eletamazon - Adrianópolis
 one: (92) 3583-9008 / 99324-5933
 anaus-AM-CEP 69057-350

mulheres; Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no
 Justiça, Direitos
 Humanos e
 Cidadania



resgate de sua autoestima, podendo permanecer no período de 90 a 180 dias. Em caráter sigiloso. Oferece atendimento social, psicológico e pedagógico, que realiza seu desligamento, preferencialmente após deferimento das Medidas Protetivas de Urgência e Notificação do Agressor, e encaminhamento para o Cream para acompanhamento;

- O **Cream** é estrutura essencial do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Exerce o papel de articulador dos serviços de organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. Dentre as atividades desenvolvidas tem-se: Aconselhamento em momentos de crise, Atendimento psicossocial, Aconselhamento e acompanhamento jurídico, Atividades de prevenção e Articulação da rede de atendimento local. O Centro integra no mesmo prédio com os serviços do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública, que oferece atendimento jurídico com ingresso de ações na área cível e criminal e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas com cursos técnicos e de qualificação profissional para as mulheres. O desligamento do serviço de atendimento especializado somente se dá quando verificada a superação da situação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação da mulher.
- Cabe ressaltar que acontecendo, após o acompanhamento ou mesmo em seu estágio inicial, quando houver decisão da mulher pela reconciliação, manutenção da relação afetiva realiza-se encaminhamento para o Serviço de Educação e Responsabilização do Agressor (SARE) para atendimento ao agressor (ou suposto) e/ou o atendimento de casal.

Karolina Aguiar Nemer
Assistente Social CRESS 2841
Coordenadora Rede Mulher

Rua Bento Maciel, 2 - Conjunto
eletramazon - Adrianópolis
Fone: (92) 3583-9008 / 99324-5933
Amazonas-AM-CEP 69057-350

Secretaria de
**Justiça, Direitos
Humanos e
Cidadania**